

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**Mariana Serafim Xavier Antunes**

**Itinerários da vida de solteira:**

razões e sentidos em projetos de vida de mulheres solteiras  
à luz do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação

**MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**SÃO PAULO**

**2010**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**Mariana Serafim Xavier Antunes**

**Itinerários da vida de solteira:**

razões e sentidos em projetos de vida de mulheres solteiras  
à luz do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação

**MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio da Costa Ciampa

**SÃO PAULO**

**2010**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antonio da Costa Ciampa

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Carla Cristina Garcia

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Eliane Gonçalves

## Agradecimentos

---

*Engana-se quem pensa que a produção de uma dissertação é o resultado de um empreendimento científico, que ocorre dentro e para uma comunidade acadêmica. Os sentidos que permitiram sintaxes ao conjunto de palavras dispostas ordenadamente nas próximas páginas advêm de um universo muito maior, de um mundo da vida que obedece a propósitos comunicativos.*

*Primeira tarefa difícil é querer contemplar todos os que aqui podem ser considerados co-autores deste projeto finalizado, mas não acabado. Apresento, então, o itinerário que me permitiu encontrar estas pessoas, o que refletiu num sentido inédito para esta proposta de pesquisa e na minha própria metamorfose identitária – de estudante para pesquisadora.*

*Foi a partir de conversas triviais com colegas e de confidências afetuosas de amigas, de relíquias orais de familiares e estórias de balcão de boteco que conduzi uma atenção especial para a escuta de uma questão, posteriormente delineada como problema de pesquisa. Neste bate-bola intersubjetivo, tanto na escola da vida quanto na minha vida de escola, pude experimentar ações comunicativas que me fizeram caminhar na construção de um objeto de pesquisa. Principalmente, foi pela solidariedade de mulheres que, sem mesmo me conhecer, compartilharam em narrativa suas histórias de vida – agora conosco –, corporificando as protagonistas desta pesquisa. Sob orquestra do admirado professor Ciampa, pude, assim, organizar em proposições tudo o que escutei, disse e compartilhei nestes anos de mestrado, o que resultou nesta dissertação. E, como parte constituída por – e constituinte – dos instrumentos culturais e científicos que permitem o processo histórico do devir humano, este trabalho não acaba aqui e não tem um futuro pré-estabelecido, a depender inclusive de você, leitor. Meus profundos agradecimentos para todos os que colaboraram, cada qual a seu modo, para que todos estes passos pudessem ser dados:*

*Ao meu orientador, estimado professor doutor Antonio da Costa Ciampa. Acima de tudo, um exímio pensador que tem seu brilho propagado na simplicidade de ser um humano em primeiro lugar. Ao professor doutor e grande companheiro de núcleo Juracy Armando Mariano de Almeida e às grandes mulheres que estudam mulheres, professora doutora Carla Cristina Garcia e a professora doutora Eliane Gonçalves, agradeço pela disposição em analisar e discutir meu texto de dissertação. Suas sugestões na banca de qualificação, sempre construtivas, me iluminaram e me ajudaram a encontrar o eixo da pesquisa dentro da complexa temática que*

*havia escolhido. Agradeço e me sinto muito honrada por aceitarem participar também da minha banca de defesa.*

*Aos professores e professoras do Programa de Estudos em Psicologia Social da PUC-SP, os(as) quais tive a honra de desfrutar de suas companhias e méritos acadêmicos, assistindo suas aulas ou trocando idéias nos corredores da universidade. A querida Marlene, secretária do programa, que teve que me aturar por dois anos na secretaria, tomando seu tempo e sua atenção. Ao CNPq, que acreditou no meu projeto de pesquisa e possibilitou que eu me dedicasse exclusivamente ao mestrado. Agradeço a todos os professores que, deste os meus primeiros anos de escola, serviram de modelo para que eu, ainda hoje, “queira ser como eles quando crescer”.*

*Aos amigos e amigas de longa data que, mesmo distantes fisicamente, nunca se distanciaram. Colegas na graduação, amigos(as) na vida: Juliana, Heloisa, Sônia, Guilherme, Michel, Daniel, Anderson, Fernanda. Agradeço aos colegas do núcleo de estudos em Identidade, sempre parceiros e dispostos a transformar o conhecimento sobre a ação comunicativa em práxis, iniciado pelo esforço de cada um de alcançar, em grupo, o entendimento mútuo. No decorrer destes dois anos de mestrado, muitos se transformaram em grandes e fiéis amigos. Compartilhamos dúvidas, idéias, perspectivas, lanches, mesas de congressos, quartos de hospedagem, salas de aula. Marcelo, Shirley, Paulo, Clodoaldo, Alúcio, Rosângela, Juracy, Ana, Alessandro, Renato, Andrea, Emerson, Simone. Colegas também de outros núcleos, sempre companheiros. Alessandro, Brendali, Pedro e Tai.*

*Agradeço também as pessoas próximas, Môa, Thiago, Jaime e Mel, Leandro, Priscila, Ary, Janaina, Camila, Fábio, Laura, Carla e Rossine, por entenderem muitas das minhas ausências e também me proporcionar momentos de escape. Em especial, agradeço meu avô Moacir e ao Junior, para os quais, muitas vezes, sobraram os choros, a impaciência e a bronca, e, mesmo assim, me davam colo.*

*São cúmplices as pessoas que, pelas palavras, atitudes e mesmo por um olhar, endossaram, acima de tudo, meu projeto identitário, me oferecendo respaldo e força na continuidade de um projeto de vida profissional dentro da Academia. São cúmplices e, por isso, merecedoras, tanto quanto eu, desta conquista. O afeto que me cativa junto a essas “raposas”<sup>1</sup> me torna responsável em apresentar aqui todos os seus nomes. É inevitável que esta segunda tarefa tenha ficado incompleta, necessitando, mais uma vez, da convivência dos que aqui não tenham sido citados.*

---

<sup>1</sup> Reporto-me a uma passagem do livro “O pequeno príncipe” de Antonie Saint-Exupéry. SAINT-EXUPÉRY, A. O pequeno príncipe. Trad. Dom Marcos Barbosa. 14 ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1969.

## Dedicatória

---

*Este é um trabalho sobre mulheres. Nada mais justo que dedicá-lo para mulheres.*

*Às protagonistas das histórias que ousei compreender, Lori, Neli e Eli. Exemplos de mulheres que tomam para si a autoria de suas histórias.*

*Às professoras doutoras Carla Regina Garcia, Eliane Gonçalves, Fúlvia Maria de Barros Mott Rosemberg, Vera Silvia Facciola Paiva, Maria Cristina Vicentin, Maria Luisa Sandoval Schmidt, Mary Jane Paris Spink, Silvia Helena Simões Borelli. Mulheres notórias, dada competência, profissionalismo e posicionamento ético.*

*À minha colega/psicoterapeuta, como ela mesma gosta de dizer, Ana Maria Mezzarana Kyian. Grande profissional e pessoa humana, que caminha comigo na intensa empreitada rumo uma “vida que merece ser vivida”.*

*À Angela, Alessandra, Renata, Juliana, Cristiane e Adriana. Mulheres autênticas. Provas singulares do que é uma irmandade.*

*Às bisas Dona Ilda e Dona Estelina, cujos legados culinários foram afrontados por todas as panelas de arroz que queimei enquanto estava na frente do computador escrevendo. Minhas “avós-mães” Lurdinha e Araci, exemplos de que ser realista é pedir o impossível. Tias Izabel, Rose, Cida, Adriana, Vanderli, exemplos de vida e de conversa boa. Ana Paula, Cristina, Elisa, Eloisa, Bianca, Luciana, companheiras no devir feminino desta grande família. Em especial, à minha mãe, Denize, que sempre deu o melhor dela para eu pudesse alcançar o melhor de mim.*

*O que seria de mim fora do itinerário destas mulheres? Meus agradecimentos, cheio de afeto e de esperança que os próximos dias sejam ainda melhores.*

“Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos caracteriza e temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos caracteriza.”

Boaventura de Souza Santos

ANTUNES, M. S. X. *Itinerários da vida de solteira: razões e sentidos em projetos de vida de mulheres solteiras à luz do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2010.

## Resumo

---

Esta dissertação aborda a divulgação de um suposto itinerário da vida de solteira, conjecturado por meio da produção de um discurso, veiculado nos meios de comunicação de massa, sobre uma nova personagem social: a “nova solteira”. Aparentemente, as noções a respeito desta “nova solteira” podem compor uma política identitária que busca o reconhecimento de novos sentidos à personagem que é, então, promovida como protagonista das mudanças sociais contemporâneas. Num contexto de pluralismo, parece também substanciar um processo de individualização social.

Os interesses vinculados a essa proposta de valorização cultural, quando baseada em propósitos instrumentais, podem fomentar maiores disparidades de acesso e participação aos bens sociais, econômicos e culturais, além de acentuar as relações de desigualdade já instituídas entre os atores sociais. Nestes casos, a reposição da personagem “solteira” parece se distanciar do sentido de uma proposta identitária de caráter autônomo, mas se configura como uma opção dentre possibilidades de escolha excludentes e discriminatórias. Deste modo, esta pesquisa busca compreender as razões e os sentidos dispostos por estas mulheres para seus projetos de vida.

Este estudo é proposto dentro do campo da Psicologia Social Crítica, em que procuramos abarcar, à luz do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação, as possíveis armadilhas que tal itinerário pode conferir a uma utopia emancipatória. Além disso, buscamos identificar, em histórias de vida, movimentos de superação das condições restritivas, identificadas por intermédio de uma contextualização histórica que, por sua vez, nos forneceu elementos para discutir a possibilidade de fortalecimento da autonomia feminina nos dias atuais.

Palavras-chave: identidade, relações conjugais, gênero, indústria cultural, autobiografia, mulher, Psicologia Social

ANTUNES, M. S. X. Itineraries of female single life: reasons and meanings of single women's life projects in the light of sintagm Identity-Metamorphosis-Emancipation. Master's Degree Dissertation on Social Psychology. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2010.

## **Abstract**

---

This dissertation addresses the disclosure of a supposed itinerary of female single life conjectured by the production of a discourse, broadcast in mass communication media on a new social character: the “new single female”. Apparently, the notions about this “new single female” can build a political identity seeking recognition of new meanings to the character, who is then promoted as the protagonist of contemporary social changes. In a context of pluralism, it also seems to substantiate a process of social individualization.

Interests linked to this proposed cultural enhancement, when based on instrumental purposes, may trigger greater disparities to access and participate in social, economic and cultural benefits, and highlight unequal relationships already established among social actors. In these cases, the restoration of the “single female” character seems to distance itself from the notion of an identity proposal of autonomous character. Contrarily, it is designed as an option among excluding and discriminatory choice possibilities. Thus, this research seeks to understand the reasons and directions laid out by these women regarding their life projects. This study is proposed within the field of Critical Social Psychology, in which we aim at covering, in the light of the sintagm Identity-Metamorphosis-Emancipation, potential pitfalls that such itinerary may give an emancipatory utopia. Moreover, we seek to recognize in lifestories the movements to overcome the restrictive conditions identified through a historical context that, in turn, provided us with information to discuss the possibility to strengthen the autonomy of women nowadays.

Keywords: identity, marital relationships, gender, cultural industry, autobiography, women, Social Psychology

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1. ASPECTOS HISTÓRICOS</b>	17
<b>1.1 Vidas conjugadas na metrópole</b> .....	17
1.1.1 <i>A privação dos espaços públicos</i> .....	21
<b>1.2 Fragmentos de emancipação: a “invasão feminina”</b> .....	27
1.2.1 <i>A circunscrição dos direitos cívicos das mulheres</i> .....	32
<b>2. ASPECTOS SOCIAIS</b>	38
<b>2.1 Tecendo sentidos num cenário de Modernidade e Pluralismo</b> .....	38
2.1.1 <i>Cidades grandes, lares pequenos: a configuração de um cenário contemporâneo</i> .....	41
<b>2.2 Vidas no singular e a singularidade das grandes cidades</b> .....	47
2.2.1 <i>Amores consumíveis e as relações afetadas</i> .....	53
<b>3. ASPECTOS TEÓRICOS E CIENTÍFICOS</b>	59
<b>3.1 Trajetos teórico-conceituais</b> .....	59
3.1.1 <i>O devir identitário</i> .....	61
3.1.2 <i>De que “sexualidade” partimos?</i> .....	66
3.1.3 <i>Igualdade e liberdade: uma encruzilhada para as políticas identitárias</i> .....	71

<b>4. ASPECTOS DE PESQUISA</b>	80
<b>4.1 A construção de uma personagem: questões para estudo</b> .....	80
4.1.1 <i>Problematizando uma personagem: desconstruções em estudo</i> .....	83
4.1.2 <i>Caracterizando uma personagem: desigualdades em estudo</i> .....	98
<b>4.2 Itinerários identitários e a economia dos projetos de vida</b> .....	102
4.2.1 <i>Entre desigualdades de base material e discrepâncias simbólicas</i> .....	110
4.2.2 <i>Uma proposta, dois itinerários: autonomização ou atomização?</i> .....	115
<b>5. ASPECTOS METODOLÓGICOS</b>	120
<b>5.1 Quando o singular concretiza o universal</b> .....	120
5.1.1 <i>O protagonismo em histórias de vida</i> .....	121
<b>5.2 Narrativas de vida</b> ... ..	125
5.2.1 <i>Lori</i> .....	126
5.2.2 <i>Neli</i> .....	137
5.2.3 <i>Elli</i> .....	151
<b>5.3 ... e o sentido da história em seus enredos</b> .....	162
5.3.1 <i>Quem essas mulheres ousam ser?</i> .....	165
5.3.2 <i>Tradição</i> .....	169
5.3.3 <i>Maternidade</i> .....	171
5.3.4 <i>Aspectos afetivo-sexuais</i> .....	172
<b>5.4 Mulheres públicas, identidades privadas</b> .....	176
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	188
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	197

## INTRODUÇÃO

Jornais e revistas, em meio impresso, televisivo e eletrônico, têm trazido manchetes que apresentam um novo estilo de vida – a vida só – como uma tendência das mudanças nas relações sociais. Com base em dados demográficos que apresentam um aumento de “domicílios unipessoais” nas metrópoles brasileiras desde a década de 1970, ressalta-se, como foco de notícia, a incidência de mulheres que vivem sós e são chefes de seus domicílios nas capitais brasileiras, em especial, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A promoção deste discurso infere noções sobre uma “nova solteira”, considerada protagonista das tendências sócio-demográficas e de transformações nas relações de gênero. (GONÇALVES, 2007)

Ao ganhar destaque no discurso veiculado pela mídia<sup>1</sup>, este retrato de “vida no singular” gera inquietações que nos move à pesquisa. Asseveramos que a problemática, tal como é divulgada, pode e deve ser trabalhada em nível acadêmico-científico, tendo em vista que o discurso científico tem sido utilizado, pelos meios de comunicação de massa, para legitimar e divulgar esta nova personagem social. Assim, empreendemos um estudo que objetiva percorrer os itinerários da vida de solteira. Procuramos, deste modo, abordar criticamente as noções que promovem tal personagem na mídia e conferem sentidos para os modelos que divulga. Bem como, vislumbramos compreender, por intermédio de narrativas de história de vida de mulheres solteiras, o sentido que é, por estas, atribuído à personagem, diante de suas propostas identitárias.

Esta personagem “nova solteira” é, no geral, caracterizada, segundo o material consultado pela autora, na conjunção de alguns atributos: “predominantemente, mulheres urbanas morando sozinhas, sem filhos, da região sudeste, mais precisamente, nas capitais São Paulo e Rio de Janeiro, descritas como mulheres jovens, de classe média e alta, independentes economicamente, consumidoras e liberadas.” (GONÇALVES, 2007, p. 56) Sobrejacentes a uma política identitária, as noções sobre uma “nova solteira” têm como propósito reivindicar o reconhecimento, dentro de um contorno populacional, de uma nova personagem na sociedade brasileira. Contudo, ainda não nos são claros os interesses em que

---

<sup>1</sup> O site da Fundação Getúlio Vargas oferece uma lista das matérias dispostas até 2005, por diferentes veículos de comunicação de massa, a respeito da pesquisa que realizou sobre os temas sexo, casamento e economia no Centro de Pesquisas Sociais da FGV. Disponível em:

<[http://www.fgv.br/ibre/cps/pesquisas/impacto\\_2005/casam\\_impacto.htm](http://www.fgv.br/ibre/cps/pesquisas/impacto_2005/casam_impacto.htm)> Último acesso: 20/02/2010

se baseia esta política. Debruçamo-nos, então, sobre os referentes dispostos à elaboração e difusão desta personagem no contexto cultural em que se inscreve, atentando para suas correspondências e contraposições perante narrativas de vida de mulheres solteiras que residem em domicílios unipessoais na capital metropolitana de São Paulo.

No capítulo 1, procuramos esboçar diferentes contextos históricos, com foco direcionado para as transformações ocorridas na vida das mulheres. Este panorama nos ajuda a localizar os modelos e ideais sobre o feminino em cada um destes momentos, a fim de entender os universos simbólicos que estão em jogo na sustentação da noção de uma nova personagem social. Observa-se que, embora a “nova solteira” seja uma personagem particularmente contemporânea, funda-se numa contradição. Embora seja relacionada aos princípios do individualismo moderno e, como se supõe, expressa tendências de mudanças sociais, suas noções comportam muitos valores arcaicos. Por exemplo, as acepções que nos oferecem distinções entre “novas solteiras” e “solteiras do passado” recorrem a referências valorativas que se pautam na normatividade das relações conjugais instituídas ainda no início do século XIX.

Consideramos, desta forma, que as noções sobre a “nova solteira” comportam, como compreende Williams (WILLIAMS in SARLO, 1997), “elementos dominantes, residuais e arcaicos”, resultando na ambiguidade de sentidos própria de um contexto de pluralismo<sup>2</sup>. Esta personagem social nos parece, então, sintomática à conceituada crise de sentidos e das transformações sócio-culturais advindas da modernidade. Assunto que será abordado no capítulo 2.

No capítulo 3, esboçamos os trajetos teórico-conceituais pelos quais pudemos reunir temas transversais e discuti-los à luz de uma perspectiva crítica, dentro do campo da Psicologia Social. A proposta de compreensão das razões e dos sentidos de projetos de vida de mulheres solteiras à luz do sintagma advém de como Ciampa (2008 [1987]) entende “identidade” – um processo dinâmico que diz respeito à constante representação do si mesmo. Ou seja, ainda que a identidade aparente ser inalterável, é sempre um processo de metamorfose que, por sua vez, engendra um sentido ao processo identitário. Apregoando personagens, os movimentos de metamorfose da identidade representam processos de *mesmice* (quando há reposição da personagem; de caráter conformista ou de resistência) ou

---

<sup>2</sup> Para Berger & Luckmann (2004), com a modernidade, o pluralismo e a sociedade de consumo, o paradoxo da época de globalização é a impossibilidade de obtermos concepções e sentidos compartilhados em grandes grupos da sociedade, desencadeando crises de sentido.

de *mesmidade* (processo de alterização da personagem que ocorre em função da degradação ou superação da identidade pressuposta).

Vale ainda ressaltar que o processo identitário tem um caráter intersubjetivo, tendo em vista que tanto o sujeito quanto a situação social se constituem em e por meio de práticas sociais e, desta forma, podem ser reiterados. Nesta perspectiva, a identidade não se dá naturalmente, mas como uma produção histórica que concretiza políticas e encarna ideologias. A formação identitária é, pois, um movimento progressivo de humanização<sup>3</sup> do sujeito que, quando orientado pelo *interesse da razão*<sup>4</sup>, empreende-se com autonomia e segundo princípios humanizadores de propósitos universalizáveis. Por este intento, o sujeito humano atua, subsidiado por uma utopia emancipatória, na luta pela clarificação das condições dadas e libertação de coerções, contribuindo para a transformação de si e do entorno social.

No intuito de oferecer um suplemento ao campo em que Gonçalves (2007) empreendeu sua pesquisa, retomamos a análise de matérias em revistas de grande circulação nacional que versam sobre a “nova solteira”, do período de 1999 a 2009. Tarefa esta desenvolvida no capítulo 4. O objetivo principal desta análise é realizar uma reflexão crítica sobre os interesses e propósitos da política identitária que subjaz o discurso produzido e divulgado na mídia sobre a mulher solteira no Brasil.

Como assinala Gonçalves (2007), “as noções presentes no material veiculado pela mídia podem ser inscritas no âmbito do senso comum” (GONÇALVES, 2007, p. 4) e, como um sistema cultural, constrói significados que servem de referência para a prática social e para a compreensão do mundo em determinado contexto social e histórico. O que justifica nosso empenho em, principalmente, revigorar a análise com uma atualização deste material.

O capítulo 5 apresenta o contexto metodológico, o que vem a esclarecer os procedimentos de pesquisa e a adequação desta à proposta de estudo.

A escolha por uma metodologia qualitativa biográfica se deu a partir da compreensão de que o sentido exposto por uma narrativa de história de vida pode nos informar sobre a relação que existe entre o que se vive no ambiente mais restrito e a organização da vida social. Este referencial teórico-metodológico nos permite, então, considerar a relação

---

<sup>3</sup> Para o autor, o indivíduo nasce potencialmente *humanizável*. São os processos intersubjetivos que permitem a humanização, após sua inserção num mundo organizado por um sistema lingüístico e por normas sociais. (CIAMPA, 1996)

<sup>4</sup> Habermas (1989 [1968])

dialética entre o indivíduo e seu entorno social, tanto “naquilo que lhe é específico como naquilo em que ele é manifestação grupal social” (LANE, 1999, p.19).

Como nosso campo de pesquisa principal e, subsidiado pelo trabalho analítico sobre as matérias de revistas, buscamos abarcar os significados da personagem “nova solteira”, tal como eles aparecem na narrativa de mulheres que assim podem ser caracterizadas pelas noções adjacentes ao termo. Contamos com um método compreensivo que é aplicado sobre entrevistas em profundidade realizadas com mulheres solteiras, com idades acima dos 35 anos, sem filhos, residentes na região metropolitana de São Paulo, de nível sócio-econômico médio a alto e escolaridade superior, a fim de contemplar os atributos que se aproximam do perfil da denominada “nova solteira”. Por intermédio de suas histórias de vida, objetivamos compreender, à luz do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação desenvolvido por Ciampa (2008 [1987], 1998, 1996), os sentidos que esta personagem encerra à formação identitária destas mulheres, em vista da consecução de projetos de vida de aspiração autônoma e emancipatória.

Os valores e princípios do pensamento liberal clássico – tais como as noções de autonomia, liberdade e igualdade de oportunidades – são freqüentemente<sup>5</sup> relacionados às transformações sociais que ocorreram a partir da década de 50, inspirando inclusive o movimento feminista e decorrentes lutas no campo da sexualidade. Esta bandeira é retomada nas interpretações a respeito da “nova solteira” conquanto uma política de identidade que, aparentemente, aspira para que representações que degradam a feminilidade pelo signo da condição de solteira sejam transformadas. Entretanto, para reconhecermos a extensão deste processo libertário é preciso refletir criticamente sobre as condições e possibilidades de humanização no mundo moderno do ponto de vista de um contínuo histórico, com seus contextos e relações de poder atravessados por movimentos de regulação e emancipação.

Neste enquadramento, inferimos que as noções que compõem a idéia de uma “nova solteira” podem ser pautadas por uma lógica conveniente às razões instrumentais de manutenção do *capitalismo tardio*. Em detrimento de espaços comunicativos que fomentem entendimentos intersubjetivos do que venham a ser “novas solteiras” na contemporaneidade ou que contemplem as várias perspectivas e expectativas sobre *vidas no singular*, a síntese de tais políticas identitárias podem funcionar como heteronomias normativas. Assim, uma autonomia ilusória é promovida correspondentemente à noção de livre arbítrio, ou seja,

---

<sup>5</sup> Alguns dos autores que apresentam esse argumento: Gonçalves (2007); Bauman (2004); Matos (2000)

transforma-se a possibilidade de “individuação do sujeito socializado no isolamento de um sujeito libertado, que se possui a si mesmo” (HABERMAS, 1990, p. 227).

O estudo aqui desenvolvido pretende, desta forma, abordar as contradições que estariam presentes nas noções dispostas culturalmente sobre uma “nova solteira”, ao visitar diferentes interpretações dentro da literatura científica. Desde obras que versam sobre o potencial emancipador dos significados referidos a tal política de reconhecimento até as que conjecturam que o aumento de mulheres solteiras é reflexo de um esmaecimento dos vínculos afetivos. Mais profundamente, buscamos compreender, a partir da narrativa de mulheres solteiras que se aproximam deste perfil designativo, quais dessas razões e interesses estariam sustentando seus projetos de vida e precipitando sentidos para as metamorfoses de suas identidades. Ao mesmo tempo, procuramos analisar sob que condições este aparato simbólico tem estimulado – as mulheres de modo geral – ganhos em termos do exercício da autonomia, individualidade e cidadania.

## 1. ASPECTOS HISTÓRICOS

As mulheres livres de hoje podem defender-se melhor porque trabalham e ganham sua vida. O trabalho das mulheres não é uma fantasia, mas sim a possibilidade de sua autonomia. É por isso que elas fazem questão dele, e não em nome de não sei que amor perverso ao trabalho! O casamento de antigamente, mais aliança do que amor, resolvia os problemas da vida das mulheres, ao mesmo tempo que os da transmissão e da reprodução. Não devemos, aliás, diabolizá-lo. Pode ter havido alguns deles que foram felizes. Mas não é esse o ponto. Era um outro sistema familiar, em que o grupo primava sobre os indivíduos, e especialmente sobre as mulheres, que não eram indivíduos. Ao alcançar a igualdade individual, as mulheres não podem mais aceitar esse estatuto.

Michelle Perrot<sup>6</sup>

### 1.1 Vidas conjugadas na metrópole

Desde o Brasil colonial do século XVII os arranjos matrimoniais são utilizados como o principal meio de organizar e manter a sociedade, sendo, portanto, um aspecto de relevância cultural e suas implicações políticas e econômicas. Para ganhar legitimidade, o pacto matrimonial pode firmar-se por meio de contrato, tal como outras instituições das relações sociais e políticas, como a cidadania e o trabalho. Segundo Carole Pateman (1993), o contrato social pressupõe o contrato sexual, enquanto a liberdade civil pressupõe o direito patriarcal.

A história do contrato social sempre nos foi apresentada via a proeminência da esfera pública da liberdade civil. Contudo, a parte que lhe é atribuída como privada, ou seja, o contrato sexual, não é encarado como politicamente relevante, escamoteando uma sociedade civil, em sua gênese, de uma ordem social patriarcal. O conceito de patriarcado é empregado neste estudo com o seguinte sentido: o direito de dominação e sujeição das mulheres pelos

---

<sup>6</sup> Perrot (1998, p. 192)

homens.<sup>7</sup> Caminhemos, então, pela História para acompanhar esse processo, do ponto de vista do impacto do contrato sexual e matrimonial na vida e na identidade das mulheres brasileiras.

No contexto social do século XVII, o casamento era visto como um empreendimento, perante uma economia baseada na produção de grandes grupos familiares, como nos mostra Muriel Nazzari (2001), em seu estudo historiográfico sobre o desaparecimento do dote na São Paulo do século XVII ao XIX. Com o dote da esposa, adquiria-se a maior parte dos meios de produção necessários para dar início a uma nova unidade produtiva.

Em virtude da importância pública do dote e do casamento, Nazzari (2001) conclui que determinadas mulheres – a esposa e as filhas das famílias proprietárias – puderam ocupar uma posição de poder privilegiada dentro do casamento. Todavia, a autora faz uma ressalva ao que vem chamar de “posição de poder privilegiada”, dado que o dote assegurava financeiramente o futuro de uma mulher e também era sua fonte de orgulho perante a sociedade. O consentimento explícito da esposa para transferências de bens era prevista em lei, embora a responsabilidade de administração do dote coubesse ao marido. Ainda segundo a autora, com a extinção gradativa do dote, esta posição só pôde ser assegurada novamente com o ingresso da mulher na força de trabalho remunerada a partir do século XX.

Os dotes muito grandes concedidos pelos paulistas do século XVII e seus grandes legados a filhas solteiras ajudam a explicar porque se verifica que praticamente todas as filhas de famílias proprietárias se casavam. (...) O casamento era evidentemente a regra para as mulheres que possuíam bens. (NAZZARI, 2001, p. 57)

Esta constatação confirma a intrincada relação entre a esfera socioeconômica e a vida conjugal, atualizada no decorrer histórico. Como pudemos observar, as condições socioeconômicas que eram possibilitadas às mulheres brasileiras do século XVII decorriam de um legado familiar, acentuando a manutenção da relação de dependência com seus genitores. Apesar da organização familiar ocorrer em função das posições hierárquicas ocupadas nesta, salientamos que, dentro de uma sociedade patriarcal, o casamento era um contrato de propriedade entre homens, no qual, o pai da noiva realizava os trâmites do dote que era endereçado formalmente ao genro.

---

<sup>7</sup> A respeito de outras acepções do termo, vale conferir o capítulo que Pateman dedica em seu livro para esta discussão. PATEMAN, C. Confusões Patriarcais. In: *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p.38-65

No contexto social das sociedades modernas e burguesas do século XX, organizadas por classes, podem-se inferir outros sentidos ao que venha se configurar como uma “posição socioeconômica privilegiada” para as mulheres, sentidos estes ligados, principalmente às noções de autonomia que são dispostas por uma cultura individualista própria de um sistema capitalista. Com relação a esta problemática, postergamos, para os capítulos seguintes, a análise sobre a proposição de que a inserção da mulher no mercado como força de trabalho é insuficiente para vislumbrar fragmentos emancipatórios, perante outras relações de desigualdade que restringem sua participação na sociedade brasileira. Há de se considerar, contudo, que, resguardadas as diferenças de contexto histórico, ambas as situações de “benefício socioeconômico” interpelam a esfera da vida conjugal, embora de forma verticalmente oposta. Se a “regra” para as mulheres que possuíam bens do século XVII era casar-se, atualmente, enfatiza-se a tendência de que as mulheres “bem-sucedidas” mantenham-se solteiras.

De acordo com Nazzari (2001), o Brasil, tanto quanto as regiões mais centrais do mundo ocidental, mudaram de uma “sociedade hierárquica, tipo *ancién régime*, na qual eram primordiais a posição social, a família e as relações clientelistas, para uma sociedade mais individualista, em que, cada vez mais, passaram a dominar o contrato e o mercado.” (NAZZARI, 2001, p. 22) Da ordem aristocrática à ordem burguesa, o casamento, tal como fora pactuado, oferecera obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo. Cada vez mais baseada na posse do capital e na capacidade empresarial, a sociedade passa a proporcionar oportunidades para a independência, principalmente dos filhos homens, do domínio de seus pais e do desígnio de carecimento do dote de uma esposa. O comércio e a exploração de jazidas de ouro promoveram “pretendentes auto-suficientes”, que já não precisavam de grandes dotes para estabelecerem-se economicamente e passaram a contribuir mais que suas esposas para os bens do casal, transformando, desta forma, o pacto matrimonial.

Cogita-se que esta mudança no pacto matrimonial também decorreu de uma considerada desproporção entre homens e mulheres na cidade de São Paulo, provocada, por exemplo, pela emigração dos homens para Goiás, Cuiabá e Minas Gerais, após a descoberta das minas. O censo de 1765 aponta um número substancial de pessoas que jamais haviam se casado, além da existência de muitas famílias chefiadas por mulheres já nesta época. Contudo, atenta a autora:

As inúmeras mulheres solteiras na São Paulo do século XVIII não eram filhas de proprietários, pois a maioria destas se casava, o que indica que o casamento ainda era uma questão de propriedade. Das 233 filhas da amostra do século XVIII com 25 anos ou mais, somente 29, ou 13%, eram solteiras. E essas mulheres solteiras não necessariamente permaneceriam solteiras pelo resto da vida. Talvez as mulheres estivessem se casando mais tarde, porquanto a proporção de famílias que possuíam filhas solteiras com mais de 25 anos havia passado de apenas 7%, no século XVII, para 26% no século XVIII. (NAZZARI, 2001, p.133)

Corroborando com esta aceção, a autora traz a crítica do então governador de São Paulo sobre o sistema de casamento da época. Para ele, o casamento era destinado para os que possuíam bens e não para os pobres, por conta, inclusive, das “dispendiosas exigências” da Igreja para legitimar a união. Enquanto no século XVII, era a linhagem do genro que se equiparava ao dote da noiva, a descentralização da riqueza da rede familiar no século XVIII fez com que os genitores procurassem casar suas filhas com homens ricos, ainda que de status inferior. A lei que sustentava o sistema de dote tinha uma visão estática de propriedade e, não levando em conta as forças do mercado, foi caindo em desuso.

Na sociedade horizontalizada por classes, as funções da família tiveram que ser reintegradas ao novo conceito de propriedade privada<sup>8</sup> e ao novo processo de produção. A família, destituída do papel econômico de produtora, passa a responder como instância de consumo. Enquanto que a terra, subtraída de seu valor de uso, adquire um valor de troca e passa a ser vista com uma mercadoria. Para Nazzari (2001), a necessidade de uma sociedade formal que pudesse efetivar este novo empreendimento produtivo adota uma forma de controle que é baseado no contrato e em novas posições hierárquicas, por intermédio de uma organização burocrática. O que resulta, segundo a autora, no enfraquecimento do controle patriarcal.

Deste modo, o casamento deixa de ser o principal meio de definição dos procedimentos empresariais, tornando-se uma opção pessoal. Com a redução do valor e mesmo da concessão dos dotes, o papel das esposas no sustento do casal ficara restringido à vida privada, tornando mais pronunciada a assimetria entre os cônjuges nas classes proprietárias.

Na segunda metade do século XVIII inverteu-se o pólo econômico. O êxito da produção agrícola – de algodão, açúcar e café – para exportação e a decadência da produção

---

<sup>8</sup> Após a Independência do Brasil, a terra tornou-se propriedade privada. Na década de 1820, novas leis e a Constituição Imperial garantiram a liberdade individual sobre a propriedade privada, inclusive, contra o poder do Estado.

das minas e do comércio levaram a província de São Paulo ao desenvolvimento e à independência. A criação de estradas rudimentares, seguida da primeira estrada de ferro construída em 1864, o crescimento populacional, a fundação da Faculdade de Direito, os teatros, os correios e a concessão da imprensa, todos estes fatores contribuíram para que São Paulo conquistasse sua independência e apresentasse uma vigorosa economia de mercado, que mudaria as condições de vida de seus habitantes.

O início de uma classe média pode ser notado, justamente, a partir das famílias urbanas que moravam de aluguel no centro de São Paulo e, embora “exibissem status de elite por sua educação, móveis e relações que mantinham”, possuíam poucos bens (NAZZARI, 2001, p. 163). Este tipo de família já esboça características “modernas”, visto que seu status socioeconômico passa a ser mensurado pelo seu poder de consumo como unidade familiar e pelo capital humano que seus membros venham a oferecer. O futuro da família dependia, assim, da capacidade de profissionalização dos filhos homens e de que as filhas solteiras encontrassem um marido que as sustentassem, ou ficariam subordinadas aos cuidados dos irmãos.

O novo sistema econômico e a constituição do Estado Moderno instauravam mudanças no âmbito dos costumes, o que, paulatinamente, resultou no desaparecimento do dote. Em conseqüência, as formas tradicionais de solidariedade dissolviam-se. Concomitantemente, observa-se uma transformação da família extensa corporativa para a “família conjugal”, provocada, inclusive, pelo novo sentido disposto ao casamento com o surgimento do amor romântico<sup>9</sup>.

### *1.1.1 A privação dos espaços públicos*

Segundo Maria Ângela D’Ancao (2001), a cidade burguesa do século XIX ganha demarcações que opõem a casa, espaço privado, à rua, com seu novo status de lugar público. Por conseguinte, é neste espaço público das cidades que a distância entre homens e mulheres pode ser edificada por uma divisão racional dos papéis, das tarefas e dos espaços sexuais. Michelle Perrot (1998), ao apresentar-nos os transeuntes da sociedade democrática ocidental

---

<sup>9</sup> A este respeito, consultar: COSTA, J. F. *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

moderna, especialmente da França, ilustra o modelo proposto ao Brasil no novo regime político, cujo propósito era difundir “hábitos civilizados”:

O homem público, sujeito eminente da cidade, deve encarar a honra e a virtude. A mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria. (PERROT, 1998, p. 7)

Investigando a questão da representação e da participação das mulheres em todos os níveis de poder, Perrot (1998) percorre as imagens, os lugares e as vozes femininas que compõem o cenário urbano da França no século XIX, disponibilizando um rico material histórico sobre as mulheres e suas progressivas conquistas em termos de cidadania social e política.

Na Europa do século XIX, as mulheres que circulavam pela cidade desempenhavam um papel alegórico. A imagem difundida nos monumentos e fachadas é a de “mulheres-emblemas”, representantes de nações e regimes políticos, como a Rainha Vitória, da Inglaterra e de Marianne, representante da República Francesa. Enquanto que, nas ruas das cidades, encontram-se “mulheres ignorantes e desencorajadas por uma violência conjugal dominadora e pouco preocupada com seu próprio prazer” (PERROT, 1998, p. 20). Entre o modelo de mulher inacessível e a mundana, as estrelas de teatro, as cortesãs da galanteria<sup>10</sup> e as prostitutas dos *rendez-vous*, havia, ainda, a esposa “regular”, aquela que cuidava da casa. Também estavam presentes neste cenário as empregadas e as costureiras, que movimentam a moda das classes médias.

A estética demarcada pelo padrão de beleza das princesas das cortes europeias influenciou as mulheres burguesas a ostentar luxo e lazer, anunciando a riqueza do marido. Assim, os homens também eram dependentes da imagem que suas mulheres pudessem passar às pessoas do seu grupo de convívio, significando um capital simbólico importante. O modelo de família burguesa era reforçado pela idéia de que ser mulher era, principalmente, ser mãe e esposa dedicada, reservando-lhes, principalmente, atividades no interior do espaço doméstico.

Com relação aos sentimentos, as regras prescritas pelo *amor romântico* marcaram mudanças nas sensibilidades e na relação dos corpos, com distinções do que ora se chamava

---

<sup>10</sup> A galanteria se difere dos bordéis de subúrbio, pela clientela burguesa e pelas suas cortesãs. Algumas delas tornavam-se celebridades, pelos seus gestos, feitos e gostos.

de sexualidade, ora de amor. Vista como base moral da sociedade, cabia à “mulher de elite, esposa e mãe da família burguesa, adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole” (D’ANCAO, 2001, p. 230). A virgindade, por exemplo, funcionava com um dispositivo para manter o *status* da noiva, princípio assentado no sistema de herança de propriedade. De acordo com Rachel Soihet (2001), o controle intenso da sexualidade feminina estava vinculado ao regime de propriedade privada, associado principalmente aos interesses das classes dominantes. A legitimação do casamento era, pois, um privilégio deste nível social, em razão dos altos custos das despesas matrimoniais e das exigências endereçadas ao homem para o desempenho do papel de mantenedor familiar, previstos pela ideologia burguesa. É possível acrescentar que estereótipos de mulheres solteiras podem ser flagrados em nossa literatura ficcional. Por exemplo, na obra de Machado de Assis (1872-1878), encontramos personagens como “tias solteironas”, “mães solteiras”, “viúvas patuscas”, “mulheres traidoras”, moças pobres que amavam homens de classes superiores ou homens que acabaram morrendo.

A princípio, a segregação sexual do espaço público proibia as mulheres de frequentar lugares políticos, judiciários, intelectuais e esportivos. Ao mesmo tempo, lhes era reservado espaços de exclusividade e sociabilidade, como lavanderias, ruas e mercados – para as mulheres de classes populares –, e igrejas e salões de chá e grandes magazines, para mulheres de melhores condições econômicas. Os grandes magazines ou templos do consumo, contudo, concentram uma população relativamente mista, embora cada vez mais feminina. Funcionárias e balconistas eram submetidas à vigia dos chefes de seção – a maioria, homens – e a rigorosas regras, como a permanência em pé, que só foi desautorizada pela “lei das cadeiras” de 1900. As paixões das donas de casa pela mercadoria substituem a devoção pelo sagrado. O roubo tornou-se a forma principal de delinquência feminina: “gesto de costureiras precisando de material de trabalho, de operárias em busca de pequenos enfeites, de mulheres da sociedade com obsessão pelas novidades.” (PERROT, 1998, p. 40)

Soihet (2001) aponta que outras contravenções criminais eram assinaladas pelas desigualdades de gênero. Por exemplo, designava-se à mulher a condição exclusiva de agente de crimes passionais<sup>11</sup>, que, apenas pela sua inversão simbólica, ou seja, pela justificativa de

---

<sup>11</sup> O médico Cesare Lombroso (1872-1944), dedicado ao estudo da criminologia, designava às mulheres deficiências que supostamente lhes conferiam traços criminosos específicos. Como um estudo de referência para a medicina social, compôs a regulamentação jurídica da época. Ver: COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

que a mulher era instintivamente passiva, pode, pouco a pouco, eximi-la desta condição jurídica. De acordo com o Código Penal brasileiro de 1890, a penalidade pelo adultério também só era aplicada à mulher, dado que o homem tinha plena condições de exercer sua sexualidade – o que inclui uma conduta extra-marital – desde que não oferecesse nenhuma ameaça ao patrimônio familiar.

O direito de livre circulação nas ruas da cidade, principalmente à noite, era restrito aos homens e às profissionais – que serviam a eles –, sob pena de uma mulher “decente” que andasse só, estar sujeita a sofrer toda forma de violência ou represálias prescritas judicialmente. As operárias noturnas, por exemplo, pernoitavam nas fábricas em condições insalubres, para não terem que enfrentar os riscos da noite. Os códigos de urbanidade disseminados pela moda e pela escola passam a ditar o que é de “bom tom” a uma mulher “decente”, o que incide principalmente às mulheres “da sociedade”, por conta de sua função de representação. De acordo D’Ancao (2001), as mulheres tiveram que aprender a se comportar em público, já que sua conduta era submetida ainda aos olhares dos pais e dos maridos, e, principalmente, aos da sociedade. Fumar, vestir calças ou expor os cabelos em público era para as mulheres que desacatavam a moral ou para as que faziam destas atitudes seu emblema de contestação.

Todavia, uma maior liberdade de circulação das mulheres casadas e das mulheres “de mais idade” nas vias públicas decorreria, segundo Nazzari (2001), por ocasião do desestímulo sexual que viriam a representar. Ainda assim, aconselhava-se que estas mulheres estivessem acompanhadas e que transitassem em horários oportunos. Liberdade que se estendia às “mulheres do povo”, operárias que, durante o dia, perambulavam pelos mercados e lavanderias barganhando mercadorias. Observa-se ainda, que algumas mulheres do século XIX moviam-se entre as cidades que, mesmo sem condições de acolhê-las adequadamente, instigavam-nas a migrar em busca de emprego. Geralmente, camponesas à procura de serviços domésticos ou de costura e, burguesas médias, contratadas como preceptoras.

A aceleração da urbanização trouxe, no Brasil de meados do século XIX, as populações pobres para as áreas centrais das capitais que visavam se estabelecer próximas ao mercado de trabalho. Todavia, na cidade de São Paulo, por exemplo, este também era o lugar “das virtualidades burguesas”, casas de ópera e lojas comerciais, descontentando os grupos dirigentes, que estavam dispostos a acabar com os cortiços ou habitações populares. (SOIHET, 2001)

O espaço no interior das residências também é influenciado pela vida burguesa, demarcando ainda mais os limites do convívio e as distâncias sociais que assinalam a nova classe e o povo e, “permitindo um processo de privatização da família marcado pela valorização da intimidade” (D’ANCAO, 2001, p. 228). Quando ao espaço público, ganhou instabilidade de frequência diante do apreço pela privacidade que decorre de melhores condições de habitação, das distâncias estendidas, do desenvolvimento dos lazeres e da televisão. Para ilustrar a repercussão que esta mudança gerou no cotidiano das mulheres, usamos de exemplo a extinção das lavanderias públicas na década de 1860. Estes espaços públicos serviam às mulheres que ali circulavam como espaços de convivência e de resistência. Com sua extinção, diminuíram seus espaços de comunicação e ajuda mútua, levando os membros das camadas populares a reivindicar seus direitos sobre o espaço urbano.

No caso das classes dominantes, de acordo com Nazzari (2001, p. 164), “é dentro desse contexto que o impulso para a educação e a alfabetização feminina pode ser compreendido como um substituto do dote”. Esta autora também relaciona o aumento no número de mulheres de famílias ricas alfabetizadas ao enfraquecimento patriarcal e ao crescimento do individualismo a partir do século XVIII. Contudo, este suposto “enfraquecimento” é tomado com cautela por Pateman (1993), asseverando que, com a “derrota política do pai”, um contrato original se firma em meio à criação de um “*patriarcado fraternal* moderno”. Acrescenta a autora: “O patriarcado deixou de ser paternal há muito tempo. A sociedade civil moderna não está estruturada no parentesco e no poder dos pais; no mundo moderno, as mulheres são subordinadas aos homens enquanto homens, ou enquanto fraternidade” (PATEMAN, 1993, p. 18).

Como exemplo disso, constata-se que a alfabetização de filhas e de esposas de proprietários de terras e de profissionais liberais refletia muito mais uma questão de classe do que a superação de uma desigualdade de gênero. Mesmo no século XIX, o favorecimento das filhas pelo dote – quando este ainda ocorria –, era equivalente aos desembolsos de capital destinado aos filhos homens no processo de colação, ou seja, quando os pais morriam. No mais, não se contabilizava as despesas com educação, vigorosamente superiores quando destinado aos filhos homens. D’Ancao (2001) também vê com desconfiança o suposto enfraquecimento do controle patriarcal, acrescentando:

A vigilância, como se sabe, sempre foi a garantia do sistema de casamento por aliança política e econômica. O atenuamento dela, quando interpretado

simplesmente como liberação da mulher, pode nos levar a conclusões confusas ou pouco esclarecedoras a respeito da própria vigilância e da família que a praticava e conseqüentemente da família que deixou de praticá-la. O costume da vigilância e do controle exercido sobre as mulheres e o seu posterior afrouxamento no decorrer do século XIX, com a ascensão dos valores burgueses, estavam condicionados ao sistema de casamento por interesse. (D'ANCAO, 2001, p. 236)

A autora assim constata que o afrouxamento da vigilância e do controle só fora possível porque as próprias pessoas, especialmente as mulheres, passaram a se auto-vigiar. Pela educação e pela rotina, aderiam aos costumes burgueses. Um exemplo disso foi a possibilidade do ócio entre as mulheres de elite burguesa, que as incentivava à leitura de romances, fomentando a idealização das relações amorosas e das perspectivas de casamento. Acrescenta D'Ancao (2001) que era na privacidade dos aposentos da casa que os sentimentos podiam explodir, justapostos à máscara social que pedia a supressão do corpo e a repressão dos sentimentos – contradições da sociedade burguesa e capitalista.

## 1.2 Fragmentos de emancipação: a “invasão feminina”

As formas de escritura – correspondências, literatura e, posteriormente, a imprensa – contribuíram para que as mulheres entoassem suas vozes no espaço público. Contudo, lembra-nos Perrot (1998, p. 64-65), que “a arte oratória, levada ao auge pela Revolução, é a ‘desforra ostentatória da virtude viril e da eloquência masculina’ sobre a efeminação da conversa de salão.” Assim, a existência cultural das mulheres nas tribunas destacava-se por sua prestimosa atenção e silêncio. As poucas mulheres que se aventuravam a manifestar as dificuldades do povo em Assembléia Nacional, com ocorrera em Versalhes, foram expulsas e proibidas de falar de política.

Só no final do século XIX algumas práticas profissionais, como a advocacia, lhe foram admitidas perante a lei. Como destaca Perrot (1998), a visibilidade de uma mulher ingressa no interior de um partido socialista austríaco é conferida, pelos colegas de fábrica com quem trabalhava, pela prerrogativa que “falava como homem, pois só homens sabiam falar assim” (PERROT, 1998, p. 70). Sua identidade de gênero era, de tal modo, contestada.

A partir do século XX, o acesso das mulheres ao domínio público é tomado, desta maneira, como uma “invasão feminina”, junto às rupturas políticas, científicas e filosóficas que se deram por meio de muita luta. A individualização econômica recorreu ao baixo salário feminino no maquinismo, a pílula tomou o caráter de uma revolução no controle da concepção, o pensamento feminista funda nova consciência, subvertendo os limites. Mas, sustenta Perrot (1998), estes não foram meros efeitos da modernização; o processo de “feminização do mundo”:

Supõe complexas interações em que as mulheres desempenharam seu papel, ora individualmente, na obscuridade de gestos desconhecidos, de vidas anônimas; ora coletivamente, através de irrupções espontâneas – revoltas de subsistência, greves... – ou de ações mais organizadas; surgimento, pela caridade e pela filantropia, de uma cidadania social que torna ainda mais berrante a deficiência do político; feminismos de todo tipo que, em sua intermitente continuidade, denunciam as injustiças e as contradições da democracia. Com eles, o poder de dizer ‘não’, essa ‘força de obstrução’ que se costuma creditar às mulheres, transforma-se em reivindicações e até em projetos alternativos. (PERROT, 1998, p. 93)

Na retaguarda dos homens em campos de guerra, as mulheres passam a desempenhar ocupações masculinas. Tornam-se motoristas, operárias metalúrgicas ou superintendentes de

fábricas que modificam o espaço do trabalho com a introdução, por exemplo, dos quartos de amamentação e a criação de creches. Entretanto, estes postos são reiterados pelos homens no fim da guerra. O obstáculo para que estas mulheres permanecessem nestes lugares era a questão do trabalho assalariado, que, por princípio civil, caberia apenas aos indivíduos – homens e brancos –, e ainda, por razões práticas da economia familiar. Todavia, condições demográficas e econômicas tiveram um papel importante no ingresso das mulheres ao trabalho assalariado na França do século XIX, como aponta Perrot (1998). Ressalta, porém, que a admissão das mulheres nos escalões mais baixos de trabalho e nível salarial refletia a ascensão dos homens na hierarquia dos empregos. A autora destaca, ainda, que o índice de 20% de mulheres casadas que, nesta época, exerciam atividade remunerada era o mais alto da Europa.

A difusão de um ideal vitoriano de um pai de família como provedor, e de uma mãe dona de casa, “anjo do lar”, não foi suficiente para angariar adeptos a esse estilo de vida, frente à situação econômica da burguesia em crise que, em consequência disso, puseram suas filhas para trabalhar em instâncias terciárias, tais como, ensino, banco e escritório. Os trabalhos destinados às mulheres estavam mais ligados a ocupações do que às profissões, como se exercessem, agora em público, funções próximas à maternagem – como a ocupação de irmã de caridade, parteira, professora e criada. É na área da saúde, revela Perrot (1998), que a discrepância entre as profissões masculinas e femininas conserva-se, ainda hoje, pela composição hierárquica do hospital público. De acordo com Margareth Rago (2001), também o espaço público moderno do início do século XX continua sendo definido como da esfera masculina, conservando divisões sexuais do trabalho em que as mulheres participam apenas como coadjuvantes, nas atividades de auxiliares, assistentes, enfermeiras e secretárias. A propósito, este caráter de colaboração acaba por justificar a menor importância dessas atividades dentro da organização hierarquizada dos campos produtivos e os baixos salários a estas atribuídas.

Não obstante, Perrot (1998) acrescenta que o trabalho assalariado pode ser visto como alavanca de independência das mulheres e possibilidade de sua autonomia e, posteriormente, também é considerado um meio de integração na cidade. Mesmo as “(...) prostitutas e cortesãs representavam uma contestação implícita desses ‘casamentos arranjados’ que, para muitas mulheres, aparecia como uma prostituição legal.” (PERROT, 1998, p. 112)

Ainda que o trabalho assalariado tenha angariado meios para a independência feminina, ele ainda marca relações de desigualdade e subordinação em suas formas de

organização e controle. Rachel Soihet (2001), em análise sobre as mulheres pobres no Brasil urbano da *belle époque* (1890-1920), destaca a quantidade expressiva de famílias chefiadas por mulheres sós na organização dos populares, fator que decorre não só das condições econômicas, mas da especificidade nas normas e valores de referida cultura. Daí, vale lembrar que “as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa”, como assinala Garcia (1998, p. 70).

O processo de industrialização do país, ocorrida no final do século XIX, fez com que mulheres solteiras de famílias mais pobres, em geral migrantes, preenchessem uma parcela significativa dos cargos gerados. Cargos estes que obedeciam a uma divisão sexual do trabalho, cabendo às mulheres as tarefas menos especializadas e menos remuneradas. Além de estarem expostas, nas fábricas, às investidas sexuais dos patrões e outras possíveis situações de humilhação, as imagens que se tinha socialmente destas trabalhadoras era quase sempre depreciativa. Como retrata Rago (2001, p. 579), as trabalhadoras eram consideradas “frágeis e infelizes para os jornalistas, perigosas e ‘indesejáveis’ para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e ‘degeneradas’ para os médicos e juristas.” A presença maciça destas mulheres, junto às crianças, nas fábricas do período inicial da industrialização era explicada pela contingência de fácil exploração do trabalho e grande rendimento econômico. Segundo Rago (2001), os homens de elite usavam da justificativa que esta população precisava trabalhar para se sustentar e, no caso das mulheres, uma suposta especificidade em suas constituições físicas, as tornavam inferiores às “mulheres normais”; consideravam-nas destituídas de formação moral, inclinadas ao vício e às tentações mundanas.

Com o avanço da industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina, seus espaços dentro das fábricas foram tomados. Mas não sem contestação. Como descreve Rago (2001), estas mulheres encontraram espaço na imprensa operária para denunciar aspectos importantes das relações travadas entre mulheres e homens no mundo das fábricas. Muito embora, tais reclamações fossem usadas contra elas próprias quando, absorvidas pela moralidade social, acirravam as idéias de que a fábrica era um “antro de perdição”, lugar inóspito para pessoas “passivas” e “indefesas” como as mulheres. Como exposto nessa passagem por Garcia, a repercussão destas noções perseveraram:

A progressiva expulsão das mulheres do mercado de trabalho industrial foi acompanhada pela vitória das concepções bastante problemáticas acerca da

feminilidade e da masculinidade e, especialmente, da definição e consagração de mitos a respeito da sexualidade feminina e de padrões morais de conduta para os sexos, que, formulados desde o final do século XIX, vigoram inabaláveis até meados dos anos 1960. (GARCIA, 1998, p. 76)

Também as ruas ganharam significados que ameaçavam a moralidade das mulheres e das crianças. Esta valoração dizia respeito aos problemas decorrentes do processo de urbanização: “o aumento das epidemias, da violência, dos roubos, a presença dos mendigos, loucos, cáftens, menores abandonados nas ruas da cidade, sem falar das agitações políticas promovidas por anarquistas e socialistas”. (RAGO, 2001, p. 588)

A implantação dos moldes da família burguesa no Brasil, além de acompanhar o modelo francês, também tinha o respaldo da medicina social. Características biológicas da mulher se faziam consonantes com os propósitos de uma mão-de-obra doméstica não remunerada. Dentre as características, destacam-se “a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal”. (SOIHET, 2001, p. 363).

Embora mantivessem um ideal que compunha o “ser mulher” naquela época, tal como a aspiração ao casamento formal, a total responsabilidade pelas tarefas domésticas, a inferioridade feminina perante os homens, as mulheres pobres destoavam do estereótipo do *sexo frágil*. Eram mulheres que trabalhavam muito para seu sustento. Na maioria, não eram formalmente casadas e assumiam integralmente a responsabilidade pelos filhos. Lutavam pela sua liberdade de locomoção e permanência nas ruas para que pudessem desempenhar suas atividades informais e estabelecer laços de sociabilidade, tomando iniciativa nas decisões e proferindo palavrões quando precisavam brigar, por exemplo, pelo uso das bicas e chafarizes públicos. A literatura do século XIX, como em *O cortiço*, publicado em 1890 por Aluísio de Azevedo, esboça que as mulheres de classes mais baixas ou sem recursos tinham, por ocasião, maiores possibilidades de experiências amorosas e/ou sexuais, já que as pressões sociais referentes ao casamento eram direcionadas a manutenção de um *status* e envolviam interesses políticos e econômicos, não as atingindo diretamente. A união conjugal que estabeleciam era, comumente, um regime de concubinato, dada as altas despesas matrimoniais. Todavia,

Até mesmo entre os anarquistas [parte dos populares], que condenavam o casamento monogâmico indissolúvel e a exigência da virgindade para a mulher e que defendiam o amor livre, o divórcio e o direito à maternidade voluntária, os

códigos da conduta sexual eram bastante severos. Isso revela ao mesmo tempo uma grande preocupação com a preservação da moralidade das mulheres do meio operário. (RAGO, 2001, p. 587)

Além disso, o casamento formal se figurava como um valor também para estas mulheres que, perante a distinção de classe e, principalmente, étnica que sofriam, mulheres negras, mestiças e brancas pobres recolhiam-se no anonimato de suas vidas concubinas, quando não eram sujeitas a exploração sexual. Sem contar os preconceitos dirigidos a estas que, atrevendo-se a uma vida livre ou de solteira, eram consideradas mulheres “perdidas”, “indignas”, incapazes de sentimentos nobres ou de servir de exemplo para “filhas de família”. (SOIHET, 2001, p. 387)

Não é demais chamar atenção para o fato exposto por Soihet (2001) de que, frente às circunstâncias desfavoráveis do homem pobre, já desprovido de poder e autoridade no espaço público – no trabalho e na política –, também não conseguiam atender o papel burguês de mantenedor e dominador na família. Mais autônomas, as mulheres pobres com quem se relacionavam amorosamente, demonstram resistência à expressão mais contundente da insegurança de seus maridos – a violência doméstica.

Ao contrário do usual, muitas populares vítimas de violência rebelaram-se contra os maus-tratos de seus companheiros numa violência proporcional, precipitando soluções extremas; mais uma vez desmentindo os estereótipos correntes acerca de atitudes submissas das mulheres. (SOIHET, 2001, p. 370)

No Brasil da virada do século XX, certa autonomia das mulheres pobres era explícita, graças às inúmeras possibilidades de improvisação de venda dos seus serviços que lhes garantiam muitas fontes de subsistência. Não havemos de nos esquecer, entretanto, que as classes populares foram as menos favorecidas e as mais prejudicadas no projeto de modernização das cidades desde o início do século XX<sup>12</sup>. Corroborando com este fato, Soihet (2001) revela-nos que, apenas a partir de 1960, as mulheres alcançaram um *status* de objeto e sujeito da história, frisadamente, junto a outros *subalternos* – camponeses, escravos e pessoas comuns. Mas, mesmo diante das situações precárias e dos preconceitos que tinham de

---

<sup>12</sup> Vale conferir o texto de Cláudia Fonseca sobre a mulher pobre do início do século XX. Ver: FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: *História das Mulheres no Brasil*. DEL PRIORI, M. (org) 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001.p. 510-553

enfrentar, o trabalho na vida de mulheres<sup>13</sup>, desde então, adquire um significado especial, potencialmente emancipatório, dentro de seus projetos de vida.

### *1.2.1 A circunscrição dos direitos cívicos das mulheres*

Como membros de uma família, as mulheres, junto aos menores, estrangeiros e pobres, eram considerados cidadãos “passivos”, necessitados de proteção e representação, diante da contraditória proclamação da universalidade dos direitos. A Revolução Francesa permitiu, então, a partir da transformação do casamento num contrato civil, direitos cívicos às mulheres.

O fortalecimento do individualismo no século XIX pode ser relacionado a duas mudanças em termos legais: a afirmação dos princípios de igualdade e imputabilidade de todos os indivíduos prevista no Código Penal de 1831 e, o rebaixamento da idade da maioridade para 21 anos, prescrevendo a emancipação automática.

Com relação ao princípio de igualdade, lembra-nos Pateman (1993) que o pressuposto contido nas descrições clássicas do estado natural<sup>14</sup>, de que “todos os homens nascem livres e são iguais entre si”, suprimiu, no âmbito dos direitos políticos, as mulheres da condição de “indivíduo”. Lembrando que, como assevera a autora, o próprio conceito de “indivíduo” se constitui como uma categoria patriarcal, estendendo-se pela noção de sujeito universal utilizada na tradição iluminista. Influenciando profundamente o movimento do racionalismo jurídico do século XVIII, o estado natural fora pressuposto em termos da sujeição da mulher pelo homem, sustentado pela noção de diferença sexual. O contrato sexual representa, neste contexto, “o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil.” (PATEMAN, 1993, p. 21)

Por outro lado, o atrativo de se considerar o casamento pela perspectiva do contrato é a prerrogativa de se poder estabelecer um acordo entre duas partes iguais, em que se negociam os termos até que venham a ser satisfatórios para ambas as partes. Por este ponto

---

<sup>13</sup> Embora este estudo não dê conta de abarcar a questão étnico/racial como seria necessário, vale considerar que o a extensão do sentido emancipatório do trabalho difere para mulheres negras e brancas.

<sup>14</sup> Com exceção de Hobbes. Ver: HOBBS, T. *Os elementos da lei natural e política: tratado da natureza humana, tratado do corpo político*. São Paulo: Ícone, 2003 [1889]

de vista, algumas feministas<sup>15</sup> tecem suas críticas quando ao fato do casamento não ser, propriamente dito, um contrato, já que, para tal, as mulheres teriam que estar inseridas na vida civil exatamente como seus maridos, o que as faz preferir a denominação “contrato íntimo”. Apontam, ainda, que as deficiências do contrato estão no fato das próprias partes não estabelecerem seus termos, realçado pelas desiguais condições de gênero em que são baseadas suas negociações.

William Thompson (1970) acrescenta uma importante consideração: tornar-se “marido” é obter o direito patriarcal sobre a “esposa” e, mesmo que o homem renuncie a este poder, sua posição reflete a institucionalização dessa lei pelo contrato íntimo. Além de mudanças econômicas e políticas com relação ao sistema capitalista de competição individual, o autor sugere ser necessário transformar o significado do “ser homem” e do “ser mulher” para que o contrato original possa contemplar equidade de direitos às relações de gênero. John Stuart Mill (1970) infere também aos papéis de gênero o desígnio da organização familiar patriarcal. Explana sua opinião fatalista a respeito, assegurando que, mesmo num casamento pensado como contrato de livre negociação, as mulheres continuariam a se render ao serviço doméstico. Para isso, utiliza-se da justificativa de que a opção de uma mulher pelo casamento é análoga à escolha profissional de um homem. A declaração de Pateman (1993, p. 37) nos ajuda a explicitar estas acepções: “(...) os significados social e legal do que é ser uma ‘esposa’ aumentam as diferenças de classe e de raça. Claro que nem todos os casais se comportam da mesma maneira, como ‘esposas’ e ‘maridos’, mas a história do contrato sexual elucida a instituição do casamento.”

Já para Hegel (2003 [1952]), o casamento atende a outro princípio de associação, diferente da natureza do contrato. Ao contrário, o casamento é visto pelo filósofo como uma experiência ética de uma associação não contratual que prepara os seres humanos para participar da esfera pública universal da sociedade civil e do Estado. Parafraseado por Pateman (2001), Hegel entende que o casamento é mais que um vínculo entre proprietários que se “utilizam reciprocamente”, é um processo de transformação da consciência e da condição do homem e da mulher.

“Um marido e uma esposa deixam de ser indivíduos ‘auto-suficientes’. (...) a união é uma limitação a si mesmo, mas de fato é a libertação de ambos.” (HEGEL apud PATEMAN,

---

<sup>15</sup> BLACKSTONE, W. Commentaries on the laws of England, Andrews, J. D. (org) 4ed. Chicago: Callaghan and Company, 1899. WETZMAN, L. J. The Marriage Contract: spouses, lovers and the law. New York: Free Press, 1981

2001, p. 258) Por conta da renúncia de suas personalidades “individuais e naturais”, homem e mulher estabeleceriam um vínculo ético e racional que permitiria aos cônjuges uma “autoconsciência real” de toda a existência deles como indivíduos. “O abismo entre o apagamento e o realce de si mesmo pode ser superado pelo reconhecimento mútuo dos dois amantes, por meio do qual cada um tem uma percepção maior da união com o outro e de sua autonomia.” (PATEMAN, 2001, p. 258-259) Contudo, Hegel não rejeita os termos do contrato sexual, assumindo uma consciência da ordem social que é diferenciada sexualmente, exatamente como os teóricos clássicos do contrato tendem a conceber a antinomia público/privado.

Seja o casamento um contrato ou não, em ambas as proposições as mulheres são tidas como naturalmente subordinadas, sendo, por este motivo, destituídas de suas capacidades como “indivíduo” ou cidadã. Justifica-se, desta forma, a necessidade de que venham a fazer parte do casamento, para que, assim, possam ser incorporadas à sociedade civil e à esfera econômica. O contrato sexual, sendo anterior ao civil, exige que as mulheres sejam admitidas à sociedade civil em bases diferentes das dos homens, configurando, concomitantemente, uma esfera privada que se diferencia de uma esfera pública. Os significados da fraternidade, liberdade e igualdade infligidos à sociedade civil pelo Estado Moderno são resguardados aos homens pela diferente inserção contratual das mulheres, ratificando o direito patriarcal.

Como “somente um contrato cria relações livres e supõe a igualdade de condição das partes” (PATEMAN, 2001, p. 267) a autora sugere que a luta feminista deva caminhar no sentido da eliminação de todas as referências e formas de naturalização da diferença sexual no âmbito da vida política, devendo incorporar às suas reivindicações a aceitação e a rejeição da noção de indivíduo como *proprietário em sua pessoa*<sup>16</sup> e, isto implica, inclusive, questionar a concepção patriarcal de “indivíduo”. Sem que, contudo, tenhamos que desprezar a produção cultural e política do significado do que é ser “homem” e ser “mulher” em determinado contexto histórico e social.

Ainda no período colonial, com relação ao processo de emancipação civil é possível observar que, mesmo após atingir os 25 anos, um homem ou uma mulher só poderiam ser considerados emancipados ao passar por processo judicial formal que lhes conferisse tal *status* ou, quando adquiriam uma união matrimonial. Para a mulher, quando este processo

---

<sup>16</sup> Pateman recorre ao conceito de John Locke (1632-1704) para desenvolver esta discussão que, embora seja relevante para o campo da teoria de gênero, não será disposta aqui pois transcende o âmbito da nossa análise. (LOCKE in PATEMAN, 1993, p.31)

ocorria por intermédio do casamento, uma suposta emancipação referia-se apenas em função da obtenção de um status mais elevado, quando comparada às suas irmãs, e da imputação das mais responsabilidades para com a família e o lar, tendo em vista que a mulher passava do controle do pai para o do marido. E vale ressaltar que foi só a partir do século XVIII que as mulheres puderam solicitar o processo judicial para emancipar-se. Para as mulheres do século XVII a condição era ainda mais restritiva: a que nunca se casasse permanecia sob controle do pai e da mãe até que estes morressem.

Novos padrões de sociabilidade permitiram que os jovens do século XIX desenvolvessem outros *scripts sexuais* que comportavam, por exemplo, a possibilidade do encontro e da relação apaixonada, o que suscitaria na escolha do cônjuge. Os arranjos de casamento proporcionados pelos genitores tornaram-se mais sutis, como é o caso, dos encontros que os pais marcavam para que os filhos de duas famílias pudessem se aproximar, alimentando a expectativa de que pudesse despertar, entre os jovens, o amor e a atração sexual. Em nível judicial, acrescentou-se ao ato de formalização do casamento a indagação sobre a livre e espontânea vontade dos cônjuges para os fins a que se propunham, pela qual se apurava, especialmente, os desejos da noiva.

Fator importante mencionado por Nazzari (2001) é que, a expectativa dos genitores e das instituições que legitimavam o casamento – Igreja e Estado – até o século XVIII, era para com a igualdade social dos parceiros no casamento. A preocupação com a paridade de sangue, bens e idade entre os cônjuges era especialmente dirigida aos filhos homens, visando com que não se casassem com mulheres socialmente inferiores. Em contraposição, no século XIX, o foco de avaliação para o casamento concentrava-se na competência do marido de sustentar sua noiva, entendida pela riqueza, capacidade de trabalho e de “proteção” que este dispusesse. Estes requisitos sublinham as assimetrias no pacto matrimonial, acentuando o exercício de poder do marido sobre a esposa dependente.

“Essa transformação, de uma parceria equilibrada baseada na contribuição de bens por ambos os cônjuges para um relacionamento assimétrico, reflete-se nas mudanças ocorridas nos sobrenomes das mulheres casadas”, assinala Nazzari (2001, p. 227-228). Principalmente nos estratos mais elevados, as mulheres casadas passavam a substituir, ou acrescentar, os sobrenomes dos maridos aos seus. A autora constata, então, que adotar o sobrenome do marido evidenciava, no contexto em questão, as transformações no pacto matrimonial que conferiram maior poder para o marido diante da esposa e de sua família de origem.

Voltando a questão do dote em contexto brasileiro, Nazzari (2001) esclarece que o declínio desta prática social ocorrera por conta de problemas que apresentou em função de seus contornos burocráticos irem de encontro à expansão econômica da São Paulo do século XIX. Tornou-se inviável para as famílias paulistas reduzir seus bens em benefício das filhas. Mesmo assim, a prática do dote perdurou até o início do século XX, a ponto de ser mencionado no artigo 236 do Código Civil de 1917. Diante destes fatores, mas, principalmente, em virtude da maneira como o casamento e seus papéis de gênero correlatos foram alterados na mentalidade da época, o dote passou a ser desaprovado. Literatos e feministas esboçavam acepções contrárias à prática em questão, considerando o dote um empecilho ao casamento por amor e, asseverando que o dote corrompia a honra de um homem. Ressaltados o ideal de família e a ética de trabalho burguês, cabia ao homem trabalhar duro e sustentar a família, enquanto a mulher administrava o lar. Exaltavam-se as qualidades pessoais da mulher “casadoura” que, agora sem dotes, deveria contribuir no casamento como mãe e esposa do homem, cuidando ou supervisionando os afazeres domésticos e a educação dos filhos.

Nazzari (2001, p. 256) ainda relata: “O novo interesse pela educação das mulheres era um tipo de proteção contra as consequências incertas do casamento sem dote”. Deste modo, os genitores, principalmente das famílias mais abastadas, acreditavam poder tornar suas filhas “mais atraentes como futuras esposas”. Por outro lado, Perrot (1998) assinala que a função das mulheres na educação dos netos, filhos e sobrinhos esboçava o exercício do papel público, sem, contudo, ser diretamente político. Um comentário de Carla Garcia (1998) expressa essa mesma conclusão:

Não havia porque ‘mobilier’ a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial como esposa e mãe exigia, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que a educação como justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos. (GARCIA, 1998, p. 46)

Como pudemos observar por meio deste recorte histórico, as antinomias civil/natural, homem/mulher replicam-se no estabelecimento de dois domínios sociais: a esfera pública e a esfera privada. Segundo Pateman (1993, p. 34) a participação nos contratos reais da vida cotidiana é endossada pelas legislações civis de cunho patriarcal e “constitui uma forma moderna de estabelecimento de relações localizadas de poder dentro dos campos da

sexualidade, do casamento e do trabalho”. O que mantém espaços sexuados de circulação e permanência como referências aos transeuntes das cidades. Diante deste cenário cultural, corroboramos com Pateman (1993) no seu questionamento sobre as relações existentes entre o contrato de casamento e os outros contratos que envolvem mulheres, em vista das relações de dominação e subordinação que se instauram, seja do ponto de vista sexual ou civil.

Têm-se dado muita atenção às condições sob as quais se participa dos contratos e à questão da exploração, uma vez realizado o contrato. Os partidários da doutrina do contrato sustentam que os contratos da vida cotidiana são bastante parecidos com o modelo do contrato original, em que as partes concordam voluntariamente com os seus termos; os contratos reais fornecem, portanto, exemplos de liberdade individual. (Pateman, 1993, p. 23)

Todavia, a armadilha prevista às mulheres do século XXI, travestida pela ficção política da liberdade individual, parece ser circunstanciada por, pelo menos dois eixos: pelo velho fantasma da subordinação das esposas aos maridos, por meio do contrato íntimo ou, pelo próprio contrato de trabalho. Este último pode ocorrer via exploração desigual da força de trabalho feminina, em termos das desigualdades de gênero ou, – ponto fundamental para nossa análise – via itinerários de projetos de vida, que atuam de forma coercitiva sobre propostas identitárias.

## 2. ASPECTOS SOCIAIS

Em um mundo em que o homem é ameaçado nuclearmente, esmagado pela impessoalidade da burocracia ou coisificado pelas relações de objeto que estruturam as sociedades de alto consumo (mas que é também o mundo da conquista exterior, da psicanálise e da comunicação), não basta ser “sujeito da história”, é preciso, além disso, ser sujeito de sua biografia.

Luciano Martins<sup>17</sup>

### 2.1 Tecendo sentidos num cenário de Modernidade e Pluralismo

A partir de meados do século XX, o paradoxo da época de globalização apresenta-se na impossibilidade de obtermos concepções e sentidos compartilhados em grandes grupos da sociedade, segundo conclusões de Berger & Luckmann (2004). Num contexto de pluralismo cultural, a coexistência de diferentes ordens de valores precipita um ganho em possibilidades de escolha, contudo, a realização do sentido torna-se complexa com a falta de evidências tradicionais do que seja significativo, bom ou justo na sociedade, o que é entendido pelos autores como *crise de sentidos*.

Na organização simbólica da vida cotidiana coexistem elementos residuais e emergentes – tradição e inovação – engendrados na emergência de novas configurações das relações sociais. Conforme explica Beatriz Sarlo, este contexto de pluralismo abarca uma “(...) trama de elementos de diferentes temporalidade e origem que coexistem num momento qualquer da formação cultural (...) que caracterizam as relações dinâmicas e os contrastes no interior da mesma cultura.” (SARLO, 1997, p. 92)

A referência que é feita à crise de sentidos não remete, então, a uma situação de caos, mas a uma quebra de valores supra-ordenados de sentido, à diversidade de orientações e possibilidades de racionalização no mundo moderno. Para Habermas (1989 [1968]), por exemplo, a oferta de maiores possibilidades de escolha frente padrões de vida significativa e

---

<sup>17</sup> Martins (2004, p.132)

institucionalização da ação proporcionaram o desenvolvimento histórico da sociedade, o que culminou com a própria Modernidade.

Do ponto de vista das relações conjugais, Marlise Matos (2000) assinala:

As inúmeras mudanças ocorridas, especialmente nos últimos trinta anos, revelam acelerada modernização dos costumes e a emergência de outros eixos interpretativos para a sexualidade. Ainda que sem serem suas causas diretas e imediatas, tais transformações “locais” se articulam a “tendências globalizantes” tais como: redução da família em seu tamanho, emergência de mercado de consumo mais sofisticado, forte concentração de renda, ampliação do sistema de educação superior e a crescente valorização dos meios de comunicação de massa. (MATOS, 2000, p.26)

O modo como Matos (2000) aborda a questão atende a necessidade de se levar em conta o contexto em que estas mudanças ocorrem. Tal como é visto por Habermas (1990), este potencial de transformação social tem haver com experiências características da Modernidade Tardia. Por conta disso, também podem ser interpretadas à luz de um passado atualizado por uma racionalidade econômica.

Neste ponto, Habermas (1990) assevera que condições econômicas e tecnológicas passaram a interpelar e produzir sistemas de referência e valores contemporâneos, tal como instituições normativas. Neste enquadre, a lógica de organização político-econômica do Capitalismo é importada para as demais áreas relacionais, criando novas formas de controle e justificação do sistema vigente e compatibilizando relações que se dão no cotidiano ao modo consumista do mercado aberto. Deste modo, o próprio sistema tende a se tornar um esquema supra-ordenado de sentido, que visa estender-se a toda conduta da vida humana. Destacamos, neste ponto, uma das preocupações principais do autor – de que uma lógica de consumo de mercado liberal venha a colonizar o espaço das relações comunicativas ou do *mundo da vida*.

A suposição é de que o *mundo da vida* – ou seja, a instância responsável pela produção da identidade a partir dos elementos da cultura, sociedade e personalidade – esteja sendo subsumido aos propósitos instrumentais de uma razão sistêmica. Um exemplo disso é quando valorações e normativas heterônomas, que tendem a confundir “ações orientadas para o entendimento em ações orientadas para o êxito” (HABERMAS, 1992) passam a moldar propostas identitárias e itinerários de projetos de vida, precipitando distorções sistemáticas de comunicação. Deste modo, oferece entraves à viabilidade de que tais propostas identitárias e

itinerários possam ser traçados de maneira autônoma e autêntica, porque não é garantido às pessoas em interação um nível de ação comunicativa necessária ao consenso.

No que diz respeito à significação de projetos de vida em sua dimensão afetivo-sexual, também podemos pensar no desencadeamento de crises de sentido que vão de encontro ao que alguns autores identificam, embora por diferentes perspectivas, como o questionamento da gramática do amor romântico (COSTA, 1998), o esgotamento da instituição casamento (VAITSMAN, 1994) ou a fluidez das relações amorosas (BAUMAN, 2004). Também são apontadas mudanças nas relações de gênero e abertura de possibilidades políticas para projetos identitários, tomando por base reinvenções do vínculo amoroso e formas de conjugalidade (CHAVES, 1994; MATOS, 2000), além de novas tendências em estilos de vida, resignificação de papéis e formação de novas personagens sociais (GONÇALVES, 2007).

No artigo *O Corpo e a Sexualidade*, Jeffrey Weeks (2000) remete-se, especificamente, à chamada “crise sobre o sentido da sexualidade”, levando em conta a disparidade das relações entre os sexos com o impacto da crítica feminista sobre os padrões da dominação masculina e submissão feminina e as rápidas mudanças sociais vistas no século XX. O questionamento sobre o sentido da sexualidade incide, desta forma:

(...) sobre o lugar que damos ao sexo em nossas vidas e em nossos relacionamentos, sobre a identidade e o prazer, a obrigação e a responsabilidade, sobre a liberdade e a escolha. Muitos dos pontos fixos pelos quais nossas vidas sexuais foram organizadas têm sido radicalmente questionados durante o último século. Mas não parecemos bastante seguros sobre o que pôr em seu lugar. (WEEKS, 2000 p. 74)

É importante destacar, por intermédio desta constatação, que os padrões valorativos acerca dos aspectos afetivo-sexuais em projetos de vida tornam-se passíveis de questionamento, o que compete, dentro desta pesquisa, discutir a rigidez do modelo de relação afetivo-sexual legitimada (união matrimonial, monogâmica e heterossexual) e tornar explícitas as desigualdades decorrentes desta normatividade, principalmente no âmbito das relações de gênero. O que também implica olhar criticamente para as reivindicações políticas e mudanças por elas provocadas, pois novas formas de controle e reprodução das desigualdades sociais podem ser dissimuladas com a lógica liberal. Conforme nos alerta Fraser (2007):

Independentemente de estarem demandando distribuição ou reconhecimento, os reivindicantes devem mostrar que as mudanças sociais que eles perseguem irão, de fato, promover a paridade de participação (...) sem exacerbar significativamente outras disparidades. (FRASER, 2007, p. 196)

Como exposto por Berger e Luckmann (2004), a Modernidade, o Pluralismo e a sociedade de consumo marcam profundamente as instâncias normativas e os sistemas de valores, de forma que a multiplicidade de orientações culturais e suas instituições podem funcionar nos moldes da economia de mercado e da livre concorrência. Para compreender os itinerários da vida de solteira no Brasil contemporâneo levamos em conta as observações de Habermas (1990) e o alerta de Fraser (2007), orientando-nos por uma teoria de justiça ampla, que nos permita ir além dos padrões valorativos e que possibilite examinar a estrutura mesma do capitalismo. Também tentamos abarcar as noções que referenciam uma “nova solteira” sem perder de vista os impedimentos que possa vir a oferecer quanto à paridade de participação das mulheres na vida social, mesmo diante da constatação de que a política identitária que envolve sua promoção tenha precipitado recursos e avanços emancipatórios.

Ainda que inicialmente caracterizadas como “novas solteiras”, esta seria apenas uma das múltiplas possibilidades de personificação da identidade destas mulheres. Como parte de um projeto de vida e de uma proposta identitária, a reposição da personagem “solteira” pode significar um recurso para alcançar maior *paridade participativa*<sup>18</sup>, perante um campo múltiplo de forças que marca as relações sociais com desigualdades de toda ordem. Tanto quanto, pode escamotear, concomitantemente, novas relações de subordinação e opressão as quais, mulheres que almejam autonomia estejam sendo submetidas, por conta da progressiva *colonização do mundo da vida pela ordem sistêmica* (HABERMAS, 2003).

### 2.1.1 Cidades grandes, lares pequenos: a configuração de um cenário contemporâneo

Levemos em conta que a complexidade do cenário cultural apresentado inclina-se a ser nutrido por um espírito próprio da vida urbana nas grandes cidades e que, simultaneamente, fundam novas ordens de sensibilidade e personagens sociais. De acordo

---

<sup>18</sup> Conforme empregado por Fraser (2007, p. 118), “paridade” refere-se à garantia de estar em par de igualdade ou em igual condição com os outros na participação da vida social, “(...) se e quando eles escolherem participar em uma dada atividade ou interação.”

com Ana Carolina Escosteguy (2001), este é o foco de atenção de autores como Walter Benjamin (1994 [1934]), Raymond Williams (1989), Nestor Garcia Canclini (1997, 2000, 2004) e Beatriz Sarlo (1997, 2000, 2005). A autora destaca, ainda, algumas preocupações que permeiam os trabalhos na área dos Estudos Culturais Ingleses e Latino-americanos: as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, suas formas e práticas culturais, as instituições e as mudanças sociais. Esta perspectiva permite-nos, especialmente, abordar a cultura como uma “produção ativa”, fruto da atividade humana.

Estes autores deflagram, cada qual em seu vértice investigativo, uma “atmosfera” moderna circunstanciada pela “iluminada” vida urbana, pela possibilidade da multidão e do anonimato, pelo isolamento e pela transitoriedade. Com a aceleração dos processos de globalização social e pluralismo cultural, a reflexão proposta pelos Estudos Culturais concentra-se nas condições de constituição e recomposição das identidades sociais frente à debilidade das solidariedades tradicionais e a pluralidade dos modos de vida. As características próprias da cidade metropolitana moderna, concomitantemente, passam a funcionar como categorias para uma análise das contingências da organização social de uma dada época, assim como, do impacto da organização capitalista sobre as formas culturais no campo das relações sociais.

Baseado na produção literária do século XIX, Raymond Williams (1989) pode descrever um cenário cultural que explicitaria uma “atmosfera” própria da Modernidade, expondo modelos subjacentes da vida e da sociedade moderna. Williams (1989) atribui à metrópole moderna uma disseminação de valores e fluxos sociais que chama de “cultura disseminada”. Vislumbra um teor cosmopolita retratado, por exemplo, nesta passagem de Baudelaire (1821-1867): “A cidade era uma ‘orgia de vitalidade’, um mundo instantâneo e transitório de ‘êxtases febris’, que ensinava a alma a entregar-se completamente, com toda sua poesia e caridade, ao inesperado que surge, ao desconhecido que passa.” (BAUDELAIRE apud WILLIAMS, 1989, p. 316).

Ainda segundo Williams (1989), é inaugurada, com James Joyce (1882-1941), uma nova relação entre personagem e narrativa, em que as convenções tradicionais sofrem uma transformação para uma nova estrutura de linguagem e, por conseguinte, uma nova racionalidade pode se instaurar. O autor conjectura, por intermédio da obra de Virginia Woolf (1882-1941), indícios de uma *atomização social*, decorrente de alterações perceptuais incitadas pela nova estética e movimento urbano. Assunto que retomamos em discussão posterior.

Considerando que a linguagem é o sentido mais profundo para uma comunidade humana, o autor supõe um déficit nos relacionamentos interpessoais que decorreria do crescente padrão de abstração da cidade, confluindo para que “a única comunidade cognoscível [resida] na necessidade, no desejo, das formas de consciência aceleradas e separadas” (WILLIAMS, 1989, p. 331).

De acordo com Nestor Garcia Canclini (1997, p.46), o local do cidadão atual como habitante da metrópole prevê uma cultura da cidade que é ponto de intersecção de múltiplas tradições nacionais, “as quais por sua vez são reorganizadas pelo fluxo transnacional de bens e mensagens”. Como Williams (1989), o autor também não vê com bons olhos a disseminação da população nas grandes cidades, de maneira que:

Os jovens encontram nas cidades, em vez de núcleos organizadores, ‘margens que se inventam para si’. A identidade passa a ser concebida como ‘o foco de um repertório fragmentado de minipapéis mais do que como o núcleo de uma hipotética interioridade’ contida e definida pela família, pelo bairro, pela cidade, pela nação ou por qualquer um desses enquadramentos em declínio. (CANCLINI, 1997, p. 48)

Conforme lembra-nos Barbara Sontag (1986), Benjamin também atribuía ao cenário urbano a “arte de extraviar-se”. Assíduas na metrópole, as possibilidades do anonimato e da privacidade, propiciadas paradoxalmente pelo fenômeno da multidão, podem, ainda, ser interpretadas, em análises psicológicas e sociológicas (BAUMAN, 2004; MATOS, 2000), como perda ou “esgarçamento” dos laços sociais.

A considerada crise de sentidos e a perda de conexões espaço-temporal que compuseram uma nova visão de mundo no berço das ciências e de uma experiência social oitocentista propiciaram, assim, que a cidade fosse considerada “o lugar da Modernidade”. Ou seja, a cidade é designada, na perspectiva dos Estudos Culturais, como a “concretização física de uma consciência moderna decisiva” (WILLIAMS, 1989, p. 323).

Com o mesmo cuidado, Gonçalves (2007) nota, por intermédio de um refinado levantamento bibliográfico, uma atmosfera diferencial na cidade, que atuaria na definição de novos estilos de vida e resignificação dos modos já existentes. O mundo urbano é qualificado como o berço “da objetividade, da racionalidade, da anomia e do distanciamento, onde as relações têm um caráter instável, transitório, superficial” (GONÇALVES, 2007, p. 97). Logo, chama a atenção para os estudos que visam abordar questões sobre identidade e cidadania,

para que levem em conta a diversidade de recomposição das conceituações frente os “desiguais circuitos de produção, comunicação e apropriação da cultura”.

De Williams e Canclini acolhemos a proposição de que as novas estruturas sociais das grandes cidades abalaram valores e sensibilidades, no cerne da vida cotidiana de seus habitantes. Entretanto, abrimos uma ressalva para as interpretações que tecem sobre as formações identitárias precipitadas neste contexto. O caráter fragmentário da identidade passa, na perspectiva teórica cunhada por Ciampa (2008 [1987]), não pela perda de uma “hipotética interioridade”, mas por concebê-la como um processo de metamorfose em que a articulação de personagens – e não o contrário – ocorre, inerentemente, na dialética produção intersubjetiva de uma individualidade e de um projeto político. Tal posicionamento encaminha a discussão por outra perspectiva epistemológica. Não obstante, parece não comprometer o estabelecimento de um diálogo interdisciplinar entre a Psicologia Social Crítica e os Estudos Culturais.

Pretendemos, nesta pesquisa, tomar parte na discussão sobre o caráter fragmentário atribuído à Identidade e, também, questionar o aparente declínio do exercício de controle ou de oferta de sentidos e modelos normativos por comunidades e instituições culturais na contemporaneidade. Constatada a atual crise de sentidos, concordamos com a perspectiva de Habermas (1980) de que o jogo ideológico mudou e, que são as instituições econômicas as novas produtoras de sentidos, harmonizados aos interesses do mercado. De outro modo, nossa busca por sentidos que configuram itinerários identitários às mulheres solteiras que vivem sós em metrópole brasileira seria em vão.

Procedente de um projeto urbanístico de modernização, conjectura-se na contemporaneidade que a incidência de “domicílios unipessoais” nas metrópoles brasileiras – especialmente na cidade de São Paulo, pólo do sistema econômico do país –, possa expressar a forma demográfica de uma cultura individualista. As acepções a respeito dessa atmosfera moderna da metrópole nos ajudam, então, a compreender como o “morar só”, neste contexto, pode tomar o caráter de um *estilo de vida*. A definição do termo em Anthony Giddens nos parece apropriada: “Estilo de vida é um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular da auto-identidade.” (GIDDENS, 2002, p. 79)

Sobre a extensão da tendência em “morar só” em outras partes do mundo e, conseqüentemente, a atenção que é dispensada ao sentido que isto venha a expressar, trazemos as considerações de Maria das Dores Guerreiro (2003), que analisou os dados censitários de Portugal. Partindo da perspectiva de Ulrich Beck, Guerreiro (2003, p. 31) considera que esta tendência é uma modalidade típica das sociedades modernas, “em que predominam as leis do mercado e os imperativos de mobilidade profissional”. Decorrente deste contexto, uma maior liberdade com relação as obrigações e solidariedades sociais abririam espaço para a opção por outros estilos de vida ou por “novos modos de viver os afetos”.

Os novos significados do “morar só” ganham visibilidade nos meios de comunicação de massa quando compõem as noções a respeito de uma “nova solteira”, muito embora, não se reduzam a esta representação. Pois, é por intermédio desta personagem social que podem tomar corpo e ser apreendidos na qualidade de um “estilo de vida”. Como observado por Williams (1989), uma nova personagem pode implicar uma nova narrativa de história de vida, o que também sugere o surgimento de itinerários de vida inéditos.

Do ponto de vista das condições estruturais materiais, Ana Maria Goldani (2003) verifica que é observado, na contemporaneidade, uma maior disponibilidade de recursos para o consumo de bens e serviços. Ao que tange, no caso da mulher, a centralização da tomada de decisões sobre o consumo doméstico. Para a autora, este fenômeno é representativo da significativa e contínua queda da fecundidade e do número de pessoas por domicílio, além do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, mesmo entre os grupos de baixa renda. A respeito disso, vale ressaltar o alerta de Canclini (1997):

As lutas de gerações a respeito do necessário e do desejável mostram outro modo de estabelecer as identidades e construir a nossa diferença. Vamos afastando-nos da época em que as identidades se definiam por essências a-históricas: atualmente configuram-se no consumo. (CANCLINI, 1997, p. 30)

Recordemos que, junto às novas sensibilidades e conjugações sociais, outras formas de controle e desigualdades podem ser instauradas dentro de um complexo sistema de relações de poder. É neste “campo múltiplo de forças”, como concebido por Foucault (1988), espaço, inclusive, de contestação/resistência das opressões exercidas, que buscamos trabalhar a paradoxal relação entre igualdade e liberdade, como sugere Scott (2005). Assim, uma das maneiras de se verificar a racionalidade envolvida nos projetos de vida destas mulheres e

compreender os sentidos de seus itinerários identitários é verificar como estes princípios aparecem, em tensão ou conformidade, para a elaboração de sintaxes significativas nas narrativas de suas histórias de vida.

Comumente, manchetes<sup>19</sup> sobre tendências sociais estendem conclusões especulativas a respeito dos projetos de vida e das condutas sexuais de mulheres solteiras que vivem sós na metrópole, salientando uma “nova geração” de mulheres independentes, “bem sucedidas” e “bem resolvidas sexualmente”. Reportam-se a uma vida de maior privacidade e liberdade para, por exemplo, diversificar a conduta sexual, ao que se refere às práticas ou aos parceiros(as). Supostamente, a situação precipitada pelo “domicílio unipessoal”, acrescido de condições econômicas favoráveis (disponibilidade financeira) e registros culturais pluralistas (dissociados de atitudes moralistas ou doutrinas religiosas) tenderia a beneficiar os processos de emancipação e autonomia das mulheres solteiras que vivem na metrópole.

Aproximando-nos das noções e significados que são dispostos culturalmente a respeito da “nova solteira”, dirigimos nossa atenção para os interesses e razões que subsidiam a promoção de perspectivas identitárias e conferem *status social* para determinadas mulheres solteiras na contemporaneidade. Dos descritivos que se destacam como características da “nova solteira”, tais como, “morar sozinha” e “ter um nível socioeconômico médio a alto”, ambos podem vir a funcionar como categorizações exclusivistas e discriminatórias, mesmo dentro de um coletivo de mulheres solteiras, acirrando, ainda, a oposição entre igualdade e liberdade.

---

<sup>19</sup> *A nova ordem sexual* (Época, 28/11/2003); *Só e bem acompanhado* (Isto É, 01/05/2005); *Solteiras x encalhadas* (Época, 14/05/2009)

## 2.2 Vidas no singular e a singularidade das grandes cidades

Neste ínterim, a preocupação de muitos autores contemporâneos recai sobre a emergência de um modo de vida individualista e suas conseqüências na produção cultural da vida cotidiana. Elencamos alguns intelectuais acadêmicos que estendem tais apontamentos ao cerne da questão temática aqui colocada, tal como Kátia Maheire (2005), Maria das Dores Guerreiro (2003), Gilberto Velho (1981, 1995), Zygmunt Bauman (2001, 2004), Jurandir Freire Costa (1986) e Contardo Calligaris, (1996).

É importante ressaltar a amplitude de acesso das obras de alguns autores aqui citados, sendo que seus escritos não se restringem à comunidade acadêmica. Dentre estes intelectuais, os que não são cronistas, têm ou tiveram alguma publicação do gênero em jornais de forte circulação na grande São Paulo.

A questão urbana como produtora de novas formas de sociabilidade e interação social é foco de interesse para Gilberto Velho (1995):

Ela [a metrópole contemporânea] é conseqüência e, simultaneamente, causa de novas visões de mundo, com concepções particulares de tempo, espaço e indivíduo. Sabemos, através de trabalhos como os de Thompson, Elias e Foucault, que a Revolução Industrial e o Estado moderno, na sua emergência e consolidação, instituíram complexos sistemas de controle e disciplinamento, traçando novos mapas de orientação sociocultural, por sua vez associados a modelos específicos de individualidade. (VELHO, 1995, p. 2)

Por uma perspectiva histórica, este autor associa as “distâncias” culturais existentes entre as cidades modernas ao estabelecimento das relações de mercado, desde o expansionismo marítimo europeu, que, concomitantemente, pôde aproximar diversos universos simbólico-culturais num complexo sistema de trocas. Desta maneira, conclui que o capitalismo moderno exerce uma forte influência sobre a formação das metrópoles moderno-contemporâneas, abrangendo todas as esferas da vida social. Ao gerar novos significados e temas culturais, tornou possível, aos seus habitantes e transeuntes, pleitear novos conteúdos simbólicos para antigos papéis ou condutas sociais, como pode ser o caso da produção de uma “nova solteira” na contemporaneidade.

Frente à reorganização do espaço social dos grandes centros urbanos, a permeabilidade dos seus domínios e a possibilidade do anonimato parecem ter contribuído

para uma suposta ampliação das experiências e liberdades de seus habitantes e transeuntes. Em contrapartida, Bauman (2004) descreve este cenário da vida moderna como “líquido” e elege os relacionamentos como os sentidos mais afetados pela ambivalência da razão que é empreendida por um modo de vida individualista. Para Sarlo (1997, p. 9), a pluralidade de ofertas em consonância com a pobreza dos ideais coletivos configura dois aspectos de um ideal de homogeneização cultural no imaginário social das sociedades ocidentais avançadas: “a liberdade de escolha sem limites como afirmação abstrata da individualidade e o individualismo programado”.

Por uma ótica psicossocial, Kátia Maheirie (2005) vê a produção do sujeito contemporâneo como: “ (...) um sujeito que vive isolado e, conseqüentemente, se compreende sozinho, fechado sobre si mesmo, numa prática individualista cada vez mais exacerbada” (MAHEIRIE, 2005, p. 233). Segundo ela, a ênfase contemporânea no individualismo seria o triunfo da serialização. O sujeito, assim, estaria impedido de construir laços comunitários, à medida que as utopias coletivas são desacreditadas. Ela se apóia em Bader B. Sawaia<sup>20</sup> para afirmar que o sujeito está buscando a sua identidade pelo “interior”, “dentro de si”, na sociedade que se orienta pela via da vida privada como único acesso à felicidade. E, recorrendo a Richard Sennett<sup>21</sup>, diz ela a respeito da dicotomia maniqueísta que ocorre entre público e privado:

(...) é aí [nessa dicotomia] que reside a tirania de determinados contextos sociais, nos quais questões coletivas são transformadas em fracasso ou sucesso pessoal, acarretando uma recusa em estabelecer vínculos com estranhos, transformando a vida coletiva na fantasia do individualismo intimista. (MAHEIRIE, 2005, p. 234)

Perante os efeitos violentos de uma sociedade de consumo, Jurandir Freire Costa (1986) nos apresenta as personalidades narcísicas insurgentes na contemporaneidade como possíveis desdobramentos deste tipo de Individualismo. Ao formular esta proposição, indica como um investimento compulsivo do Eu no próprio corpo parece funcionar, na contemporaneidade, tanto engajado com a específica lógica moral disposta socialmente quanto pode representar uma forma defensiva de suas conseqüências. Em outra obra

---

<sup>20</sup> SAWAIA, B. B. *Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a Humanidade*. In: Bader Burihan Sawaia. (Org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996, v. 1

<sup>21</sup> SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

intitulada *Violência e Psicanálise*, de 1984, o autor dedica um capítulo inteiro à discussão das repercussões de tal contexto socioeconômico na formação do indivíduo. Apoiado em Martins (2004), enriquece a análise sobre a denominada “Geração AI-5”, cujas características apresentaremos mais adiante.

Não perdendo de vista a questão histórica, recorremos a Gagnon (2006) em seus estudos sobre os movimentos sociais insurgentes no início do século XX. Este autor lembra-nos que a posição dos(as) utopistas sexuais radicais sobre a liberação sexual era de que esta pudesse possibilitar aos seres humanos libertarem-se, até mesmo, das próprias “restrições do capitalismo e das distorções impostas à liberdade das relações humanas pela família nuclear e como um correlato necessário da revolução econômica na libertação da consciência humana.” (GAGNON, 2006, p. 76) Enquanto que, para Williams (1989), a esperança do século XX fora depositada sobre as novas instituições e movimentos sociais, que pudessem vir a resgatar uma consciência coletiva no âmago dos relacionamentos entre os indivíduos, a fim de encontrar meios de transformação nas causas sociais de seus processos de alteração.

Diante de expectativas e dos receios trazidos com a modernidade, Habermas (HABERMAS apud FREITAG, 1983) explica que o processo histórico que nos localiza em modernidade tardia marca o fim de apenas *uma*<sup>22</sup> utopia. Por ocasião, instaura-se um cinismo ideológico em que perguntar pelo sentido das coisas passa a ser uma questão sem sentido, e a questão a ser proferida tem em vista a eficiência ou a eficácia. Assim, torna-se necessário analisar o lugar da técnica e da tecnologia na sociedade moderna, o que aparece como debate central para os pensadores da Escola de Frankfurt<sup>23</sup>, por exemplo. O tipo de influência cientificista-tecnocrática a que se referem é diretamente relacionada com a ideologia de “progresso” do “capitalismo *sauvage*”, então dissolvida em suas tradições humanísticas, sucedendo, conforme assinala Luciano Martins (2004), na sedução da eficácia do sistema:

O esforço de reflexão tende então a ser substituído pelo fascínio da gratificação social imediata (o que certamente inclui o mercado), gerando uma imensa necessidade de “ser aceito”, de ter que se adaptar continuamente às modas e ao salão da moda, coisas que, sobretudo numa sociedade em rápida transformação econômica, se sucedem em ritmo vertiginoso. (MARTINS, 2004, p. 27)

---

<sup>22</sup> Grifo nosso.

<sup>23</sup> Trabalharemos com dois pensadores sociais representantes desta Escola: Walter Benjamin (1994) e Jurgên Habermas (1989 [1968], 1992).

Uma ênfase crítica ao projeto de cultura moderna recolocou a questão em nível da lógica racional que tem se sobreposto à ação comunicativa nas relações da vida cotidiana. Desde o advento da racionalidade Iluminista, a sociedade moderna não só rompeu com a dimensão mítica como submeteu sua leitura de mundo à materialidade econômica. Pode-se pensar, no mais, que o capitalismo passou a oferecer, com o individualismo do tipo *intimista* ou *isolacionista*<sup>24</sup>, uma alternativa para a orientação moral e significação de conteúdos simbólicos, cujo interesse direciona-se a fins instrumentais.

Também para Velho (1995), a questão da racionalidade deve ser o ponto central da análise sobre as transformações das sociedades capitalistas contemporâneas, tendo em vista que o cálculo econômico passa a atuar como “força niveladora intra e inter-social nas relações entre os mais diferentes atores individuais e coletivos” (VELHO, 1995, p. 6). Todavia, o cenário das cidades grandes admite uma diversidade de alternativas socioculturais, incitando novas configurações perceptivas:

Por mais poderosos que sejam os mecanismos de mercado e a racionalidade particular que os acompanha, a complexidade dos processos culturais e a própria heterogeneidade da sociedade moderno-contemporânea produzirão combinações, sínteses e interpretações particulares. (VELHO, 1995, p. 6-7)

Canclini (1997, p. 34) nos alerta, contudo, sobre a necessidade de “dirigir-se ao núcleo daquilo que na política é relação social: o exercício da cidadania”, relacionando este último conceito principalmente às práticas sociais e culturais que nos fornecem sentidos de pertencimento social, localizando-nos enquanto identidade. Assim, o autor aponta para uma faceta deste processo. A persistência de uma atmosfera de Modernidade contribui para que os sujeitos desenvolvam uma moral de “consumidores do século XXI”, conquanto, permite que continuem a exercer formas de cidadania que os localizam como “cidadãos do século XVIII”. O que repercute da seguinte maneira:

Homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos – a que lugar pertença e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses – recebem sua resposta mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que pelas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos. (CANCLINI, 1997, p. 29)

---

<sup>24</sup> Diferentes denominações para o individualismo que se quer referir, por Maheirie (2005) e por Habermas (1983), respectivamente.

Por estes diferentes posicionamentos somos levados a considerar que a promessa de Modernidade – insatisfeita – fora cunhada pela esperança nas relações humanas, que resulta, paradoxalmente, numa desconfiança sobre as forças de solidariedade contemporâneas e nas conquistas de movimentos de luta reivindicatória. A atribuição de uma conotação intransitiva<sup>25</sup> aos movimentos que aspiravam uma revolução em meados do século XX reflete este posicionamento. Se partirmos do ponto de vista que tais movimentos se baseavam numa utopia que buscava a revolução, fica evidente que esta não fora satisfeita. Todavia, as mudanças sociais precipitadas pelas contestações advindas daí expressam fragmentos de emancipação.

Ainda assim, há de se considerar as atribuições de Martins (2005) à geração subsequente ao regime ditatorial que se estendeu de 1964 a 1985 no Brasil. Para o autor, essa geração herda comportamentos, práticas e valores de uma “cultura autoritária” que fora baseada no discurso de poder do regime instaurado. Embora formalmente “democrática”, essa cultura penetra nos domínios da vida cotidiana condicionando a existência dos indivíduos pela censura, pela burocracia, pelas “medidas” de segurança, desrespeito aos direitos individuais e ocultação do processo decisório. A falta de expressividade política e memória histórica são conferidas, até mesmo, aos sistemas de referências dos movimentos que se formaram como “contracultura”, desta maneira, representando um anti-projeto de liberação – manifestação e instrumento da alienação produzida no regime citado. Daí o motivo de Martins “desconfiar” dos movimentos insurgentes na época.

Martins (2004, p. 18) elenca algumas expressões deste universo cultural para analisar com mais profundidade, as quais, propositalmente, qualificamos como *terceirização dos sentidos*. O termo “terceirização” é empregado, neste estudo, com o mesmo significado utilizado no mercado capitalista, pretendendo marcar que: (1) no “culto da droga” esta geração delegou ao prazer o contato com o mundo; (2) com a “desarticulação do discurso”, as decisões e ações políticas subjazem aos imperativos da normatividade do mercado e, (3) com o “modismo psicanalítico”, são outorgadas as narrativas da própria história a especialistas.

Voltamos, assim, para Habermas (HABERMAS apud FREITAG, 1983), apostando com ele que a sociedade não se resume a uma lógica instrumental. A pressuposição de que uma razão comunicativa possa ser mantida no *mundo da vida* permite-nos pensar em

---

<sup>25</sup> Martins (2004)

fragmentos emancipatórios. Deste modo, somos levados a considerar que as conquistas provenientes dos movimentos sociais, pela simples possibilidade de fomentar novos projetos identitários, podem tencionar um contexto social específico, como crítica da lógica convencional e superação da opressão que recai sobre o exercício autônomo de sujeito-cidadão.

Aproximando-nos também de acepções de Ciampa (2003), podemos concluir que a problemática exposta se respalda na dissolução da articulação dos pensamentos histórico e utópico vivida pelas sociedades modernas ocidentais. Duas distorções são significativas neste contexto: o pensamento histórico não encontra suporte na tradição e é confundido com um conceito “reacionário”, ao mesmo tempo em que o pensamento utópico é deturpado pela idéia de utopismo<sup>26</sup>. O que ocorre é que, traduzida em comportamentos, nas sociedades burocráticas e de alto consumo, como no caso do Brasil, as dissidências neste nível parecem ser absorvidas sem questionamento. Os espaços público e privado se diluem, por exemplo, no que diz respeito a possibilidade de mediação das relações íntimas, conquanto, processos da esfera política são abafados. As questões morais e a violência tomam forma de entretenimento na sua exposição televisiva. As condutas que destoam da normatividade podem ser justificadas por uma ética libertária, eximindo-se de suas implicações com relação a uma moral igualitária.

Voltamos, então, às proposições de Martins (2004), as quais ressaltam que a sociedade contemporânea é culturalmente totalitária, todavia, seus controles são difusos e impessoais. Isto nos leva a pensar que uma reação ao sistema só pode ser conjecturada em termos de processo global de defesa de integridade do sujeito. O que significa a reconquista dos significados humanos que foram dissociados pelo individualismo de caráter isolacionista e a reunião de condições necessárias e suficientes para mobilizar e reconhecer, dentro da trama social, fragmentos de emancipação.

---

<sup>26</sup> Sobre a distinção entre os termos utopia e utopismo ver: Ciampa (1997)

### 2.2.1 Amores consumíveis e as relações afetadas

No ensaio *Amores fáceis*, do Sérgio Costa (2005), podemos acompanhar a análise que realizou sobre as fronteiras e imbricações entre o amor romântico e o mercado capitalista na modernidade tardia. O autor prevê renovar a reflexão sobre o tema na intersecção dos campos da Teoria Crítica e dos Estudos Culturais, tecendo considerações críticas sobre o trabalho da socióloga Eva Illouz<sup>27</sup>.

De acordo com Costa (2005), ao longo do século XX, um cenário público fora construído para o enredo amoroso, incrementado por novos roteiros e cenários. Aponta que, ao contrário de interpretações que discorrem sobre o enfraquecimento do amor romântico, há uma intensa produção e circulação de bens e serviços nos meios publicitários e na indústria cultural na contemporaneidade. Todavia, é por meio de uma específica visão de ser humano que Costa (2005) sustenta que o universo a dois permanece resistente ao mercado. Vale conferir a perspectiva em que baseia-se:

Os indivíduos, por sua vez, já não estão mais ancorados num único lugar da topografia social: eles se tornam socialmente desenraizados e ocupam diferentes papéis nos distintos subsistemas sociais, originando-se daí a ampla diversidade das combinações que conformam as características individuais. Nesse contexto, o amor moderno se desenvolve como código de comunicação capaz de mediar o intercâmbio entre duas pessoas muito exclusivas e que manipulam dois mundos de significados singulares, recortados de maneira extremamente individualizada. (COSTA, 2005, p. 120)

É por intermédio de um código de comunicação especial que o autor vê se computar, aos rituais e adereços românticos dispostos pela indústria cultural, um sentido efetivo que permite distinguir, até mesmo, entre o “negócio” matrimonial e a conjugalidade de fato. Contraposto à vida pública, este código amoroso pode conferir aos amantes um universo simbólico próprio e privado para viver relações do âmbito afetivo-sexual em caráter de uma vinculação superficial ou “afrouxada”. Comunicações não-discursivas, “(...) das quais se destacam a troca de olhares, o toque corporal e os diálogos que renunciam a qualquer tipo de mensagem objetivável” (COSTA, 2005), tendem, então, a ocorrer entre dois indivíduos fortemente diferenciados.

---

<sup>27</sup> ILLOUZ, Eva. *Consuming the romantic utopia*. Berkeley: University of California Press, 1997; *Der Konsum der Romantik*. Frankfurt/M: Campus, 2003.

Baseado nas acepções de Niklas Luhmann<sup>28</sup> em *Amor como Paixão*, Costa (2005) assevera que este código amoroso não é, necessariamente, substanciado por relações comunicativas voltadas à construção do entendimento comum ou do consenso, podendo ser, apenas, uma afirmação de diferenças individuais.

Daí também se distancia de uma perspectiva habermasiana. Embora Habermas não se refira diretamente ao tema em nenhuma de suas obras, podemos atentar para o fato de que, ao contemplar que a relação amorosa acontece no âmbito do *mundo da vida*, se depreende de sua teoria que esta possa estabelecer-se por uma comunicação voltada para o entendimento. A preocupação recai, deste modo, sobre a produção e circulação destes acervos culturais<sup>29</sup> do ideal romântico, ao que possam vir a atender propósitos instrumentais. De acordo com Habermas (2003), mesmo os valores conquistados historicamente<sup>30</sup> podem ser absorvidos pela razão instrumental, passando a ser regidos por um interesse vinculado ao mercado de consumo.

Não obstante, a propósito da existência de um “código amoroso” capaz de tornar um casal uma “unidade extremamente individualizada”, não há como prever o sentido que esta individualização possa tomar. Do ponto de vista do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação, pode-se conjecturar que este código venha a permitir aos amantes o exercício de alteridade, precipitando, inclusive, o desenvolvimento de individualidades autônomas. Por outro lado, como alerta Juracy Almeida (1999, p. 111), “o narcisismo entranhado no individualismo [de caráter isolacionista] costuma levar as pessoas a tomarem o outro como simples objeto de realização e manipulação e não como um Outro também dotado de autonomia e vontades”.

A interpretação de Matos (2000) sobre as reinvenções do vínculo amoroso pactuam com esta acepção, observando que o que se assiste em encontros furtivos é a “performance da relação sexual sem metáforas, (...) por vezes completamente ausente de palavras, o que frustra frequentemente alguns sujeitos deixando-os no anonimato, parcialidade e

<sup>28</sup> LUHMANN, Niklas. *Liebe als Passion. Zur Codierung von Intimität*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1994 [1982].

<sup>29</sup> Com a expressão “acervo cultural”, indica o “conjunto de referências que permite reconhecer, interpretar e avaliar a natureza e a intensidade do estímulo sentido”, bem como abrange a semântica amorosa de determinado contexto sócio-cultural e histórico. (COSTA, 2005, p. 117)

<sup>30</sup> Neste caso, destacamos as mudanças culturais em torno da sexualidade apontadas por Gagnon (2006, p.15): “(...) a mudança do papel social das mulheres; a maior consciência da sexualidade feminina; o surgimento de identidades sociais baseadas em preferências sexuais; o desenvolvimento de formas eficazes de contracepção; a crescente prevalência do sexo antes do casamento; a mudança nas concepções de casamento, divórcio e coabitação; bem como a inseminação artificial, o exercício solitário da função parental e as novas configurações da família.”

burocratização do prazer.” (MATOS, 2000, p. 42) Dois trabalhos que também nos servem de exemplo para demonstrar a atenção dispensada sobre o assunto são a publicação de Chaves, em 1994, de sua dissertação de mestrado sobre o “ficar com” e a produção de Bauman (2004) sobre o *amor líquido*.

Desde Benjamin (1994 [1934]), muitas das preocupações que se dirigem ao devir da sociedade moderna pautam sobre uma possível ruptura com a tradição cultural, que, por sua vez, é responsável pela propulsão de sentidos humanizadores. Para este autor, na medida em que o sujeito moderno expressa, por uma atitude burguesa, uma nova forma de miséria humana, designa sua pobreza de experiência, do ponto de vista da transmissão e vinculação de um patrimônio de significados e valores culturais. As preocupações do autor se fazem presentes nesta fala:

(...) não se deve imaginar que os homens aspirem a novas experiências. Não, eles aspiram a libertar-se de toda experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar tão pura e tão claramente sua pobreza externa e interna, que algo de decente possa resultar disso. Nem sempre eles são ignorantes ou inexperientes. Muitas vezes, podemos afirmar o oposto: eles “devoraram” tudo, a “cultura” e os “homens”, e ficaram saciados e exaustos. (BENJAMIN, 1994 [1934], p. 118)

Sobretudo, a preocupação retratada nos trabalhos deste autor implica pensar sobre determinadas condutas que, em vista das relações intersubjetivas estabelecidas, estariam descompensadas, ou ainda, desconsiderariam as posições de equivalência entre os proponentes da relação, num contato do tipo “eu-objeto”, intencionado por razões instrumentais. A partir das proposições de Costa (2005) podemos ilustrar como isso poderia vir a acontecer. Reportando-se à relação íntima como espaço que não implica, necessariamente, uma ação comunicativa, designa a fragilidade característica das relações anônimas múltiplas que se promulgam nas sociedades complexas.

Ao distinguir as noções “*negócio*” *matrimonial e conjugalidade de fato*, Sergio Costa (2005) implica sentidos às relações amorosas, apresentando-nos a convergência entre o amor romântico e a lógica capitalista como o núcleo, ao mesmo tempo, de tensão e resistência para tais interações. Como ocorre na incipiente passagem da “relação a dois” para uma “parceria de objetivos”, conclamada por Honneth (HONNETH apud COSTA, 2005), embora ressoe como uma diminuição de expectativas quanto à insistência de que o amor romântico siga desempenhando seu papel como ideal amoroso num contexto de modernidade tardia, deve ser examinada cuidadosamente. Pela lente do pensamento crítico, preocupa-nos a possibilidade

de subserviência do ideal amoroso à materialidade econômica, como ilustra Costa (2005) quando delata o consumo maciço de rituais românticos que atendem a um sentido de eficácia:

A relação entre o amor romântico e o mercado de bens e serviços para os amantes adquire assim um desenho paradoxal, mas não contraditório: para “escapar” da normalidade enfadonha os amantes recorrem, em seus rituais românticos, àquilo que fazem todos os dias nas sociedades capitalistas, ou seja, consomem bens e serviços, reconciliando o ideal romântico marcado pelo desejo de transcendência com a trivialidade das transações comerciais. (COSTA, 2005, p. 118)

Do ponto de vista político, o que parece atingir o potencial revolucionário da união de amantes é consonante a interpretação de Martins (2004) sobre o caráter intransitivo das lutas revolucionárias da década de 1960. Conforme declara Illouz (ILLOUZ apud COSTA, 2005):

(...) a revolução promovida pelos amantes é pífia, uma vez que a suposta ruptura com a normalidade projeta os amantes para dentro do universo de ofertas e possibilidades do consumo romântico. Dessa forma, a pretendida ruptura com a ordem experienciada pelos amantes representa uma mera migração entre esferas de sociabilidade: eles abandonam o cotidiano para penetrar no mundo mágico do consumo romântico. Ambos os universos, contudo, são subordinados ao regime de produção e distribuição de bens e serviços próprio ao capitalismo. (COSTA, 2005, p. 116)

Assim, Costa (2005) conclui que coexistem, na contemporaneidade, dois modelos culturais preponderantes: o ideal de uma comunidade a dois, que colocaria a parceria acima de tudo e de todos orientado por um ideal romântico, e um certo pragmatismo amoroso, que se sustentaria em valores como a igualdade, o entendimento dialógico e a realização pessoal dos parceiros. Os modelos distinguem-se no interesse da razão que orientaria a interação afetivo-sexual como uma ação do âmbito sócio-cultural. Mediada por um “código especial” que se estabelece entre os amantes, esta relação é capaz tanto de destacá-los do entorno social e político quanto instaurar formas de conjugalidade refratárias aos imperativos do mercado de consumo. Segundo o autor,

Como prática cultural, o amor romântico está incorporado num amplo leque de produtos, objetos, locais e rituais. Assim, nas sociedades contemporâneas a economia está presente em diversas esferas do amor, oferecendo produtos culturais que marcam os ideais e sentimentos amorosos, além de contextos para a vivência dos rituais românticos. Nem mesmo em seus momentos pragmáticos o relacionamento se livra da presença do mercado, que com seus manuais, terapeutas

e gestores de crises familiares, ensina os termos de uma convivência justa. (COSTA, 2005, p. 124)

Dadas proposições remetem-nos, ainda, à discussão proporcionada no capítulo anterior a respeito da natureza contratual do casamento. O significado do casamento e o próprio contrato íntimo sofreram mudanças que acompanham o processo de desenvolvimento da sociedade. Tanto os contratos para aliança quanto para legitimação do amor romântico, há uma disposição para a utilização recíproca, ainda que tenham por base o reconhecimento civil e legal de mulheres e homens como iguais, a despeito de suas incorporações na relação matrimonial.

Vale-nos, aqui, rememorar uma colocação de Durkheim (2004 [1964]). O sociólogo evidencia o caráter externo e de curta duração do vínculo quando criado por um contrato que, visando oferecer benefícios mútuos – de qualquer ordem – tende a conduzir “a relações efêmeras e a associações passageiras”. Com base nessa noção, apontamos uma mudança no estatuto do contrato íntimo que pode refletir esta acepção: a efetivação da possibilidade de prever o fim do contrato de casamento dentro do próprio contrato. Todavia, também representa o reconhecimento e a garantia de que possamos nos libertar de contratos que, por ventura, venham a legitimar relações de opressão e dominação.

Ao comentar a cláusula do divórcio, Pateman (2001) lembra:

Não foi senão em 1969, quando a irreversível falência do casamento se tornou a causa para o divórcio, que as separações conjugais passaram a ser obtidas com relativa facilidade, tanto pela esposa quanto pelo marido, e por membros de todas as classes sociais. Apenas recentemente os divórcios e as pessoas divorciadas deixaram de ser motivo de escândalo. (PATEMAN, 2001, p. 270)

A última observação de Pateman (2001) nesta citação requer que frisemos a discrepância entre o que é normatizado em direito e o que, de fato, ocorre na política dos costumes. Ainda que tardiamente legitimadas, a aceitação das separações pela moralidade social é interpelada pelas valorações culturais, pelas normas de gênero e pelos padrões religiosos.

A par de outra perspectiva que envolve posicionamentos mais radicais, vislumbra-se que o casamento venha a ser suprimido por uma série infinita de contratos de curta duração para a utilização do corpo do outro que supostamente seriam mais “vantajosos” ao indivíduo.

Um mercado universal de corpos daria acesso à propriedade sexual do outro, instaurando, de vez, a ordem sistêmica sobre as relações humanas. Por outro lado, conjectura-se a possibilidade de que, relações que impliquem a noção de “indivíduo”, e não necessariamente de “homens” e “mulheres”, permitam que a diferença sexual perca seu sentido fundador nestes contratos. Para Pateman (2001), essa utopia nunca poderá ser concretizada, posto que o “indivíduo” é uma categoria inerentemente patriarcal. Contudo, quando substituída pela noção de “sujeito humano”, inaugura uma proposta a se pensar.

Posto isto, supomos que uma lógica sistêmica estaria patrocinando tanto projetos de “vida só” quanto a mais tradicional forma de união que é o casamento legal, a depender dos sentidos que estes expressem. Por outro lado, projetos de vida mais autônomos que venham sendo precipitados, seja por meio de uma “vida no singular” ou de uma “vida compartilhada”, passam a evidenciar estilos próprios e autênticos de “viver-uma-vida-que-mereça-ser-vivida” (CIAMPA, 2008 [1978]). Desde que, potencialize atores sociais para a autoria de projetos de vida que permitam subverter relações pautadas em antigas opressões normativas ou prospectivos estereótipos de liberdade.

### 3. ASPECTOS TEÓRICOS E CIENTÍFICOS

Se assumimos que já não há grandes causas a defender, estamos cientes de que não seremos derrotados porque já o estamos de antemão. Do risco da derrota à incorporação da passividade o caminho é o silenciamento de tudo que em nós clamaria pela humanidade. Não há estrada mais segura para levar ao desaparecimento da política e à dissolução da ética: um caminho onde nos perdemos dos outros e de nós mesmos.

Franklin Leopoldo Silva<sup>31</sup>

#### 3.1 Trajetos teórico-conceituais

O termo sexualidade ganhou espaço no discurso público nas sociedades de modo geral, apontam Sonia Correa e Richard Parker (in PETCHESKY, 2008), não só nos meios de comunicação, mas também no terreno das políticas globais. A posição central que a sexualidade passou a ocupar, como tema de controvérsia política e chave para as mudanças sociais nos últimos vinte anos, reflete a ampliação do reconhecimento de suas imbricações com as esferas da saúde e do direito, por exemplo. De modo que, consideramos fundamental a aproximação deste universo de pesquisa da sexualidade aos estudos sobre Identidade Humana desenvolvida em Psicologia Social Crítica.

Dada a complexidade e amplitude de ambos os campos de investigação, dirigimos nosso interesse, especialmente, para os estudos de mulher e das relações de gênero, já que este vem sendo dimensionado na intersecção destas áreas. Recordemos que foram os discursos feministas<sup>32</sup> que trouxeram à cena as mulheres na condição de novos sujeitos

---

<sup>31</sup> SILVA, F. L. Memória e esperança. In: *Revista Cult*. Ed. 126, jul/2008. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/memoria-e-esperanca/>> Último acesso: 25/03/2010

<sup>32</sup> Empregamos o termo na forma plural respeitando as distintas concepções de utopias feministas e correntes teóricas existentes. Posto que, para o fim empregado, não vemos necessidade de detalhá-las.

sociais, bem como, expuseram como a categoria de gênero se torna um dos eixos de subordinação e dominação desta.

Uma das aproximações dos Estudos Feministas aos Estudos Culturais pôde introduzir novos questionamentos nos estudos de gênero, provocando, por exemplo, alterações na própria conceituação de “gênero”. Utilizar o termo gênero remete-nos a considerar o processo de construção cultural de sua conceituação, para, então, refletir sobre sua estrutura no cerne das relações sociais.

Vale-nos, a propósito, conhecer e se apropriar do conceito de cultura que comporta tal entendimento. Por meio da realização de uma “cartografia dos Estudos Culturais”, Ana Carolina Escosteguy chega a dimensionar a cultura como um “espaço de negociação, conflito, inovação e resistência”, em que “significados e definições são socialmente construídos e historicamente transformados” (ESCOSTEGUY, 2001, p. 35). Ao considerar a cultura como uma rede de práticas e relações sociais, Williams (1989) evidencia o papel do indivíduo neste processo.

Conceituando “gênero” como uma *categoria bidimensional*, Nancy Fraser (2002) nos apresenta suas duas faces. A primeira face é política e econômica e aparece como uma categoria distintiva semelhante à classe. Pela perspectiva distributiva, trata-se de um princípio básico para a organização da divisão do trabalho que pode gerar formas específicas de injustiça distributiva, por exemplo, a partir da qualificação e remuneração de atividades distinguidas entre homens e mulheres. A segunda face é discursivo-cultural, no qual aparece exercendo a função de diferenciação de *status* na sociedade. Pela perspectiva do reconhecimento, a categoria gênero serve para codificar padrões culturais de interpretação e avaliação disseminados na cultura popular e nas interações cotidianas. Neste caso, uma das principais características de injustiça de gênero é o androcentrismo, ou seja, “o padrão institucionalizado de valor cultural que privilegia traços associados com a masculinidade, assim como desvaloriza tudo que seja codificado como ‘feminino’.” (FRASER, 2002, p. 64-65).

Ainda que independentes, a autora ressalta que para se reparar injustiças de gênero de qualquer ordem, ambas as faces devem ser tratadas. Isto quer dizer que, redimensionado atualmente o foco da luta de gênero à questão da identidade e da representação, não se pode perder de vista a luta social e o projeto político a que este projeto se vincula, incorrendo ao risco de conciliar-se com propósitos neoliberalistas.

O que ocorre é que a teoria de gênero tem refletido suas modificações no discurso das demandas políticas e a preocupação recai sobre o momento destas inserções, visto que a ênfase nas reivindicações por reconhecimento – em detrimento da luta por redistribuição –, se dá justamente quando a desigualdade econômica é exacerbada por um capitalismo agressivamente globalizante. Ainda segundo Fraser, esta mudança deve ser tomada com atenção dentro do movimento feminista:

(...) por um lado, a virada para o reconhecimento representa uma expansão nas lutas de gênero e uma nova compreensão do que é justiça de gênero. A justiça de gênero não se restringe mais a questões meramente distributivas, mas, agora, engloba questões de representação, identidade e diferença. O resultado indica um grande avanço em relação aos paradigmas economicistas reducionistas que tinham dificuldade em conciliar os danos enraizados, não na divisão do trabalho, mas sim em padrões androcêntricos de valor cultural. Por outro lado, já não está tão claro que as lutas feministas estejam servindo para suplementar, enredar e enriquecer as lutas pela redistribuição igualitária. Pelo contrário, no contexto de um neoliberalismo ascendente, estas lutas podem estar servindo para deslocar essa redistribuição. (FRASER, 2002, p. 62-63)

Diante destas recomendações, empreendemos um trabalho que visa estabelecer um posicionamento crítico a respeito das razões e interesses que sustentam a produção midiática de novos significados culturais, estilos de vida e políticas identitárias relacionadas às mulheres solteiras, sob reputação de emancipação feminina. Concomitantemente, dirigimo-nos à compreensão do sentido atribuído pelas mulheres solteiras na contemporaneidade aos seus projetos de vida, na expectativa de reconhecer o potencial emancipatório de suas formações identitárias. Ou ainda, detectar injustiças de gênero, sejam estas distributivas ou valorativas, que possam acometer o desenvolvimento da individualidade, autonomia e participação cidadã da mulher pelo fato de ser solteira, em atual contexto histórico e social.

### *3.1.1 O devir identitário*

De acordo com Jeffrey Weeks (2008, p. 48) “(...) nós não experimentamos nossas necessidades e desejos sexuais como acidentais ou como produtos da sociedade. Eles estão profundamente entranhados em nós como indivíduos”. Esta afirmação fundamenta nossa proposta de trabalhar a temática da sexualidade tendo por base a compreensão da identidade.

Procuramos, deste modo, apresentar a perspectiva que adotamos, conforme o trabalho de pesquisa sobre Identidade Humana que vem sendo desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade-Metamorfose (NEPIM), no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP.

Ao acompanhar os estudos do psicólogo social Antonio da Costa Ciampa (2008 [1987], 2002, 1998), reconhecemos que o posicionamento ontológico que adota para desenvolver uma conceituação de Identidade converge com as perspectivas que buscam destituir o caráter natural e estável dos elementos e conexões que dão forma à sexualidade humana. Membro da considerada Escola de São Paulo como coordenador do NEPIM, Ciampa vem contribuindo academicamente com a atualização dos estudos sobre Identidade dentro do campo da Psicologia Social Crítica, o que o levou ao desenvolvimento do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação. A formação de um programa de pesquisa sobre o tema se deu, principalmente, por intermédio das mais de cem orientações de estudos pós-graduados que já realizou, incluindo esta dissertação para mestrado.

A visão dialética da identidade trazida por Ciampa em sua tese de doutoramento baseia-se no materialismo-histórico reconstruído por Habermas (1983), na filosofia da linguagem e no pensamento pós-metafísico, como observa Iray Carone (s/d) ao realizar uma análise epistemológica desta obra. A identidade humana é vista, em síntese, como produto da intersubjetividade que, pela razão dialógica, constitui o humano reflexivamente. A noção do sintagma decorre, especialmente, da necessidade de se considerar que identidade é movimento e, por isso, estabelece direções. Estes sentidos são preponderantes para a realização de uma análise crítica sobre os processos identitários e sociais, pois outorga uma razão à história de vida do indivíduo e, concomitantemente, assinala o devir da História da Humanidade.

Em meio a um arcabouço simbólico (de gestos e linguagem), o ser humano constrói seu mundo e, ao compartilhar convenções semânticas intersubjetivamente legitimadas, também pode se constituir e viver em sociedade (MEAD, 1972). No curso dessa história compartilhada e culturalmente relativa, a plasticidade humana descrita por Ciampa (2008 [1987]) circunscreve-se “num contexto de ordem, direção e estabilidade” (BERGER, LUCKMANN, 1983, p.75) permitida pelas institucionalizações das ações habituais e dos próprios indivíduos como atores sociais. Assim, o sujeito humano se insere num sistema social de papéis que o torna ator/personagem de uma realidade objetivada da vida cotidiana, capaz inclusive de objetivar-se, o que permite localizar-se e mover-se na tessitura das

relações sociais. Pois, à proporção que personagens vão se articulando, também se constitui um universo de significados e relações intrincadas de correspondência identitária.

No tema abordado, exemplificamos: para deixar de ser solteira, há de se virar esposa, o que pressupõe, diante das normas sociais vigentes, ter um marido, ou seja, estabelecer um vínculo formal, heterossexual e monogâmico, legitimando condições e expectativas sociais de estabilidade afetiva, exclusividade sexual e delimitação do patrimônio. Contudo, tendo em vista que há uma expectativa social para que esta personagem “solteira” seja provisória, um projeto de vida solteira trará implicações identitárias à medida que um sentido singular autentica a reposição da personagem “solteira” na história de vida. Adiemos esta análise para os capítulos seguintes. Todavia, Ciampa (2008 [1987]) coloca em dúvida o grau de liberdade que um indivíduo tem para adotar uma personagem, podendo ser esta, conseqüência das relações que se dão, e também condição para tais relações, a depender do lugar ocupado por tal personagem nas tramas das relações de poder instauradas. “São múltiplas personagens que ora se conservam, ora se sucedem; ora coexistem, ora se alternam. Estas diferentes maneiras de se estruturar as personagens indicam como que *modos de produção* de identidade”, afirma o autor (CIAMPA, 2008 [1987], p. 157).

O autor sugere que a identidade humana apresenta-se como fenômeno social e intersubjetivo, a partir da relação dinâmica que o indivíduo estabelece com seu mundo, com o outro e consigo mesmo acontecendo enquanto metamorfose que se objetivam como personagens. Pensar a identidade pela articulação de personagens é conceber que nos reconhecemos e somos reconhecidos, na qualidade de sujeitos humanos, a partir das ações que nos predicam, sendo inerente ao entendimento deste processo, a consciência e a atividade.

Habermas (1983) declara que o fundamento para a afirmação da própria identidade é a auto-identificação intersubjetivamente reconhecida, tal como o fundamento das relações sociais é a comunicação intersubjetivamente mediada. Assinala, ainda, que as implicações da convicção moral, do saber prático, do agir comunicativo e da regulamentação consensual dos conflitos de ação influem na produção de formas mais maduras de interação social. Assim, conclui Ciampa (1998), só a partir da cultura, do trabalho social e da estrutura familiar é possível falar em vida humana.

A identidade, em sua singular abertura, se inscreve num processo dialético e metamórfico, na possibilidade de condensar objetividade e subjetividade, o indivíduo e sua

representação. A subjetividade do sujeito humano é vista, por esta perspectiva, sempre articulada com a integração da objetividade da natureza, a normatividade da sociedade e a intersubjetividade da linguagem. Decorre deste entendimento que os trajetos identitários se caracterizam pela razão dialética entre regulação e emancipação, a qual confere aspectos qualitativos à metamorfose. São denominados de *mesmice* – quando ocorre um movimento de reposição das personagens por um sentido conformista ou de resistência; ou de *mesmidade*, quando dizem respeito a um processo de alterização de personagens, cuja metamorfose resulte em degradação ou superação da identidade pressuposta.

A trama que nos permite compreender o sentido do processo identitário é inscrita sob condições materiais e simbólicas de reconhecimento social. Personagens identitárias vão se articulando e se transformando a partir das relações intersubjetivas que são estabelecidas na vida social, compondo um enredo singular às relações. Emblemáticas do contexto e momento histórico em que se projetam, as identidades são responsáveis por concretizar fenômenos sociais, antecipando-os como tendências. Assim, ao considerar projetos de vida e pretensões identitárias, estamos levando em conta estas relações, localizando a formação identitária nos sistemas normativos da vida cotidiana conforme responde por interesses e conveniências autônomas ou heterônomas. De modo que, ao empreender-se neste registro, a identidade revela ser um processo de conformidade/manutenção ou de resistência/superação frente o contexto sócio-econômico e cultural vigente.

Diante destas considerações, salientamos que “(...) a progressiva concretização de uma identidade humana será sempre, antes de mais nada, uma questão política”, instalando-se um primeiro questionamento voltado para o interesse da razão: “nas condições dadas, o que merece ser vivido?” (CIAMPA, 2008 [1987], p.216) Desdobram-se, neste ponto, questões mais ampliadas que nos remetem a pensar no processo de individualização: “Que possibilidades reais (e não meramente formais) devem ser favorecidas? Que condições necessárias devem ser produzidas?” Entendendo que a simples mudança de aparências não significa, necessariamente, uma transformação de caráter qualitativo, vale-nos pensar, na e, para a contemporaneidade, que valores e sentidos da tradição – e também da inovação – estariam subsidiando a elaboração simbólica dos aspectos conjugais para projetos de vida de supostas novas personagens sociais, como é o caso da denominada “nova solteira”.

Provocados pela noção de autonomia que vimos adotando, somos levados a inquirir sobre os significados da “liberdade sexual” ou da “independência feminina” arrogados ao termo “nova solteira”. Visamos, com isso, desvelar a lógica liberal interesseira que estaria

dissimulando a idéia de emancipação por meio do desempenho de *scripts* sexuais justificados pelo exercício do livre-arbítrio, conforme apresentamos na introdução.

Não esqueçamos que o conceito de emancipação sob a qual nos referenciamos tem um cunho ético-político. Um sentido emancipatório pode, então, ser vislumbrado em processos cuja singularidade da história de vida se apresente como possibilidade de concretizar nossa humanidade por propósitos universalizáveis, ou seja, projetos de vida que contemplem a relação dialética entre indivíduo e sociedade pela síntese de heteronomias. Na medida em que o indivíduo constrói a própria história também constrói os sentidos de uma utopia emancipatória. Em vista de uma meta visada ou uma falta sentida, projeta-se em metamorfose por caminhos que o levem a superar obstáculos, libertar-se de coações e criar condições para sua humanização.

Para Ciampa (2008 [1987], p.146), um “(...) ser-para-si é buscar a autodeterminação (que não é a ilusão da ausência de determinações exteriores)”. Em outras palavras, é tornar-se sujeito de seu desejo e finalidade transformando a si e ao mundo, o que se aproxima muito da noção de *sujeito sexual* trazida por Paiva (1996, 1999). Por esta denominação, Vera Paiva (1999, p. 255) nos apresenta aquele “que regula cada experiência sexual, lidando com a complexidade e os múltiplos fatores que competem pela sua atenção consciente”. “É um domínio específico do sujeito, do exercício do poder e da cidadania”, que está intimamente relacionado com a conscientização dos cenários culturais da comunidade que faz parte, incluindo a noção dialética de si-mesmo como parte desse grupo.

Assumimos, ao adotar uma abordagem habermasiana, que a identidade do Eu é revelada pelo “grau de estabilidade da competência geral na interação” (HABERMAS, 1983, p. 71) indicada pela sustentação de uma consciência moral mesmo em situações de ação que impliquem conflitos moralmente relevantes. Posto isto, verificamos que ações respaldadas por decisões autônomas em qualquer das esferas da vida – envolvendo projetos conjugais ou profissionais, por exemplo – pressupõem competência interativa para elaborar conscientemente e consensualmente conflitos de ação moral e disparidades de interesses. Assim, Habermas (1983) fala numa reciprocidade que, embora incompleta, permite que sujeitos agentes possam empreender-se numa ação comunicativa, sempre fundamentada no questionamento de suas pretensões de validade, do ponto de vista moral, social, estético, cognitivo e expressivo.

Como devir humano, projetos identitários envolvem utopias não antecipáveis, pois o conteúdo da interação depende da consecução da mesma. Contudo, a trama dos procedimentos que opera em tal interação pode ser antecipada, a partir das pretensões identitárias que o indivíduo projete como pressuposição de personagens. Nunca fixa ou estável, também dependem das estruturas de interação que são dispostas no contexto sócio-histórico, econômico e político.

Em outras palavras, face um projeto de vida de pretensão emancipatória, este “sujeito-agente” elabora scripts para se relacionar, decodificando cada cena social e acionando habilidades interativas para uma ação dialógica. Para tal, deve partir de procedimentos consensuais e buscar o entendimento compartilhado de seus propósitos. Vislumbramos que processos identitários que expressem este sentido possam se configurar como uma *identidade política*<sup>33</sup>, autônoma e em processo de individualização, supostamente, primando por deliberações em nível de uma moral pós-convencional.

Estudar a sexualidade do ponto de vista do projeto identitário permite-nos, desta maneira, compreender o sentido das representações e ações do indivíduo, de modo a poder contemplar, simultaneamente, a multiplicidade de fatores sociais, culturais e econômicos como apresentam-se elencados dentro da trama das histórias de vida. Sob esta ótica, pretendemos compreender como padrões valorativos dispostos culturalmente sob a idéia de uma “nova solteira” poderiam vir a subsidiar ou cercear projetos de vida potencialmente emancipatórios, por intermédio do amoldamento de personagens no processo identitário.

### 3.1.2 De que “sexualidade” partimos?

Embora na década de 50 tenhamos encontrado contribuições teóricas que instigaram um campo de discussão fértil à progressão e refinamento do discurso científico sobre o sexo e a sexualidade, estas teorias ainda se pautavam pelo vértice natural do fenômeno<sup>34</sup>. No entanto, em 1973, John Gagnon e Bill Simon, em *Sexual Conduct*, destacam a importância

<sup>33</sup> Com a noção de *identidade política* Ciampa (2002) prevê contemplar a articulação entre diferentes personagens coletivas – decorrentes da participação do sujeito em comunidades de sentido – e a identidade pessoal. Refere-se a um sujeito privado, que “também pode assumir os diferentes papéis como um membro da sociedade civil, do Estado e do mundo” (CIAMPA, 2002, p. 144), preservando certo grau de autonomia e originalidade.

<sup>34</sup> Destaque aos “Relatórios Kinsey” de 1948 e 1953.

dos contextos sociais e culturais na configuração da sexualidade, reinaugurando<sup>35</sup> a expressão “conduta sexual”. Estes autores desenvolvem sua teoria sociológica da sexualidade, com a premissa de que a sexualidade é, na condição de um comportamento humano intencionado, uma conduta roteirizada. Este foi um salto qualitativo na forma de olhar para o assunto, o que incitou um campo de discussão crítica que permitia questionar, além mesmo, o caráter “revolucionário” das mudanças socioculturais neste âmbito, considerando sua dimensão política – a quem se aplica e que mudanças introduziram. Desta perspectiva ainda ressoa muitos avanços para o estudo da sexualidade, dos quais, citamos apenas alguns autores aqui contemplados: Jeffrey Weeks (2000), Vera Paiva (2008), Richard Parker (1999, 1996), Rosalind Petchesky (2008), Guacira Lopes Louro (2000).

Ao considerarem o repertório contextual na análise sobre a conduta sexual – o que denominam de *cenário cultural* – Gagnon e Simon (1984) compreendem este repertório como um guia instrucional da vida coletiva, dentre os níveis interpessoal e intrapsíquico da metafórica sintaxe de funcionamento social. Segundo os autores, é neste nível que se promulgam conteúdos simbólicos de sistemas institucionais por papéis sociais indicativos. Contudo, não são inteiramente predicativos do comportamento, além de estarem suscetíveis a incongruências com relação à situação concreta, em virtude do seu alto grau de abstração. Esta falta de congruência é resolvida, na perspectiva dos autores, justamente, com a criação de “*scripts* interpessoais”.

Tais aparatos sociais seriam responsáveis por articular sentidos, valores e situações em condutas significativas à formação identitária dos atores sociais. Frente um mundo em modernidade tardia e uma cultura pluralista, em que a estratificação de valores, sentidos e papéis sociais se dão, cada vez mais, por comunidades de vida particularizadas (BERGER, LUCKMANN, 2004), uma multiplicidade de universos simbólicos se constitui. Por sua vez, parecem ser de extrema funcionalidade, mas também motivo de desorientação, à elaboração de um número maior de *scripts* necessários ao estabelecimento de relações na vida cotidiana contemporânea. Daí resulta a importância de ponderar os três níveis da roteirização – cenários culturais, *scripts* interpessoais e *scripts* intrapsíquicos nos enredos de histórias de vida e processos identitários.

---

<sup>35</sup> A expressão “conduta sexual” foi cunhada por Ernest W. Burgess (in Gagnon, 2006), numa crítica a Kinsey, sobre o inevitável caráter social do sexo na vida humana, sendo o comportamento sexual interpelado pela cultura e avaliado socialmente.

A partir da explicitação das razões e interesses que orientam *scripts* às interações conjugais que ocorrem na vida cotidiana, é possível acionar os projetos de vida envolvidos. De modo que, nos permita compreender, no caso da mulher solteira, a definição e posição das personagens identitárias em seus projetos de vida, seu processo de elaboração simbólica dos significados sociais e os sentidos singulares a estes atribuídos.

Comprometendo-nos com um conhecimento crítico e interessado<sup>36</sup>, buscamos, paralelamente, investigar o potencial emancipatório do universo simbólico que envolve o termo “nova solteira”, a depender das razões e interesses – instrumentais ou comunicativas –, que possa dispor.

Outras noções permeiam o conceito de sexualidade em que nos baseamos. Elencamos, então, a concepção de sexualidade adotada por Weeks (2000), pautada na perspectiva do construcionismo social e nas contribuições de Foucault a este campo de estudo. Consideradas como constructos sociais, tanto a sexualidade como as possibilidades do corpo são socialmente organizadas e, como “aparatos históricos”, se desenvolvem como parte de uma rede complexa de regulação e manutenção de determinado sistema. Por meio de normatizações da sexualidade e do corpo, nossas definições, convenções, crenças, identidades e condutas sexuais são continuamente modeladas, no interior das relações de poder e em situações sociais concretas.

Perspectiva como esta só pode surgir dada complexidade social e processo histórico, por ocasião das novas configurações, demandas e procedimentos referentes à sexualidade, dispostas na prática e na teoria pelos mais variados interesses e propósitos. Um exemplo disto é que, com o processo de secularização das sociedades que procede com a modernidade, houve um deslocamento da autoridade normativa sobre o que se pensa e o que se faz em termos de sexualidade das instituições religiosas e morais para o discurso científico. Em decorrência, os discursos hegemônicos significativos compuseram-se de explicações positivistas e essencialistas, atrelados às Ciências Biológicas.

A modernidade e o pluralismo trouxeram consigo uma diversidade de oferta de sentidos à sexualidade, decorrente de novos tempos e situações sociais, novas perspectivas de vida e de interpretações teórico-conceituais as mais variadas. É também neste contexto que verificamos a delegação da função socializadora da família aos “peritos”: religiosos, pedagogos e cientistas. Assistimos emergir uma multiplicidade de aparatos simbólicos que

---

<sup>36</sup> Habermas (1989 [1968])

competem por legitimidade e propagação supraordenada de seus sentidos, principalmente por intermédio da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa. Como sistemas de valores dirigidos a áreas específicas e funcionais, buscam universalizar seus particulares, a fim de controlar significativamente a conduta do indivíduo e justificar ideologias dominantes que permeiam a vida social.

Novas noções e significados a respeito da sexualidade são possíveis, portanto, numa rede de conexões culturais, políticas e econômicas que, em permanente transformação, implicam em importantes mudanças, tanto sobre considerações intelectuais da sexualidade quanto sobre sua conduta na prática cotidiana. Com isso,

Sexo, sexualidade e gênero têm estado no centro de vastas mudanças culturais nos últimos cinquenta anos – a mudança do papel social das mulheres; a maior consciência da sexualidade feminina; o surgimento de identidades sociais baseadas em preferências sexuais; o desenvolvimento de formas eficazes de contracepção; a crescente prevalência do sexo antes do casamento; a mudança nas concepções de casamento, divórcio e coabitação; bem como a inseminação artificial, o exercício solitário da função parental e as novas configurações da família. (GAGNON, 2006, p.15)

A incidência de outros modelos para as relações afetivo-sexuais além do casamento formal legal se propagaram, segundo Vaitsman (1994), a partir da década de 70<sup>37</sup>. Casais homossexuais ou heterossexuais, pessoas que vivem sós, mães solteiras, descasados de ambos o sexo. A possibilidade de resignificação dos papéis sociais correlacionados às condutas “privadas” permitiu, inclusive, concatenações de novas propostas identitárias.

Não obstante, no interior das Nações Unidas têm-se promovido um debate sobre direitos sexuais no âmbito dos Direitos Humanos, em que a sexualidade passa a ser reconhecida como uma característica universalizável e um aspecto fundamental da identidade do indivíduo para definir quem uma pessoa é. Oportunamente, desenvolvem-se programas como o Observatório de Sexualidade e Política (SPW), fundado em 2004 e englobando iniciativas de oito países dispostos a proporcionar discussões e constructos teóricos deste porte, em nível transnacional e transcultural. Reportando-nos ao livro eletrônico produzido pelo SPW em 2008, acolhemos a seguinte definição sobre direitos sexuais: “Os direitos sexuais incluem o direito de todas as pessoas de expressar sua orientação sexual, com o

---

<sup>37</sup> A propósito, é em 1977 que a lei do divórcio é aprovada e oficializada no Brasil.

devido respeito ao bem-estar e aos direitos dos demais, sem receio de coação, a negação da liberdade ou da interferência social”<sup>38</sup> (HUNT apud PETCHESKY, 2008, p. 22).

De acordo com Matos (2000), as escolhas do âmbito afetivo-sexual compõem cenários morais e de cidadania, corroborando com a afirmação de Ann Gray (GRAY apud ESCOSTEGUY, 2001) de que são nas práticas rotineiras e íntimas da vida cotidiana que se intersectam e são vividos os discursos públicos e privados. Mais além, Gonçalves (2007) assinala que as normas de filiação e aliança próprias de cada sistema social acabam por delinear as políticas públicas que abarcam as condutas sociais, ao institucionalizar contextos para a intimidade, definir a atenção sobre reivindicações identitárias específicas e propor ordenamentos de *status social*<sup>39</sup>. O que implica constatar que os direitos sexuais estão, inevitavelmente, enredados a prescrições econômicas, sociais, culturais e políticas, bem como suscetíveis a manobras de interesses destas esferas. Assim, erige-se a premissa de que as escolhas acerca da conjugalidade são práticas sociais e culturais que vão além do exercício da intimidade e experiência do outro.

Vale, contudo, assinalar a advertência de Cristina Bruschini e Sandra Unbehau, na introdução do livro *Gênero, democracia e sociedade brasileira* publicado em 2002, de que as conquistas dos direitos nem sempre garantem seu acesso. Especialmente, às mulheres, diante das situações de extrema desigualdade social e de gênero a que são submetidas. A propósito desta questão, somos tentados a deslocar esta acepção para o âmbito da discussão sobre as supostas conquistas, em termos de autonomia e *cidadania sexual*<sup>40</sup>, relacionadas aos projetos de vida de mulheres solteiras na contemporaneidade.

Iluminados pela definição de direitos sexuais, que traz em seu bojo a questão da identidade e, subentendendo a sexualidade no plano do conceito de conduta sexual, constamos que o novo modelo de valoração cultural disposto na mídia com respeito as “novas solteiras” é abalado em sua legitimidade, apresentando entraves em seus propósitos. Primeiro, porque a escolha por determinado projeto de vida não é indicativo do exercício de autonomia das mulheres em questão; segundo, porque as cláusulas para o reconhecimento de “novas solteiras” impedem que se assegurem oportunidades iguais para todas as solteiras de se

---

<sup>38</sup> Tradução de autoria própria. “*Los derechos sexuales incluyen el derecho de todas las personas a expresar su orientación sexual, con el debido respeto al bienestar y a los derechos de los demás, sin miedo a la persecución, a la negación de libertad o a la interferencia social.*”

<sup>39</sup> Termo utilizado no sentido empregado por Nancy Fraser (2007), referindo-se à posição relativa dos atores sociais na vida social.

<sup>40</sup> Este conceito embute na noção de cidadania o entendimento de que esta seja um espaço de integração e reconhecimento de sujeitos-agentes, em exercício pleno de seus direitos sexuais. (PAIVA, 1999)

alcançar a mesma estima social. Ambas as proposições demonstram que o novo modelo de valoração cultural interpela os projetos de vida de mulheres solteiras nos múltiplos eixos de diferenciação social, tais como, condição de classe, etnicidade, idade e sexualidade.

No mais, a ênfase sobre o atual reconhecimento de uma suposta “nova solteira” torna incontestável que a condição conjugal continua exercendo forte discriminação, embora por outros vértices, na expressão identitária de referidas mulheres, devendo assim ser trabalhada como uma questão de política identitária. Assunto que trataremos logo em breve.

### *3.1.3 Igualdade e Liberdade: uma encruzilhada para as políticas identitárias*

Segundo Leila Machado Coelho (2006), “não se pode esperar que um padrão de comportamento desejado socialmente seja seguido fidedignamente por todas as pessoas” (p.26). No entanto, é possível observar, a partir da análise dos fatos históricos e da compreensão dos trajetos de vida, que, por exemplo, padrões de valoração atuam na formação de identidades coletivas e individuais por intermédio de mecanismos de regulação das condutas sexuais. Esta pesquisa caminha, desta maneira, desenvolvendo a crítica sobre o suposto declínio dos controles sociais por comunidades e instituições responsáveis pela promulgação de sentidos, em vista de novos modos e enquadramentos normativos que designam formas difusas de manutenção das relações de poder e de categorias de desigualdade.

A regulação e os controles sobre a sexualidade são historicamente registrados e legitimados dentro de relações de poder. Como declara Weeks (2000, p. 52), a preocupação social com o “bem da uniformidade moral, da prosperidade econômica; da segurança nacional ou da higiene e da saúde” precipitou medidas de gerenciamento da vida sexual de seus membros e o disciplinamento dos corpos. Por meio de mecanismos complexos e superpostos são cunhadas estruturas de dominação e subordinação, tal como a categoria de gênero. Esta pode ser instrumentalizada, na condição de um eixo de poder, para a normatização do contrato íntimo e dos pressupostos que conferem importância às diferenças

corporais<sup>41</sup>, por exemplo, entranhados na cultura popular ou inseridos em políticas governamentais.

Não obstante, a dimensão política da sexualidade está ligada à prática pessoal. Nossa conduta sexual revela os sentidos e os significados que atribuímos à sexualidade, além das formas de controle que defendemos. Assim, acompanhemos as posições e estratégias de regulação da sexualidade que são preponderantes nas sociedades ocidentais modernas<sup>42</sup>, conforme identifica Weeks (2000):

De *absolutista*, chama a herança histórica que trazemos da tradição judaico-cristã com as inscrições que mantemos na sociedade contemporânea, tais como o casamento, a heterossexualidade, a vida familiar e a monogamia, que dominou a regulação da sexualidade, pelo menos, até os anos 1960.

A *libertária* surge como uma política de oposição ao absolutismo, embora ambas se estruturam sob os mesmos princípios: pressupõem a força e o efeito perturbador da sexualidade. Foi a posição adotada por importantes movimentos radicais nos últimos 150 anos.

Já as diferentes posições *liberais* vêm compondo a regulação da sexualidade desde a década de 1920. Entre a necessidade de regular a esfera pública e os limites impostos pela moralidade pessoal no controle da esfera privada, o Estado pôs-se então a restringir o dever da lei aos padrões comuns da decência pública.

Dada a crescente complexidade social, as reformas liberais dos anos 60 são interpretadas como tentativas de estabelecer acordos entre as mudanças e as regulações sociais. As preocupações sociais com relação a uma maior permissividade – ou afrouxamento dos códigos sociais –, tenderam à conclusão sobre uma desestruturação da organização normal da vida cotidiana (referindo-se à educação sexual, à família e à saúde). O que serviu para abalar as próprias distinções entre vida pública e privada também alimentou a mobilização conservadora acerca das questões sexuais na década de 1970.

Movimentos e atitudes menos autoritárias continuam a crescer, fazendo com que estes valores sejam revistos à luz, por exemplo, da Teoria Feminista Crítica, mantendo-se em fluxo de mudança. Todavia, assevera Weeks (2000):

---

<sup>41</sup> A evolução nos conceitos de corpo e gênero reflete, segundo Thomas Laqueur, as mudanças da nossa percepção sobre a relação entre os corpos femininos e masculinos. Ver: LAQUEUR, T. W. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001

<sup>42</sup> Seus estudos se situam principalmente na cultura norte-americana.

O que estamos vendo é um reconhecimento crescente dos fatos da diversidade social e sexual. Até o momento, entretanto, tem sido apenas num grau limitado que este reconhecimento tem se transformado numa aceitação positiva da diversidade e do pluralismo moral. (Weeks, 2000, p.80)

O autor ilustra esta asserção com considerações a respeito das mudanças nas relações familiares. O fato da maioria das pessoas ainda se casar e, por mais que o ideal de “casamento pra sempre” tenha sido abalado, a heterossexualidade institucionalizada mantém-se garantida. Com relação às mulheres que não se casam e que, já à priori, destoam desta normatividade, a questão pode ser abordada do ponto de vista da política identitária que intenta apresentá-las como “novas solteiras” da sociedade brasileira contemporânea. Dispomo-nos a examinar o teor e o grau de reconhecimento que é oferecido a estas mulheres, bem como os propósitos desta política. Para tal, trabalhamos com a difícil tarefa de propor articulações possíveis entre uma ética libertária e uma moral igualitária. Neste sentido, a proposta de uma nova personagem social pode reconhecer novos significados que sirvam para destituir estigmatizações e, ao mesmo tempo, incutir outros entraves à *paridade participativa* das mulheres, cujas identidades pressupostas esta política visa atender.

Tensões deste porte reclamam por atenção. A presunção de uma política identitária em assumir uma bandeira libertária ou igualitária pode vir a produzir novas conexões opressivas e reproduzir desigualdades dentro do campo das relações interpessoais. É o que ocorre, por exemplo, se pensarmos na possibilidade de um coletivo de mulheres solteiras, em que a distinção de termos como “solteira” e “encalhada” sustentam discriminações pejorativas. A oposição entre os termos é trazida nas matérias da Revista Época, *Solteira x encalhada* (FERNANDA, 2009) e *Mulher solteira procura – sem desespero* (COLAVITTI, MENDONÇA, 2009).

Quando as noções sobre uma “nova solteira” são trazidas pela mídia, esta o faz conferindo-lhe um “estatuto de verdade” baseado em dados demográficos empíricos que são tomados como “fato” (GONÇALVES, 2007). Como assinala a autora, índices sobre a educação e o trabalho remunerado são interpretados como uma conquista das mulheres em termos de maior autonomia e emancipação pessoal. Por vezes, são também utilizados para justificar o “desequilíbrio no mercado matrimonial”.

Todavia, mesmo as mudanças de caráter inédito podem se revestir de padrões normativos e servir a propósitos convenientes à manutenção sistêmica da sociedade em voga.

Assim se produz um discurso que, por mais que se aproxime do cotidiano das pessoas a que se refere, continua sendo heterônomo e generalista. Seja na forma de produto, informativo ou serviço, erigem-se na mídia, técnicas, padrões e modelos de “vida boa” que funcionam pelo princípio da eficiência e, como políticas de identidade, podem trabalhar para a homologação de uma “cidadã-consumidora”. Não menos heteronômicas, instituições como a Igreja Católica tentam resgatar uma ordem supra-ordenada de sentido e valor à normatividade da vida sexual nos parâmetros tradicionalistas e ortodoxos. Petchesky (2008) ainda assinala que, mesmo nos discursos produzidos nos últimos vinte e cinco anos de abordagens biomédicas<sup>43</sup> podemos encontrar convergências com os movimentos fundamentalistas religiosos.

De fato, os enfoques religiosos conservadores e biomédicos podem parecer opostos, mas compartilham um ponto de vista quando se trata tanto de sexualidade quanto do HIV/SIDA. Ambos percebem a sexualidade em termos biológicos simplistas, como algo fixo e determinado, localizados no corpo (genes, órgãos genitais, hormônios) ou na alma, desconectado das realidades sociais e contextuais.  
<sup>44</sup> (PETCHESKY, 2008, p.19)

Esta fala expressa o teor fundamentalista de instituições que tem por tarefa o *reprocessamento social do sentido*<sup>45</sup> e negam ou menosprezam a contextualidade das indissociáveis e paradoxais relações de poder e de dominação estabelecidas em diferentes esferas socioculturais. Nos aproximamos, então, do que é denominado por Foucault (in PETCHESKY, 2008) como o *biopoder*. O conceito compreende técnicas disciplinares para produção de corpos individuais em formas particulares e administradas.

A exemplo das proposições acima, normatividades heterônomas expressam, em última instância, a descentralização do poder político moderno para instituições como a medicina, a psiquiatria, a religião e o direito penal, em função de políticas de regulação populacional. Conforme alerta Petchesky (2008), os programas de prevenção e tratamento do HIV/AIDS, por exemplo, continuam a seguir um padrão para planejamento familiar, “tratando os corpos humanos, e em especial os corpos femininos, como componentes dos

<sup>43</sup> Segundo Pechesky (2008), os fundos destinados à HIV/DST nos Estados Unidos do governo Bush se canalizam cada vez mais por meio de organizações “baseadas na fé”.

<sup>44</sup> Tradução própria. “*De hecho, los enfoques biomédicos y religiosos conservadores pueden parecer como opuestos, pero comparten un punto de vista reduccionista común cuando se trata tanto de sexualidad como de vih/sida. Ambos perciben la sexualidad en términos biológicos simplistas, como algo fijo y determinado, ubicado en el cuerpo (genes, genitales, hormonas) o en el alma, desconectado de las realidades sociales y contextuales.*”

<sup>45</sup> Berger e Luckmann (2004)

‘processos biológicos gerais’, que podem estar sujeitos a mecanismos reguladores coletivos do Estado”<sup>46</sup> (PETCHESKY, 2008, p. 20)

María Jesús Izquierdo (1994) assinala que nossa sociedade moderna ocidental ainda se estrutura em função da família nuclear, organizada principalmente sob alicerce da divisão social e sexual do trabalho, implicando em uma sociedade sexista e adultocrática. Este é apenas um exemplo de biopolítica que geralmente acompanha, segundo a autora, uma política disciplinar, compartilhando, muitas vezes, um discurso patriarcal e moralista, direcionado à conduta afetivo-sexual: “sexo para procriação e sem proteção” dentro do matrimônio heterossexual, ou “sexo inseguro não-procriativo” fora do matrimônio. Com base na perspectiva da autora, trazemos como exemplo a tentativa de reconhecimento de novos modos de conjugalidade na sociedade brasileira pelo Estado de Direito, lembrando que a Constituição Federal sofrera uma atualização em 2002 que tornou legal os até então chamados “casamentos de fato”. A partir da instauração da lei de número 9278/1996, o parágrafo 3º do artigo 226 previu que se regule e reconheça como união estável, “a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e de uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família”.

Em termos legais, a nova lei oferece algumas garantias aos casais que não lavrarem sua união em juízo oficial. No entanto, em termos práticos, mantém a legitimidade das novas relações atreladas às mesmas condições de reconhecimento que exige de um casamento formal, inclusive, a expectativa de que este seja uma situação de transição para a união matrimonial de direito.

Dentre os quesitos para a confirmação de uma união estável estão a publicização da relação, a fidelidade e a coabitação. Cabe, ao juiz de direito designado, a exclusividade em fazer um juízo de valor para determinar se a relação no caso concreto teve ou não duração suficiente para sua legitimação, já que o tempo da união não é mais indicador para evidenciar o caráter de continuidade e estabilidade da relação conjugal. Em se tratando de capacidade civil, a união estável só é válida quando a pessoa atinge a idade núbil, sendo que essa não pode ser suprida por autorização dos pais ou responsáveis, nem tampouco, por decisão do Poder Judiciário, conforme orienta Washington Monteiro (2004).

---

<sup>46</sup> Tradução própria. “(...) tratando a los cuerpos humanos, y en especial a los cuerpos femeninos, como componentes de los ‘procesos biológicos generales’, que pueden estar sujetos a mecanismos reguladores colectivos del estado”.

Este autor elenca os pressupostos para o reconhecimento da união estável, que não parece diferenciar-se em nada dos pressupostos de um matrimônio de direito: a) a união estável deve ter por objetivo a constituição de família, entre um homem e uma mulher; b) deve prever a convivência sob o mesmo teto prolongada, pública e contínua; c) está condicionada a capacidade civil dos companheiros; d) deve contemplar a inexistência de impedimento matrimonial, salvo, no caso de casamento, se houver separação de fato.

Dentre as acepções da nova lei, notamos que muito pouco oferece em termos de homologação das transformações observadas no cotidiano brasileiro, ou ainda, das reivindicações por reconhecimento da diversidade sexual e conjugal. Ou seja, o incremento legislativo não dá conta de abarcar a diversidade das relações conjugais presenciadas na contemporaneidade<sup>47</sup>. Mesmo com a atualização da constituição, ainda não há possibilidades legais para uma vida conjugal que permita, por exemplo, a endogamia ou a homossexualidade, restringindo o que podemos chamar de liberdades efetivas em termos de condutas sexuais. Apesar do fato da coabitação não ser mais indispensável para o reconhecimento legal de uma união estável, ainda é critério relevante, somado às “outras provas”.

Ciampa (2002) esclarece como as “assimetrias de poder” podem instaurar aspectos, tanto regulatórios quanto emancipatórios, nas ações e discursos dispostos na vida social:

Cabe lembrar que diferentes estágios evolutivos das sociedades tendem a aumentar alternativas de opções identitárias individuais e coletivas, ao mesmo tempo em que criam novas situações emblemáticas, decorrentes do aumento da intensidade de tensões sociais, sejam elas anteriores não resolvidas, sejam elas novas criadas pelas transformações sociais. (CIAMPA, 2002, p. 133)

A análise consubstanciada pelo sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação visa, desta forma, abordar a questão de modo a poder conferir a disponibilidade emancipatória dos projetos de vida solteira. Para isso, atentamos à razão em que se baseia a produção do novo constructo simbólico, conforme venha a expressar interesses ligados a um ideário feminista ou atenda uma demanda de manutenção social propícia ao sistema mercadológico.

Deste ponto de vista, a proposta crítica aqui empreendida reside em refletir sobre os propósitos que sustentam tal política identitária heterônoma, ponderando as supostas

---

<sup>47</sup> Para citar uma obra que contempla a questão: GROSSI, M.; UZIEL, A. P.; Mello, L. (orgs) *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007

possibilidades de emancipação que anuncia frente às condições que afrontam os sentidos e a execução de um projeto de vida solteira no cotidiano das mulheres que assim se identificam.

Vislumbrando compatibilidades entre a igualdade e a liberdade, somos impelidos a explicitar a noção de autonomia que permeia estes conceitos, tal como pretendemos abordá-los.

“Na intenção, se não de identificar, pelo menos de conciliar dignidade e felicidade” (HABERMAS, 1983, p. 72), a autonomia infere ao sujeito em desenvolvimento de uma identidade do Eu, acossar seus próprios interesses seguindo máximas universais que, de modo racional, embute a imposição de limites a si mesmo. Segundo o autor,

Na identidade do Eu se expressa a relação paradoxal pela qual o Eu, como pessoa em geral, é igual a todas as outras pessoas, ao passo que – enquanto indivíduo – é diverso de todos os demais indivíduos. Por isso, a identidade do Eu pode se confirmar na capacidade que tem o adulto de construir, em situações conflitivas, novas identidades, harmonizando-as com as identidades anteriores agora superadas, com a finalidade de organizar – numa biografia peculiar – a si mesmo e às próprias interações, sob a direção de princípios e modos de procedimento universais. (HABERMAS, 1983, p. 69-70)

O que não pode limitar, pelo contrário, deve ampliar o horizonte de expectativas e possibilidades. Uma ação autônoma envolve, desta forma, a iniciativa na luta por alternativas, mesmo que ainda não existentes, proveniente de novas interpretações dos carecimentos e formas de reconhecimento interpessoais. A autonomia a que nos referimos distingue-se da liberdade que eleva o egocentrismo à condição de princípio e regimento da vida social. Isso quer dizer que, numa arena em que se busca estrategicamente satisfazer interesses privados, liberdades de caráter isolacionista competem para tornar normas morais universalizáveis, ao gênero de uma moral individualista.

A proposta de Habermas (1983, p. 69) para o desenvolvimento do nível de conscientização moral é pautado numa ética universal da linguagem, em que o “objeto de discurso prático” se torna relevante para a interpretação de carecimentos, do ponto de vista da enunciação dos “verdadeiros interesses” do indivíduo. Diferencia-se, entretanto, por privilegiar o estabelecimento de um “procedimento comunitariamente seguido para emprestar realização discursiva às pretensões de validade normativa”, em detrimento da promoção de uma norma moralista como princípio generalizável. Daí, a importância de se consultar narrativas de histórias de vida e compreender os sentidos que estas expressem.

Para o autor, uma identidade do Eu se desenvolve na paradoxal relação entre a singularidade, como uma pessoa dentre outras, e a individualidade, que marca sua diferença como indivíduo. Numa biografia peculiar, o indivíduo assume e organiza a si mesmo e as próprias interações pela competência lingüística e respectiva consciência moral. Não obstante, depende que seus carecimentos sejam assumidos num universo simbólico, o qual deverá prestar-se para interpretações adequadas e reconhecimento. As políticas identitárias, quando bem empregadas, desenvolvem-se para esta função e propósito. Daí nosso dever de investigar os interesses que podem estar orientando uma nova política identitária destinada às mulheres solteiras.

Canclini (1997, p. 36) contribui com esta proposição quando implica à noção de cidadania e de direito, “o estado da luta pelo reconhecimento dos outros como sujeitos de ‘interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas’”. Os direitos, neste caso, são recolocados na ordem das regras de reciprocidade necessárias à vida em sociedade, que só pode se definir por atribuições mutuamente consentidas a partir da negociação das garantias e prerrogativas de cada um, estabelecendo uma *gramática civil*.

Estas colocações nos incitam a pensar se a política identitária contida nas noções sobre a “nova solteira” podem abarcar a complexidade dos sentidos e a diversidade de projetos de vida solteira, em sua validade prática e cotidiana, oferecendo, assim, condições procedimentais para o desenvolvimento de uma *identidade do Eu* das mulheres em questão. Trata-se de aprofundar nossa crítica acerca dos sentidos apontados por essa política e, a partir das narrativas biográficas de mulheres solteiras, confrontar as condições e reivindicações por liberdade, reconhecimento e participação social e cidadã, em termos simbólicos e concretos.

Assim, reconhecendo a importância de se considerar os aspectos éticos e políticos da proposta identitária, inquirimos sobre as noções naturalizadas ou inconcussas que consubstanciam a idéia de uma “nova solteira”. Ao proclamar um projeto de vida solteira como um *estilo de vida*, esta política identitária abstém-se de problematizar, primeiro, se a opção pela vida solteira é fruto de um posicionamento político ou ético que emerge de uma falta sentida ou se representa uma condição intransigente para o alcance de uma meta visada. Este prognóstico nos encaminha para a compreensão do sentido da *reposição*<sup>48</sup> da

---

<sup>48</sup> Consideramos adequado o emprego deste conceito nesta situação, pois, na maioria dos casos, o discurso sobre a “nova solteira” corre em função de que a escolha por ser solteira não tem, ou ao menos se espera que não tenha, um caráter definitivo ou permanente no decorrer da história de vida dessas mulheres. Como notamos, em praticamente todos os depoimentos apresentados nas matérias das revistas consultadas foram encontradas narrativas de “novas solteiras” que sublinham o desejo, atual ou remoto, de deixar de ser solteira. Do ponto de

personagem de solteira dentro do projeto identitário. Em segundo lugar, levando em conta que estas mulheres aspiram uma inserção mais contundente na sociedade, vale perguntar a que propósitos destina-se a valorização cultural da convergência de um projeto de vida solteira. Via política identitária, pode dirigir-se a interesses mercadológicos para manutenção de uma organização social propício ao desenvolvimento do capitalismo tardio, ou ainda, expressar novas formas de resistência a padrões normativos que servem à manutenção de desigualdades sociais.

---

vista identitário trabalhado a partir do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação, o sentido de uma vida de solteira, nesses parâmetros, pode representar uma reposição da personagem no processo identitário tanto para as solteiras por estado cível quanto às descasadas e viúvas.

## 4. ASPECTOS DE PESQUISA

(...) se as “solteiras” se tornam objeto de estudo não é porque o casamento seja “o destino natural da mulher”, mas por não se “conformar ao ideal dominante, exige uma explicação”.

Eliane Gonçalves

### 4.1 A construção de uma personagem: questões para estudo

Vislumbrar posições de autonomia e sentidos emancipatórios num processo identitário requer, conjuntamente, considerar o pano de fundo em que as decisões e os projetos de vida se sustentam. Ou seja, as políticas identitárias que proporcionam possibilidades de transformação dentro de determinado contexto. Devemos, pois, observar, em tais propostas normativas, se há abertura para negociação dos princípios que as regem, em vista da composição de enredos psicossociais peculiares.

A divulgação dos dados do censo demográfico e socioeconômico de 2000 pelo IBGE, particularmente, dos indicativos sobre o aumento de pessoas vivendo em domicílios unipessoais<sup>49</sup>, culminou em apontamentos de uma nova tendência em *estilo de vida*. Em especial, a ênfase sobre as mulheres que chefiam seus lares<sup>50</sup> confluía para interpretações sobre uma “nova solteira”, surtindo um *boom* de notícias veiculadas pelos meios de comunicação de massa.

As transformações no âmbito das relações homem-mulher, as mudanças no mundo do trabalho e a emancipação feminina são assuntos que vêm ganhando espaço na mídia brasileira. (...) A revista *Veja* publicou, no período [da publicação parcial dos dados do IBGE 2002], três edições especiais *Mulher* (2000, 2001, 2003) e dedicou várias seções específicas nos especiais *Século XX* (2000), *Século XXI* (2001) e *Homem* (2003). (GONÇALVES, 2007, p.52)

<sup>49</sup> Segundo a terminologia do censo demográfico brasileiro, utilizado por Gonçalves (2007), domicílios unipessoais referem-se a “domicílios particulares permanentes” (BRASIL-IBGE, 2000)

<sup>50</sup> O Relatório produzido pelo IBGE em 2002 (BRASIL-IBGE, 2002) dedica um capítulo para analisar os dados referentes a este assunto, intitulado: *Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil*.

Derivamos, deste apontamento, uma primeira questão de pesquisa que será trabalhada neste capítulo: O que se compreende, a partir do discurso midiático, como uma “nova solteira”?

Em busca de indícios do que viria a ser “novas” solteiras, averiguamos matérias que pudessem diagnosticar possíveis diferenças entre as solteiras que se quer especificar. O termo “nova solteira” não tem uma definição precisa, necessitando recorrer a noções que conjuguem características identitárias qualitativas e condicionais que permitam delinear a personagem. Verificamos, todavia, que o perfil desenhado extrapola a definição literal do termo.

Uma reportagem da Revista Época (MAJESTE, 2003b) intitulada *Mulher solteira procura*, nos oferece os referentes simbólicos que envolvem as noções de uma “nova solteira”:

Falta homem. Essa afirmação, proferida por nove entre dez mulheres de 30 a 40 anos, levou a historiadora americana Barbara D. Whitehead a escrever *Why There Are No Good Men Left* (Por Que Faltam Homens Bacanas). Lançado no início do ano nos Estados Unidos, o livro faz sucesso analisando a enrascada romântica da 'nova solteira' - independente, bem-sucedida, estudada, malhada, viajada, elegante, com vida social intensa e intelectualmente inquieta. Nos grandes centros urbanos, esse grupo é cada vez mais numeroso e importante. É composto da geração de mulheres que colhem as conquistas da revolução feminina. Elas são maioria nas universidades, tomam conta do mercado de trabalho e, em certas instâncias, nivelaram seus ganhos aos dos homens. No Brasil, há quase 20 milhões de mulheres assim. Nos Estados Unidos, o número de mulheres entre 30 e 34 anos que ainda não casaram cresceu de 6% para 22% nos últimos 30 anos. Lá, as solteiras, 43 milhões, são consideradas pelas agências de propaganda as yuppies do novo século, com espírito auto-indulgente e grande poder de consumo. (MAGESTE, 2003b)

Nas demais matérias de revistas<sup>51</sup> em que vemos divulgadas estas noções, o termo “nova solteira” não é destinado somente às mulheres na condição legal de solteira, abarcando também mulheres descasadas/separadas. Sendo a “solteirice” uma categoria conceitual frágil, como assinala Gonçalves (2007), o termo adquire o estatuto de representação da mulher que não tem um par conjugal permanente. A distinção da “solteira” pelo descritivo “nova” também não indica a idade das mulheres a que se quer referir. Supostamente, esta qualificação pretende marcar oposição a signos pejorativos e preconceitos destinados à

---

<sup>51</sup>Restringimo-nos a análise de vinte matérias publicadas em revistas de grande circulação nacional com publicações disponíveis on-line.

mulher solteira, há muito estigmatizada como “solteirona encalhada” ou “aquela que ficou pra tia”.

Outros eixos de categorização social são utilizados para definir uma “nova solteira”, tal como a categoria de classe e a de raça/etnia. As mulheres entrevistadas nas reportagens das revistas são, predominantemente, brancas e de nível socioeconômico médio a alto. Dados demográficos sobre o nível educacional, localização geográfica e estrutura de domicílio são justapostos a estas categorias, fornecendo mais elementos de discriminação para que o perfil da “nova solteira” seja traçado. O anúncio de uma “nova solteira” parece, deste modo, conceder visibilidade, especialmente, às mulheres solteiras, brancas, bem-sucedidas e que moram sós numa metrópole brasileira.

Paralelo à divulgação da pronunciada presença das mulheres nos relatórios do IBGE 2002 e a recente valorização das questões de gênero nos estudos de população (PINELLI, 2008), uma sorte de análises sobre a mulher vem sendo desenvolvidas no campo das Ciências Sociais. Por exemplo, a pesquisa de opinião pública realizada em 2001 pela Fundação Perseu Abramo, que resultou na publicação, em 2004, do livro intitulado *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. Este projeto, que compõe um programa de pesquisa amplo e diversificado, oferece para pesquisadores de diferentes áreas dados quantitativos e qualitativos para mapear os significados da sexualidade na vida da mulher brasileira atualmente.

Em 2002, também foram compilados alguns dos estudos desenvolvidos no Programa de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero da Fundação Carlos Chagas. A publicação do livro *Gênero, democracia e sociedade brasileira*, organizado por Cristina Bruschini e Sandra Unbehaum, trouxe uma variedade de temas e abordagens que precipitaram o avanço da discussão, representando o amadurecimento dos estudos de mulher no Brasil. Especialmente, acerca do processamento de noções relativas à mulher solteira no Brasil contemporâneo, trabalhos acadêmicos como o de Gonçalves (2007) são exemplos de uma abordagem ampla e perspicaz do tema, abrangendo três contextos fundamentais: estudos de população, textos da mídia brasileira e narrativas de mulheres solteiras.

Contamos com estes trabalhos, dentre outros, para o fornecimento de dados que venham a fundamentar a crítica aqui empreendida. Em caráter de uma política identitária, conjectura-se que as noções sobre uma “nova solteira” difundidas pela mídia estejam

servindo como um mecanismo de regulação do contorno populacional a que se contempla com a nova valoração cultural, respondendo a interesses instrumentais e mercadológicos.

A segunda questão que orienta o outro campo da nossa pesquisa trata do seguinte: Afinal, quem são as mulheres da sociedade brasileira contemporânea cujos projetos de vida podem expressar as noções atribuídas à “nova solteira”?<sup>52</sup>

Neste intento, buscamos compreender o sentido desta personagem dentro de histórias de vida de mulheres que atendem as características em questão, de modo a poder considerar o intercurso de demandas sociais e valorações culturais em seus projetos de vida. Mais do que isto, buscamos refletir criticamente, à luz do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação (CIAMPA, 2008 [1987]), as possibilidades e potencialidades emancipatórias da promoção desta personagem frente os itinerários de um projeto de vida circunstanciado por fatores econômicos, culturais e sociais. Retomamos, pelos dizeres de Almeida (1999), o potencial a que nos referimos:

Certamente, os novos conhecimentos, a profissionalização, o domínio do espaço público, o acesso a outras esferas de sociabilidade e o alargamento do campo de relações pessoais, criam para a mulher novas condições de realização pessoal, novas possibilidades de identificação e, mesmo, de desidentificação, o que inclui uma eventual resignificação dos papéis domésticos tradicionais que lhes foram atribuídos e das relações estabelecidas no interior da família. (ALMEIDA, 1999, p. 50)

#### *4.1.1 Problematizando uma personagem: desconstruções em estudo*

Com o propósito de construir um objeto de pesquisa em torno da questão da “nova solteira”, somos instigados a esclarecer, como propõe Gonçalves (2007), as relações imputadas às noções: “morar sozinha”, “ser solteira” e “ser solitária”. A confusão acontece principalmente porque, na divulgação das noções sobre uma “nova solteira”, são os dados a respeito de uma tendência no aumento do número de pessoas que moram sós que alicerçam esta apresentação. Daí se deduz que estas mulheres, ao morarem sozinhas, são solteiras e, por

---

<sup>52</sup> Esta questão será trabalhada na segunda parte do capítulo de metodologia, a partir da análise das histórias de vida.

conta disso, solitárias. “Praticamente todas as matérias investigadas utilizam, de forma confusa, estatísticas de pessoas morando sozinhas e solteiros/as, tornando simplificada a intrincada relação entre morar só, não estar casada e não ter um par amoroso.” (GONÇALVES, 2007, p. 54-55)

Além do material consultado por Gonçalves (2007), analisamos outras matérias em revistas que nos levam a corroborar com a constatação da autora. Vale aqui explicitar que realizamos uma pesquisa virtual nos sites oficiais das revistas *Veja*, *Época* e *Isto É Independente*, em busca de publicações, do período de 1999 a 2009<sup>53</sup>, que versassem sobre o tema da “nova solteira”. Foram empregados os descritivos “mulher solteira”, “nova solteira” e “mulher executiva” nos campos de busca on-line, o que resultou na seleção de vinte e duas matérias para análise.

Optamos por pesquisar revistas de grande circulação nacional, de distribuição regular e que permitissem o acesso on-line de suas edições, de modo que possamos considerá-las como veículos de comunicação de grande expressividade na mídia impressa e eletrônica. O amplo acesso à diversificada população de leitores se dá, muito provavelmente, por conta das revistas consultadas pautarem assuntos de interesse geral e, assim, atenderem ao interesse de um público leitor misto<sup>54</sup>.

Assim, tecemos considerações que, somadas à análise de Gonçalves (2007), apresentamos neste capítulo.

Segundo o relatório disponibilizado pelo IBGE (BRASIL-IBGE, 2002), o domicílio sob responsabilidade de uma mulher aparece como um fenômeno tipicamente urbano – 91,4% localizam-se nas cidades.

Tomando por base a distribuição entre as capitais brasileiras, o maior índice é atribuído a Porto Alegre, que desponta com 38,2% de domicílios chefiados por mulheres. Fator este atribuído a uma maior expectativa de vida feminina na Região Sul. Em segundo e terceiro lugar, estão Salvador e Recife (37,5% e 37,4% respectivamente), em que os altos índices de lares chefiados por mulheres da Região Nordeste são justificados pela intensidade da emigração masculina e pelos “padrões culturais diferenciados por gênero”. As diferentes explicações para os altos índices apontados são extremamente significativas, quando se pretende desenvolver uma análise crítica sobre as desigualdades sociais e de gênero

---

<sup>53</sup> Revistas *Veja* (2001, 2002, 2006), *Isto É* (1999, 2000, 2003, 2005) e *Época* (2003, 2005, 2007, 2008, 2009).

<sup>54</sup> As revistas citadas são lidas por homens e mulheres, além de atingir diferentes níveis sociais (classe A, B e C, principalmente), segundo consta em seus editoriais.

constatadas na sociedade brasileira. Contudo, abrange um campo de discussão muito maior do que podemos abarcar dentro da nossa proposta de pesquisa. Continuamos, assim, refinando nosso objeto.

Como assinala Elza Berquó (2002), são muitas as possibilidades de configuração dos domicílios chefiados por mulheres, sendo a maioria, 64,3% do total em 1998<sup>55</sup>, arranjos do tipo monoparental, ou seja, a mãe e seus filhos, com ou sem agregados, morando no mesmo domicílio. Os dados de desigualdade social que infere esta população são alarmantes. A escolaridade é, para essas chefias, um primeiro marcador da pobreza (48,4% das chefias femininas tem o primeiro grau incompleto e 55,7% recebem de um a três salários mínimos), seguida pelo estado conjugal (81% são solteiras) e ainda conta com um diferencial étnico/racial (69,6% são mulheres negras).

De acordo com Berquó (2002), apenas 17% do total de domicílios chefiados por mulheres são do tipo “unipessoal”, ou seja, são presididos por mulheres que moram sozinhas. Um aumento de 0,9% sobre este índice pode ser observado a partir do levantamento do IBGE de 2000 (IBGE-BRASIL, 2002), estando eles concentrados nas Regiões Sul e Sudeste do país. São Paulo, cidade em que focamos nosso estudo, aparece em quinto lugar entre as capitais brasileiras com maior número de domicílios unipessoais chefiados por mulher – 21,3% do total. Segundo o relatório do IBGE, o deslocamento regional que podemos observar quando instituímos a classificação “unipessoal” aos domicílios chefiados por mulheres também é justificado pelo contexto:

Tal fato, mais uma vez, reflete vários contextos, como a maior esperança de vida, aspectos culturais, dissolução conjugal, etc, e, especificamente, em relação às chamadas camadas médias urbanas, que são mais extensas e diversificadas nas regiões mais desenvolvidas, a questão da profissionalização e autonomia das mulheres, sobretudo as mais jovens que buscam um modelo de independência e individualidade. (IBGE-BRASIL, 2002, p. 14)

Atentamos, desta maneira, à incidência demográfica de lares unipessoais chefiados por mulheres, conquanto possa vir a representar a intensificação da desigualdade cultural e socioeconômica entre as mulheres brasileiras, instaurando novas fronteiras dentro do país.

O aumento no número de mulheres vivendo em domicílios unipessoais indicados nos dados censitários e nas PNADs desde 1980 foram analisadas por Berquó e Cavenaghi

---

<sup>55</sup> Fonte: IBGE, PNAD, 1998; Tabulações Especiais, NEPO-Unicamp, 2001.

(Berquó e Cavenaghi, in Gonçalves, 2007) como uma tendência que está diretamente relacionada ao avanço da idade. No entanto, Gonçalves (2007) destaca que estudos posteriores, de mesma autoria, incluem um aumento de domicílios unipessoais chefiados por mulheres mais jovens. Isso é explicado, em parte, por uma determinada demanda da vida profissional nos grandes centros urbanos.

Por intermédio dos dados sobre domicílios unipessoais também podemos constatar desigualdades de gênero. A diferença no índice de 17,9% de mulheres que chefiam domicílios unipessoais contra apenas 6,2% de homens é justificada pela “própria condição feminina, mais condicionada a desenvolver as tarefas domésticas com maior independência.” (BRASIL-IBGE 2002, p. 13) A questão que marca uma desigualdade não está no fato de que mulheres possam ser mais independentes, mas na noção de que os homens ainda dependem das mulheres para os serviços domésticos, conferindo um caráter “natural” à maior ocorrência de “dupla jornada” feminina. Como exemplo disto, a síntese dos indicadores sociais de 2006 disponibilizada no site do IBGE (BRASIL-IBGE, 2007a) ressalta que dentre as mulheres com ocupação remunerada, 92% declaram cuidar dos afazeres domésticos. Em média, as mulheres com ocupação remunerada gastam 25,2 horas semanais nas atividades do ambiente doméstico contra 9,8 horas disponibilizadas pelos homens.

No relatório-síntese dos indicativos sociais de 2007, elaborado a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD 2007 (BRASIL-IBGE, 2007b) disponibilizado no site do IBGE pudemos atualizar algumas informações quantitativas a respeito dos domicílios unipessoais. O aumento no número de pessoas morando sozinhas se mantém nos últimos dez anos e contabiliza, em 2007, 11,1% do total da população brasileira. 40,8% dos domicílios unipessoais são formados por pessoas com 60 anos de idade ou mais. Dentre os idosos responsáveis pelo domicílio unipessoal, 67% são mulheres. Atribui-se estes índices a redução na taxa de mortalidade e o aumento da expectativa de vida, especialmente para as mulheres.

Para nos aproximar de um perfil mais preciso dessas mulheres que chefiam domicílios unipessoais, somos levados a buscar outras fontes de informação. Dentre um leque de possibilidades, a jornalista Rosane Queiroz (2004) assinala, a partir das entrevistas que compilou em seu livro *Só: dores e delícias de morar sozinha*, os motivos que poderiam levar as mulheres a morar sozinhas:

Algumas deixaram a casa dos pais por conta própria, para cortar o cordão umbilical. Outras saíram para estudar ou trabalhar em outra cidade, ou se viram sozinhas depois de uma separação. Há ainda a filha dos pais separados que não quis mais morar nem com um nem com outro, e a que ficou sozinha quando os filhos foram embora. (QUEIROZ, 2004, p. 18)

Por vezes, a vasta idéia de uma *vida no singular* é restringida pela noção de pessoa que mora sozinha, ou ainda, acentuada na generalização da noção que sugere uma condição de “solteiro(a)”. Estas inferências contradizem os dados expostos, os quais, apresentam outras caracterizações que viriam a reger a representação majoritária de domicílios unipessoais na sociedade brasileira, ou ainda, dos domicílios – unipessoais ou não – chefiados por mulheres. Também a questão do *morar só* é interpelada pela situação econômica, o que nos permite incluir aqui uma observação.

A saída tardia da casa dos pais é um fenômeno recorrente na contemporaneidade, principalmente no caso dos(as) solteiros(as). Como exposto no artigo de Carolina Borges e Andrea Magalhães (2009), o que ocorre atualmente é o adiamento da saída dos jovens, de ambos os sexos, da casa dos pais, mesmo quando adquirem certa independência financeira e relativa autonomia dentro da rede familiar. Em outro artigo, de autoria de Célia Henriques, Bernardo Jablonski e Terezinha Féres-Carneiro (2004), a saída tardia da casa dos pais – dos filhos acima dos 30 anos – vai caracterizar o que chamam de “geração canguru”, fenômeno muito peculiar nas famílias de classe média urbana. Há casos em que este filho(a) que permanece no domicílio familiar, após o término da adolescência, também pode desempenhar o papel de arrimo de família.

Com relação ao reconhecimento social, Henriques, Jablonski e Féres-Carneiro (2004, p. 6-7) assinalam que, em termos de autonomia e independência, este(a) jovem “filho(a) canguru” é, por vezes, situado(a) numa categoria intermediária de seu desenvolvimento. Na circunscrição do espaço domiciliar e da hierarquia familiar, infere-se que este(a) jovem nutre, ainda, algum tipo de dependência dos pais. Desta maneira, é suposto que um(a) “filho(a) canguru” encontre entraves para, ao menos, serem reconhecidos como sujeitos adultos e emancipados, aos olhos “do senso comum, das instituições médicas, psicológicas ou pedagógicas”. Segundo estas instituições normativas, a passagem para a vida adulta é, por vezes, relacionada a eventos relevantes na vida do sujeito, como a saída da casa dos pais, a entrada no mercado de trabalho e a constituição de família.

Do ponto de vista identitário, o reconhecimento como “filha de fulano” ou “neta de ciclano” é, no caso da mulher, muitas vezes, rompida – ou substituída –, apenas com a inclusão do sobrenome do marido, quando esta se casa. A inserção do sobrenome do marido na efetivação do casamento é uma prática, como descreve Nazzari (2001), que perdura há dois séculos.

A despeito de receber novos sentidos na contemporaneidade, esta prática ainda divide opiniões. Numa matéria da revista *Época*, intitulada *Use o nome do seu marido... ou vá para a cadeia!* (MENDONÇA, 2009), acompanhamos a narrativa de uma mulher que discorre sobre a mudança de nome. A versão on-line da publicação<sup>56</sup> permite-nos, ainda, acompanhar os comentários postados por outras mulheres que discutem, inclusive, a obrigatoriedade desta “norma”. A partir dos 48 comentários postados até a data da análise realizada para este estudo (09/01/2010), é possível perceber que predominam, nos comentários, a percepção de que esta é uma questão de escolha da esfera pessoal, embora sejam assinalados os entraves culturais e legais, principalmente, no caso das mulheres que pretendem reaver o nome de solteira.

Em dois depoimentos são explicitadas opiniões de que esta prática possa representar um exercício de livre-arbítrio, baseadas na interpretação de que democracia envolve a liberdade de iniciativa individual. Em nenhum momento se cogita o caráter histórico desta prática que, como aponta Paterman (1993), tem haver com o reconhecimento do poder patriarcal por meio do contrato íntimo. As opiniões dividem-se em igual proporção, entre as mulheres que incluíram, ou desejam incluir, o sobrenome do marido e as que optaram por não acrescentá-lo, ou são contrárias a esta prática.

Dado o foco desta pesquisa, vale citar dois comentários postados por leitoras desta matéria, a fim de que possamos acompanhar as possíveis repercussões da mudança de sobrenome da mulher sobre sua formação identitária:

*A gente nasce e ganha um nome. Usa ele por um tempo enorme e este nome se torna de fato parte da gente – quase tudo o que a gente é. Porque temos que mudá-lo só por nos casamos? Por acaso deixamos de ser quem somos para nos tornarmos outra pessoa? Não creio que ninguém mude só porque casou. Então não vejo o menor sentido nesta mudança.*

(depoimento postado por M. no espaço de comentários da matéria da Revista *Época*) (GRECCO, 2002 - versão eletrônica)

---

<sup>56</sup> Na versão on-line desta matéria podem ser postados e lidos comentários dos(as) leitores(as): <<http://colunas.epoca.globo.com/mulher7por7/2009/08/12/use-o-nome-do-seu-maridoou-va-para-a-cadeia/comment-page-2/>>

*(...) Passo pelo mesmo problema que você, [referindo-se às dificuldades burocráticas de se retornar ao nome de solteira após separação, descrita no depoimento anterior] apesar de já ser separada há 15 anos. Pior e ver a identidade do meu filho. O nome da mãe que consta no documento dele e o meu de casada... Mas já não sou mais aquela... E aí como fica? Rsrsr.*

(depoimento postado por D. no espaço de comentários da matéria da Revista Época) (MENDONÇA, 2009 - versão eletrônica).

Contemplemos, agora, como esta configuração demográfica de domicílios unipessoais chefiados por mulheres pode influir sobre projetos identitários que se desenvolvem em contexto de Modernidade Tardia. A suposição inicial é de que esta composição tenha sido evidenciada pelas possibilidades de apropriação e renovação dos conteúdos simbólicos, decorrentes de conquistas relacionadas ao universo educacional, profissional e socioeconômico que procedem das lutas incitadas no campo feminista. Contudo, os itinerários que permitem que uma proposta identitária seja articulada a um projeto de vida de solteira se encontram condicionados, inevitavelmente, ao provimento de uma estrutura material.

A constatação de que uma proposta de “vida no singular” não significa, necessariamente, um “estilo de vida” atende a relação “renda” e “probabilidade em morar sozinho(a)”. Todavia, este aspecto demográfico é, por vezes, entoadado quando se quer assinalar que há uma demanda por privacidade recorrente nas sociedades desenvolvidas, tal como apresenta Frederico Ferreira (2000), após realizar uma consulta da literatura sobre domicílios unipessoais.

Aferir ganhos em termos de independência e autonomia ao “viver só” poderia justificar, em parte, a apropriação destes referentes junto às noções que envolvem mulheres que vivem sós em domicílios unipessoais. Deste modo, é considerável que tais noções – e, conseqüentemente, uma nova valoração cultural –, advenha como manchete de jornais e revistas brasileiras, conferindo destaque a estas mulheres. Não obstante, as noções que compõem a promoção de uma suposta “nova solteira” e os interesses e propósitos desta divulgação ainda carecem de contornos e esclarecimentos. Voltamo-nos, assim, para a concatenação desta personagem social.

Como confere Gonçalves (2007), a noção de solteira que sustenta a proposição de uma “vida no singular” disposta pelo discurso da mídia pela referência de uma “nova solteira” é ampla. Abrange, deste modo, as mulheres consideradas *solteiras de fato*, que

podem ser tanto mulheres que nunca casaram – neste caso, também são solteiras *por direito* –, como mulheres desquitadas; separadas e viúvas; sejam elas mães ou não. Também comporta mulheres que apresentam uma orientação homoerótica, com a ressalva de que sua condição de solteira denota, principalmente, limites legais. Vale, ainda, conferir o capítulo<sup>57</sup> em que Gonçalves (2007) destina considerações a respeito do celibato, da maneira como é desenvolvido conceitualmente no campo dos Estudos Demográficos e compreendendo, a grosso modo, as pessoas que não se casam após certa idade. Reservamos comentários a este respeito para o fim desta dissertação, pois consideramos que oferece elementos importantes à nossa análise de conclusão.

Todavia, a ampliação do termo “solteira” não resulta do propósito de acolher todas estas *solteiras de fato* na nova valoração cultural. Refere-se, muito mais, à inferência que aponta mulheres com histórias de vida marcadas pela falta de vínculos conjugais estáveis e permanentes, o que reverbera numa aproximação com a idéia de “mulher solitária”. Sobressalente a esta acepção, a “nova solteira” é, antes, considerada uma mulher “bem sucedida” em quase todos os âmbitos da vida com exceção da vida conjugal ou, como se queira inferir, em detrimento desta.

Assim, a expectativa social é de que estas mulheres deixem de ser solteiras a qualquer momento de suas vidas. Corroboram com esta noção os depoimentos, trazidos nas matérias, de mulheres consideradas “novas solteiras”, sempre estimuladas a justificar sua condição. Subjaz nesta idéia uma expectativa cultural com relação à importância do casamento e a impertinência da solteirice, o que subsidia simbolicamente a manutenção da normatividade vigente. Lembremos a nota de Weeks (2000, p. 77-78): “a maioria das pessoas ainda se casa”. Também os dados censitários (BRASIL-IBGE, 2002) indicam que o número de registros civis de casamento segue, nos últimos dez anos, em constante aumento. Mesmo acompanhado por uma alta porcentagem de divórcios, o que tende a ocorrer são segundos casamentos, indicando a sustentação do significado dos laços formais legais e da importância da intimidade doméstica como bases para a vida social. A partir disso, um projeto de vida solteira é, muitas vezes, traduzida como um projeto de vida provisório ou incompleto, substanciado pela idéia de solidão.

A expectativa social para o casamento pode ser verificada, por exemplo, no caso de uma mulher que mantém uma relação conjugal permanente, mas de caráter informal. O fato

---

<sup>57</sup> GONÇALVES, E. A “pirâmide da solidão”. In: *Vidas no singular: noções sobre “mulheres sós” no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 2007. p. 21-50

desta mulher não viver com um parceiro numa mesma residência já não é mais um impeditivo para que se reconheça a legitimidade de seu vínculo<sup>58</sup>, muito menos, sua legalidade como uma união estável<sup>59</sup>. Apesar disso, para compactuar com a lei de união estável, as normas regulamentares do Direito Civil invocam um elemento conceitual: “enquanto não constituírem nova união”. Em outras palavras, a lei de união estável é uma lei de exceção. O que continua, de fato, tendo peso e valor legal é a união matrimonial de direito<sup>60</sup>.

Olhando para o nosso objeto de pesquisa podemos inferir que, a depender da condição desta mulher – que mantém uma relação conjugal informal – em atender aos demais atributos que compõem o termo “nova solteira”, também poderá se identificar com esta personagem. Deste modo, o que parece estar em jogo é uma relativa independência, afetiva e financeira, da mulher solteira em relação ao parceiro. As matérias enfatizam que “as novas solteiras” não estão “desesperadas”, o que, supostamente, as libertariam do estigma da “mulher encalhada”. Esta mesma distinção marca o afastamento das “novas solteiras” em relação à estereotipada imagem das “solteiras do passado”, muito embora, acentue a estigmatização das últimas.

Numa matéria da revista *Época* de título *Solteiras x Encalhadas* (FERNANDA, 2009), é apresentado um sutiã que faz a contagem regressiva para o dia do casamento. Segundo a repórter que redigiu a matéria, este artefato “personifica a tal da mulher encalhada”. Para ela, existe uma diferença entre a mulher “encalhada” e a mulher “solteira”:

A primeira é aquela chata, que fica se lamentando o tempo todo por não ter namorado/marido, que enxerga em cada cara que conhece uma “salvação” em potencial e, claro, afugenta todos eles. Já a solteira é aquela que aproveita o fato de estar sozinha para se divertir e conhecer caras interessantes. Ela tem mais coisas para fazer/pensar do que ficar caçando marido. (FERNANDA, 2009)

<sup>58</sup> LEVIN, Irene; TROST, Jean. *Living apart together*. Revista Community, Work and Family, 2 (3), Dezembro de 1999.

<sup>59</sup> A convivência sob o mesmo teto pode ser um dos fundamentos a demonstrar a relação comum, mas a sua ausência não afasta, de imediato, a existência da união estável, conforme exposto na Lei nº 9728/96, referente ao Direito de Família.

<sup>60</sup> Reforçando nossas acepções, o site Consumidor do Brasil, mantido pelo Instituto Nacional de Educação Profissional (INEPRO) que desenvolveu o projeto JurisWay, um sistema de educação on-line, divulgou explicações sobre a Lei da União Estável assegurando que: “A Lei, sabiamente, trouxe efetiva garantia e tranquilidade para os relacionamentos, que, no fundo, **tenham todos os ingredientes para no futuro se converterem em casamento.**” (grifo nosso) (<http://www.consumidorbrasil.com.br/consumidorbrasil/textos/familia/uniao.htm#Normas>)

Menos de duas semanas depois da reportagem *Solteiras x Encalhadas* (FERNANDA, 14/05/2009), a revista *Época* lançou outra matéria, intitulada *Mulher solteira procura, sem desespero* (COLAVITTI, MENDONÇA, 26/05/2009) a fim de cobrir a “marcha do sem-namorado”, evento que ocorreu nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Em busca de justificativas para a maciça presença de mulheres nestes eventos, foram consultados os dados do IBGE e especialistas das áreas de Antropologia e Psicologia. Aproximados os números de homens solteiros e de mulheres solteiras na sociedade brasileira, a *Pirâmide da Solidão* de Elza Berquó (1986) já não explica este “descompasso”. As justificativas para a vida solteira se deslocaram da razão condicional entre o “mercado matrimonial” e um “excedente de mulheres” (GONÇALVES, 2007) para a relação entre fatores socioeconômicos e culturais: quanto mais instruída e bem-sucedida for a mulher, maior o nível de exigência no perfil do parceiro.

A desproporção ocorre, de acordo com esta acepção, porque a maioria das mulheres com nível socioeconômico alto e na faixa dos 30 anos ou mais de idade, tem que “disputar os homens eleitos” com mulheres mais jovens, como explica a psicóloga Miriam Goldemberg na reportagem descrita. Salienta ainda, que a situação se agrava pelo fato dos “homens eleitos” serem pouco exigentes quanto à qualificação das suas parceiras. Por este novo “excedente de mercado”, os tais eleitos poderiam “se dar ao luxo de não querer compromisso – sem ficar sozinhos”, complementa.

Este tipo de explicação continua a sugerir um “desequilíbrio” entre homens e mulheres. A diferença produzida pela “desproporção” sexo/idade no “mercado matrimonial” obedeceria, agora, a critérios de seletividade consonantes com o status socioeconômico e nível cultural dos sujeitos. A escolha conjugal, baseada numa lógica da eficácia e cujo interesse volta-se para fins instrumentais, se resume a uma contabilidade entre saldos e prejuízos da condição de gênero. É a mesma racionalidade que se aplica a situações em que o emprego da técnica, a eleição de estratégias e a instauração de sistemas lógicos são possíveis.

Todavia, quando exportada à complexa rede de relações comunicativas que se dão num *mundo da vida* (HABERMAS, 1983), tende a subtrair o exercício crítico e político da trama social global. A visão positivista de um mundo harmônico em que esta razão se apóia corrobora para que o caráter intersubjetivo e dialético das relações humanas seja olvidado. O que Luciano Martins (2004) chama de “controles difusos” de uma cultura autoritária refere-se a esta reconstrução racional de interesses com fins de dominação, seja sobre a natureza ou a sociedade, precipitada pela ordem sistêmica.

Segundo Gonçalves (2007, p. 27), a mídia promove uma idéia de “nova solteira” que ora se refere a uma mulher que “não está ‘nem aí’ para o fato de estar sem marido” ora tende a focá-la como “uma caçadora implacável”.

Este “segundo tipo” de solteira apresentado descreve uma mulher que esboça uma conduta proativa nas relações de gênero de modo geral. Ao que compete à conduta sexual, supostamente tomam iniciativa nas conquistas amorosas e optam por adotar relações efêmeras ou o sexo casual. Do ponto de vista das valorações culturais e morais, a possibilidade de exercício livre da sexualidade ainda é interpelada por desigualdades de gênero que imprimem distintas orientações sócio-culturais para a elaboração de *scripts sexuais* de homens e mulheres. Em nível comunicativo, derivam deste processo descompassos para o estabelecimento de relações interpessoais e conflitos de ordem intrapsíquica.

Não é o fato de uma mulher aderir a uma conduta sexual – recorrentemente valorizada aos homens e estigmatizada às mulheres – que determinará *distorções sistemáticas de comunicação*, conforme conceito habermasiano (HABERMAS, 1992). Mas, a depender do sentido que subsidia esta escolha dentro de seu projeto de vida, pode vir a gerar uma falsa noção de *paridade participativa*, incorrendo em distúrbios no âmbito de sua formação identitária.

Do ponto de vista social, também podem incorrer distorções na interpretação sobre o sentido de seus projetos de vida e de suas condutas. Um exemplo disso é ilustrado pelo conteúdo da matéria *Adoro ser solteira*, publicada na revista Veja (GRANGEIA, 2002). Mario Grangeia, redator da matéria, relata que, atualmente, as solteiras “parecem administrar bem a vida privada”, tornando uma constante de suas rotinas os relacionamentos descompromissados e o sexo casual. Esta disposição para aderir aos laços efêmeros é contraditoriamente refutada com a seguinte conjunção de contraste: “ainda que a realidade mostre que muitas delas sofrem de certa ressaca moral no dia seguinte”. Correlações diretas<sup>61</sup> entre ser solteira e ter mais parceiros sexuais ou, viver sozinha e adotar uma conduta sexual libertária devem, deste modo, ser submetidas a uma reflexão crítica.

---

<sup>61</sup> *Adoro ser solteira* (GRANGEIA, 2002); *A nova ordem sexual* (MAJESTE, 2003a)

Embora muitas matérias<sup>62</sup> salientem que as “novas solteiras” não estão à espera do “príncipe encantado”, fica implícito – quando não é afirmado – que estas mulheres objetivam encontrar um parceiro. A matéria *Uma vida sem par*, publicada na edição especial “Mulher” em novembro de 2001 pela revista *Veja* e de autoria anônima traz a seguinte chamada inicial: “Há um número crescente de mulheres que vivem sós. Não por opção. Por não encontrarem parceiros.”

Uma matéria publicada na mesma revista em novembro de 2006, intitulada *A vida sem casamento*, a redatora Bel Moherdauí responde a pergunta “O que as mulheres querem?” de forma determinista:

No campo das aspirações femininas mais fundamentais, essa é uma pergunta fácil de responder. Por razões sociais, culturais e biológicas, a maioria absoluta das mulheres aspira a encontrar um companheiro, casar-se, constituir família e, por intermédio dos filhos, ver cumprido o imperativo tão profundamente entranhado em seu corpo e em sua psique ao longo de centenas de milhares de anos de história evolutiva. A diferença a que se assiste hoje é que não existe mais um calendário fixo para que isso aconteça. (MOHERDAUI, 2006)

Em depoimento à reportagem *Mulher solteira procura, sem desespero* (MAGESTE, 2003), Eliane Gonçalves oferece-nos outro referencial para esclarecer a questão: “Não se pode generalizar o que quer uma mulher. Se existe uma procura hoje, não é por um homem, mas por um homem que vale a pena”.

A noção que se depreende nas matérias consultadas é a de que as mulheres solteiras, dificilmente, o são por convicção. Projetos de *vida no singular* de homens são entendidos como uma opção de vida. Diferentemente significado, é como se coubesse às mulheres, em contingência de outros fatores sociais, a conformação sobre uma vida “solitária”, conforme expõe Gonçalves (2007).

Assim, enfatiza-se o suposto desejo da mulher de estabelecer um relacionamento, todavia, este desejo parece ser interpelado por uma expectativa com relação ao parceiro. Baseadas num ideal de parceiro ou, ao menos, em critérios de referência, o que se evidencia é que as mulheres se dispõem a deixar de ser solteiras assim que encontrassem alguém que pudesse acompanhá-las em seus projetos de vida, muitas vezes, revigorados pelas

---

<sup>62</sup>*Mulher solteira procura* (FERRAZ, FERRAZ, 1999); *Dois pesos, uma medida* (a/d, 2001); *Adoro ser solteira* (GRANGEIA, 2002); *Poder e Solidão* (GRECCO, 2002); *A nova ordem sexual* (MAGESTE, 2003b); *Com diploma e sem marido* (SEKEFF, 2006); *Quem é esta nova mulher?* (VELLOSO at all, 2008)

transformações advindas do campo feminista. Fato este explicado na matéria da Revista Época intitulada *Mulher solteira procura, sem desespero*, (COLAVITTI, MENDONÇA, 2003):

Como não precisam mais casar para fazer sexo ou pagar as contas no fim do mês, as mulheres esperam algo mais de um relacionamento. (...) Então, não é que falte homem. Aparentemente falta um tipo de homem, sensível, capaz de expressar suas emoções, de se entregar, que queira compromisso e que não fique intimidado diante de uma mulher cheia de conquistas. (COLAVITTI, MENDONÇA, 2003)

Acompanhemos também o relato de uma das entrevistadas nesta mesma matéria a fim de cotejar alguns dos critérios vislumbrados para o parceiro amoroso:

*Tem que ser um cara da minha faixa etária, ou mais velho, com objetivos na vida, bem-sucedido profissionalmente, alegre, divertido e que curta viajar e fazer trilhas de moto, como eu. Se ser exigente é querer um cara legal e que trabalhe, então eu sou.* (C., relações públicas, paulistana, 30 anos, sem namorado há mais de 1 ano) (COLAVITTI, MENDONÇA, 2003)

Como enfatiza o título da matéria, as “novas solteiras” não estão desesperadas, já que tem “outros objetivos na vida”, relata K., paulistana e administradora de empresas. Atualmente com 26 anos de idade, conta que não namora desde os 18 anos. Na percepção da mesma, no final das contas, “todas querem encontrar um companheiro”, o que tende a prevalecer sobre as “vantagens” de uma vida de solteira.

Na pesquisa de Gonçalves (2007) e em outros trabalhos consultados (VAITSMAN, 1994; MATOS, 2000), inferem-se às *vidas no singular* ganhos em termos de autonomia e emancipação, relacionando-os a melhores condições educacionais e de trabalho, ao crescente processo de urbanização e migração para centros metropolitanos, ao aumento da expectativa de vida e às disposições jurídicas, como o divórcio, por exemplo. Também podemos acompanhar o assunto em outros estudos contemporâneos<sup>63</sup> que versam sobre o impacto que a escolaridade e a profissionalização exercem sobre escolhas no âmbito da conjugalidade e da maternidade, implicando novos posicionamentos das mulheres perante a sexualidade e a reprodução.

---

<sup>63</sup> HERITIÉR, F. Janus de duas faces. In: RIAL, C. S. M. & TONELI, M. J. F. (orgs.) *Genealogias do silêncio: feminismo e gênero*. Santa Catarina, Editora Mulheres, 2005, pp.15-28.; PINNELLI, A. Gênero e Família nos países desenvolvidos. *Demographicas* (2), Campinas-SP, ABEP, 2004, pp.55-98.

Ao privilegiar a carreira, as mulheres esperam poder “marcar seu lugar no mundo”, destaca Carlos Haag (2008) reportando-se ao trabalho de Gonçalves (2007). As noções sobre uma “nova solteira”, dispostas pelo discurso da mídia, carregam, desta forma, proclamações de sucesso, independência e auto-realização que procederiam de um projeto de vida profissional.

A reportagem *Com diploma e sem marido* publicada na Revista Veja (SEKEFF, 2006), tendo por base dados estatísticos, esboça que o aumento nos anos de estudo da mulher tende a “estimular a solteirice”. A educação e o trabalho ganham, desta forma, um sentido especial na vida das mulheres que, ao tornarem-se “donas do próprio nariz”, ficariam mais seletivas, principalmente ao que se refere à vida conjugal, como exposto na matéria *Adoro ser solteira* (GRANGEIA, 2002). Ressaltamos, para posterior análise, a relação causal que é aferida a potencialidade de que um projeto de vida profissional bem-sucedida ou, de maneira mais ampla, um projeto que implique uma utopia emancipatória resulte, necessariamente, na consecução de vida de solteira.

Mas, mesmo quando a emergência da personagem da “nova solteira” é relacionada à participação das mulheres nas transformações sociais e culturais no âmbito do trabalho, o assunto tende a discorrer com ênfase sobre as dificuldades ou incompatibilidades em conciliar vida conjugal e profissional. Conclusões e justificativas deste porte são, muitas vezes, instrumentalizadas por dados estatísticos demográficos, provas empíricas ou argumentos científicos de profissionais das áreas de Humanidades e Ciências Sociais. (GONÇALVES, 2007)

É recorrente<sup>64</sup> nas matérias consultadas esta referência, de que a vida profissional (o que inclui educação e trabalho) e a vida pessoal (o que compreende, relações de caráter afetivo-sexual e, especialmente no caso das mulheres, os cuidados do lar e dos familiares) são esferas de tensão, e mais, se configuram como opções excludentes, dentro de uma dimensão de escolha de livre-arbítrio. A idéia que “não se pode querer ter tudo”, exposta na matéria da Revista Veja intitulada *Poder e Solidão* (GRECCO, 2002), corrobora essa proposição. Dedicamos comentários a este respeito mais a frente.

Além disso, é vinculado um juízo de que as mulheres não abrem mão dos afazeres domésticos e dos cuidados e educação dos filhos. Assim, a impressão que se divulga é que, já avisadas das raízes das desigualdades materiais e simbólicas de sua subordinação, as

---

<sup>64</sup> *A volta ao lar* (a/d, 2001); *Filhos x carreira* (ROSSI, 2002); *A angústia da vida executiva: elas sobrem mais* (Revista Época, SEGALLA, 2007); *Poder e Solidão* (GRECCO, 2002)

mulheres contemporâneas não entoam reivindicações por emancipação. São desacreditadas de sua capacidade de luta, como concebe a matéria da Revista *Veja* intitulada *O feminismo na crise dos quarenta* (PINHEIRO, 2006). As redatoras da matéria, Daniela Pinheiro e Adriana Maximiliano buscam opiniões de feministas contemporâneas, como a filósofa inglesa Alison Wolf<sup>65</sup>, para explicar a suposta desarticulação da luta das mulheres na contemporaneidade:

(...) a cumplicidade feminina desapareceu porque mulheres de diferentes classes sociais não têm mais as mesmas experiências de vida. As ricas trabalham fora, deixam os filhos com a babá, fazem academia, colocam silicone nos seios e tocam a vida. Às pobres fica o desafio de lidar com uma penca de filhos e o marido muitas vezes violento e alcoólatra. (PINHEIRO, 2006)

Salienta-se, deste modo, que, em um projeto de vida em que a educação e a profissão ganham prioridade, a vida solteira é sempre contingencial, nunca uma escolha autônoma. Ao mesmo tempo, promovem-se noções sobre a vida de solteira que beira um *utopismo* do sucesso. Por outro lado, o consenso, entre as matérias analisadas, de que as mulheres almejam se casar ou estabelecer um relacionamento conjugal – até mesmo as consideradas “novas solteiras” – expressa uma contradição. Assim, podem contribuir para a manutenção de normas morais tradicionais e das posições de gênero, além de reforçar a disposição hierarquizada e androcêntrica do mercado de trabalho e da vida pública.

Concordamos, deste modo, com Garcia quando conclui que “A incompatibilidade do casamento e da maternidade com a vida profissional foi e continua sendo uma das construções sociais mais persistentes.” (GARCIA, 1998, p. 69) Se, no século XIX, o trabalho fora era uma ocupação para as mulheres solteiras até o casamento ou para àquelas que não viessem a se casar, mesmo com a tentativa de valorização desta mão-de-obra, não se descarta a possibilidade de “volta ao lar”. A matéria intitulada *A volta ao lar*, de autoria desconhecida e publicada na Revista *Veja* em novembro de 2001, procura retratar mulheres que, “por necessidade ou opção” desistem de suas carreiras profissionais para se dedicar, exclusivamente, à família e ao lar. Todavia, a questão é anunciada por meio do “sentimento de culpa” que algumas mulheres expressariam por terem se dedicado ao trabalho e não ter

---

<sup>65</sup> Alison Wolf escreveu um artigo publicado na revista *Britânica Prospect*, em 23/04/2006, intitulado *Working Girls*. Este artigo causou polêmica na mídia, pois aponta “problemas” que sucederam as transformações econômicas ocorridas nos últimos 50 anos, como impedimentos à maternidade e ao sentimento altruísta que reunia as mulheres, em vista da exacerbação do individualismo. Disponível em: <<http://www.prospectmagazine.co.uk/2006/04/workinggirls/>> Último acesso: 20/03/2010

“dado a atenção devida aos filhos”. Acrescenta-se, ainda, a seguinte opinião: “Para mulheres cujo trabalho é pouco instigante, burocrático e mal remunerado, a opção não é assim tão complicada”. A matéria não esboça nenhuma crítica a respeito da divisão sexual do trabalho doméstico e cuidado dos filhos ou sobre as condições desiguais de trabalho e relações de subordinação as quais as mulheres são submetidas.

Por fim, é insistente a afirmação de que as “novas solteiras”, ansiando por uma vida bem-sucedida, optariam por esta “suposta” proposta identitária pela falta de um parceiro à altura. Desta maneira, elas se destacam das demais quando atribuem ao casamento um peso secundário dentro de seus projetos de vida. Todavia, inferimos que é também por intermédio destes dois fatores que uma razão instrumental de mercado pode instaurar-se neste âmbito do *mundo da vida*, interessado na promoção desta personagem social, como verificaremos mais a frente.

#### 4.1.2 Caracterizando uma personagem: desigualdades em estudo

É salientado em *Sexo, casamento e economia*, pesquisa da Fundação Getúlio Vargas divulgada em 2005, que, no Brasil, são 19 milhões de mulheres com mais de 20 anos que vivem sem marido ou companheiro. Carlos Haag (2008) evidencia que a diferença de 62% entre a renda das mulheres solteiras em relação a renda de mulheres casadas ou informalmente unidas poderia explicar, de certa forma, o aumento da “solteirice”.

Numa outra pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, intitulada *Fatores Econômicos e Incidência de Divórcios*, podemos acompanhar um outro vértice desta questão. De acordo com o relatório produzido nesta pesquisa, um incremento na renda da mulher contribuiu para o aumento do índice de divórcios, salientando o valor que a mulher atribui à condição de solteira. Maurício Canêdo-Pinheiro, Luis Renato Lima e Rodrigo Leandro de Moura (2008), redatores do relatório, apontam que o aumento no nível educacional das mulheres e sua centralização regional em áreas urbanas e metropolitanas contribuíram para que elas fossem “expostas a maiores oportunidades fora da relação”. Decorrente disso, a inserção no mercado de trabalho veio a favorecer o alto número de divórcios. Todavia, embora a diferença entre a renda de homens e mulheres torne-se uma variável importante no aumento das dissoluções

matrimoniais, ainda não dá conta de expressar uma maior independência financeira das mulheres.

Em parte, convergem com estes dados os indicativos da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios de 2006 (IBGE-BRASIL, 2007). Segundo este órgão de pesquisa, 73% das mulheres na condição de casada, mas não de chefe domiciliar<sup>66</sup> ganham menos que seu marido. Este índice se inverte no caso dos homens, sendo que 70% destes, estando no lugar de cônjuge, mas não de chefe domiciliar, apresentam um rendimento salarial superior ao da sua mulher.

O índice de mulheres economicamente ativas em 2006 foi de 43,7%. Já os homens somam 56,3% do total da população brasileira economicamente ativa. Neste mesmo ano, a PNAD (BRASIL-IBGE, 2007) revelou que o rendimento médio mensal da população brasileira masculina economicamente ativa era de R\$ 966,00, enquanto que as mulheres ganham mensalmente, em média, de R\$ 634,00.

A PNAD de 2006 (IBGE-BRASIL, 2007a) traz outros dados de relevância para nosso estudo. Constata-se um aumento significativo, nos últimos anos, do número de mulheres ocupadas, principalmente na área urbana da região Sudeste. Com relação ao nível de escolarização, destaca-se o índice de mulheres que, no ano de realização da pesquisa, somavam 57,5% das pessoas que freqüentavam universidades. Há de se notar, todavia, que a presença de mulheres com doze anos ou mais de estudo no mercado de trabalho é bastante discrepante quando se consideram as grandes categorias de trabalho. Apenas 4,4% das mulheres ocupam cargos de direção, contra 6% de homens. 11,8% da mão de obra feminina se enquadra em “serviços administrativos”; sua presença é intensa nas atividades de educação, saúde e serviços sociais (44,5%). Isto nos leva a inferir que as ocupações destinadas à mulher no mercado de trabalho ainda se moldam pelo significado de sua força de trabalho como extensão das atividades domésticas e familiares, assim como nota Perrot (1998), quando observa as ocupações femininas na França do início do século XIX.

A pequena presença das mulheres nas áreas mais bem remuneradas tende a ser usada, até mesmo, como explicação para a grande desigualdade salarial entre homens e mulheres. E, como aponta Cristina Bruschini (2007, p. 569-570), ao analisar dados de sua pesquisa sobre trabalho e gênero no Brasil, “(...) nos últimos dez a quinze anos (1992-2005) as trabalhadoras brasileiras obtiveram algum progresso no mercado de trabalho, embora tenham persistido, ao

---

<sup>66</sup> O IBGE reconhece como “pessoa de referência no domicílio” ou “chefe de domicílio” a pessoa da casa que é livremente elegida pelos demais moradores, sem que, necessariamente, esteja ligada ao papel de provedor.

mesmo tempo, inúmeras condições desfavoráveis”. A autora acrescenta, então, outros fatores que refletem desigualdades de sexo e de gênero, tais como o elevado desemprego das mulheres, a má qualidade do emprego feminino, o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais e a permanência da responsabilidade feminina para com os afazeres domésticos e cuidados dos familiares.

Um programa de pesquisa continuada da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), em parceria com o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), disponibilizou os dados do levantamento realizado no período de 2008-2009 sobre as relações de gênero e o mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo. A vigésima primeira edição do boletim *Mulher & Trabalho*, que divulga os resultados da pesquisa reafirma “a desvantagem da inserção produtiva das mulheres quanto à qualidade do emprego e ao nível de remuneração” frente os homens (SEADE, 2010, p. 5). Outro dado que nos chama a atenção é a ocupação das mulheres de cargos antes considerados exclusivamente masculinos, como os cargos que pedem nível superior (medicina, arquitetura, direito) e em níveis de gerenciamento e chefia. Todavia, entre as assalariadas mais escolarizadas, mantêm-se as diferenças de rendimento entre os sexos.

No boletim *Mulher & Trabalho* de número 19 divulgado pelo SEADE (2009) encontramos índices de discrepância que refletem o aumento das condições de desigualdade de gênero em cargos de maior reconhecimento e remuneração:

Segundo nível de instrução, os rendimentos horários médios das mulheres ocupadas aumentaram para as menos escolarizadas e diminuíram para as mais instruídas. Já entre os homens, o movimento foi o inverso: redução para os menos escolarizados e aumento para aqueles com maior instrução. (...) entre os rendimentos das mulheres com ensino médio completo ou superior incompleto (essa relação diminuiu de 69,6% para 68,3%) e aquelas com ensino superior completo (de 71,3% para 63,9%). Os rendimentos horários médios nos segmentos mais instruídos, que são os maiores, passaram a ser também os mais desiguais entre homens e mulheres. (SEADE, 2009, p. 13)

Uma edição especial (SEADE, 2009b) foi produzida para tratar os dados coletados no ano de 2008, em conjunto com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Ganham destaque, neste boletim, a situação de mulheres que moram sozinhas, as que têm filhos, mas não contam com um cônjuge e as mulheres cônjuges em casais com ou sem filhos. Privilegiamos comparar os dados entre as mulheres que moram sozinhas e as mulheres casadas, com ou sem filhos. As mulheres com filhos acima dos cinco

anos e chefes de família tem maior presença no mercado de trabalho (59,6%). Entre as mulheres que moram sozinhas, uma elevada taxa de idosas, cujos rendimentos provêm de pensões e aposentadorias, incide no menor índice de participação no mercado de trabalho observado.

Conclui-se, neste relatório, que, embora a inserção da mulher no mercado de trabalho reflita mudanças culturais na nossa sociedade, o principal elemento indutor é a necessidade mais imediata de aumento ou manutenção do rendimento familiar. Disposição potencializada no caso de mulheres casadas, especialmente quando há filhos ou desemprego do cônjuge no lugar de chefe de família.

Expressivo, no caso das mulheres que moram sozinhas, é o baixo índice de desemprego, justificado pela maior possibilidade de inserção profissional que mulheres casadas e/ou com filhos. As mulheres que moram sozinhas também apresentam maior grau de formalização no contrato de trabalho e rendimentos médios mais elevados que as mulheres cônjuges, reflexo de “uma inserção mais qualificada no mundo do trabalho, especialmente, entre as mais jovens, podendo expressar a postergação ou mesmo abandono de projetos de vida familiar em função de uma carreira profissional.” (SEADE, 2009b, p. 16)

Além de todas as interfaces apresentadas, este último comentário trazido do relatório do SEADE indica, mais veementemente, a necessidade de se começar a considerar que um projeto de vida solteira não é só consequência de uma escolha por determinado “estilo de vida” ou contingência da opção por um projeto de vida profissional. A discussão deve contemplar as condições oferecidas para o ingresso das mulheres no mundo do trabalho, resguardando seus direitos, tanto para uma inserção equitativa, entre homens e mulheres e entre as diferentes mulheres, quanto para que necessidades que lhes são específicas sejam reconhecidas e assistidas. Bem como, abarcar os papéis de homens e mulheres na família e na sociedade, fornecendo formas alternativas para o cuidado das crianças e das tarefas domésticas.

## 4.2 Itinerários identitários e a economia dos projetos de vida

Para examinar a possibilidade de que um itinerário da vida de solteira possa ser moldado por padrões valorativos e normativos, tomamos como foco as condições socioeconômicas que ganham destaque na apresentação do perfil que nos permite identificar “novas solteiras”. Faz-se necessário, deste modo, olhar para as muitas variáveis que compõem essa política identitária e podem estimular projetos de vida por meio de seus parâmetros excludentes e discriminatórios.

Por vezes, o sentido da reposição da personagem “solteira” dentro de uma história de vida parece decorrer de um projeto de vida que pouco tem a ver com o desejo, puro e simples, de não se casar. De antemão, a opção por uma vida solteira parece implicar escolhas em outras esferas da vida, tal como, a elaboração de um plano de carreira profissional.

Em praticamente todas as reportagens que analisamos, a principal referência de identificação de uma “nova solteira” é sua posição “bem-sucedida” – seja pela sua inserção no mercado de trabalho ou seu nível de escolaridade, seja em referência a seu poder aquisitivo ou porque mora em residência de alto padrão numa metrópole, ou ainda, porque tenha uma vida cultural intensa ou adote uma suposta conduta sexual libertária. Estas instâncias são trazidas como justificativas para que uma “vida solteira” possa ser identificada como um *estilo de vida*.

Lembramos que, em nenhuma das vinte e duas matérias analisadas encontramos depoimento ou menção de mulheres que pudessem representar “novas solteiras” que se encontrassem fora de uma faixa socioeconômica média ou média alta, que não fossem escolarizadas, ou mesmo que residissem em cidades que não compreendem metrópoles. A questão étnico/racial revela que há uma variável discriminatória dentro das noções que nos servem de identificação para designar “novas solteiras”; como se vê nas reportagens e na afirmação de Gonçalves (2007): “as “novas solteiras” são, predominantemente, mulheres brancas”. Esta é uma questão que emerge do cerne das desigualdades de base cultural e material, como podemos acompanhar, por intermédio dos indicativos sócio-demográficos e de uma gama de análises sociológicas que tratam do assunto. Embora este vértice mereça

maiores considerações, apontamos que possa vir a constituir um objeto de estudo em si mesmo.

A justificativa para a “solteirice” das “novas solteiras” muitas vezes provém da esfera privada ou íntima, ou seja, as mulheres bem-sucedidas estariam solteiras porque são mais criteriosas na escolha de seus parceiros. Todavia, estes critérios de seleção de parceiro, conseqüentemente, também envolvem aspectos socioeconômicos. A matéria *Com diploma e sem marido* (SEKEFF, 2006) traz a questão: “Afim, com quem uma mulher mais culta, mais bem informada, vai se casar?”. Esta pergunta é respondida pelo seguinte depoimento: “*É muito difícil admirar uma pessoa que seja menos capaz do que eu, tanto financeira quanto profissional ou culturalmente*”, diz a consultora de marketing M. L. B., de 29 anos, duas pós-graduações.

A conduta sexual tende a ser mote da discussão nas matérias apenas quando estas intentam distinguir “novas solteiras” de “outras solteiras”. A caracterização em oposição resvala, então, para alusões de uma mulher que não está “desesperada” ou que seja “encalhada”, sempre com um forte apelo psicológico.

Um fato interessante que pode ser articulado às observações acima é que, nas três revistas analisadas, embora este fenômeno sociocultural seja, aparentemente, abordado pelo seu vértice econômico, a discussão é predominantemente conduzida em colunas como “comportamento” e “sexualidade”, ou ainda, cadernos especiais cujo tema é “mulher”<sup>67</sup>. O que nos leva a pensar que, mesmo substantivada por análises da conjuntura socioeconômica, a proposta de reflexão das matérias citadas é dirigida para o âmbito privado, pessoal ou comportamental, desviando-se, deste modo, da crítica sobre as condições ardilosas de um modo de vida individualista endossado para sociedades em capitalismo tardio.

Acontece que, nestes casos, a ordem dos fatores pode alterar o produto. Conjecturamos uma situação que poderá nos conduzir para este entendimento, tomando por base na perspectiva de estudo em que a identidade é considerada um processo que engendra um sentido.

Quando a reposição da personagem “solteira” toma o sentido de renúncia de um projeto de vida conjugal frente ao desenvolvimento de um projeto de vida profissional, esta

---

<sup>67</sup> Com exceção das matérias: *A angústia da vida executiva – elas sofrem mais* (SEGALLA, 2007) que é publicada no “Caderno de Negócios” da Revista Época; *Poder e solidão* (GRECCO, 2002), publicada na coluna “Geral: Carreira” da Revista Veja e *Mulher solteira procura – sem desespero* (COLAVITTI, MENDONÇA, 2009), publicada na coluna “Sociedade” da Revista Época.

ação pode ser dimensionada como um exercício de livre-arbítrio. Isto implicaria, do ponto de vista da formação identitária, uma estagnação do sentido emancipatório e do desenvolvimento da autonomia, visto que a opção por uma vida solteira ocorreria, neste caso, dentre alternativas pré-existentes e excludentes entre si. Ou seja, inviabilizaria a autoria da própria vida, dialeticamente possibilitada por uma conscientização política do devir humano em sociedade.

Muito embora uma multiplicidade de sentidos possa permear uma decisão por um projeto de vida solteira, é o procedimento de escolha que nos preocupa. Quando utilizamos o termo “opção”, estamos nos referindo, propositalmente, a um processo decisório que envolve uma escolha entre duas ou mais alternativas que pré-existem ou já estão postas no momento da escolha. Para que uma decisão autônoma possa ocorrer, o processo de escolha deve contemplar alternativas que não ofereçam oposição entre si, ou ainda, garantir a possibilidade de que novas alternativas possam ser criadas, à luz de princípios éticos universalizáveis.

A atribuição ou aceitação de que uma vida profissional bem sucedida e uma vida conjugal são incompatíveis configura, dentro do campo de decisão, opções que são inscritas e demarcadas por conveniências do mercado capitalista. Além disso, estas opções se constituem por caracteres que se firmam em – e afirmam – relações de opressão e subordinação da mulher, propositais à manutenção das desigualdades sexuais e de gênero<sup>68</sup>. Juracy Almeida (1999) propõe a questão nos seguintes termos:

No mundo do trabalho, principalmente, a discriminação da mulher acaba por tomar uma forma mais visível ao se objetivar na guetização das oportunidades, em restrições de acesso ao emprego e de progresso na carreira, nas dificuldades colocadas ao exercício de cargos de chefia e nos diferenciais salariais em relação ao trabalho masculino. Justificadas com base na “natural incapacidade da mulher” para o desempenho de atividades que requerem força, raciocínio, frieza, determinação, agressividade etc., bem como na idéia empresarial de que o eventual envolvimento feminino com o cuidado dos filhos e de parentes causa a queda de seu rendimento (...). (ALMEIDA, 1999, p. 98)

Por exemplo, na matéria da Revista *Época*, *A angústia da vida executiva – elas sofrem mais* (SEGALLA, 2007), são trazidos indicativos da discrepância existente entre homens e mulheres nos altos cargos do mundo corporativo. Sob respaldo de uma pesquisa

---

<sup>68</sup> A diferença entre desigualdade sexual e desigualdade de gênero é contemplada por Izquierdo (1994).

realizada pela psicóloga Betania Tanure<sup>69</sup> é ressaltado que, dentre as mulheres executivas, 40% não têm filhos, contra apenas 19% de homens. A matéria chega a citar os fatores que envolvem os altos índices no caso das mulheres: “os anos de ascensão na carreira são exatamente os mais apropriados biologicamente para a maternidade”.

A matéria *Com diploma e sem marido* (SEKEFF, 2006) publicada na Revista Veja traz um indicativo que deve ser considerado: “Donas de seis em cada dez diplomas concedidos nos cursos de graduação, elas não chegam a formar 35% das turmas nas principais escolas de negócios do país.” De acordo com Gustavo de Paula, redator da matéria, estes cursos de especialização e programas profissionalizantes considerados de elite são procurados por profissionais que atuam em nível de gerência, o que reflete na distribuição de cargos dentro das empresas. Podemos concluir daí que estes fatores atuam como um duplo reforço para que as mulheres executivas não atinjam o nível gerencial.

Como acompanhamos em seguida, mesmo que estas matérias esbocem uma crítica, ainda é insipiente, do ponto de vista que nenhuma delas se dirige à perspectiva androcêntrica que o mercado de trabalho adota.

O que ocorre é que os padrões que estabelecem as condições educacionais de profissionalização e as ofertas de mercado de trabalho para que uma pessoa possa ascender profissionalmente num cargo executivo não contemplam o diferencial sexual que constitui currículos femininos e masculinos<sup>70</sup>, fazendo com que as mulheres já iniciem um projeto de vida profissional em desvantagem. Conforme alerta Fraser (2007, p. 107), o que exige reconhecimento, neste caso, “é a condição dos membros do grupo como parceiros integrais na interação social”. A homogeneização observada nestes padrões de mercado faz com que mulheres aspirantes a altos cargos executivos sejam falsamente reconhecidas como membros capazes de participar em igual condição das ofertas de profissionalização e trabalho. Assim, a raiz desta desigualdade de gênero permanece inquestionável.

Tanto mais, no caso da mulher executiva, as escolhas tendem a se configurar num campo limitado de opções excludentes, como podemos observamos neste trecho da matéria *A angústia da vida executiva – elas sofrem mais*:

---

<sup>69</sup> TANURE, B.; ANDRADE, J.; CARVALHO NETO, A. *Executivos: sucesso e (in)felicidade*. São Paulo: Editora Campus, 2007

<sup>70</sup> A princípio, os currículos de homens e mulheres já embutem o tratamento desigual às distinções sexuais biológicas, pois se baseiam na maneira como o sexo é socialmente significado e organizado a partir das atribuições sociais de feminino e masculino. (Izquierdo, 1994)

A executiva sem filho e que tem entre 35 e 40 anos (a idade em que assumem posições de liderança), sente-se pressionada pelo curto tempo que resta para a maternidade e pelo aumento da demanda no trabalho. A escolha, qualquer que seja, é difícil e dolorosa, pela sensação de que um dos dois lados será preterido e jamais recuperado. (SEGALLA, 2007)

A pesquisa realizada com 1.200 mulheres em cargos de chefia nos Estados Unidos, sob coordenação da economista americana Sylvia Ann Hewlett<sup>71</sup>, também repercute na mídia brasileira desde 2002<sup>72</sup>. Comumente, as matérias veiculadas na mídia são subsidiadas por dados e explicações científicas para justificar, quando não legitimar, as condições de vida da mulher brasileira contemporânea.

De novo, a “questão biológica” da maternidade aparece como impasse para a ascensão profissional, seguida da condição conjugal. O caráter de renúncia do projeto de maternidade vem implícito no índice apresentado na matéria *Poder e Solidão* (GRECCO, 08/05/2002): “apenas 15% das executivas sem filhos admitiram que de fato jamais planejaram ser mães”. Esta idéia se acentua na matéria *Diferentes, mas unidos* publicada na Revista Veja (PINHEIRO, 2005), que explica que a mulher é diferente do homem “porque quer”. A justificativa dada é a seguinte: “porque ao longo da evolução da espécie humana elas fizeram escolhas que as levaram a desenvolver outras habilidades mentais e corporais mais sublimes e vitais para a sobrevivência da espécie, sua evolução cultural e tecnológica.” Aqui, a explicação não é tanto biologizante quanto é predestinativa. Baseados em pesquisas científicas, indicam ainda que a diferença intelectual pode ser a resposta para o fato de que mulheres inteligentes tendem a não se casar. No caso dos homens, esta relação aparece invertida: “O estudo mostrou que a possibilidade de se casar aumenta 35% nos homens para cada 16 pontos a mais de QI. Para elas, esses mesmos 16 pontos a mais de inteligência significaram chances 40% menores de subir ao altar.”

O debate sobre a diferença entre os sexos é um campo permeado de polêmica e controvérsias, mas sempre presente nas questões que envolvem a tentativa de entender as relações de gênero. Muitas vezes, questões eminentemente sociais e de caráter político recebem tratamento científico na base de pesquisas positivistas e experimentais, oriundas do campo das ciências de cunho evolucionista e neurobiológicas. Como exemplo da repercussão que estas discussões podem tomar, citamos o caso de Lawrence H. Summers, reitor de uma

---

<sup>71</sup> HEWLETT, S. A. *Creating life: professional woman and the quest for children*. EUA: Talk Miramax, 2002.

<sup>72</sup> A pesquisadora aparece na reportagem da Revista Veja de 08 de maio de 2002, intitulada *Poder e Solidão* (GRECCO, 2005)

conceituada universidade estadunidense (Harvard). No início de 2005, Summers pediu desculpas por sugerir, em conferência internacional, que diferenças inatas entre os homens e mulheres poderiam explicar porque as mulheres seriam menos bem-sucedidas na ciência e nas carreiras matemáticas. Mesmo assim, este depoimento custou sua deposição do cargo de reitor.

Com relação à vida conjugal, ambas as matérias apontam que a maioria das mulheres em altos cargos executivos não é casada ou não tem namorado. Outros autores do meio científico trazem conclusões deste porte, como Ana Maria Goldani (2003), apontando que quando mais escolarizadas e com renda mais alta, mais aumentam as chances das mulheres ficarem “sozinhas”.

A falta de tempo das executivas para “cultivar a relação”, quando ainda é praxe – e valor social –, que a mulher “abduca de sua vida profissional para oferecer apoio ao marido”, sustentaria o alto número de mulheres que, embora “poderosas” e “ganhando mais de mil dólares por ano”, “se queixam de solidão”, como é descrito na matéria Poder e Solidão da Revista Veja (GRECCO, 2002). Segundo Almeida (1999), os valores tradicionais ligados à esfera familiar e aos envolvimento afetivos podem funcionar como armadilhas para as mulheres, quando, emaranhadas aos papéis de esposa, mãe e dona-de-casa, “dificultam a percepção de sua alteridade, enredando seus projetos nas malhas de compromissos e de ações inadiáveis e irrecusáveis” (ALMEIDA, 1999, p. 99).

Ao compor este universo simbólico, a situação dos homens executivos é exposta como inversa: “Para os homens, a chegada dos filhos costuma ser vista como um impulso positivo ou no mínimo um evento sem conseqüências em relação à carreira.” (ROSSI, 2002). Corroborando com esta aceção, uma matéria da revista Época (SEGALLA, 2007) traz a conclusão de que, quanto mais bem sucedido for o homem, mais chances ele tem de casar e ter filhos.

Estes indicadores acompanham proposições interpretativas que tendem a legitimar as desigualdades observadas, tal como observamos neste trecho da matéria *A angústia da vida executiva*, destaque de uma conclusão atribuída a Sylvia Hewlett:

No Brasil, onde o processo de absorção da mão-de-obra feminina ainda está em uma fase anterior à do mercado americano, só um quinto das executivas anseia a direção geral das empresas. Em contrapartida, o grau de satisfação das mulheres com suas carreiras é o dobro do que se mede nos Estados Unidos. (SEGALLA, 2007)

Pode se inferir deste tipo de consideração que, primeiro, as executivas brasileiras não anseiam por cargos de poder e, segundo, que este fator conta de maneira positiva para as mulheres brasileiras, já que os cargos de poder oferecem condições adversas para a manutenção da satisfação das mulheres no trabalho. Ainda, de acordo com a economista americana, “estes ambientes profissionais estariam contaminados pela competição desenfreada”, levando “o” líder ao isolamento e à “Síndrome de Alexandre”, entendida como uma compulsão à necessidade pessoal de obter uma seqüência interminável de conquistas. Uma terceira acepção pode se somar às duas anteriores: o menor nível de satisfação atribuído às executivas americanas que ocupam cargos de poder apontaria para “o preço que se paga pelo desenvolvimento desta carreira profissional”, inferindo que as mulheres são mais felizes quando renunciam a este projeto de vida e optam pelo casamento e/ou pela maternidade.

Muito embora a matéria *O poder é masculino* (MONTENEGRO, 2006) traga em seu conteúdo a discordância de que homens e mulheres sejam “essencialmente diferentes”, o faz em função da interpretação de que, no que compete o exercício da liderança, as mulheres teriam uma conduta análoga a dos homens quando em cargos de poder. Assim, entoa, já a partir do título da matéria, que o modelo de liderança seguido é baseado em padrões de masculinidade. Este modelo é justificado pelo fato de que estes cargos, até pouco, eram restritos aos homens.

Frente adversidades de um mundo corporativo extremamente androcêntrico e das renúncias que um projeto de vida profissional implicaria às mulheres, restaria a estas abandonar o “mito da Mulher Maravilha”<sup>73</sup>, ou seja, a noção de que “podem ser felizes em todos os aspectos da vida”.

Cabe, aqui, considerar que o conteúdo veiculado pelos meios de comunicação analisados é questionável quanto à exposição de dados que, podem oferecer um recorte enviesado do estudo que se pretende retratar ou deixa dúvidas quanto à cientificidade das fontes em que se baseiam. De qualquer modo, conservam a idéia de que as mulheres são seres biologicamente deficientes, o que as torna socialmente frágeis. Diante dos padrões e exigências do mercado de trabalho, se este discurso não justifica, ao menos, tenta abafar as gritantes discrepâncias dos indicativos sociais, acentuando o tratamento desigual destinado às

---

<sup>73</sup> Esta noção é apresentada na matéria *Poder e Solidão* (GRECCO, 2002)

executivas e os limites de sua participação no universo corporativo. Atentamos para o que diz Izquierdo (1994):

(...) deste modo é possível diferenciar quando se recebe um tratamento desigual na sociedade por ter sido identificado(a) como pertencente a um sexo ou a outro, e quando, em conjunto com, ou ao invés deste critério da atribuição de tratamento, as pessoas são tratadas ou avaliadas por adotar formas de conduta, ocupar lugares sociais ou ajustarem-se a estereótipos culturais que só são atribuídos socialmente às pessoas de um sexo e não as de outro. (IZQUIERDO, 1994, p. 20)<sup>74</sup>

Remete-se a esta questão o fato de que, mesmo em sociedades avançadas, a discussão sobre o compartilhamento das tarefas domiciliares e familiares ainda são muito incipientes. Em se tratando de maternidade, principalmente, apesar da proteção lavrada pela legislação trabalhista, o respaldo social conferido à mulher contemporânea que se encontra em *tripla jornada*<sup>75</sup> remete a uma estrutura social do século XIX. Serve-nos de exemplo, o apontamento trazido do relatório do SEADE (2009b):

Nota-se que a presença de filhos pequenos não parece impedir a mulher de procurar trabalho, mas dificulta seu acesso a uma ocupação, seja por restringir sua escolha de trabalho por um local mais próximo à sua residência e/ou por um tipo de jornada de trabalho menor ou mais flexível ou ainda, pelo lado do empregador, por preferir contratar mulheres que não possuam filhos menores. (SEADE, 2009b, p. 14)

Sem contar que o papel do marido ou do pai junto às atividades domésticas ou familiares dificilmente entra nas agendas de discussão, sejam públicas ou privadas<sup>76</sup>. Esta desigualdade de gênero pode ser evidenciada também dentro das políticas públicas, sejam estas baseadas em reivindicações por reconhecimento – quando “políticas da diferença” acabam por naturalizar o papel da “cuidadora” como função exclusiva das mulheres –; ou

<sup>74</sup> Tradução nossa: “(...) De este modo es posible diferenciar cuándo se recibe un tratamiento desigual em sociedad por haber sido identificade como perteneciente a um sexo u otro, y cuándo junto a/o en lugar de este criterio de asignación de tratamiento, le gente es tratade o valorade por adoptar formas de conducta, ocupar lugares sociales, o ajustarse a estereotipos culturales que sólo se les atribuye socialmente a les persones de un sexo y no de las de otro.” (IZQUIERDO, 1994, p. 20)

<sup>75</sup> Representando o trabalho doméstico e não remunerado, a puericultura e o emprego remunerado.

<sup>76</sup> Uma iniciativa de inclusão desta pauta nas discussões em políticas públicas pode ser acompanhada no trabalho de Souza (2009). Ver: SOUZA, P. F. P. *Homens invisíveis: identidades de homens atendidos pelas políticas sociais de atenção às famílias em situação de vulnerabilidade social*. Trabalho de Mestrado em Psicologia Social. São Paulo: PUC-SP, 2009.

quando se ancoram em reivindicações por redistribuição, tomando como homogêneas as trajetórias profissionais de homens e mulheres<sup>77</sup>.

#### *4.2.1 Entre desigualdades de base material e discrepâncias simbólicas*

Como Venturi & Recamán (2004) sugerem, devemos indagar sobre o que reivindicam, a que interesses servem e quais as possíveis repercussões de certas políticas identitárias que envolvem contextos de conjugalidade. Lembra-nos Ciampa (2002, p. 133): “sempre é possível perguntar se movimentos que levam a novas identidades podem preservar o espaço político como arena de questionamento e tematização de questões individuais e coletivas, sem que esses movimentos também incrementem maior racionalização do poder e da dominação.”

Consideramos as reflexões críticas aventadas sobre o tema até então. Este conjunto converge numa mesma preocupação: a divulgação de um estilo de vida e a promoção de uma proposta identitária que pode promover um modo de vida individualista de caráter isolacionista, interessante às razões mercadológicas do Capitalismo Tardio. Esta questão exprime, acima de tudo, o quanto é importante levarmos em conta as circunstâncias políticas e socioeconômicas em que se produzem notícias sobre a “nova solteira”. Contexto este que pode orientar propostas identitárias e definir itinerários para projetos de vida.

Cabe aqui trazer a acepção de Michelle Perrot (1998) sobre a possível influência dos modelos ocidentais de acesso das mulheres a papéis novos nos “países em desenvolvimento”, após termos considerado as bases de pesquisa que alicerçam algumas das matérias de revistas analisadas: “(...) observa-se que esses modelos, difundidos pela mídia (principalmente as revistas, a televisão) exercem um real poder de atração, especialmente sobre as populações urbanas. Mas se trata mais de modelos de consumo do que de acesso a novos papéis públicos.” (PERROT, 1988, p. 153)

Verificar tais influências requer, ainda, como alerta Fraser (2007, p. 108), “examinar os padrões institucionalizados de valoração cultural em função de seus efeitos sobre a posição

---

<sup>77</sup> Há a possibilidade de haver uma brecha no currículo profissional, especificamente, no caso de mulheres que, dada as circunstâncias citadas, podem precisar suspender temporariamente suas atividades profissionais para ter um filho, por exemplo.

relativa dos atores sociais”. À luz dessa proposta crítica, conduzimos nossa análise levantando algumas considerações decorrentes da problematização do termo “nova solteira”, do seu potencial como uma nova personagem social e das noções que lhe são atribuídas no contexto social brasileiro.

Se a “nova solteira” é, exclusivamente, a mulher que vive só, independente e cosmopolita, há de se ponderar como o termo pode, generalizadamente, tornar-se emblemático de um estilo de vida potencialmente emancipatório. Cabe, neste ponto, reforçar o questionamento sobre a política identitária implícita à difusão do termo “nova solteira”: Como uma proposta política que sustenta a reivindicação de um suposto coletivo identitário, disporia elementos críticos para discutir conseqüentes desdobramentos de novas opressões<sup>78</sup>?

Mesmo se tal política identitária representar uma luta pelo reconhecimento de outros sentidos à pejorativa idéia que se fazia da “solteira”, não parece ser acessível para todas as mulheres que podem se considerar solteiras. Sem contar que as proposições valorativas que substanciam simbolicamente as noções sobre a “nova solteira” ainda buscam referenciar-se na normatividade da vida conjugal – leia-se, relação heterossexual monogâmica legalmente reconhecida –, não oferecendo nenhuma proposta de reflexão crítica com relação aos pressupostos tradicionais que sugerem os termos de contrato íntimo legitimado. Retomemos o alerta de Gonçalves:

As interpretações sobre as transformações no estatuto feminino e suas conseqüências em torno do casamento são ambivalentes. Ao mesmo tempo em que a emancipação é saudada como positiva, revolucionária, as mulheres são vitimizadas, vistas como reféns de um sistema de gênero desigual. Suas escolhas não são analisadas em consonância com sua *agency* ou sua capacidade de decidir em diferentes contextos. (GONÇALVES, 2007, p. 42)

Logo, recorremos ao sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação, proposto por Ciampa (2004) como um crivo de análise crítica. Acurando nosso olhar sobre esta “capacidade de decidir” da mulher, podemos considerar, por esta perspectiva, que se trata de um nível de autonomia para elaboração de personagens identitários e concretização de

---

<sup>78</sup> Como exemplo, citamos dois artigos que trazem para a discussão problemáticas que tangenciam as correlações mulheres-trabalho-consumo, por diferentes contextos socioeconômicos e profissionais: SPINDOLA, T.; SANTOS, R. S. *Mulher e trabalho*: a história de vida de mães trabalhadoras de enfermagem. Revista Latino-Americana de Enfermagem, 2003, vol.11, n.5, pp. 593-600. (on-line). TORRES, H. G.; BICHIR, R. M.; CARPIM, T. P. *Uma pobreza diferente?* Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda. Novos estudos – CEBRAP, 2006, n.74, pp. 17-22. (on-line)

projetos de vida. Interessará, particularmente, o sentido destas decisões dentro da história de vida de mulheres solteiras. Deixamos claro, deste modo, que as decisões de cunho autônomo que invocamos não representam uma oposição às heteronomias normativas, simplesmente, mas um ponto de articulação entre os desejos pessoais e as expectativas dos papéis sociais.

Os discursos midiáticos tendem a enfatizar que a desigualdade social e de gênero acerca do “ser mulher” pode ser superada simplesmente em termos de independência econômica. O alcance de posições de igualdade perante categorias sociais hierarquizadas, sem que se questione a estrutura social em que são construídas e reproduzidas, não são suficientes para alterar – quando não se põem a serviço de – relações de subordinação e opressão vividas no cotidiano.

Não tomamos as questões de desigualdade apenas dentro das relações de gênero, ou seja, a partir das diferenças sociais que se instauram entre homens e mulheres, mas olhamos para representações socioculturais que possam vir a propagar as “múltiplas formas com que a categoria ‘mulher’ é construída como subordinação” (IZQUIERDO, 1994). Enfatizam-se, assim, as relações de dominação que se estabelecem por intermédio de “diferentes posições de sujeito”, personificadas na vida social. Com foco no processo, importa-nos as lógicas que concatenam relações de poder nos diversos contextos de socialização – vida social, familiar, conjugal, profissional. Olhamos, desta forma, para a elaboração de discursos que conduzem diferentes estereótipos sobre o “ser mulher solteira” e que são providos dentro de uma ordem valorativa referida ao acesso a bens materiais e simbólicos.

A produção de discursos sobre a personagem “nova solteira” também conferem às mulheres diferentes maneiras de se apropriar, ou não, das resultantes conquistas relacionadas ao maior nível educacional, acesso ao mercado de trabalho e a bens de consumo. Relembremos, a este propósito, uma nota de Canclini (1997, p. 42) a respeito da “imposição da concepção neoliberal de globalização, na qual os direitos são desiguais, [e] as novidades modernas aparecem para a maioria apenas como objetos de consumo e, para muitos, apenas como espetáculo”.

Com efeito, tal política identitária parece, já a priori, não se propor atender todas as mulheres solteiras ou, ainda, não oferecer perspectivas para que as mulheres que não correspondam a tais critérios possam se identificar com os novos padrões valorativos. Partindo de uma ética libertária, visam o reconhecimento da “nova solteira” em função de uma idéia de “vida boa” que é heterônoma e particularista. Neste percurso, erige-se um ideal

de “mulher solteira” muito pouco acessível para a maioria das mulheres solteiras da sociedade brasileira, diante da discrepante realidade em que vivem. É nosso encargo inquirir sobre as relações de desigualdade que, há muito, demarcam mulheres na sociedade pelo descritivo “solteira” e, principalmente, desigualdades que se elevam dentro do próprio coletivo de mulheres solteiras, resultando no destaque de “novas solteiras”.

Em nível simbólico, a questão funda-se como ideal de relação afetivo-sexual que aparece implícito, quando não é pauta, nas divulgações sobre o assunto; dado explorado por Gonçalves (2007) num sub-capítulo de sua tese, intitulado *O fantasma da solidão feminina*. O reconhecimento do que vem a ser uma mulher solteira passa, nestes casos, por uma verificação do que lhe falta, ou seja, uma união conjugal legitimamente reconhecida, heterossexual<sup>79</sup> e monogâmica. Sob esta perspectiva, constatamos que a noção principal que permeia a “nova solteira” é a constituição de um projeto de vida sem vínculos estáveis, permanentes e/ou legais.

Daí, interpretamos que, grosso modo, os sentidos emancipatórios atribuídos heteronomamente aos projetos de vida de solteira são paradoxais. Porque, ao mesmo tempo em que é aventada à mulher solteira a possibilidade de libertar-se de possíveis opressões que este modelo de relação matrimonial pode instaurar, este mesmo referencial é o que permite caracterizá-la à luz de um projeto de vida estimado insatisfeito, tendo em vista o valor social que preenche o padrão conjugal citado. Não obstante, nos deparamos com uma política identitária, supostamente, de caráter libertário, mas que, ao carregar padrões valorativos arcaicos, se vê subsumida ao controle autoritário da tradição.

Para Ciampa (1997), uma utopia emancipatória emerge de metamorfoses da identidade que se engendram por uma “falta sentida ou de uma meta visada” (CIAMPA, 1997, p. 3). São estas as duas vias pelos quais os interesses instrumentais que envolvem a política identitária em questão intentam colonizar projetos de vida solteira. É em caráter de uma falta sentida que tal política promove o referente arcaico exposto acima, instaurando um dilema existencial para mulheres cujos projetos de vida profissional demandem prioridade, seja sobre uma futura relação conjugal ou na tentativa de conciliar este projeto com o

---

<sup>79</sup> Mesmo a lei da União Estável não contempla a união de pessoas com orientações homoafetivas. O projeto de lei 122, que pauta sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo, é previsto no decreto do Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, assinado em dezembro de 2009 pelo presidente da Federação Luis Inácio Lula da Silva. Contudo, continua em trâmite, encontrando forte oposição dos parlamentares tanto do Senado Federal quanto da Câmara dos Deputados.

casamento ou a maternidade. Advém desta falta sentida o convite permanente para o retorno ao seu lugar de gênero esperado – o lar.

Também passam a ser manipuladas as metas visadas. A priorização de um projeto de vida profissional como uma meta visada conjectura-se, ou pela incompatibilidade com projetos de conjugalidade ou de maternidade, ou ainda, pelo esvaziamento do potencial inovador das relações conjugais.

Ambos os vértices de colonização podem promover uma insatisfação pessoal que implica em frustração dos desejos e projetos de futuro, contexto propício para sua sublimação em objetos de consumo, o que levaria a uma intensificação das relações de mercado<sup>80</sup>.

Das ambigüidades que observamos sobre a designação do termo “nova solteira”, insurgem desdobramentos que qualificam tal política identitária como de caráter excludente e discriminatória. Principalmente, porque são vagos os discursos sobre a extensão de suas proposições perante o coletivo de mulheres que poderiam ser contempladas por esta política de reconhecimento na sociedade brasileira contemporânea. Não há nada que indique – e talvez seja esta a principal razão de sua face excludente e discriminatória – que uma mulher negra, mãe solteira, que more numa cidade periférica a uma metrópole e que tenha um nível de escolaridade incompleto não expresse os sentidos emancipatórios conjecturados a uma “nova solteira”. Hipoteticamente, poderíamos constatar, em sua história de vida, que esta mulher se sustenta financeiramente e, até mesmo, seus progenitores. Que expresse, pelo seu itinerário de vida, autonomia em suas escolhas e um sentido de autodeterminação para consecução de sua proposta identitária. Esta seria uma expressão de um fragmento emancipatório, quando levamos em conta o contexto socioeconômico em que vive. Todavia, a utopia emancipatória em que se baseia é, imponderavelmente, atravessada por desigualdades de toda ordem – de classe, étnico-racial, de gênero –, delimitando, por exemplo, seus anseios por um cargo de chefia dentro de uma grande organização corporativa. É neste nível que a valoração social atua mais fortemente na conformação de itinerários e projetos de vida.

Questionamos, a princípio, a ênfase na característica do “ser solteira” para definição e caracterização simbólica de determinadas mulheres na contemporaneidade – quando

---

<sup>80</sup> Autores como Christopher Lasch e Slavoj Žižek, por exemplo, dedicam alguns de seus trabalhos para tratar deste assunto. Ver: LASCH, C. *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense, 1987.; ŽIZEK, S. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

poderíamos, por exemplo, ouvir falar sobre uma “nova mulher”<sup>81</sup>. Uma proeminente “casta feminina” é, então, demarcada a partir das noções sobre a “nova solteira”. As interpretações predicativas que se elevam na mídia tendem a estabelecer nexos com as idéias de sucesso, autonomia e independência pleiteadas pelo movimento feminista. Não obstante, vale recolocar a afirmação de Benjamin (1994 [1934]), atentando para os interesses que subjazem aos conteúdos culturais disseminados: “(...) o aparelho burguês de produção e publicação pode assimilar uma surpreendente quantidade de temas revolucionários, e até mesmo propagá-los, sem colocar seriamente em risco sua própria existência e a existência das classes que o controlam.” (BENJAMIN, 1994 [1934], p. 128).

#### 4.2.2 *Uma proposta, dois itinerários: autonomização ou atomização?*

Interpelados por uma cultura individualista, de modo geral, homens e mulheres, cujos projetos de vida visem sucesso profissional e um cargo de liderança no mundo corporativo, estariam sendo impelidos a adotar um modo de vida que acompanhe as nuances de um mercado imperativo. Entretanto, como observado, as mulheres executivas, personificadas na manchete publicitária como “novas solteiras”, tendem a serem as mais atingidas, subjugadas, inclusive, às desigualdades de sexo e de gênero que atravessam este universo.

Assim, somos levados a questionar a relação mercado-mídia, tendo em mente que os meios de comunicação de massa podem propagar noções sobre a “nova solteira” com um interesse instrumental. Ao focar o contexto material dos projetos de vida das mulheres atendidas por esta política identitária, uma lógica capitalista tecnocrática substantiva o ideal de vida individualista de cunho isolacionista.

Tal acepção se aproxima significativamente das proposições de Williams (1989) sobre a questão da *atomização social*. Para o autor, os processos concretos de modernização e o “espírito” de Modernidade conferiram um caráter social à cidade. O impacto da organização capitalista, do projeto urbanístico às mais diversas formas culturais, orquestrando o cotidiano cosmopolita. O isolamento e a possibilidade do anonimato, resultando na debilidade de

---

<sup>81</sup> Apenas uma matéria apresenta este termo para se referir as mudanças no campo feminino: *Quem é esta nova mulher?* (VELLOSO *at all*, 2008)

solidariedades tradicionais. O desenvolvimento da técnica e da tecnologia, incitando novas ordens de sensibilidade de seus transeuntes.

Tal como aborda D’Ancao (2001), o interior das casas revelaram o hábito burguês em ascensão, tanto quanto as ruas da cidade. Segundo Williams (1989), foi o que possibilitou que a Modernidade engendrasses suas próprias tradições, palimpsesto para a materialidade econômica. Neste afã, as referências tradicionais não validam, automaticamente, o presente e a inexistência de marcas de autoria, possibilitadas pelo anonimato, tornam a cidade estranha para os próprios cidadãos. O que envolve um projeto de segurança para conter o “perigo” da multidão. Uma pluralidade de modos de vida e de repertórios responde, então, às necessidades de adaptação dos sujeitos às novas condições de vida na cidade. A metáfora utilizada por Benjamin (2007) que retrata os transeuntes da cidade moderna é a imagem do esgrimista, capaz de desviar dos choques, seja nas calçadas dos grandes centros urbanos ou frente o ritmo vertiginoso do trabalho seriado.

O paradoxo da atomização social se dá, por conseguinte, pelo desenvolvimento de uma consciência de si próprio que se distancia da consciência coletiva, comunitária. A cidade, lugar e instrumento privilegiado para o desenvolvimento desta consciência coletiva, é, assim, resguardada do perigo da aglomeração pela ausência de um sentimento comum, consubstanciado por um excesso de subjetividade<sup>82</sup>. É a caracterização do indivíduo-personagem, garantido pela sua privacidade e suposta autonomia.

Não obstante, emergem também interpretações obcecadas com a idéia da perda ou esgarçamento dos laços sociais, da falta de solidariedade, da perda da tradição, da memória e da narrativa. O que nos leva a conjecturar que, diante de uma proposta de vida solteira que não é causa, mas parte do itinerário de um projeto de vida que vislumbra uma carreira profissional bem-sucedida, a reposição desta personagem é também estimulada por esta crença na falência das relações afetivas. Os domínios do poder aquisitivo conferem-lhe uma suposta autonomia que é extrapolada para as demais esferas da vida, solicitando a recorrente manutenção de um modo de vida individualista, de caráter isolacionista. O que se aproxima de uma *estrutura de afetos* característica do atomismo social. O medo da perda da individualidade pelo anonimato aferido à relação a dois nos moldes do amor romântico é análogo ao medo atribuído ao perigo da multidão.

---

<sup>82</sup> Segundo Márcia Regina da Costa (1983) a consciência da própria individualidade respaldou ideologicamente a concepção de uma identidade social. Esse passo redimensionou a visão de homem e de mundo, além de fazer resistir até hoje as discussões epistemológicas pautadas na dicotomia entre indivíduo e sociedade.

Williams (1989) questiona este estigma, uma vez que esta atmosfera precipitaria a produção de novas significações e possibilidades de negociação dos sentidos. Desta forma, corrobora com Habermas (1980) de que a Modernidade trouxe a morte de *uma* utopia, que, neste caso em específico, pode representar o fim da utopia sobre o amor romântico e que implica em novos procedimentos para uma “vida a dois que mereça ser vivida por dois”, em comum entendimento.

Dependendo dos sentidos expressos por itinerários de uma vida solteira, também é possível acompanhar tendências de metamorfoses sociais que caminham para novas possibilidades de existência. Condições para independência e maior autonomia podem propiciar às mulheres liberdade frente a antigos padrões valorativos.

Com esta mudança do jogo ideológico, assinala Habermas (1980), as instituições econômicas passam a produzir sentidos e itinerários de orientação, consonantes aos interesses do mercado. Na pauta de projeções políticas, econômicas e demográficas (GONÇALVES, 2007; GUERREIRO, 2003), as noções sobre a “nova solteira” parecem ser convenientes a estes propósitos. A valoração cultural da “nova solteira” parece caminhar para a confusão, relatada por Canclini (1997), entre o papel de “cidadã” e o de “consumidora”.

Segundo a matéria *Adoro ser solteira* publicada na Revista Veja (GRANGEIA, 2002), as “novas solteiras” são identificadas pela sigla “Sarah”, que em inglês significa “Solteira, Rica e Feliz” (Single and Rich and Happy). A chamada principal da matéria traz a seguinte frase: “Elas saem demais, ocupam-se demais, divertem-se demais”. Destacam-se nesta reportagem as atividades destas mulheres: viagens e passeios com amigos, intensas “noitadas” em boates de luxo, jantares em bons restaurantes e compras em lojas de grife. Lembremo-nos também da nota na matéria *Mulher solteira procura* da Revista Época (MAGESTE, 2003b): as “novas solteiras” são designadas pelo seu grande poder de consumo e um espírito auto-indulgente.

O comportamento do “consumo sem culpa” é, então, potencializado pela união de uma circunstância, ou seja, o poder aquisitivo das “novas solteiras”, e de um motivo – supostamente, uma tentativa de tamponar a representação social de um projeto de vida que se dá pelo signo de uma “falta essencial”, como exposto por Gonçalves (2007).

Vale conferir um relato publicado na Revista Nova que, embora esteja fora do nosso escopo de análise, será utilizado apenas como amostra de uma narrativa de extrema expressividade para o assunto aqui destacado:

*Minha vida de solteira... outra vez: Se quero me apaixonar pra valer de novo? Siiiiim. Mas não tenho pressa. Sócia do Clube das Solteiras que se preze não fica com idéia fixa de encontrar alguém. Já percebi que o mercado de pretendentes anda carente de mão-de-obra qualificada. Tem que garimpar bastante. E é o que vou fazer: testar quantos forem necessários até encontrar um candidato com currículo à altura. Também estou adorando me colocar em primeiro lugar no pódio. Semanas atrás, passei um dia de luxo num spa. Me senti linda. Agora quero fazer ecoturismo - quem sabe numa trilha não acho um gato esportista e cheio de amor para dar? E vou conhecer a Europa: pegar um mapa e deixar o vento me levar. Sim, estou tratando de ser (muito) feliz enquanto o homem da minha vida não aparece. (FOLLINI, DOS ANJOS, 2006)*

A linguagem mercadológica utilizada reflete, ainda, a racionalidade instrumental aplicada às situações de ordem comunicativa. Inferimos daí que o que pode vir a ocorrer, no âmbito das relações intersubjetivas, é a objetificação do outro – e/ou do próprio corpo – como produtos a serem consumidos, dentre outras mercadorias, obedecendo a um registro da satisfação instantânea dos desejos e prazeres.

Assim, a suspeita que recai sobre a promoção da personagem “nova solteira” envolve o contorno populacional e a dimensão simbólica que esta política identitária se disponha a atender. Longe de intentar que uma política identitária possa contemplar todo o universo de pessoas a que se direcione, a questão instala-se na possibilidade de que venha a precipitar uma acentuada condição discriminatória e segregativa às demais mulheres solteiras, visto que as acepções sobre o termo não são compatíveis com seus contextos sociais.

Leia-se “as demais mulheres solteiras” como aquelas que destoam da prerrogativa do que venham a ser “novas solteiras”. “Demais mulheres solteiras” seriam aquelas que não estão em certa faixa socioeconômica e demográfica, não atingiram certo nível educacional, ou ainda, aquelas que narrem histórias de vida que, embora repleta de ações autônomas, aponte uma relativa independência, contingente às condições de vida marcada por desigualdades sociais de base material. Assim, levamos em conta os “mecanismos econômicos, que são relativamente dissociados das estruturas de prestígio [mas] que operam de um modo impessoal e impedem a paridade de participação na vida social”, como exposto por Fraser (2007, p. 117).

As armadilhas contidas nesta política da “nova solteira” são circunstanciadas, portanto, pela não abrangência de uma gama de outros modos de ser solteira e de ser mulher, acentuada pela negligência das interfaces que propagam diferentes relações de desigualdade no contexto da vida cotidiana. Acerca disso, Fraser (2007) discorre em páginas bem

explícitas: reivindicações por reconhecimento devem erigir-se ancoradas numa noção ampla de justiça, o que exige de tais políticas englobar reivindicações por igualdade e liberdade. Seja no plano material ou simbólico, uma luta por reconhecimento não pode agravar significativamente outras disparidades, como parece ser o caso da política que envolve a promoção da personagem “nova solteira”.

## 5. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Aprender e ser, então, é o mesmo. A unidade da subjetividade e da objetividade. Sem essa unidade, a subjetividade é desejo que não se concretiza, e a objetividade é finalidade sem realização.

Antonio da Costa Ciampa<sup>83</sup>

### 5.1 Quando o singular concretiza o universal

O pensamento crítico, tal como é empregado por Habermas (1983) em sua proposta de reconstrução do Materialismo Histórico, pode ser compreendido por esta fala:

Enquanto Marx localizou os processos de aprendizagem evolutivamente relevantes (na medida em que encaminham as ondas de desenvolvimento das épocas) na dimensão do pensamento objetivante, do saber técnico e organizativo, do agir instrumental e estratégico – em suma, das forças produtivas –, emergiram neste meio-tempo boas razões para justificar a hipótese de que, também na dimensão da convicção moral, do saber prático, do agir comunicativo e da regulamentação consensual dos conflitos de ação, tem lugar processos de aprendizagem que se traduzem em formas cada vez mais maduras de integração social, em novas relações de produção, que são as únicas a tornar possível, por sua vez, o emprego de novas forças produtivas. (HABERMAS, 1990, p.13-14)

A ênfase a esta asserção também aparece nas obras de Stuart Hall (1996), quando propõe dar conta de questões colocadas no cotidiano vivido deslocando o foco de análise da dimensão das forças produtivas e da categoria de classe. Considera, dentro da perspectiva dos Estudos Culturais, que as questões que emergem da tensão entre demandas teóricas e políticas podem ser dimensionadas pelas possibilidades efetivas de um sistema de valores e de um universo de sentidos instituídos virem a substanciar processos identitários e articular as esferas de resistência e subordinação sociais. Suas análises baseiam-se, deste modo, numa suposta independência da infraestrutura à total determinação superestrutural. Como indica Beatriz Sarlo (1997), a relevância desta visão se dá quando constatamos que as grandes

---

<sup>83</sup> Ciampa (2008 [1987], p. 145)

narrativas que sustentam a identidade, estando presentes numa ordem do imaginário, podem incidir sobre a estruturação de novas produções ideológicas e discursivas.

Temos mapeado indícios, nos capítulos decorridos, de como a superestrutura tem precipitado novas ordens imaginárias com respeito aos projetos de vida de determinadas mulheres na sociedade brasileira. Esta ordem imaginária, repleta de significados sociais e valores culturais, permeia formações identitárias e confere sentidos e itinerários aos projetos de vida. Como aponta Ciampa (2008 [1987]), identidades encarnam posições ideológicas. De que modo esta verificação poderia, então, compactuar com a perspectiva exposta e com um conceito de identidade que é metamorfose, vislumbrando sentidos emancipatórios e a autodeterminação?

Ciampa (2008 [1987]) alerta que a autodeterminação não acontece pela ausência de determinações, mas este processo supõe um projeto de si mesmo que só pode se concretizar no devir cotidiano da experiência vivida, ao mesmo tempo em que materializa o mundo. Consonante à noção de emancipação, que diz respeito a uma mudança de potencial inovador, ser um humano autônomo envolve um processo histórico e social, mas também depende da superação de condições restritivas e da construção de novos sentidos para a existência.

Faz-se, assim, pertinente deslocar nossa atenção para esta certa independência infraestrutural citada por Hall (1996), que pode ser expressa pelos modos de produção de identidades singulares emblemáticos, tanto de movimentos de emancipação quando de movimentos de manutenção da estrutura ou sistema produtivo. O entendimento de que as esferas do cotidiano e do pessoal podem ser trabalhadas como questões políticas, assim como expõe Escosteguy (2001), vem a suplementar esta proposta de discussão.

### *5.1.1 O protagonismo em histórias de vida*

Observamos, no decorrer desta dissertação, a complexidade de buscar entender o que vem a ser uma “nova solteira”. Até porque ser uma “nova solteira” não depende, necessariamente, de ser legalmente solteira. São muitas as maneiras, inclusive, de ser solteira. Mas, nem todas são ou podem ser “novas solteiras”. Verificamos que há um conjunto de critérios para que possamos caracterizar uma mulher como “nova solteira” e, tanto mais, para

que uma mulher possa vir a ser sua intérprete – ela deve participar de um cenário cultural cujas circunferências permitem-na localizá-la dentro de uma “casta feminina”.

Nosso esforço em esboçar os interesses e propósitos da promoção desta personagem na mídia equipara-se ao nosso interesse de compreender as razões e os sentidos das formações identitárias de mulheres que demonstrem um itinerário de vida de solteira consonante à representação desta personagem especificada.

Para dar conta deste segundo campo de pesquisa, escolhemos uma metodologia qualitativa biográfica. O método utilizado é o de história de vida e, num padrão de entrevista não-estruturada, pede-se ao sujeito que conte sua história livremente. Tal como o método é utilizado na pesquisa de identidade (CIAMPA, 2008 [1987]), tomamos como ponto de partida as indagações “quem sou eu?” e “quem quero ser?”. Por meio da narrativa que é construída pelo próprio sujeito, temos acesso a sua história de vida e podemos compreender o universo do qual ele faz parte. Ou seja, nos aproximamos mais criteriosamente da sua interpretação de mundo e da dialética das relações que estabelece consigo mesmo, com o outro e com a sociedade. De acordo com Carla Garcia (1998), a história da humanidade é uma narração que, ao trazer impressas as marcas daqueles que narram a partir de suas experiências, permite o devir histórico. Assim, uma história pessoal é também uma narrativa de ações descontínuas. Desta forma, o ato de recordar é entendido “(...) como construção, como um ato de proceder escolhas, de decantar a vida turva, de recordar fatos da corrente da vida para neles colocar razões.” (GARCIA, 1998, p. 14)

Ao contar sua vida, o sujeito fala de seu contexto – fala do processo por ele experimentado, intimamente ligado à conjuntura social onde ele se encontra inserido. Como declara Ciampa, “o singular materializa o universal na unidade do particular” (CIAMPA, 2008 [1987], p.227) e, assim, podemos contemplar “o componente histórico dos fenômenos individuais, tal como (...) o componente individual dos fenômenos históricos” (PAULILO, 1999).

As entrevistadas foram, deste modo, convidadas a construir uma narrativa significativa de suas histórias de vida, pela qual acompanhamos seus projetos e suas propostas identitárias, conferindo os itinerários de uma vida de solteira em meio a estes processos. Todas as entrevistadas foram indicadas por pessoas de comum proximidade que, após serem informadas sobre a pesquisa, dispuseram seus contatos. As entrevistas aconteceram em locais escolhidos pelas entrevistadas, ambientes reservados que lhes

permitiu privacidade para o relato. Foram gravadas e transcritas com o consentimento livre e esclarecido das entrevistadas. Os aspectos éticos de sigilo e privacidade, de acordo com a Resolução 196/6 cujo conteúdo essencialmente de natureza bioética está centrado na proteção do sujeito de pesquisa, foram enfatizados na relação com as entrevistadas e garantidos na transcrição e análise da entrevista, evitando a possibilidade de perda do anonimato das participantes e pessoas citadas por elas durante a entrevista.

Contamos com a narrativa de três mulheres, residentes na cidade de São Paulo em domicílios próprios e unipessoais. Optamos por delimitar a localização das entrevistadas, cujas identidades inscritas neste contexto, efetivam-se em personagens peculiares a uma atmosfera urbana e metropolitana. Por ocasião, são nas grandes cidades que as tendências sociais e os modelos identitários despontam. Todas as narradoras possuem nível de escolaridade superior e não tem filhos. A opção para que houvesse uma distância geracional entre estas mulheres se explica pelo fato de que procuramos preservar as possíveis distinções entre as condições históricas de elaboração de projetos de vida solteira, tanto quanto a necessidade de observarmos os movimentos de reposição da personagem em diferentes prospectos de história de vida. Assim, apresentamos uma narradora com 70 anos, uma com 55 anos e outra com 35 anos de idade. As duas primeiras citadas (a de 70 e a de 55 anos) são solteiras legalmente, enquanto que a mais jovem (35 anos) é separada. Todas as três não possuem vínculo conjugal estável e permanente, do período em que realizamos o primeiro contato até o fechamento desta pesquisa (2009-2010).

Nosso intuito é contribuir com a publicização de algumas possibilidades de ser uma “nova solteira”, assinalando, em suas histórias de vida, contextos de colonização, por uma ordem sistêmica, da produção de suas identidades e itinerários de vida. Atentamos, pois, a duas dimensões simbolicamente estruturadas no *mundo da vida*: o imaginário social sobre os aspectos do feminino e os itinerários de vida que implicam projetos de carreira profissional.

Pela metodologia adotada, pretendemos também proporcionar um exercício de narração que venha a ser significativo à auto-reflexão e auto-referência destas mulheres, a partir da própria experiência de entrevista. Ou seja, ao se “re-presentar” como ator e autor da própria história, vislumbramos que as narradoras tenham sido instigadas a refletir sobre a concretização de um si mesmo. Desta forma, é pressuposto, já na escolha desta metodologia, que a pesquisa atenda uma dimensão ética de uma práxis em Psicologia Social.

Como uma interação comunicativa mediada intersubjetivamente, a entrevista traz à tona intenções e razões que sustentam as ações na vida cotidiana. De acordo com Maria Luísa M. Nogueira (2007), pesquisador e pesquisado assumem uma relação de cumplicidade, o que torna possível àquele que narra sua história experimentar uma resignificação de seu percurso, dando continuação à construção de um sentido para este relato endereçado. Pode, até mesmo, suscitar nas entrevistadas outras metamorfoses da identidade. Quando, por exemplo, ao elaborar e ouvir a própria narrativa são levadas a reexaminar as posições e determinações das personagens as quais são intérprete e os níveis de autonomia de suas escolhas. Reconhecer as situações de opressão, estigmatização e subordinação a que são submetidas em decorrência de relações desiguais de gênero. Desnaturalizar os componentes socioculturais que conformam seus projetos futuros, ou ainda, reconsiderar seus *scripts* sociais, em vista do panorama cultural que trama um itinerário prestes a orientar seus projetos e conceder sentido à sua história de vida.

Conforme destaca Williams (1989), devemos levar em conta as dimensões de afeto que estruturam a sociedade, a fim de compreender a dinâmica articulação entre elementos novos e arcaicos na cultura da vida cotidiana. Estes elementos atuam como pontos de tensão e articulação dos significados culturais que dão suporte e sentido às tramas de histórias de vida. Neste intuito, buscamos abarcar a singular maneira com que algumas mulheres incorporaram tendências sociais, a ponto da personagem “solteira” congregar-se como uma proposta identitária. Bem como, acolher o sentido que esta personagem concatena perante seus projetos de vida. Propomos, ainda, verificar a percepção destas mulheres sobre a proposição deste papel em seu entorno social, de modo que possamos desenvolver uma reflexão crítica a respeito da possibilidade de que esta venha a ser um *estilo de vida* frente os sentidos disponíveis culturalmente.

Também nos interessa localizar movimentos de autonomia e luta por reconhecimento, o que conjectura formações de *identidades políticas*, precipitadas pela síntese de heteronomias normativas e pela conjunção de *scripts* sociais que permitam o pleno exercício da cidadania sexual na vida cotidiana. Podemos pensar que, ao compreender o caráter da metamorfose da identidade pela aceção de “sujeito-agente” (PAIVA, 1999), abordamos o projeto político que configuraria suas pretensões identitárias e finalidades do agir.

## 5.2 Narrativas de vida...

Foi realizada uma edição das narrativas apenas com o objetivo de tornar a leitura mais corrente. O conteúdo não foi alterado, mantendo-se os vícios de linguagem, erros de concordância comuns à linguagem falada, espaços de silêncio e titubeios, em prol de uma aproximação mais precisa do discurso da narradora.

No início da apresentação de cada entrevistada é apresentada uma narrativa da narrativa, isto é, um resumo do conteúdo da entrevista realizada, acrescida de considerações de compreensão da pesquisadora. A narrativa é tematizada por intermédio das personagens que se conjectura à formação identitária.

A análise que segue é conduzida a partir da questão: “Quais as razões e os sentidos dos projetos de vida destas mulheres?” O referencial teórico que subsidia a análise deste material é o sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação, conforme exposto no capítulo referente.

### 5.2.1 Lori

Lori é uma mulher de 70 anos, branca, que reside sozinha em apartamento próprio na cidade de São Paulo. Aposentou-se como secretária e atuou profissionalmente como terapeuta corporal por mais dezessete anos. É solteira e não tem filhos.

#### a. A sétima filha, que empreende uma vida na capital e lidera a família

Lori inicia sua narrativa de história de vida destacando o lugar que ocupa dentro da *família humilde do interior de São Paulo*, na qual é a sétima filha entre dez irmãos. Aos vinte anos de idade já considerava exercer um papel de liderança na família. Em virtude de sua mudança para a metrópole (sua irmã mais velha já residia na capital), conta que foi trazendo os outros integrantes da família aos poucos. Inicialmente hospedada na casa de uma tia, teve ajuda das primas para arrumar um emprego.

*E aí eu, jovem ainda, vinte anos, eu, eu... não sei eu via, enxergava as coisas mas pra diante e, eu não, eu não me conformava que tinha que ficar, a gente tinha que ficar naquela situação então eu comecei a sonhar em, então, eu não, eu tinha parado os estudos, e eu comecei a, eu aproveitei todas as oportunidades que eu tive pra estudar.*

Visionária e inconformada, assim Lori intitula-se, ao apresentar o sentido que orienta seu projeto de vida.

#### b. A estudiosa, que começa a investir na sua independência

*(...) a gente morava numa cidade pequena e aí você vem numa cidade grande né, mas em, mas... isso trouxe muitas oportunidades né, porque aqui tinha muitas oportunidades pra estudar. Pra mim, por exemplo, eu sempre tive uma ânsia enorme assim, de estudar!*

Diz ter aproveitado todas as oportunidades que teve para voltar a estudar, como os cursos oferecidos na empresa de eletro-eletrônicos na qual começou a trabalhar. Até que, aos 24 anos, Lori foi desligada da empresa num corte coletivo de funcionários.

*E eu saí num desses. e eu com... vinte, eu tinha vinte e quatro anos... olha que corajosa! Eu com a minha indenização eu dei entrada numa casa!*

Lori logo arrumou outro emprego e, depois que reformou a casa que comprou, mudou-se com sua família. Com a ajuda de uma Fundação, que era vinculada à empresa que trabalhava, Lori pode concluir o colegial, fez curso preparatório para a faculdade e ingressou na Faculdade de Letras. Quando se formou, Lori já atuava profissionalmente no cargo de secretária, o que a fez optar por não lecionar.

c. Como arrimo de família, uma mulher que tem que negociar seus sonhos

*E meu sonho era, era ir embora, eu queria ir pro, pra Inglaterra, pros Estados Unidos, um lugar onde se falava, onde eu pudesse aprender a língua inglesa, que eu tinha, que eu precisava, porque o meu sonho era também ser secretária, e eu precisava disso, só que, eu não consegui. Não consegui por uma... chantagenzinha da minha mãe também. Porque minha mãe dizia que se, “se eu fosse”, eu teve uma ocasião que eu estava com quase tudo pronto e ela falava assim “que se eu fosse, quando eu voltasse ela, eu não ia achar mais ela. Então, eu num... me arrisquei, num fui. E essa foi uma das coisas que eu num fiz. Gostaria de ter feito mas eu não fiz. Então eu acho que agora já não vai mais dar pra eu fazer né. Então, fica pra uma próxima. (ri)*

Depois da morte de seu pai, em 1982, e da mãe, em 1987, Lori mora na casa que comprou apenas com mais uma irmã, também solteira, por mais três anos, até que decide comprar um apartamento e morar sozinha.

*Então eu, eu sempre fui assim, um arrimo de filha. Mas eu fazia negócios! Eu, eu, depois dessa, dessa casa eu ainda comprei um apartamento, que eu tenho até hoje. Aqui no (nome de um bairro na cidade de São Paulo). Esse apartamento tá alugado. Depois disso... ah, eu fazia negócios! Eu era... então, eu, eu fui uma pessoa assim que eu é... e sempre estudando. Sempre estudando. Eu nunca deixo de estudar. Fazia cursos profissionais, né, profissionalizante... que a empresa, essa empresa que eu fiquei dez anos, que ela, ela pagava todos os cursos. É... assim, curso de secretária, do que, que eram relacionados ao meu trabalho, né.*

d. Uma mulher que, dentre as opções, escolhe permanecer solteira

*E... eu tive muitos namorados tudo mas eu num... eu num cheguei a... era assim. Eu gostava das pessoas erradas. Então... é, aquele que eu queria não deu certo. Os que eu não queria ficavam atrás de mim mas aí eu não queria né. Então eu, eu não me casei por causa disso. Eu num, eu num... é verdade que nunca foi a prioridade número um pra mim o casamento. Eu sempre, eu sempre almejei a ter um, um cargo maior, a ter um salário maior, então eu sempre me aperfeiçoei é... pra que eu chegasse, que eu, eu como secretária, eu quis chegar topo. E cheguei. Eu cheguei. E com isso eu... num, num era a prioridade máxima pra mim que era o casamento, como muita gente que... que tem que casar de qualquer jeito. E eu não fazia questão disso né. Mas também não combati, eu, se tivesse dado certo com um daqueles que eu gostei eu teria me casado né.*

Lori assinala que o trabalho sempre foi prioridade em sua vida.

*Mas é.. então, eu, eu... nunca pensei muito e, em, eu falava pras pessoas que choravam porque tinham perdido namorado eu falava assim “olha, namorado eu nunca me preocupei porque perdia um arrumava outro, mas o emprego é o que era mais importante!”(riso) O trabalho pra mim sempre foi muito importante. Então eu, eu me preocupei sempre muito mais com o trabalho do que com o, com o namorado. Então eu sofria mais quando perdia o emprego, do que, do que um namorado.*

Questionada sobre a posição de seus pais sobre o fato dela se casar, Lori comenta que, enquanto morava no interior, sua mãe expressava seu desejo para que casasse, mas depois que vieram para a capital de São Paulo, a situação mudou:

*Aliás um, um namorado que eu tive no interior, que era de uma família rica, bem rica mesmo, era um usineiro de uma cidade vizinha e a minha mãe, esse a minha mãe, eu me lembro que ela queria, porque ela achava que era um... um bom partido, como eles falavam né. E eu num quis, eu num... eu num gostava dele. E eu num quis. Eu que, que não quis. Depois quando eu, que eu estava já aqui, e que a minha mãe, é... confiava muito em mim, ela não quis mais que eu, ela não queria mais que eu, que eu casasse. Aí não. Porque aí, ela sentia segurança comigo. Meu pai também era assim.*

A valoração social da mulher que trabalhava aparece na história de Lori por dois vértices: como sentença de absolvição familiar à sua opção de permanecer solteira e, aos olhos de um mercado de trabalho androcêntrico, um despautério, visto que era uma mulher de perfil “casadouro”.

*Mas a minha família... nunca ninguém falou nada, né. Nunca... nunca ninguém falou nada. E eu peguei uma fase que não se cobrava mais, porque a gente trabalhava, né. Porque aí, nessa fase, a mulher já tava trabalhando, né... a gente. Apesar de que quando eu comecei a trabalhar, o emprego assim... de, da mulher, era mais, a maior parte era de secretária e professora, não é, num... num tinha assim, hoje, como hoje tem todas essas executivas que elas estão em todas as áreas, né. E na minha época, cê vê, quanto faz? Quarenta anos, quase cinqüenta anos atrás, era mais esse... então eu nessa, nessa época aí eu já me sustentava, ajudava a família, né. Então já não tinha, mas... mas eu me lembro, assim, pessoas que, que... no trabalho sempre falavam: “como? Por que é que você não casou?”, né? É assim, eles achavam... os homens acham, né, que você tem, você tem... “mas como? Por que não casou?” Hum... né? Se não ia ficar: “não porque olha eu só gostei daquele.” Né? Se não ia também ficar dando explicação, né.*

Lori cita comentários que ouvia a respeito de permanecer solteira:

*Ah... quando eu, eu... fui trabalhar, eu me lembro que eu fui trabalhar numa, numa... empresa, sueca. (...) E o pessoal, tinha gente do Rio de Janeiro, tinha suecos, que tem, que eram... engenheiros suecos. E eles, e eles não se conformavam de eu não ter me casado porque eles me achavam bonita. Diz que eu era bonita e como que eu não tinha me casado? E eu achava isso engraçado porque eu falava “mas porque que eu, que eu tenho que me casar?”, né, porque eu era... “mas porque que você não casou?” “Porque não deu certo, por que eu... né, não sei! Num... num aconteceu, né.*

e. Uma mulher solteira, que se compromete com a lembrança de um amor ideal

Lori nos conta que, aos vinte e seis anos, teve um grande amor, com o qual poderia ter se casado e até ter filhos, contudo, este relacionamento teve um fim. Diz que guarda boas recordações deste relacionamento íntimo que durou dezoito anos, embora nunca tenham morado juntos.

*É uma recordação boa. Eu acho que até, até por, eu num sou uma pessoa frustrada, recalçada, que tô sempre reclamando que queria uma companhia porque, eu acho que eu fui muito feliz nessa época que eu, que eu tive essa companhia. Fui muito feliz.*

Questionada sobre o término da relação, Lori comenta:

*Ah, teve um fim. Teve um fim. Então eu acho que, eu... mas eu fui muito importante pra ele também. Por muito tempo. Fui muito importante. E aí é... eu acho que assim... eu não sei se eu não quis apagar sabe, porque você sabe que tem casamentos aí, que são tão bons que a pessoa não quer mais saber de nada porque não quer estragar, aquilo né. Aquele mom... aquele casamento bom. E... e ele foi também uma pessoa importante pra mim, sabe? E... em todos os pontos de vista. Para o meu crescimento profissional, tudo. Minha... minha... minha educação acadêmica, tudo que eu tive né, todas as coisas que eu fiz... então eu... eu acho que, ele também era uma pessoa muito culta né, e... e essa minha, essa minha predileção por leituras também, ele também... é... a gente fazia tudo isso junto assim, que... vivia em livrarias, em sebos, procurando obras assim, sabe. Então com ele eu aprendi muita*

*coisa assim. Então hoje a... a leitura pra mim é um... é o meu (?), que eu viajo nessas minhas... Então, eu acho que... em parte eu realizei um pouco também assim. Num sinto que foi uma coisa que... porque... tudo termina né, tudo termina.*

Lori conta que teve outros namorados depois deste grande amor, mas nada que a encorajasse a enfrentar um casamento. Explica que está há quinze anos sem se relacionar amorosamente, pelo fato de não ter encontrado mais ninguém que lhe interessasse afetivamente e, também por preferir preservar sua liberdade e independência.

*olha, eu, eu na verdade eu... agora, quer ver olha, hoje eu já tô sozinha... faz uns quinze anos que eu num... num tenho, nunca mais tive um namorado, nunca mais tive ninguém. Que eu vivo sozinha. Até cinqüenta e cinco ainda tinha uns, ainda eu tinha uns namorados ainda... mas depois eu, hoje eu tô com setenta anos e... eu num... faz quinze anos. E, e não que eu não tenha pretendentes, que ainda tem... mas eu num... num me interessa porque, ficar só como amigo tudo bem, senão mas... mas uma coisa mais íntima num... num sei! Não sei porque mas eu num tenho essa necessidade, eu não sei se, se eu acho que eu vou perder a minha liberdade... liberdade assim, d'eu, comer a hora que eu quiser, levantar a hora que eu quiser, ir aonde eu quiser. Porque eu sou uma pessoa que eu num... se eu não tenho vontade de ir eu não vou! Sabe, e eu sou uma pessoa que sou capaz de ficar no computador, na Internet aí... duas, três horas. Se eu quero levantar cedo levanto, se... viajo!, eu vou muito pro interior, porque minha família é de lá né. Então... num sei se é por isso, ou se... não teve mais ninguém que deu aquela batida né... de (suspira) fazer a gente... né, pular de, de... Ai! de ansiedade. Eu... faz tempo que eu não tenho isso viu, que num... ninguém mais me faz...*

- f. Uma mulher que aos poucos se transforma, frente às propostas de transformação das mulheres

A década de 1960 é o marco da emergência de movimentos feministas e reivindicações no âmbito da sexualidade. Lori recorda-se, com nostalgia, do tempo em que,

muito bem vestidas, mulheres freqüentavam matinês e eram cortejadas pelos homens. Comenta que hoje é bem diferente, por exemplo, *casar, descasar, andar como quer...*

*Não, num é que não pegou bem a mudança... eu, eu fiquei, eu fiquei assim... eu num era nem, eu, eu já estava começando, já estava começando uma mudança, mas muita coisa, eu não conseguia mudar a minha cabeça, né. Quer dizer, então era assim, você trazia aquela educação austera de família italiana, e você, no trabalho você convivia com, com... no trabalho, na escola, você convivia já com essas mudanças né, dos, dos movimentos feministas, daquelas... da, da Beth Fridman, que jogava sutiã, que num sei o quê... né. Então, é meio difícil pra você, é... conciliar aquelas coisas de dentro de casa, aquela educação austera com... com as novidades né.*

Filha de italianos, Lori declara ter tido uma educação familiar e religiosa austera. Todavia, conta-nos que, em virtude de ter estudado em colégios iniciáticos de ordem teosófica, não se *apegou tanto àqueles sentidos de pecado e de culpa* que seus pais pregavam. Fato este que considera tê-la ajudado a *manter sua mente aberta para lidar com as mudanças que ocorriam*. Assinala, ainda, que teve de enfrentar seus pais para freqüentar estes movimentos.

*Eu enfrentei, porque eu... quando eu comecei a freqüentar esses movimentos eu deixei de ir na igreja católica. Então, não que eu... eu sou, fui batizada na igreja católica mas, a partir de dezoito anos, eu comecei a freqüentar esses movimentos, assim... eram filosóficos, né, movimentos filosóficos. Mas que deu uma abertura muito grande pra minha cabeça! Muito grande! Então eu conseguia, eu não, eu num, num, não desafiava meus pais, mas eles aceitaram minha... porque eu, eu, eu não... Isso não trouxe nenhum transtorno pra dentro de casa, pelo contrário! Foi um, foi umas coisas que, que me abriu a mente e que ajudou muito o crescimento até da minha família. Que eu não cresci sozinha. Eu levantei os meus irmãos que estavam... eu ajudei todos eles né.*

Lori expressa sua opinião a respeito das relações de gênero que marcam as relações amorosas na contemporaneidade:

*Ah, eu acho que hoje as mulheres não querem mais casar, né. Eu vejo que... eu num, num acho que as, hoje as mulheres elas num... Eu, eu vejo que, que os homens, hoje tem preocupação. (...) Eu acho que, eu acho que a liberação, a liberdade sexual, mudou muito né. Mudou. Mudou a cabeça dos homens também. Porque hoje, ainda na idéia de muitos deles ainda tem aquela cabeça de machão, né. Então, eles ficam meio que preocupados. Eu acho que muitos, muitos tem a preocupação de... porque antigamente, como as mulheres casavam virgem, eles, eles tinham aquela segurança de que eles eram o único. Então, se eles fossem bom ou não fosse, não tinha problema nenhum. Hoje, eles tem medo da competitividade, né. Então, eles num sabem, “olha se ela sair com outro e é melhor do que eu” né...*

*É, eu acho que houve uma grande mudança, né. A mulher, né, hoje ela... e, e antigamente, você não podia ir em lugar nenhum sozinha, hoje eu vou, no cinema, de tarde né, que eu, eu... ah! A mulherada tá toda sozinha lá! Tem um monte, um bando de mulher sozinha, tomando lanche sozinha, almoçando sozinha... antigamente a gente não fazia isso. Antigamente uma mulher jamais! ia sozinha... num, num restaurante... num... hoje até em bailes elas vão sozinhas, sabe? Eu num vou mais. Faz muitos e muitos anos. Nem sei como é que tá, mas... mas hoje parece que é assim né, as pessoas que vão... eu vejo que é assim. Falam né, que é assim. Agora houve uma grande mudança né, uma grande mudança. Então, as pessoas... ficou... olha, em parte a mulher antigamente ela tinha aquela... aquele sossego que ela não precisava trabalhar né. Então o homem é que ia trazer, que tinha que resolver tudo. Hoje, elas ganharam a liberdade mas também elas tem a responsabilidade de se manter né. Então hoje você, hoje eu! falo pras minhas sobrinhas né. Eu digo assim: “Olha você, não tem mais emprego de marido ein. Por isso você cuide da sua carreira. Porque você pode casar mas você não sabe quanto vai durar.” Quanto dura um casamento hoje? Eu vejo todo mundo... ah! faz aquela festa enorme, um ano depois tá separado. Sabe? As vezes nem, num chega a um ano. Então... então, hoje mudou muito, mudou muito.*

*(...) Então, hoje eu falo isso, eu falo: “Olha, tenham seus namorados, casem, mas, saibam de uma coisa, marido não é mais emprego.” Que era antigamente né. Que as mulheres casavam, deixavam o emprego, né. Hoje não, hoje elas... casam, continuam com o emprego delas, cuidam dos filhos ou botam na creche lá e... e assim vai né. Mas ninguém*

*deixa o emprego, porque... o casamento não é mais segurança nenhuma né. Não é mais aquela instituição... que “até que a morte nos separe” não.*

g. Uma mulher independente, que se torna a mãe de seus pais, irmãos e sobrinhos

*(...) de como foi o começo da minha vida, de uma família humilde, porque, eu num, eu tive, eu que orientar. Depois. Eu tive, eu que orientar os meus pais. Ao passo que os outros tem os pais que, que abrem o caminho. “Não, você vai fazer isso, você vai fazer aquilo”... e eles dão. Eu não, os meus pais não tinham condição. Eles não tiveram condição nenhuma de, de ajudar. Porque, eles, eles... pra eles, eles tinha pouco. Então você não dá o que você não tem né. Então, eu, eu acho hoje que eu, por eu ter feito tudo sozinha, eu acho que eu consegui muitas coisas. Eu acho que eu... eu consegui bastante coisa assim, sabe, por eu ter feito tudo sozinha. Então hoje, eu tenho... tenho, a minha... meu apartamento é próprio, tenho outros imóveis de aluguel, tudo que eu comprei sozinha, sem ajuda de ninguém, só com o meu trabalho! E ainda assim, eu tenho a satisfação de ter cuidado dos meus pais, de ter ajudado a minha mãe cuidar de, de três filhos menores, abaixo de mim. Eu encaminhei, então eu falo assim, “eu não tive filhos mas eu ajudei a minha mãe a criar dois”. As... as duas menores, eu que encaminhei pra escola, eu que fiz enxoval pra casamento tudo.*

Lori diz nunca ter pensado em ter filhos, salientando que não sente falta pelo fato de que acompanha o crescimento de irmãos, sobrinhos e netos de sua família.

*Então eu sempre tive presente, né. Em tudo, com todos. Mesmo nas pessoas casadas, tudo né. Eu sempre, sempre, sempre convivi, sempre, é... sempre fui até uma espécie... hoje, até hoje, aqui, é, eu digo que é a central de comunicação. Porque todo mundo liga aqui pra mim e pergunta de “oi, e fulano se... e como tá fulano? Num sei o quê...” Porque todo mundo liga aqui. Então eu sou uma... uma central aqui. Sempre eu fui assim, né.*

h. Uma mulher que não se abdica de novas realizações, mesmo diante das limitações

*Então eu, eu sacrifico algumas coisas, porque eu falo assim ó, eu tenho que fazer, eu quero comprar aquilo lá mais aí eu vou ter que deixar, ó, não vou viajar... não vou ter, sabe, vou cortando as coisas que eu posso cortar. Até eu chegar lá. Aí eu cheguei lá, eu consegui. Mas eu tive que sacrificar algumas coisas, então é por isso que, muita gente fala, mas como você consegue essas coisas? Eu consegui por causa disso, por que eu... eu, eu, eu tratava aquilo ó, a minha prioridade é aquilo então a minha meta é chegar lá.*

Lori diz estar satisfeita por ter criado três irmãos mais novos e cuidado de seus pais. Também assinala que está tranqüila por ter alçado condições para ter uma velhice independente.

*Eu vejo hoje, eu tô sozinha, é... sozinha assim né, mas eu, eu... eu dou conta do meu recado aqui né. Eu num, num sou peso pra ninguém. Então... mas eu, eu cuidei também da minha, da minha... da minha velhice né. Porque eu não quero, eu não me sinto velha. Mas eu, hoje... eu me lembro de uma amiga que tinha uma tia que morava com ela. E a tia não tinha rendimento nenhum. Você já pensou!*

Depois de se aposentar como secretária, Lori ainda se formou em Terapia Corporal e Estética Facial e trabalhou por mais dezessete anos. Embora gostasse muito da sua segunda profissão, deixou de trabalhar faz dois anos, por consequência de uma intervenção cirúrgica a que teve de se submeter. Em função do processo de recuperação da cirurgia, tem se sentido limitada.

*Por que na verdade eu vejo, muita gente que não consegue fazer as coisas, ou que num... que num é capaz de, de falar assim, “não, eu, eu vou deixar de fazer tal coisa pra, pra concluir isso”. Não, eu por mim eu sempre deixei, eu... eu punha... é, eu não sei se, hoje eu falo assim, “puxa, mas eu hoje tô... eu... faz tempo que eu não faço mais nada”, eu fico lá falando, “poxa, meu Deus! Cadê minha criatividade? Cadê tudo aquelas coisas que eu tinha...” mas... também eu fico pensando hoje eu já tenho uma idade que num... né? Num*

*tenho... agora tem outras pessoas, tem, tem os netos aí que estão, né? E eu já passei né, mas, mas mesmo assim ainda eu... mesmo assim, ainda se eu, se eu puder voltar fazer o trabalho que eu gostava de fazer... até hoje minhas clientes ficam falando “quando é que você vai... se não vai mais voltar? Cê não vai mais trabalhar?” E... na, mas é que eu, sabe, se eu puder... eu volto.*

Lori fala sobre seu gosto em passear e viajar. Todavia, expressa que, ultimamente, tem tido medo, por conta dos desastres de avião que tem ocorrido e também da violência urbana, o que a faz evitar, por exemplo, sair à noite.

*(...) eu quero tá bem pra eu, pra eu ir aonde eu quiser. Sabe, pra eu, pra eu fazer meus cursos de novo, pra eu encontrar com as minhas amigas, pra eu viajar, é... pra eu ir no cinema, nem que seja pra eu sair daqui e ir no shopping aqui e... ir ao cinema, tomar um lanche com uma amiga e, é isso que eu quero fazer, que eu tô... impedida de fazer isso já faz três anos. Então, é... eu acho que eu já vou ficar feliz a hora que eu puder voltar minha vida, a ter minha vida normal outra vez. Mas eu, eu... eu gosto da minha vida.*

*Então, eu... mas eu me sinto, assim... a gente não pode falar “olha eu tô realizada” por que eu acho que a hora que a gente falar “tá tudo realizado” acabou a vida né. Mas eu num sou uma pessoa que... eu sou infeliz por eu não ter é... não ter me casado. Num sou, eu, ... a medida do que é possível acho que ser um pouco de feliz nessa vida eu acho que eu sou.*

### 5.2.2 Neli

Neli é uma mulher branca, tem 55 anos de idade e não tem filhos. Nasceu na região rural de São Paulo e veio para a capital em meados da década de 1980, já formada em Serviço Social. Com uma carreira bem-sucedida na área de Recursos Humanos, Neli construiu sua independência. Mora sozinha atualmente em apartamento próprio e é solteira.

#### a. A filha destinada aos estudos, que opta por trabalhar

É a segunda filha de sete de uma família de imigrantes italianos. Diz ser *uma das vítimas da geração de pais que perderam tudo depois da Segunda Grande Guerra*. O Brasil agrário atravessava uma crise e seu pai perdera suas propriedades e sua criação de gado. Diante do problema do café, seu pai leva a família para uma cidade do interior de São Paulo, vislumbrando, principalmente, o futuro educacional das filhas. Neli enfatiza que sua educação primária se deu em escola rural e logo que chegou à cidade foi matriculada em escola estadual.

*Então quando ele perdeu tudo eu tinha onze anos de idade. E perdeu inclusive a nossa casa. E mais aquele monte de irmãos, que não paravam de nascer, e... a minha mãe grávida de novo, tanto que ela perdeu o último filho no quinto mês de gravidez por uma anemia profunda que ela teve.*

Aos onze anos de idade, Neli se põe a pensar como poderia ajudar a resolver a situação de sua família e começa a procurar emprego. Conseguiu arrumar um emprego para selecionar grãos de café, contudo, teve que abandoná-lo assim que o pai descobriu.

*Isso foi durante as férias, né, meu pai descobriu, ficou muito bravo, falou que, é... tinha assim aquele orgulho de que... primeiro ele já estava meio deprimido porque ele já tinha perdido tudo. E segundo que ver uma filha de onze anos começando a trabalhar, ele*

*tinha muito ciúmes da filhas né, era assim... não deixava a gente conversar com ninguém na época.*

Neli tinha aptidões em costura e crochê, aprendidas com a mãe, dona-de-casa. Assim, trabalhava nas peças que a mãe pegava pra costurar de uma fábrica vizinha.

*Fiz de tudo. Fazia o que eu podia. Vendia coxinha, comprava... vendia o limão que tinha no quintal, fui fazendo porque eu achava que eu tinha que ajudar a minha família e não tinha da onde tirar. Aprendi a fazer queijo, requeijão, porque meu pai, nessa época, o que ele começou a fazer, comprar leite dos produtores e vendia pra (nome de empresa de laticínios).*

Dos quinze aos dezoito anos, trabalhava numa boutique de roupas, na qual exercia todo tipo de tarefa, como pequenos consertos, vendas, serviços bancários e administrativos. Mesmo assim, nunca deixara de estudar:

*Tive que pedir uma autorização, na verdade desde os doze anos eu pedi uma autorização do juiz pra que eu pudesse estudar no período noturno, porque na época, podia estudar no período noturno mas tinha que pedir uma autorização. Daí quando eu completei dezoito anos eu comecei a procurar outra coisa porque eu falei: “agora eu tenho que arrumar um outro trabalho. E eu quero arrumar uma coisa melhor porque essa que eu tenho é pouco.”*

Foi quando arrumou um emprego no mais baixo cargo administrativo de um hospital.

*E minha mãe achava que, imagina, o primeiro doente que eu visse eu ia morrer, eu não gostava nem de ir a velório, visitar doente, nada disso. E foi muito difícil a primeira semana porque teve um acidente feio e entraram várias pessoas acidentadas no hospital, eu voltei pra casa assim, meio atordoada. Mas fui vencendo meus medos, eu lembro que era um hospital que tinha freiras e uma delas um dia percebeu que eu tinha isso e ela sentou comigo*

*e falava: “sabe como você vence seu medo? Enfrentando ele. Olhe ele de frente.” Eu nunca me esqueço disso porque isso foi uma das coisas que me levou pra vida inteira. Todas as vezes que eu me senti insegura, com medo, eu pensava: se eu encarar de frente ele vai passar. E foi um grande aprendizado. E foi descobrindo, assim, nesta, neste sucesso de vencer esses medos, eu fui descobrindo que... que eu gostava de ajudar as pessoas.*

Sua prontidão em acompanhar o trabalho de serviço social que havia dentro do hospital – localizar as famílias dos idosos, registrar crianças nati-mortas, por exemplo – parecem ter lhe impulsionado para uma metamorfose. Neli passou da “menina insegura e frágil”, refletida no olhar de sua mãe, para uma “mulher audaciosa”, que descobre, neste passo, o que quer ser.

*Então foi um trabalho tão... nossa, essas coisas assim, que eu não podia imaginar na minha vida que eu ia conseguir fazer! Porque que eu estou te falando isso, porque isso foi... o que deu, a minha... força e a minha vontade de sair daquele mundo.(...) Então eu fui fazendo isso, e quando eu vi, fui começando a perceber que eu queria fazer uma coisa voltada para o ser humano.*

A par do seu desejo de atuar socialmente, Neli priorizou o trabalho, o que chegou a afetar seu rendimento escolar. Sobrecarrega-se, ainda, por ter de ajudar a mãe em casa, com os serviços domésticos e a criação de seus irmãos mais novos.

*E... e daí quando eu fiz dezoito anos eu já estava trabalhando nesse hospital, eu não tinha dinheiro pra pagar um cursinho... eu queria muito fazer uma faculdade mas meu pai, tinha passado por um processo de depressão onde ele, ele meio... meio que abandonou os filhos. Então eu e minha irmã mais velha tomamos as rédeas da situação. A minha mãe, sempre muito doente, a gente tentando morar, então eu e minha irmã, nós começamos a trabalhar e a cuidar dos meus irmãos menores e viver com muita dificuldade.*

A dificuldade financeira que enfrentava e os planos de casamento do seu namorado não foram capazes de suprimir sua vontade de se tornar uma assistente social...

*E aí então quando eu terminei o colegial, eu pensei: eu quero fazer serviço social porque foi, foi a profissão que eu descobri que eu achava que eu tinha aptidão pra isso. Mas eu não tinha dinheiro. Meu pai não tinha dinheiro. Então eu comecei a pirar com essa coisa de querer fazer, de querer fazer e falar “’ó, eu vou...”. E nessa época eu tinha um namorado, e ele falava pra mim: “Ah, então a gente vai casar, ter filhos, morar não sei a onde...” E eu pensava comigo: não, eu não vou repetir essa história. Eu não vou repetir... Daí a questão de porque a opção por ter ficado solteira até, né.*

*b. Uma mulher solteira, pela opção de não repetir*

*Não só porque... não porque eu não tenha tido a opção de ter namorado, de ter casado, mas assim... Não é, eu era uma pessoa que tinha uma aparência super boa, bonita, e achava que, que eu era inteligente, que eu cuidava da minha vida, que eu focava a minha vida, é ... muito determinada, sempre, muito determinada e eu falava “eu não vou repetir a mesma história da minha mãe!”, eu não vou me enfiar a ter oito filhos, com um cara que não tem nem profissão direito, jogava bola ele, imagina, jogador de futebol e eu, vou fazer o quê da minha vida?” Aí acabamos, rompi com esse namorado e resolvi fazer faculdade fora...*

Então, depois de um ano juntando dinheiro para o cursinho, Neli inicia a faculdade de Serviço Social numa outra cidade do interior, tendo de viajar 110km todos os dias para estudar, enquanto mantinha seu emprego no hospital. Além do cansaço gerado pelas poucas horas de descanso, Neli descobriu que tinha um tipo de anemia hereditária que também a abatia.

Além dela, suas duas outras irmãs (a mais velha e a que vem depois dela) também não se casaram. Opção esta que decorre da escolha por um projeto de vida que, naquela época, demonstrava ser incompatível com o observado desígnio feminino dentro de um casamento.

*E é engraçado que nós três, que fomos as responsáveis por ajudar a criar todos os irmãos e que tivemos... a gente definiu que o que a gente queria mesmo, o mais importante na nossa vida era sair daquela pobreza que a gente acabou se enfiando, mudando a história e ajudando toda nossa família.*

c. A mulher humilde, que ganha destaque

Sobrecarregada com os estudos, o trabalho, o deslocamento diário entre cidades e as tarefas domésticas, Neli ainda encontra energia para buscar outro emprego na cidade da sua universidade. Numa das entrevistas de emprego que participou foi indicada para o processo seletivo de uma empresa do ramo agropecuário. Mesmo com o processo seletivo já finalizado, Neli conseguiu uma entrevista e foi contratada como auxiliar administrativa. Neste período, morava em pensão e realizava os estágios da faculdade nos finais de semana.

Quando ficou sabendo que uma grande empresa siderúrgica se instalou na cidade que estava estudando, Neli ficou interessada e foi fazer um teste.

*E eu fui lá, fiz um teste, e eu me lembro que o dia em que eu fui fazer o processo seletivo, um mundo foi, fazer o teste. Porque era uma puta empresa! Então eu cheguei lá e falei: “Caramba! Eu, tão simples, assim, vestida de uma maneira muito simples, vê aquele monte de mulheres todas sofisticadas...” Todo mundo foi fazer, né, achava que era o emprego... Mas eu fiz o teste, passei pra ser auxiliar de recrutamento e seleção. Eu fiquei na maior alegria, porque imagine, eu ia ganhar duas vezes mais. E fui, assim, muito, muito feliz, acho que foi um dos dias mais felizes da minha vida. Porque eu não acreditava que eu ia conseguir pagar a faculdade e ainda ajudar a minha família.*

Em meio a muito sacrifício – Neli conta que mal conseguia comer, em função do tempo e do dinheiro que reservava para pagar a faculdade e ajudar a família – Neli se forma e continua a trabalhar nesta empresa siderúrgica por dezessete anos. Por esta empresa, Neli busca recursos em São Paulo para implantar uma cooperativa de crédito, o que possibilitou sua atuação na área de serviço social e conciliou com a conclusão de seus objetivos acadêmicos.

*Fiquei nessa área de serviço social um tempo, atendendo voluntariamente os funcionários que tinham, nessa altura já tinha 2.300 funcionários, e... eu trabalhava na área de seleção mas também fazia como voluntária o trabalho de, de serviço social. Desenvolvi o projeto de cooperativa de crédito que foi o meu TCC, na verdade, é... eu vim pra São Paulo,*

*visitei cooperativas, visitei outras empresas, fui na (nome de empresa do ramo têxtil) na época, que era um órgão que... que liderava isso.*

Com a crise da empresa siderúrgica, as áreas de Recursos Humanos e de Serviço Social foram as primeiras a serem extintas. Neli, então, foi conduzida à vaga de secretária de diretoria. Segundo Neli, foi por uma questão de necessidade financeira que ela aceitou *sair da sua carreira, na qual estava focada*. Em 1984, vem para a cidade de São Paulo ocupar também uma vaga de secretária.

*E eu vim então pra São Paulo, nessa... nessa vaga de secretária, quando eu já tava com quase 30 anos, ou já tava com 30 anos, não me lembro direito, mas eu me lembro que eu falava assim: “Eu preciso fazer alguma coisa! Eu tenho que mudar a minha vida de novo porque, eu não vou ficar fazendo isso a vida inteira, eu tenho condição de fazer muito mais...”, então eu resolvi sair da (nome de empresa siderúrgica), eu já não gostava, eu já tinha muitos problemas com ele (refere-se ao diretor de quem era secretária), e aí vem a questão da mulher, solteira, sozinha... com boa aparência, com, sabe, de ser confundida com... o que você quer na vida, de achar que você está disponível, e foi a primeira situação de assédio que eu tive...*

- d. A profissional que muda de emprego, de cidade e de país: ao livrar-se de uma opressão pode endossar sua proposta identitária

*E foi uma questão de assédio mesmo, sabe, muito forte, e eu fiquei bem, bem complicada, eu fiquei assim, muito complicada nessa época porque eu não queria, e ele me forçava a barra assim, meio que fazendo eu ficar até tarde, e a (nome de empresa siderúrgica) ficava lá em Interlagos. Eu fui na área de recursos humanos, eu me lembro que eu fiz uma queixa formal, mas eles me disseram: “A gente não vai poder fazer muito.” Porque naquela época num, num tinha, isso não era importante né. Então eu resolvi sair. E eu resolvi sair e falei: “olha, eu vou sair”, e ele ficou meio, muito chateado, mas eu pedi pra área de, de recursos humanos, “então vocês por favor me mandem embora e me liberem meu*

*fundo de garantia, porque eu não tenho mais condição de ficar aqui, eu não quero mais ficar aqui, eu não agüento mais isso, eu vou ficar louca”.*

Em São Paulo, Neli morou com a irmã por um tempo até que conseguiu alugar uma casa. Quando esta casa foi posta a venda, ela financiou a casa a partir do crédito imobiliário que conseguiu. Fato que a deixou apreensiva, pois, no período que se desligou da empresa também houve uma grande desvalorização da moeda nacional com o “Plano Cruzado”. Com seu fundo de garantia, Neli investe no seu sonho de viajar para fora do país, concluindo também seu objetivo de fazer um curso de inglês por meio de intercâmbio. Neste meio tempo, Neli recebe uma oferta de trabalho como secretária de uma grande indústria farmacêutica no Brasil, mas não aceita para poder realizar a viagem.

*E eu declinei da proposta e disse: “Não, eu quero fazer meu intercâmbio e eu quero tentar alguma coisa na minha área de Recursos Humanos, porque eu não quero mais, é... voltar pra secretária... eu acho que eu posso fazer isso.”*

e. A mulher conservadora, que aposta em seu projeto de vida

*E fui pra Inglaterra, meio que assim... em uma semana eu decidi ir, tirei passaporte e embarquei. Eu sempre falo que foi a melhor coisa que eu fiz não ter pensado, não ter parado. Porque se eu tivesse parado pra pensar eu não teria ido. Louca né? Uma pessoa super conservadora a vida inteira, só guardando, guardando cada tostão, ajudando família e de repente... e quando eu percebi já estava lá. No final eu disse: “Gente, nossa, eu tô ficando louca! Eu tô gastando um dinheiro aqui e eu nem sei como eu vou conseguir pagar meu apartamento! Eu tô ficando meio...” mas, fiquei lá três meses e aí, quando eu voltei, eu tinha várias propostas de trabalho, meu inglês tava bem legal nesta época já, tinha terminado cultura intermediária, fiquei lá mais três meses, deu pra dar um... um up-grade, ainda faltava muito mas pelo menos eu me virava muito bem. E aí comecei a procurar emprego, assim, na verdade eu nem tinha começado a procurar emprego.*

Foi quando Neli é contatada por uma grande rede bancária norte-americana, recomendada para um cargo de secretária. Mesmo privilegiando continuar sua carreira na área de Recursos Humanos, Neli considera a proposta interessante, do ponto de vista financeiro e das oportunidades de atuação que o banco poderia vir a lhe proporcionar mais pra frente.

*E nisso eu comecei a ajudar a pessoa de Recursos Humanos. Eu era a secretária de uma área, grande, e tinha uma pessoa de Recursos Humanos que não tinha nenhuma assistente. E precisava de alguém que ajudasse, com todo o processo de avaliação, definição de metas, sabe, tinha que digitar muita coisa, colocar no computador e tal. E eu comecei a ajudá-la, a fazer isso. Porque eu já tinha trabalhado em Recursos Humanos, então... eu gostava disso, e eu comecei a ajudar ela cada vez mais, cada vez mais, até que em seis meses eu fui transferida para a área de Recursos Humanos. Quer dizer, o meu... a minha meta foi... muito forte. Comecei a trabalhar em Recursos Humanos e... como assistente dela, e desde então, eu trabalhei vinte e três anos nessa empresa e todas as promoções que eu pude ter eu tive e a última delas foi como diretora regional pra América Latina de Recursos Humanos pra várias vagas. É... fiquei quatro anos morando na Flórida pra essa empresa.*

- f. Uma mulher de liderança, que se metamorfoseia para enfrentar um mundo androcêntrico

*Então daí, foi uma carreira.... agora, o que se... durante esse tempo, as coisas não foram tão simples assim. É... primeiro, você ser mulher, sozinha, e tendo que provar que você tem competência, e que você não precisa usar de outros argumentos pra poder, sabe, conseguir as suas coisas. Eu acabei desenvolvendo características na minha... no meu jeito de ser que não tem nada haver comigo. Eu sempre fui uma pessoa super calma, tranqüila, é, focada nas minhas coisas etc, mas muito, muito correta nas, no tratamento com as pessoas, muito justa né. E durante todo esse processo eu me lembro que uma das vezes, quando eu tava trabalhando na (nome de empresa siderúrgica), eu fui tentar ajudar uma pessoa a fazer um trabalho e não consegui, porque ele me falou: “você tem que entregar isso até tal hora, a pessoa vem buscar aqui etc e tal.” E na verdade a pessoa não foi. E era uma... era um seguro para uma carga que estava saindo muito grande, e acabou saindo sem o seguro, com um*

*risco muito grande. Eu não sabia nem direito o que que era. E quando essa... esse diretor percebeu que não tinha saído do jeito que deveria. E nem ele me explicou e nem eu perguntei. Ele foi super rude comigo e a única coisa que eu consegui fazer na hora foi chorar. Porque mulher você pressiona, você chora.*

Neli, uma mulher sensível e dedicada, diz ter aprendido com um de seus chefes a dizer não, o que a fortaleceu para que pudesse enfrentar as opressões de gênero que, inevitavelmente, estaria suscetível no mundo do trabalho corporativo.

*(...) o meu chefe, nessa época, era um cara, foi bárbaro, maravilhoso, uma pessoa que me ajudou muito nessa época assim, em que eu trabalhei na (nome de empresa siderúrgica), e ele me chamou, ele me sentou na frente dele e disse o seguinte pra mim: “Preste atenção. Poucas... você é uma pessoa muito dedicada, muito competente, poucas pessoas que trabalharam comigo tem o teu nível de dedicação. Mas você tem duas grandes... duas falhas muito grandes na sua maneira de ser. Uma: você não sabe dizer não. Outra: quando alguém grita mais alto com você, você chora e abaixa cabeça. E você aceita coisas que você de repente não deveria fazer ou trabalhos que não são seus, porque você não sabe dizer não e porque você abaixa a cabeça e chora. Então olhe bem pra mim e levante essa cabeça e aprenda a ser dura, a não chorar. Você tem que aprender a fazer isso na sua vida. Porque, como mulher, se você não fizer isso, você vai ser sufocada. E segundo, você também tem que aprender a olhar nos olhos das pessoas e a falar não.” E, de novo, da mesma maneira que eu aprendi lá atrás, quando aquela mulher me disse: “você levante a cabeça e aprenda a vencer aquilo que você num... que é ruim pra você”, deste, eu nunca mais vou esquecer. E eu comecei a aprender a ser dura.*

*(...) hoje, uma das coisas que eu sei, que eu acabei desenvolvendo muito e que eventualmente eu até extrapolei, e eu acho que isso fez parte de uma característica da minha geração, das mulheres da minha geração, que tiveram que lutar muito para conseguir um espaço, pra conseguir dizer não, eu sei; “Não, não olhe pra minha carinha que eu não sou tão bozinha assim, e eu não vou fazer tudo o que você quer”, foi ser muito assertiva. O quanto ser muito assertiva, as pessoas, ainda mais se você é solteira, te tarjam muito! Então, eu acho que isso foi uma das coisas mais difíceis pra mim.*

g. Uma mulher austera e autônoma, que diz “não” ao preconceito

*Mas a... eu diria o seguinte, muitas vezes eu ouvi piadinhas de... “a tia”, “ah, tá faltando isso”, “tá faltando sexo”, “tá faltando num sei o quê”, “por isso que você é muito dura”. E eu acho que isso, talvez, pra sua pesquisa, foi por isso que eu aceitei vir, eu acho que uma das coisas que a gente tem que deixar muito clara, e isso eu me lembro um dia que eu olhei bem na cara de um diretor e disse pra ele: “talvez eu tenha mais sexo do que você, com mais qualidade do que você, porque eu escolho o que eu quero ter.” E eu tive que dizer isso pra ele. E depois que eu fui pra casa eu falava: “gente, eu não acredito que eu falei isso pra ele.” E disse: “não gosto das suas insinuações.” E eu, várias vezes eu tive, sabe, um dia eu, eu lembro que eu tava voltando pro banco, depois de ter feito um check-up, e teve uma... e tinha um outro colega que tava comigo, fazendo check-up, e aí, eu dei uma carona pra ele. E na hora que eu entrei no banco, um funcionário da área dele que não gostava dele, vira e fala assim pra mim: “ahh! Dando carona pro fulaninho na hora do almoço, ein? Voltaram os dois de cabelinho molhado, num sei quê, num sei quê...” Eu olhei bem pra ela e disse o seguinte pra ela: “Eu vou te dizer uma coisa, eu nunca te dei abertura pra falar comigo dessa maneira, eu não gosto dessa maneira como você sempre fala com as pessoas, eu sabia que um dia ia chegar em mim e eu vou te dizer, eu não gosto, não é legal, você é mulher e você não deveria tá fazendo isso. E se eu tiver, e tem mais, se eu tivesse tendo um caso com fulano, com beltrano, com quem quer que seja, você não tem nada haver com isso.”*

*Porque incomoda muito você ser solteira, você ser bonita e você ser bem-sucedida. Não combina isso. Você precisa estar tendo um caso com alguém. Como assim? Então, eu acabei ficando uma pessoa assim mais dura, de ter que me impor mais, de ter que olhar no olho e dizer: “não, eu não gosto disso”. E eu faço isso hoje com uma facilidade! E dói em muita gente. Mas, acho que uma das grandes qualidades que eu tenho. “Não, eu não gosto disso”, “não, eu não vou trabalhar com você porque eu não gosto de você”, “não, eu não te permiti falar assim comigo”. Então, eu... fico tão de bem comigo, sabe? Mas eu acho que ainda é um preconceito muito forte.*

h. Uma mulher amada e independente, que optou, inclusive, por dizer “sim” a uma vida de solteira

*Eu acho que, ainda mais quando você... por exemplo, pra mim, não é que eu não quisesses casar. E não é que eu não tivesse tido, tive e talvez tenha vivido amores muito mais... amei muito e também acho que fui muito amada. Não tem nada haver uma coisa com a outra. Vivi minhas relações completamente independente, por mim, nunca com ninguém que trabalhou comigo. Nunca deixei de viver aquilo que eu sentia, mas as relações que eu tive foram aquelas que eu tinha certeza que eu deveria ter, com aquelas pessoas que eu deveria ter, e nunca gostei muito de ficar contando pra todo mundo o que é que eu tinha. E eu acho que isso também incomoda muito as pessoas. Mas eu acho que... você sempre tem que prestar contas pra sociedade. “Porque que você está sozinha?” E eu acho que também, o fato de eu ter tido que lutar muito pela minha vida, eu ter que ter brigado muito pra conseguir minhas coisas, ter brigado muito pra não repetir a história da minha mãe com aquele monte de filho sem ter o que comer dentro de casa... acaba te endurecendo até um pouco. E acaba te afastando um pouco. Eu, eu não acho que isso seja ruim. Hoje eu acho que assim, hoje eu tenho os amigos que eu gosto de ter.*

Neli demonstra estender a postura que adota na sua vida profissional e na sua vida conjugal às demais relações que estabelece. Diante de situações que lhe pareçam opressivas ou subordinativas, exerce veementemente seu direito de dizer “não”, o que expressa seu processo de desenvolvimento de individualidade que é fundamentado no exercício da sua autonomia decisória. Contudo, considera ter se *enrijecido um pouco demais* em algumas esferas da vida...

*Mas, estou super de bem comigo por ter traçado a minha vida do jeito que eu queria. Gostaria de, de repente, estar com alguém, ter um companheiro... sinto falta de um companheiro. Acho até que endureci um pouco neste sentido, de ser mais seletiva. Porque tudo que tentou me desviar do meu caminho, de conseguir o meu espaço, eu meio que fui... Toda vez que o relacionamento começava a ficar meio... eu... então, até acho que acabei um pouco sacrificando.*

Sobre o fato de talvez ter tido *sacrificado* sua vida conjugal, Neli ainda acrescenta:

*Então assim, não sou contra, muito pelo contrário, não acho que você tem que ter, acho que você pode ter as duas coisas... hoje a mulher tem... Viajo sozinha, já viajei sozinha pelo mundo inteiro. Não tenho nenhum problema. De ficar sozinha. Quantas vezes viajei a trabalho pra tudo quanto é lugar desse mundo. Sento no café da manhã sozinha, as pessoas olham, olham... vou no cinema sozinha. No começo foi muito difícil vencer essa... barreira, sabe? Mas hoje, num tenho nenhum problema. Acho que podia ser legal ter um companheiro? Podia ser legal ter um companheiro. Mas a minha opção foi não ter qualquer companheiro. Teria que ter uma pessoa que me agregasse mais alguma coisa. Não uma pessoa que tivesse ali do meu lado, como eu vejo um monte de gente, porque tem que ter alguém do lado, porque senão vai ser chamada de “solteirona”. Eu nunca tive nenhum problema, nenhum medo de dizer: “sou solteira”. Até porque eu acho que o termo “solteirona” que existia antigamente, era uma solteirona que nunca transou com ninguém, que nunca teve nada nessa vida. Não é o meu caso! Não foi isso que aconteceu comigo. Então, e não é isso que acontece com ninguém mais hoje. O mundo está muito diferente. Assim, ser solteira é uma opção, assim como ser casada, ser divorciada, ser separada. Enfim.*

i. Uma mulher que se realiza como mãe, ao cuidar de sua família

*Eu gosto muito, não só de crianças, mas assim, eu tenho cinco sobrinhos, uma relação muito boa com cada um deles, ajudei a criar, pago a escola até hoje deles. É... ajudei a criar meus irmãos, então eu falo que eu só num... num tive o filho, porque eu continuo exercendo um pouco isso. Mas, ó, é diferente de você ter o seu filho. Teve uma época que eu dizia: “Vou ter um filho sozinha, vou ter um filho sozinha.” Mas, aí eu pensei, pra que? Pra satisfazer o meu ego. Então eu acho, assim, você tem que pensar, muito. Porque... a questão de ser mãe, não é só de botar um filho no mundo. Hoje, é uma coisa, eu tenho uma preocupação com os meus sobrinhos, que é uma dificuldade de você criar. Então você tem que saber, se você tem... estrutura, primeiro estrutura psicológica e o que é que você vai dar pra essa criança. Segundo é uma condição financeira, de dar uma boa escola, uma boa educação etc. E terceiro é você... ajudar essa pessoa ser alguém... legal nesse mundo, né, não é só botar mais um aí. Que a gente está cansado de ver pais aí que colocam filho no mundo e ponto.*

j. Uma mulher ávida, que continua se metamorfoseando

*Sabe, então eu acho que... eu fui atrás do meu caminho, eu fui atrás do que eu queria, eu consegui o que eu queria. Hoje eu estou reposicionando a minha vida, estou buscando uma outra, porque saí da empresa já. Até poderia estar aposentada, mas estou buscando uma outra coisa que eu possa contribuir, que eu possa passar o meu aprendizado.*

Desligada do banco há um ano, Neli pensa agora em investir na sua carreira como consultora autônoma, desenvolvendo projetos ligados ao Programa de Responsabilidade Social.

*Então, eu acho que a questão da... do voluntário é uma coisa forte, que eu tô já mapeando o que que é que eu vou fazer, que é um trabalho forte com o voluntário, e também o meu trabalho que está focado numa linha de... ajudar o outro a ser melhor. E nessa linha que eu quero continuar.*

Com cinquenta e cinco anos atualmente, Neli pretende realizar ainda muitas viagens e continuar cuidado da saúde, com boa alimentação e exercícios físicos, e investir mais na sua educação – voltando a estudar e desenvolvendo oportunidades para que possa disseminar seu conhecimento.

*Quer dizer, eu procuro manter a minha qualidade de vida pra... porque eu sou sozinha! Então assim, no futuro, eu tenho uma situação financeira que vai me permitir pagar uma casa de repouso (ri) se eu precisar, pra não ter que depender de ninguém. Eu quero continuar viajando o máximo que eu puder, quero continuar aprendendo o máximo que eu puder, porque hoje eu quero me dedicar muito mais a isso. Eu acho que durante esses 30 anos que eu trabalhei, é... eu comecei a trabalhar muito cedo, e a minha prioridade era trabalho, trabalho, trabalho, e eu inclusive deixei de investir em tudo que eu queria, na minha educação. Eu até gostaria de ter feito uma pós-graduação que eu acabei não fazendo, porque não tinha dinheiro e porque o trabalho era o principal. Então hoje o meu foco é assim, do ponto de vista de trabalho é trabalhar, e replicar um pouco meu conhecimento,*

*tentar ajudar as pessoas nessa área, trabalhar com voluntariado e... uma questão de ter uma vida com qualidade, conhecer o mundo mais ainda, curtir um pouco mais a vida, enfim.*

Neli comenta sobre um encontro recente que teve com velhos amigos e ex-chefes num evento cultural, o que a leva a refletir sobre seu percurso:

*(...) e a gente se encontrou recentemente, porque teve um amigo que lançou um livro e então eu encontrei todos os meus ex-chefes, assim, sabe, de trinta e cinco anos atrás, olha isso! De trinta e dois anos atrás. E eu, e eles estavam me falando: “Incrível! De todos nós, você foi a que conseguiu ir mais alto! Conseguiu trabalhar aqui, trabalhar numa multinacional, depois ser transferida pro exterior, de ter trabalhado lá, de ter crescido muito...” E aí eu fico olhando, o que é? Porque essa volta, essa saída, claro que agora está numa fase de transição, de você... teve dias de eu falar: “Gente, acho que eu estou com depressão, preciso tratar disso.” Mas não é isso, é parte de um esforço, de toda uma história de vida que você está ainda né, que você tem que tirar, tem que fazer tudo de novo, tem que começar tudo de novo. Foi um ano assim, ano passado, nossa! E aí, eu falo: “caramba! Mas assim, eu quero ter mais, eu quero aquela motivação de novo!” Porque, meus sobrinhos já estão crescidos e aí talvez venha a questão de “e agora?” Entre o “e agora” tem tantas outras coisas que você pode fazer... e agora você tem que encarar a vida! Porque assim, eu estou entrando no processo de meia idade, de envelhecimento. E não é simples não, é muito difícil. E... mas quando eu olho pra trás tudo o que eu fiz, sabe, isso me dá forças pra falar: “tá bom, deixa eu ver o que que dá pra fazer”, numa outra dimensão, não preciso mais, já tenho minha independência financeira, já estou estabelecida. Sabe? Um amigo meu me falou isso este fim de semana: “Neli, você tem noção de que a vida que você tem...” Eles foram comigo pra chácara, que eu tenho uma chácara no interior. E ele tem trinta e dois anos, e ele falou: “Você tem noção que o que você tem é o sonho que todo mundo tem? Você tem sua chácara, você tem tua casa, você tem teu apartamento, você tem num sei que, num sei que... você pode fazer o que você quiser. A gente trabalha, trabalha, trabalha, a gente não sabe se vai ter.” Mas, é a história de quando você conquista, aí você tem que buscar outra motivação, porque baixa, depois vai outra, e vai. É isso.*

### 5.2.3 Elli

Elli nasceu e cresceu em São Paulo. Tem atualmente 35 anos, é branca, separada, não tem filhos e mora sozinha em residência própria há um ano. Tem duas graduações e pós-graduação completa. Atualmente, empresaria seu próprio negócio na área de Recursos Humanos. Também trabalha como psicoterapeuta. Conta que deseja ser mãe, mas acha que ainda não é a hora.

#### a. Uma empresária empreendedora

Elli tem duas graduações completas, em pedagogia e psicologia, além de especializações e MBA em Administração de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas. Ela nos conta que tem em torno de quinze anos de carreira em Recursos Humanos na área corporativa, assinalando que teve *boas professoras e líderes que apoiaram seu crescimento profissional*. Dentro de um plano de carreira evolutivo diz que pode aprender muita coisa. Passou por diferentes colocações dentro da hierarquia corporativa de muitas empresas de grande porte e diferentes ramos de atividade, sendo estagiária, analista júnior, plena e sênior, consultora, coordenadora e gerente, até que então decidiu empresariar seu próprio negócio. Relata ainda que, desde que se formou, nunca deixou de atender na clínica de psicoterapia, mantendo um número seleto de clientes.

Atribuindo-se um “espírito empreendedor”, consultou a demanda e a concorrência no mercado nacional e internacional em que pretendia se especializar, e, mesmo diante da crise financeira que iniciava-se em 2008, desenhou uma consultoria de RH focado no atendimento de determinado mercado varejista. Acredita estar quebrando um paradigma dentro deste mercado, pois atribui à sua empresa ser uma proposta audaciosa, uma *construção independente, autônoma e autêntica (...) que traz um conceito novo de organização profissional no varejo*. Com um sócio, seu colega de MBA, considera ter somado sua experiência no mundo corporativo com o conhecimento do seu sócio sobre o mercado varejista. *E a gente tentou juntar essas duas variáveis até nascer a R. (nome da sua empresa) que eu falo que é minha filha, né. (ri).*

b. A mãe de uma empresa, que ainda deseja ser mãe

Diz pensar em ter filhos e, embora preocupada com seu “relógio biológico”, acredita *não estar pronta pra ter filhos agora*. Cita como exemplo, com o qual se identifica, as mulheres européias, que cada vez mais acabam tendo filhos mais velhas.

*Eu me identifico mais com a mulher européia nesse sentido. Porque, prioridade pra mim foi cuidar da minha carreira. E não foi porque a vida me levou. Foi uma escolha minha também. E as minhas escolhas junto com o que aconteceu na minha vida também.*

Elli deixou de morar com os pais aos 29 anos, quanto se casou com R., também psicólogo, com o qual chegou a trabalhar junto na clínica. Se separou aos 34 anos, indo, assim, morar sozinha. Destaca que, um pouco antes de se separar, tinha muita vontade de ser mãe. Contudo, agradece a Deus por não ter tido filhos nesta época, justificando que *não teria um terço do que tem hoje* em termos profissionais.

Elli comenta, de forma genérica, que para poder ter uma vida profissional qualificada, a mulher *paga por um preço*.

*Porque eu tenho amigas da minha idade que não fizeram um terço do que eu fiz, não só do ponto de vista acadêmico, que apóia o profissional, portanto, não tem, é... algumas nem de perto, uma vivência, nem acadêmica nem profissional como eu tenho. Mas, elas são casadas há muito mais tempo, já está no segundo filho...*

Relata também uma conversa que teve com seu sócio. Quando Elli informa a ele que iria num casamento de uma amiga no final de semana, ele retorna: *Elli, na sua idade você ainda tem amiga sua casando?* Ela então comenta com ele que, geralmente, mulheres na idade dela (35 anos) *ou está se separando ou tá no segundo filho ou no mínimo indo pro segundo casamento que não é na igreja, pode ter certeza*.

*Então eu acho, acho sim que a mulher moderna ela acaba pagando um preço do ponto de vista do relógio biológico. Eu costumo dizer assim, que Deus, brincando, com todo respeito, porque eu sou Cristã, mas eu costumo dizer que Deus, brincando (ri) ou ele, foi machista, né, de achar que a mulher poderia ter filho até os trinta e cinco anos, ou ele não deu muito conta na época que, a mulher ela ia crescer, também queria trabalhar, também queria estudar, e trinta e cinco anos é muito pouco tempo pra poder fazer tudo isso e já ter filho. Então... mas, aí ele acertou dando inteligência pro homem, vendo depois lá na frente pra que a mulher possa ter filhos com até 38, 40 anos. Eu acho que a medicina acaba apoiando e dando esse conforto. E a expectativa de vida também muito maior né. Penso em ter filhos mais lá na frente, sei lá, 37, 38. Lá na frente né? Daqui dois, três anos, né. Passa tão rápido que a gente não dá conta. Mas, enfim...*

Elli expressa seu medo de ter filho, em função das condições financeiras e emocionais que acredita ser necessário para provê-lo, além do tempo que deverá dispor para sua educação.

c. A filha de uma família provinciana

Questionada sobre os exemplos de relacionamento de sua infância, Elli relembra a relação dos pais, a qual qualifica como *de estabilidade total*.

*Eles se dão super bem. Nunca vi meus pais brigando. Nossa! É uma sorte ter um casamento como o deles. Só que ao mesmo tempo, também tem muita... é, ao mesmo tempo tem muita... como que eu posso dizer... renúncia. Renúncia essa que eu acho que é mais difícil a mulher moderna fazer. Eu não renunciaria minha empresa por um casamento.*

Neste momento da sua narrativa, Elli retoma sua colocação, dizendo já haver renunciado de morar e estudar em outro país no período de sua adolescência por conta de um namorado, resquício, segundo ela, da educação que teve.

*Mas eu acho que isso é muito mais por uma questão cultural... hoje eu renunciaria tranquilamente, mas eu acho que é muito mais uma questão cultural do que qualquer coisa, porque a minha família é muito provinciana, né. Então eu tive uma educação provinciana, bairrista. Então, imagina, sair do país é uma coisa, pra eles, impossível, né? Como se fosse pra outro planeta. (...) E isso só não aconteceu porque... eles eram muito provincianos, né. Eu quebrei esse paradigma provinciano, depois, né, com a vida que eu escolhi pra mim. Que é estudar, trabalhar, conhecer pessoas diferentes, cabeças diferentes, depois eu fui viajar, passei um tempo fora...*

Elli tem duas irmãs, cujos exemplos, renuncia se espelhar. A mais velha tem 43 anos, tem duas filhas, é separada, mora na casa de praia dos pais e vive da renda de uma casa de aluguel. Não trabalha e não completou o segundo grau. A irmã do meio, com 39 anos, é mãe solteira e ainda mora na casa dos pais. Está concluindo uma graduação atualmente.

*Mas eu resolvi seguir um outro caminho. Eu digo que o caminho que eu resolvi seguir é... não é o que eu tenho de modelo não. De onde eu peguei esse modelo? Sei lá. Acho que daquilo que eu gostaria de ser. Daquilo que eu desejava ser. Meu projeto. Fui autêntica com o meu projeto.*

d. Uma mulher contemporânea, ainda que casada ou separada

Com relação ao momento em que foi casada, Elli reflete à luz de seu projeto de vida profissional:

*Se atrapalhou? Não, não acho. Ele era, era não, é, né, uma pessoa moderna, sempre apoiou minha vida profissional, é... eu também nunca fui o tipo de mulher que fazia comida, mas assim, não sou o tipo de mulher que vai na horta, não dá, mulher de hoje em dia não tem que andar na feira. Não. É... tudo congelado, assim, prático né, microondas, viva a mulher moderna e acho que a tecnologia nos ajuda a isso, e muito, né, os supermercados também. Então nunca tive problema. Engraçado, que a minha mãe, ela falava assim: “Ah Elli, eu acho que você deveria ter dado um cuidado maior pro R., tal”, nome do meu ex-marido. É...*

*“fazer comida, cuidar das coisas dele, passar a roupa dele...” “Mãe eu não tive tempo! Pra mim eu não nunca tive tempo!” E eu nunca me arrependi de não ter tido tempo porque essa é a minha condição. O meu namorado atual, eu percebo que ele, apesar de saber que essa é minha vida e aceitar, essa é minha vida, é, e ele... e é opção minha né. Ele tem um perfil diferente, então, eu sinto que ele gostaria talvez um pouco mais de atenção pra ele, adoraria que eu cozinhasse, coisas assim... mas vai ficar difícil. Eu primo muito a modernidade, congelados e enlatados também, entendeu. Pra mim e pra quem está a minha volta. Minha cachorrinha, que mora comigo, comer um pouco de enlatado e assim... eu procuro comer salada, procuro comer muito bem na hora do almoço, é, eu trabalho, enfim. (...) Eu acho que eu conseguia dividir a minha vida profissional com a minha vida pessoal. Hoje, que eu não sou mais casada, eu acabo dando um enfoque maior pra minha vida profissional. Porque, embora eu namore, é diferente namorar e tá casado, né. Porque, enfim, tem o lance de responsabilidade...*

Quanto à possibilidade de se casar novamente, Elli comenta:

*É... num sei se eu me casaria de novo, as vezes eu acredito que sim, as vezes eu acredito que não. Eu acho que quando a gente se separa a gente fica um tanto chata, é... e quanto você mora sozinha depois, pra você dividir. E vivência com outra pessoa também eu acho que... você tem que amar muito e... ter uma disponibilidade interna muito grande pra você compartilhar, coisas, manias, peças, residência, e tudo mais. Eu acho que essa é a parte mais difícil, mas, perfeitamente normal.*

Sobre a experiência de morar sozinha, Elli fala que algumas vezes se sente só, mas que, em outros momentos, assim prefere. Também relata a companhia de amigos e do namorado. Conclui que morar só tem seu lado bom e seu lado ruim, tal como morar com alguém.

e. A esposa idealista, que põe os pés no chão e se torna independente

Elli revela que, com a separação, *deixou de acreditar num mundo perfeito*. Como exemplo, esclarece o teor de seu medo de ter filho:

*Porque, eu... a partir do momento que eu vou ter filho, eu espero poder contar com o pai mas eu não posso garantir. Eu tenho que me garantir. É aí que eu tenho medo, entendeu. Por mais que eu esteja a muito tempo casada, do ponto de vista emocional e financeiro, a gente nunca sabe o dia de amanhã. Então por conta disso, o mundo real deixa de ser ideal e passa a ser real é... se eu for ter filho, se eu tiver a sorte de ter um pai presente, que maravilha. Só que é sorte. Eu não fico mais, ah só porque eu estou casada isso é garantido. Não, não é. Não é garantido. O que é garantido é o que eu posso dar pro meu filho. E eu temo por não poder dar aquilo que eu gostaria de dar. Que é mais do que eu tive.*

A desconfiança no exercício da função paterna decorre da renúncia ao ideal de casamento perfeito.

*Porque antes eu tinha, eu era mais idealista, né, e acreditava em conto de fadas, em casamento ideal, perfeito, maravilhoso, saudável, de repente eu tive que botar o pé no chão, né, e falar: “te vira nega”, né, assim, se vira nos trinta. Se a conta não deu pra pagar esse mês você vai ter que se virar sozinha, segura em alguma outra coisa que você gostaria muito que antes você não precisava, para que você consiga fechar propostas e poder ter aquilo que você quer no próximo mês e assim por diante. Então eu acho que eu fiquei mais madura nesse sentido.*

A responsabilidade sobre o provimento da própria vida também leva Elli a considerar que será mais difícil encontrar um parceiro amoroso *que possa acompanhá-la*:

*Na época que eu era casada isso não era um problema. É... mas acompanhar, eu sinto falta, eu gostaria de ter alguém que me acompanhasse, cognitivamente falando, sabe. É... de estar num nível cognitivo igual, de agressividade nos objetivos... num tem. Gostaria de ter, mas não tem. Então é o que pode, é o que é. É o modelo, é o que tem. Tudo bem. Seria ótimo, maravilhoso, mas...*

f. A mulher empresária, que dirige um olhar para o futuro informada pelo passado

Elli diz *por o seu profissional em primeiro lugar*. Assim, deposita suas expectativas com relação ao futuro na projeção de sua empresa no mercado a que se destina, visando a excelência dos serviços prestados e a extensão da sua atuação para além das fronteiras nacionais. Também pensa em realizar viagens pelo mundo inteiro.

Quando questionada pelo fato de ser mulher num cargo de liderança, Elli recorre a sua experiência no mundo corporativo para asseverar:

*(...) eu acho que eu tenho que usar isso ao meu favor, mas com muito cuidado. Onde eu quero chegar... eu acho assim, se eu trabalhasse numa indústria, eu já trabalhei em indústria, por exemplo, então assim, na indústria a... (nome de uma indústria onde trabalhou) que é uma das onde eu trabalhei, eu acho que ela tem uma estratégia organizacional machista, né. Então, eu acho que muitas vezes, a mulher, ela acaba não... por exemplo, (cita o nome de empresa que trabalhou) mesmo, mercado financeiro, não é só na indústria. Então o mercado financeiro, ele acaba tendo... um olhar... machista, né. Por exemplo, é difícil você ver uma empresa desse segmento com presidentes mulher. Ou mesmo diretoras do sexo feminino. Você vê diretor do sexo masculino. VP (vice presidente) e presidente do sexo masculino. Não só do... do sexo feminino já é mais difícil. Empresários... então eu acho que, dependendo do trabalho, dentro do mundo corporativo, dentro de uma indústria, então eu acho que, eu sinto isso assim. Eu sentia quando eu tava na (nome da empresa do ramo financeiro que trabalhou) né. É... poucos diretores do sexo feminino e vice presidentes eram todos do sexo masculino, não tinha nenhuma mulher. Então isso era algo que me chateava porque, apesar das mulheres muito inteligentes da empresa, que estudavam, faziam um monte de trabalho interessante, e acabava não sendo, é... não conseguiam um alicerce maior dentro da organização. Como empresária, eu já não sinto tanto isso. Porque eu sou dona do meu negócio.*

Além de abordar a diferenciação sexual que organiza o mundo corporativo, especialmente nos cargos de maior liderança, Elli lembra que, em cargos mais baixos dentro

da hierarquia corporativa o desrespeito para com a mulher é mais freqüente. Diz que quando era mais jovem e ocupava funções mais operacionais, se sentia mais assediada no ambiente de trabalho. O fato de um de seus gerentes tê-la orientado a *usar isso* (sua feminilidade) *a seu favor* a desagradava, pois gostaria de ser reconhecida pelo seu profissionalismo.

*Eu acho que hoje, como empresária, eu não tenho esse tipo de problema não. Nunca tive, desde que eu tenho a R. (nome da sua empresa). Eu acho que, é... me senti talvez desrespeitada era mais quando eu era analista, né. Onde ia ter gente que queria muito mais saber, talvez, a altura da minha saia do que o meu relatório ou o laudo psicológico de um candidato. Isso eu percebia. Como gerente, é... eu nunca senti isso. Como gerente, eu sentia um outro tipo de sensação, assim. Como gerente, eu falava, poxa vida, por mais que eu estude, trabalhe da melhor maneira possível, uma mulher não consegue um cargo alto dentro da empresa. Na (nome da empresa do ramo de negócios financeiros), por exemplo. Então, não era desrespeito, não era esse o problema. O problema era outro. O problema era, por mais que as mulheres estudem... a minha diretora na época tinha MBA fora, né, nos EUA, e ela não conseguiu. O VP, o chefe dela tinha só graduação, e ela tinha, sabe, uma carreira fabulosa, várias, várias escolas, ela mesmo não conseguiu é... esse cargo. Então, era uma empresa machista, como a maioria. É muito difícil você ver uma presidente, uma VP do sexo feminino. Então, aí era um outro incômodo, diferente de quando eu era analista, quando eu era mais jovem, eu acho que tinha essa coisa mais, mais primitiva ainda, né, de um outro olhar, um olhar para a mulher e não para o trabalho. Depois quando eu era, já tava no nível gerencial, era o que me incomodava, era a questão de a empresa não dar chance de crescimento pra mulher como dava para os homens. Daí era um outro tipo de incômodo. Hoje como empresária eu já não tenho nenhum tipo de incômodo.*

Em outro momento da entrevista, o telefone de Elli toca e ela aproveita pra comentar que era uma amiga muito querida, uma diretora da área de tecnologia, única diretora mulher da empresa que trabalha.

Por conta de sua experiência no mundo corporativo, Elli ainda sustenta que a diferenciação sexual demarca as áreas profissionais, embora este cenário esteja mudando. Diz que as atividades profissionais mais ligadas à área de humanas tende a ser mais ocupada por mulheres, à proporção que os cargos estratégicos e de liderança ficam ao encargo dos

homens. O exemplo que utiliza é emblemático para levar-nos a refletir sobre o sentido das mudanças observadas atualmente no mundo do trabalho:

*Você sabe que eu tava pensando que outro dia, por exemplo, vamos pensar em atividades básicas assim, vamos pegar o cenário, vai, frentista. Antigamente frentista de posto era tudo homem, né. Eu vi um posto de gasolina aqui perto que agora só tem mulher. Só que infelizmente, eles não usam... eu acho assim, é... eles não trabalham na opção de democratização da profissão, do ponto de vista sexual. Eles trabalham... de uma forma onde a mulher possa ser uma isca. E aí é machista, é uma entrada machista. Como que você percebe isso? Todas as mulheres elas tem que trabalhar, elas são magras, elas tem que trabalhar com calça legging e blusinha justinha aqui ó, no umbiguinho. Bonezinho, curtinha. Elas são bonitinhas, chamam atenção. Mas assim, elas estão lá porque elas são gostosas. Elas prendem atenção, entendeu. Então assim, eles usam... Eu acho que é até deprimente, eu acho que é depreciativo pra mulher. E, coitadas, morando num país emergente como o Brasil, é... onde as pessoas, elas acabam não tendo muita opção de emprego, mal tem uma escolaridade, um segundo grau completo, é... elas acabam tendo que se submeter a isso, né. É meio que uma forma de prostituí-las. Elas não são prostitutas mas é uma forma de prostituí-las. Então tem isso. As pessoas que vão naquele posto, vão porque quer olhar a bunda das frentistas e não porque ela pode olhar... por mais que ela tenha treinamento, pra ver o óleo... né.*

Em seguida, deflagra o preconceito que carrega, explicitando, desta maneira, noções subjacentes do senso comum.

*E aí tem outra coisa interessante, que assim, isso eu acho que é muito ruim. Aí teve um dia que eu fui lá, e aí eu falei: “preciso ver óleo, água, essas coisas...” E eu confesso que assim, aí é até um machismo nosso né. Será que ela sabe mesmo mexer... porque eu não sei, né. (ri) Aí ela começou a falar, aí falei: “Mas você sabe?” Ela falou: “Sei!”; “Você aprendeu onde?”; “Eu já tive curso aqui...”; “Legal!”, e ela me atendeu super bem... Mas no primeiro momento me viu um preconceito inicial. Ih, ela não vai saber ver isso não. E aí, mas eu tava aberta a isso e aí eu vi que, graças a Deus, e ela me mostrou que tinha lá... que era possível trabalhar como mulher sabendo sobre óleo, água e tudo mais.*

A conclusão a que Elli chega é de que os cargos de menor expressão ou poder dentro da hierarquia corporativa estão mais suscetíveis a desigualdades de gênero, em que o desrespeito à mulher é instituído sob forma de assédio moral e sexual, uso instrumental de sua força de trabalho e sobreposição de um corpo erotizado ao trabalho intelectual, quase sempre, desvalorizado. A nota a seguir ilustra nossa análise:

*Mas o que eu acho triste é isso, que abriu um mercado de trabalho novo mais como isca sexual, uma forma de prostituição. Então, é... isso sim, num emprego mais básico. Agora, de novo, eu acho que, cada vez menos, isso tem mudado, mas eu acho que muda com malícia. Pelo menos nessa vaga, assim, nesse nível mais operacional. No nível estratégico não, eu acho que no nível estratégico ainda existe... eu acho que o mercado está mudando ainda.*

- g. Uma mulher que se projeta como referência, num mundo feminino carente de modelos

Elli expressa satisfação em participar desta pesquisa, dizendo *poder contribuir como uma mulher referência no futuro*, um exemplo vivo de que é possível ser feliz, solteira ou casada, com ou sem filhos.

*eu acho que a maior crise que a mulher moderna tem é que nós não temos modelos. Nós somos as referências do amanhã. Nós vamos ser as referências do amanhã. Então essa coisa de que de repente, puts eu não tive filho, antes do trinta e cinco! Ai meu Deus eu não..., eu queria ter, queria, por que essa era o meu modelo. Então parece que eu estou em falta. Parece que eu num... sabe, parece que, parece isso mesmo, que eu estou em falta, parece que eu não fiz a lição de casa, é... ou que eu sou a ovelha negra, sabe, eu e as mulheres, eu acho, porque a gente não tem essa referência, né, a referência é as mulheres casadas e com filhos. Todo mundo que não tem isso, parece que você... é educada a pedir que você... Simone de Beauvoir, que escreveu sobre isso há tanto tempo atrás, tem mulher que fala: “poxa, mas ela morreu depressiva!” (ri) Ela morreu... então assim, pasmem, será que por isso? Porque ela*

*resolveu não ter filhos? Porque ela resolveu não seguir aquela vida? Quem disse que a mulher nasceu para isso? Ou ela foi educada para isso?*

*h. Novos sentidos para um projeto de mãe que é mulher independente*

Das proposições de Rousseau até as opiniões de sua própria mãe, Elli permeia a produção cultural da maternidade, refletindo sobre os sentidos dispostos e os conflitos gerados, diante da elaboração de projetos de vida focados no âmbito profissional.

*E eu acho que é um paradigma que nós vivemos em que a mulher que resolve tocar a vida profissional, então... eu sou empresária, eu tenho que batalhar por dinheiro, tenho que... Puta que pariu, mas todo mundo está tendo filho, como eu fui educada, todas as minhas amigas, tem o relógio biológico, ai que dor de cabeça, tenho que lidar com essa coisa, então é super angustiante, sabe, eu choro às vezes, poxa vida, queria tanto poder, né, ser, ter filhos, já tenho trinta e cinco anos e não tenho, fico preocupada! Né. Aí a minha mãe fala: “você tem que ter!” Ela fala, ela pensa como uma mulher da época dela. “Você tem que ter, porque quem que vai cuidar de você?” Aí eu falo: “os meus sobrinhos”. Aí eu virei pra minha sobrinha e falei, a mais velha né, de vinte e um. “F. (nome da sobrinha) você vai cuidar de mim, quando eu ficar velhinha?” Ela: “Ih, tia, eu vou morrer primeiro que você!” (ri) Entendeu? Aí que eu vi como ao mesmo tempo não adianta eu ter filho se depois quem vai cuidar de mim vai me dar mais trabalho, como acontece com a minha mãe e com o meu pai, (ri) então é melhor ao invés de pensar em filho pra cuidar de mim eu botar esse dinheiro no banco (ri) que é garantido né! E investir, porque ficar pensando em filho como uma poupança... (ri) que coisa louca, né! (ri) Olha a preocupação, porque quer enfiar, minha mãe falou isso pra mim: “nossa, mas que vai cuidar de você?” Meu Deus! Eu! Eu estou trabalhando hoje pra poder cuidar de mim na velhice, sabe, assim, pagar todos os hospitais e tudo mais, e uma boa enfermeira, espero não precisar, mas enfim.*

### 5.3 ... e o sentido da história em seus enredos

As histórias de vida aqui apresentadas nos remetem a cenários culturais marcados por continuidades e transformações históricas, por elementos de tradição e de inovação que, por vezes, aparecem em narrativas singulares como dados de realidade ou possibilidades de subversão de existente. Esta *estrutura de sentimentos* nos faz retornar e avançar em contextos históricos distintos, a depender dos significados e dos sentidos que conduzem as narrativas que acompanhamos. Falar sobre a “solteirice”, por exemplo, requer conhecer seu contraponto para, daí, compreender o sentido que esta venha a representar em dado momento histórico e em cada história de vida.

De acordo com Nazzari (2001), as mudanças do pacto matrimonial estabelecem uma relação íntima com as transformações socioeconômicas no decorrer histórico. Reportamo-nos, deste modo, a uma época em que o significado do casamento expressava sua função de aliança, evidenciando a complementaridade dos papéis sexuais e sua importância para a manutenção da sociedade.

Com o advento do sistema capitalista e do processo de industrialização nas primeiras décadas do século XIX, podemos conjecturar que um dos significados constituintes do imaginário social permitia uma analogia entre a relação conjugal e a empregabilidade feminina. Para a mulher, este contrato representava seu meio de sustento e inclusão social. Em consequência disso, o trabalho feminino remunerado era significado como “segunda via de ocupação”, destinado àquelas que não se desposavam. As mulheres que, por qualquer motivo, não se casavam já estavam marcadas pelo estigma de “não servir para o seu papel social designado”, o que legitimava a execução de “trabalhos honestos” fora do lar, como comenta Garcia (1998, p. 70).

Concomitantemente, um complexo de idéias associadas ao amor romântico paira sobre a cidade moderna, “introduzindo a idéia de uma narrativa para uma vida individual” (GIDDENS, 1993, p. 50), inspirada, contudo, em antinomias como vida pública/vida privada, homem/mulher.

Em meados do século XX, alguns fatores de mudança social possam ser observados:

O movimento maciço das populações para as cidades, as influências perturbadoras da vida urbana nas culturas imigrantes, o declínio do controle da família e da

vizinhança sobre os processos de namoro e casamento, o aumento acentuado da afirmação popular da ideologia do amor romântico e a crença democrática no valor da escolha pessoal dos parceiros foram fatores que contribuíram para um desgaste das normas culturais anteriores sobre as relações sexuais, especialmente as anteriores ao casamento. (GAGNON, 2006, p.79)

Contudo, este suposto desgaste dos padrões tradicionais não implica sua extinção. Muitos destes elementos arcaicos aparecem na fala das nossas narradoras, seja pelo sentido transportado para suas vivências por processos de socialização, seja pelo contraste entre as histórias de diferentes gerações, ou pela razão de contestação que aparece implícita nas metamorfoses de suas identidades.

O sentido atribuído por Lori, nossa primeira narradora, ao seu projeto de vida, demonstra que, de certa forma, novas possibilidades de existência se conjecturavam em função dessas transformações sociais. Lori afirma nunca ter posto um projeto conjugal em primeiro plano na sua vida e, por isso, o padrão valorativo da “mulher destinada ao casamento” se torna incompatível como sua perspectiva identitária. Muito embora, Lori não expresse contestação frente este cenário.

No caso de Neli, a opção por não repetir a história de sua mãe – mulher casada, dona-de-casa, mãe de oito filhos, debilitada fisicamente, dependente financeiramente – torna-se a razão para que tome a autoria de sua vida e oponha-se ao roteiro prescrito socialmente. Para mudar a própria história, Neli opta por personagens que, muitas vezes, lhe pareciam incompatíveis com as personagens “mãe” e “esposa”, o que acarretou a reposição da personagem “solteira” no decorrer de sua história.

Opção esta que não determina que Neli tenha uma vida solitária ou infeliz. Ainda mais, porque se configura como uma opção de vida que é constantemente revista e conscientemente reposta, por diferentes motivos e por tempo indeterminado. Todavia, é a opção que sustenta o itinerário de vida elaborado autonomamente por Neli, mediante relações conjugais que poderiam vir a representar qualquer ameaça aos seus objetivos de vida.

Já Elli é uma “filha do século XX”, o que significa que foi ela socializada dentro deste contexto. Todavia, ela cresce e se torna uma “mulher do século XXI”. Traça seus caminhos e escreve a sua história recusando qualquer referência tradicional que possa vir a ameaçar seu projeto de independência, autonomia e individualidade. Elli é uma mulher que se faz em seu tempo, contemporânea, que, ainda que não tenha um novo modelo de mulher para se orientar, não se espelha nos modelos postos – de sua mãe e suas irmãs. Elli se dispõe a viver uma

história romântica. Quando percebe que esta não lhe faz mais sentido, recusa tais idealismos conjugais e, de certa forma, repõe a personagem “solteira”, tornando-se, agora, uma solteira *de fato*<sup>84</sup>.

Estas três mulheres que se fazem hoje narradoras são autoras de suas histórias. São solteiras, e por este fato, são atrizes que não fugiram dos *scripts*, mas recusaram-se a participar dos roteiros pressupostos pelos seus contextos sociais. Elas narram histórias inéditas, improvisando dentro das circunferências de seus cenários culturais.

Quando compreendemos os sentidos de suas histórias vemos que pouco importa se elas são novas ou velhas solteiras. Se vão ser solteiras por mais uma semana ou por toda sua vida. A questão não é ser ou deixar de ser solteira, mas, à medida que esta condição torna-se instrumento de manejo para visadas formas de organização da sociedade, seus projetos de vida podem ser colonizados. De uma proposta identitária cunhada num projeto de carreira profissional, encontramos itinerários que expressam, do descrédito ao desejo de ter um parceiro afetivo-sexual permanente. Em pleno século XXI, não é mais o contrato íntimo que amolda e significa a possibilidade desta parceria, mas as conveniências e as armadilhas de um contrato profissional.

Ciampa (2008 [1987]) define “realidade como uma possibilidade já realizada e a possibilidade como realidade potencial”. Logo, podemos considerar que estas três mulheres, cada uma a seu modo e ao seu tempo, subverteram os itinerários que a elas estavam prescritos. transformando realidades. Suas histórias são, e continuam sendo, preenchidas de possibilidades e de utopias emancipatórias, tanto as que puderam se concretizar quando as que sucumbiram às intempéries da razão sistêmica.

---

<sup>84</sup> Independente da sua condição civil legal de desquitada, divorciada ou separada, empregaremos a noção de “solteira de fato”, que vem a substituir estes termos em função do sentido que dispõe dentro do processo identitário e da forma como tratamos o conteúdo discutido nos capítulos anteriores.

### 5.3.1 Quem estas mulheres ousam ser?

Lori

*Então, eu... mas eu me sinto, assim... a gente não pode falar “olha eu tô realizada” por que eu acho que a hora que a gente falar “tá tudo realizado” acabou a vida né. Mas eu num sou uma pessoa que... eu sou infeliz por eu não ter é... não ter me casado. Num sou, eu... a medida do que é possível acho que ser um pouco de feliz nessa vida eu acho que eu sou.*

Lori inicia sua narrativa e se auto-apresenta pela personagem “filha”. É esta personagem a que Lori se reporta para dar sentido à sua história, ou seja, é o que confere sentido à sua proposta identitária, sendo, por isso, constantemente reposta. Ela é “a sétima filha, dentre dez irmãos” que não consente se conformar com a situação financeira precária de sua família e uma vida interiorana que, a seu ver, poderia lhe manter aprisionada na mesmice consagrada de padrões normativos tradicionais. Contudo, acompanhamos que estes mesmos padrões tradicionais podem ter circunscrito sua utopia de emancipação e sua proposta identitária na *identidade de papel* da “filha arrimo de família”. A possibilidade de um projeto de vida conjugal não nos parece ser, meramente, uma proposta secundária dentro de seus projetos, mas uma ameaça real para a concretização desta sua proposta identitária.

Ainda assim, um projeto de vida profissional e educacional opera metamorfoses de mesmidade em seu processo identitário. A “Lori visionária” anseia conhecer – outras pessoas, outros lugares, outras visões de mundo. Pois, como assinala Garcia (1998, p. 44), a instrução era considerada “uma arma privilegiada de libertação para a mulher”. Fortalecida por essa utopia emancipatória, emerge a “Lori que lidera” e quer se profissionalizar – para escrever uma outra história e poder proporcionar outro enredo para si dentro da história de sua família.

As restrições físicas impostas por um processo de recuperação pós-cirúrgico não limitam o desejo de Lori de continuar seu projeto de vida, embora se preocupe, porque sabe que tem a responsabilidade da própria vida. Não quer “ser um trabalho” pra ninguém. As pretensões identitárias de Lori são movidas pela sua sagaz vontade de continuar descobrindo o mundo por meio dos estudos e de continuar fomentando suas relações interpessoais com exemplos de solidariedade.

## Neli

*(...) porque isso foi... o que deu, a minha... força e a minha vontade de sair daquele mundo.(...) Então eu fui fazendo isso, e quando eu vi, fui começando a perceber que eu queria fazer uma coisa voltada para o ser humano.*

Neli é a “menina insegura e frágil da zona rural do Estado”, que angaria força, determinação e iniciativa de seu sentimento de indignação perante a situação em que vive com sua família. Metamorfoseia-se na “mulher audaciosa”, que se mete a redefinir os contornos dessa história. Por ocasião, um compromisso que firmou com duas de suas irmãs, de ajudar a criar todos os outros. Por coincidência, ou não, as três irmãs que se comprometeram a cuidar da família, mantiveram-se solteiras.

Todavia, o sentido da função “arrimo de família” na história de Neli não toma a mesma proporção identitária como no caso de Lori, que se identifica como tal. O fato de Neli desempenhar essa função não compromete, em seu projeto identitário, que outras personagens possam se desenvolver paralelas à “filha que lidera”. Uma das razões que move Neli para a elaboração de seu projeto de vida é sair da situação difícil que enfrentava junto a sua família, mas, Neli não se conforma apenas com outro caminho, ela escolhe qual caminho queria seguir.

Desde muito jovem, Neli toma para si a responsabilidade de mudar sua realidade, instigada a não repetir a história de sua mãe. O trabalho aparece em sua narrativa como sentido para seus anseios de metamorfosear-se em mesmidade, compondo uma utopia emancipatória. Neli não quer só um emprego, por isso, escolhe sua profissão e empreende-se num itinerário que permita sua realização ao passo de uma proposta identitária. No sentido literal de sua profissão, Neli constrói a narrativa de si mesma apresentando-se como alguém que “assiste socialmente” e não se conforta em ser apenas um substantivo. Para se realizar como identidade, Neli precisa se fazer verbo, precisa de cenário para se fazer atriz<sup>85</sup>.

Ela desbrava o caminho que traçou para si dentro de um mercado de trabalho androcêntrico. Nas experiências profissionais, vai encontrando outras possibilidades de ser “a mesma Neli que também é outra”, que pode ser costureira, que pode ser vendedora, que pode ser assistente, que pode ser secretária. Mas que não é nada disso e rascunha quem quer vir-a-

---

<sup>85</sup> Termo empregado no feminino, seguindo o sentido conferido por Ciampa (2008 [1987]) à possibilidade de que o sujeito humano possa, ao encarnar personagens, expressar sua singularidade, sua identidade pessoal.

ser. Que caleja ao caminhar e passa a dar passos firmes que esteiam sua caminhada, que aprende a dizer palavras duras, mas assertivas. Neli não nega as intempéries e as pedras do caminho. Replica com competência interativa, se posicionando como alguém que é capaz de realizar-se por intermédio de escolhas autônomas e auto-centradas.

Neli está se preparando para uma próxima metamorfose. Há um ano deixou a empresa que trabalhava e inicia um projeto de trabalho autônomo, disposta em poder replicar seu conhecimento profissional. Neli está com cinquenta e cinco anos. Sabe que este processo de meia-idade trará novas mudanças para sua vida e para quem é atualmente. Assim, pondera suas expectativas com relação a quem pode vir a ser dentro das possibilidades e dos limites que vislumbra se deparar. Como Lori, diz ter consciência de que “só pode depender dela mesma”. E assim, redimensiona novos projetos de vida tencionando outras

## Elli

*Mas eu resolvi seguir um outro caminho. Eu digo que o caminho que eu resolvi seguir é... não é o que eu tenho de modelo não. De onde eu peguei esse modelo? Sei lá. Acho que daquilo que eu gostaria de ser. Daquilo que eu desejava ser. Meu projeto. Fui autêntica com o meu projeto.*

Elli é uma jovem mulher que já carrega uma experiência de dois séculos. Apresenta-se como uma mulher empreendedora, que investe em sua educação, em um projeto empresarial e em um projeto de maternidade, e quem sabe, numa nova parceria.

Elli já foi solteira, já foi casada e, como uma mulher separada, se considera solteira de novo. Mas não é a mesma solteira de antes, porque Elli não é mais a mesma. A “Elli que era solteira antes” confiava no amor romântico. A “nova Elli solteira” desistiu de acreditar “num mundo perfeito” e receia que uma relação conjugal possa vir a tolher seus planos profissionais, como já acontecera quando desistiu de viver e estudar em outro país por conta de um namorado.

Elli cria sua própria empresa, e a considera como uma filha. Reconhece em sua empresa características que também considera serem suas. Desta forma, realiza seus

propósitos identitários numa proposta audaciosa, uma *construção independente, autônoma e autêntica*. Ainda assim, pretende ser mãe.

Elli chama nossa atenção quando diz que privilegiar sua carreira foi uma escolha que se soma aos acontecimentos de sua vida. Neste estudo, demos a isto o nome de opção. E esta diferença marca uma questão primordial: Elli privilegia seu projeto profissional e, é este que a coage a adiar outros projetos de vida, tal como, a maternidade. Avalia que este é o “preço” para que uma mulher possa concretizar um projeto de vida profissional bem-sucedido. E não reclama por isso, pois, quando olha para os projetos de vida de suas amigas, considera ter podido ir mais além, quando toma por base seus propósitos acadêmicos e profissionais.

A história de Elli é, principalmente, uma história de recusas. Elli recusa o exemplo das mulheres de sua família, uma tradição provinciana, a dependência dos pais, um sentido de maternidade como garantia de uma velhice zelada, a antecipação de seu projeto de maternidade enquanto não se sentir preparada. Elli também se recusa às restrições hierárquicas do mundo corporativo e a se subordinar a homens aliciadores em cargos de poder, todavia, neste momento, Elli também se recusa a uma luta de gênero dentro do campo em que desigualdades e as opressões sobre a mulher imperam. Um campo que, inclusive, define heteronomamente um itinerário que a faz “pagar um preço” para que possa vir a concretizar seu projeto de vida e sua proposta identitária. Este preço Elli não recusa pagar.

Ainda que lhe pareçam escassas as referências sociais dispostas a orientar o que é ser uma mulher em seu tempo, empreende-se num devir humano em que reforça sua proposta identitária. De qualquer forma, Elli esboça algumas noções do que considera ser uma “mulher moderna”, ou seja, contemporânea. Para ela, não cabe a esta mulher, por exemplo, atividades domésticas. Todavia, alguém tem que fazê-las. Muito provavelmente, esta lógica de Elli acompanha uma percepção de classe que não questiona o fato de que uma outra mulher seja contratada para realizar essas atividades em sua casa. O que implica, novamente, questionar a extensão da política identitária que sustenta a promoção de uma “nova solteira”. Pois, para que surja “uma nova solteira” nos parâmetros apresentados, há de se submeter outras muitas mulheres, solteiras ou não, na mesmice de suas realidades.

Do ponto de vista material, tal como Lori e Neli, Elli se preocupa em poder “se garantir”. Esta preocupação é transferida para seu dilema em ter ou não um filho, pois, tem claro para si, que não pode contar com a garantia de que um pai possa vir a ser, também, um provedor. Diante da crise de sentidos que observa, projeta-se no futuro com a esperança de

que possa vir a servir de referência para as mulheres de gerações futuras. Acima de tudo, acredita que seu projeto de vida rompe paradigmas e que sua proposta identitária concretiza “uma vida que merece ser vivida”.

### 5.3.2 Tradição

*Não, num é que não pegou bem a mudança... eu, eu fiquei, eu fiquei assim... eu num era nem, eu, eu já estava começando, já estava começando uma mudança, mas muita coisa, eu não conseguia mudar a minha cabeça, né. Quer dizer, então era assim, você trazia aquela educação austera de família italiana, e você, no trabalho você convivia com, com... no trabalho, na escola, você convivia já com essas mudanças né, dos, dos movimentos feministas, daquelas... da, da Beth Fridman, que jogava sutiã, que num sei o quê... né. Então, é meio difícil pra você, é... conciliar aquelas coisas de dentro de casa, aquela educação austera com... com as novidades né.*

Lori

Nas três histórias de vida há um eixo de poder, a tradição, que aparece com forte atuação frente à consecução de seus itinerários de vida. Um mecanismo que, muitas vezes, incita a movimentos de mesmice de suas identidades, principalmente, ao que se refere às expectativas de seus pais em requererem de suas filhas um projeto de vida que se reserva à vida privada, voltada para o cuidado familiar, ao projeto de maternidade e as atividades produtivas destinadas ao feminino.

Quando Lori se apresenta pela personagem que desempenha no espaço familiar, demonstra que é parte integrante desta comunidade de vida que também é sua comunidade de sentido. Já Neli e Eli expressam fazer destas profecias seus lugares de inconformismo, razões para superação.

De acordo com a narrativa de Lori, estes elementos tradicionais não parecem ter impedido metamorfoses de sua identidade, quando olhamos para o cenário cultural em que está inserida e vislumbramos o que era esperado socialmente da mulher naquele momento histórico. Lori conseguiu realizar muitos de seus projetos de vida, na medida em que conseguiu ajudar sua família, trabalhar na profissão que gostava, nunca ter deixado de estudar.

Todavia, sua utopia emancipatória está circunscrita dentro deste universo simbólico tradicional. A “mulher de negócios” é gerida por uma personagem anterior, a “filha que lidera”. O desempenho do papel social de “arrimo de família” incidiu em uma proposta identitária de mesmice, o que pode ter obstruído, como observamos em algumas passagens de sua história de vida, itinerários que permitiriam a concretização de alguns de seus sentidos emancipatórios, seja em relação à plena realização de seu projeto de vida profissional ou ao desenvolvimento de sua individualidade. Dois momentos nos parecem emblemáticos deste processo: Em função de uma “chantagem” proferida por sua mãe, resigna-se a frustrar seu sonho de sair do país para estudar uma língua estrangeira. Também pode ser contundente, para seu processo identitário, o fato de que as possibilidades de tornar-se “esposa” ou “mãe” pudessem sugerir oposição à constante reposição desta personagem “filha”, inferindo uma ameaça para sua identidade pressuposta.

Dentro do universo simbólico que compartilha com sua família, saúda alguns referenciais tradicionais, quando, por exemplo, expressa opiniões sobre os *scripts sexuais* que vigoravam nos salões públicos em meados do século XX para a consecução de encontros conjugais. Estes mesmos referenciais são utilizados por ela para avaliar as mudanças e reivindicações dos movimentos feministas que alcançaram grande visibilidade nesta mesma época.

Entretanto, Lori não adere integralmente aos valores tradicionais. Considera que, ao se afeiçoar com perspectivas teosóficas apresentadas a ela em instituições educacionais as quais optou por frequentar, possa ter “aberto sua mente” em relação aos valores tradicionais que lhe foram imputados no processo de socialização. Da “filha de italianos, cuja educação familiar e religiosa fora austera”, consideramos que sua identidade passou por um movimento de mesmidade, transformando-a na “mulher que, contra os pais, frequenta colégios iniciáticos e busca outros sentidos para a vida”. Encontramos, ainda, um incremento de sua racionalidade, em parte de sua narrativa que aponta incompatibilidades, seja para adotar os preceitos religiosos inculcados por seus pais, seja em aderir à luta da sua geração juvenil, que reivindicava maior liberdade sexual e de expressão.

É na contraposição destes sentidos que Lori considera se abrir para o devir humano, “lidando com as mudanças que estavam acontecendo” em seu entorno social. Por esta perspectiva mediada, também elabora “conselhos” que costuma dar as suas jovens sobrinhas: “*Olha você, não tem mais emprego de marido ein. Por isso você cuide da sua carreira. Porque você pode casar, mas você não sabe quanto vai durar*”.

A história de Elli é marcada por uma recusa aos padrões e valores culturais. Este embate se dá, principalmente, nas conversas com sua mãe que expressa, pela sua fala e pela sua história de vida, uma concepção de mulher que nasceu no século XVIII. Neste modelo, a mulher deve zelar pelo lar, cuidar do marido e ter filhos, renunciando a qualquer projeto pessoal que não contemple estes três deveres.

O sentido de maternidade que sua mãe expressa chega a ser motivo de espanto para Elli. Para a mãe de Elli, uma mulher tem que ter um filho para que possa ser assistida na velhice. Elli aponta como esta perspectiva pode estar apoiada numa materialidade econômica, quando compara

Deste modo, quando recusa compartilhar dos sentidos que sua mãe lhe professa sob a expectativa de que cumpra um itinerário previsto às mulheres, ou seja, casar e ter filhos, ou quanto rejeita possibilidade de “solteirice” ao modo das histórias de vida de suas irmãs – apropriadas, até mesmo, a uma antiga noção de mulher “solteirona”, “encalhada”. Em oposição, Elli se põe em função do devir humano, e assim se projeta em construção de uma “vida que mereça ser vivida”, interessada num projeto de vida profissional que lhe confere identidade e comprometida com um projeto de maternidade de lhe ofereça outra perspectiva, emancipada de noções tradicionais e/ou instrumentais.

### 5.3.3 Maternidade

*(...) eu costumo dizer que Deus, brincando (ri) ou ele, foi machista, né, de achar que a mulher poderia ter filho até os trinta e cinco anos, ou ele não deu muito conta na época que, a mulher ela ia crescer, também queria trabalhar, também queria estudar, e trinta e cinco anos é muito pouco tempo pra poder fazer tudo isso e já ter filho.*

Elli

A história de vida de Lori traz uma questão particular. A reposição da personagem “filha” pode ter influenciado a consecução de um futuro projeto de maternidade. Todavia, o que nos chama mais atenção e que aparece como um sentido em sua narrativa é que ter

desempenhado um papel materno dentro de sua rede familiar relaciona-se ao fato de nunca ter pensado em ter filhos, o que ser pensado como um desejo sublimado.

O caso de Neli se aproxima desta resolução. Neli estabelece com seus irmãos e sobrinhos uma relação que parece permitir a realização do sentido que ela mesma atribui à maternidade. Neli empreende-se nesta relação familiar de maneira maternal, com responsabilidade e afeto, sob propósito de “*ajudar pessoas a ser alguém legal no mundo*”. Também expressa este mesmo sentido na razão de sua escolha profissional, conclusão que depreendemos de seu interesse por trabalhar com atividades “*voltadas ao ser humano*”.

A maternidade é, para Elli, ainda um projeto a se concretizar. Demonstra preocupação em “*por alguém no mundo*”, pois considera que é uma responsabilidade que exige tempo e uma condição financeira favorável. Sua expectativa é de poder prover a um filho mais do que ela teve. Assim, Elli conclui que ainda se sente segura para ter um filho. Receosa com relação à possibilidade de uma vida conjugal, acredita que compartilhar esta responsabilidade com um genitor é uma questão de sorte e não de possibilidade.

Elli se mantém num impasse entre o “*relógio biológico*” e o “*relógio do trabalho*”. Toma como modelo as mulheres européias, que estão tendo filhos cada vez mais velhas. Espera contar com a ajuda da medicina para também poder realizar este seu projeto que é adiado para daqui mais alguns anos.

### 5.3.4 Aspectos afetivo-sexuais

*Eu acho que, ainda mais quando você... por exemplo, pra mim, não é que eu não quisesse casar. E não é que eu não tivesse tido, tive e talvez tenha vivido amores muito mais... amei muito e também acho que fui muito amada. Não tem nada haver uma coisa com a outra.*

Lori

Três concepções a respeito da vida conjugal permeiam a história de Lori. Na primeira, observamos que Lori compartilha de valores precipitados pelo ideal de amor romântico. Deste ideal, adota uma razão para permanecer solteira e para manter a mesmice de um

romance eterno. Esta relação que não nomeia lhe confere uma denominação. A “Lori eternamente apaixonada” é esta *personagem-mito* que, embora tenha se relacionado com outros homens, tenha descoberto outras formas de se relacionar amorosamente além do casamento, ainda porta um caráter idealizado, platônico, que subsiste da confiança que demonstra ter no amor romântico.

Segundo Lori, é solteira por uma questão de incompatibilidade, ou seja, com quem quis se casar, não deu certo. Todavia, conta que este rapaz que amou foi seu parceiro por dezoito anos e quando deixou de ser, Lori se compromete com as recordações deste grande amor. Além desse compromisso, Lori zela pela sua independência, de fazer o que tem vontade, de ir e vir pra onde e quando quiser. Lori é fiel a sua liberdade e não se aventura a perdê-la por um caso de amor.

Encontramos uma segunda percepção, ilustrada no referencial de vida conjugal trazida por seus pais. O sentido de casamento como aliança é, ainda, muito presente na geração do início do século XX. Entretanto, o sentido exposto na noção “mulher que continua trabalhando fora é porque está solteira”, ganha um reforço: “se continuar solteira, tem que trabalhar”. Enquanto vivia no interior e era jovem, seus pais incentivavam-na para se casar, até porque havia encontrado “um bom partido”, ou seja, um rapaz com uma boa situação financeira. O fato de ter se tornado arrimo de família fez com que seus pais cessassem a cobrança para que viesse a casar, depositando em Lori a confiança de que podiam continuar dependentes dela, afetiva e financeiramente.

Dentre elementos arcaicos e novos, Lori descobre que há outras possibilidades de se conjugar. Vislumbra que relações não dependem do contrato e não precisam implicar, necessariamente, renúncias pessoais. Pelo contrário, os sujeitos da relação podem encontrar no parceiro apoio para novas metamorfoses de suas identidades e para realizar, até mesmo, projetos de vida pessoais.

Lori identifica que o padrão de casamento sofrera mudanças, mas sua fala mantém um caráter conservador quando se refere às noções que circunspectam papéis de gênero: “*em parte a mulher antigamente ela tinha aquela... aquele sossego que ela não precisava trabalhar né. Então o homem é que ia trazer, que tinha que resolver tudo*”. Aparentemente, Lori parece conferir, com essas frases, um sentido expiatório ao trabalho feminino, como que se a mulher tivesse de pagar um preço pela sua liberdade. Todavia, ancora sua aceção na questão da “responsabilidade do si mesmo”, o que advém de uma proposta de vida autônoma

e de indícios de individualidade. A partir disso, Lori diz instruir suas sobrinhas para que se atentem às carreiras, pois observa que as noções que sustentam o casamento atualmente não são as mesmas que as de tempos anteriores. A escolha de Lori por determinado projeto de vida já é expressão de que a noção de casamento como “emprego de marido” pode ser descartado como único referencial de vida para as mulheres.

O contexto histórico a que Lori se reporta indica um cenário marcado pela referência de que vida conjugal e vida profissional são esferas que se dispõem claramente em oposição. Ainda assim, novas possibilidades podem ser vislumbradas e o relacionamento que Lori manteve por dezoito anos confirma isso.

A história de Neli nos oferece, também, exemplos de relações que corroboram os elementos valorativos que predominava em determinado cenário cultural. Quando Neli disse “não” para uma proposta de casamento que professava uma história igual a da sua mãe, ou seja, lhe propunha resignar-se ao lar e a família, transformou a condição de solteira em uma opção que lhe aparecia como única alternativa para seguir seu projeto de vida profissional.

Neli chega a considerar que pode ter “sacrificado” sua vida conjugal em prol de um projeto de vida profissional, o que não significa que não tenha vivido experiências afetivo-sexuais significativas. A questão da escolha aparece muitas vezes em sua narrativa e, de certa forma, são a partir delas que podemos conhecer Neli. Sua visão de mundo, seus valores, seus desejos e projetos. Conjectura-se, no mais, que ser solteira parece ter permitido à Elli o exercício da autonomia, ao que concerne uma cidadania sexual, e o desenvolvimento de sua individualidade. De acordo com suas próprias palavras: *“Nunca deixei de viver aquilo que eu sentia, mas as relações que eu tive foram aquelas que eu tinha certeza que eu deveria ter, com aquelas pessoas que eu deveria ter, e nunca gostei muito de ficar contando pra todo mundo o que é que eu tinha.”*

Já a história de Elli se destaca ao expressar uma contradição. Sigamos em reflexão:

A contraposição entre vida conjugal e vida profissional já não se sustenta mais por padrões e valores tradicionais. Pois, desde a década de 1960, acompanhamos transformações relacionadas às condutas sexuais e formas de conjugalidade. Mesmo que estas transformações não tenham um caráter revolucionário, já é explícito que outras formas são possíveis e, muitas delas, já realizadas na contemporaneidade.

Fica evidente, pela própria narrativa de Elli, que o fato de ter se casado não interferiu em seu projeto identitário, e que veio a se separar, segundo ela, por questões de ordem afetivo-sexual.

A “nova Elli solteira” é incitada pelos anti-exemplos das mulheres de sua família, que arroga serem “projetos de vida propositados por renúncias”. Ela também se despe de idealismos conjugais, como as referências amorosas que faziam com que a “antiga Elli solteira” acreditasse em “um mundo perfeito”. Desta forma, “Elli que se projeta no futuro” exaure seu projeto conjugal de utopias. Elli desconfia da possibilidade de uma relação conjugal. Desacredita da possibilidade de uma relação de parceria entre dois sujeitos autônomos possa acontecer. Receia que não encontre um homem “à sua altura e ao seu ritmo”. Suspeita que um futuro pai para seus supostos filhos não venha a provê-los de suas necessidades.

Com o decorrer das gerações, conjecturamos que a saliente percepção de Lori, de que um modo diferente de se conjugar possa ser imaginado, possa estar se esvaindo. Deste modo, pensar em uma crise de sentidos neste âmbito não nos dirige ao “esgarçamento” das relações afetivas. Mas, tal qual propõe Habermas (1983), é o fim de apenas *uma* utopia. E, como assinala Weeks (2000, p. 74), “nós ainda não sabemos o que por em seu lugar”. Voltando às considerações de Habermas (1983), uma emancipação nunca é antecipável, o que nos leva a concluir que o potencial de realização de uma vida a dois só pode se dar no ato de cada sujeito autônomo fazer-se em relação à outro sujeito autônomo. Relação conjugal é processo e assim se faz em construção, contudo, requer uma ação comunicativa para que seus procedimentos sejam consensuais, o que atende uma noção ampla de justiça, tal como Fraser (2007) a conceitua. Se estamos falando em sujeitos autônomos, nos aproximamos da noção de Habermas (1983) sobre o desenvolvimento da consciência moral e de uma proposta de sujeitos pós-convencionais, que implica, por exemplo, uma interpretação universalizada dos carecimentos. Podemos depreender daí, que, assegurada na relação a dois esta competência interativa, projetos de vida independentes e propostas identitárias pessoais poderiam, ao contrário do que se pensa, vir a angariar força e apoio dentro de uma vida conjugal. Já que utopias emancipatórias só se realizam em processos intersubjetivos e por meio do reconhecimento.

## 5.4 Mulheres públicas, identidades privadas

*Porque incomoda muito você ser solteira, você ser bonita e você ser bem-sucedida. Não combina isso. Você precisa estar tendo um caso com alguém. Como assim?*

Neli

Como comenta Garcia (1998), os padrões morais de conduta para os sexos, formulados ainda no século XIX, reverberavam até meados dos anos 1960. As dificuldades enfrentadas pelas mulheres para inserirem-se no mercado de trabalho são, assim, exacerbadas por noções e valores culturais que sustentam uma concepção problemática acerca da feminilidade e um estigma relacionado à questão da “solteirice”.

Perrot (1998) nos lembra que a conotação de “mulher pública”, por muito tempo, era a de mulher comum que pertence a todos, a “rapariga”. Esta acepção decorre de uma noção, persistente ainda em meados do século XX, como assinala Garcia (1998), de que a atividade feminina fora do espaço doméstico deveria ser uma ocupação transitória até que se consumasse um casamento e a mulher voltasse para sua “missão natural” – ser esposa e mãe. Esta concepção abarca projetos de vida de mulheres, confinando-as em relações de subordinação e opressão por duas vias:

- a. O labor identitário: razões e sentidos de projetos de vida de mulheres que, ao projetarem-se como profissionais, optaram por não casar

*Mas eu acho que... você sempre tem que prestar contas pra sociedade. “Porque que você está sozinha?” E eu acho que também, o fato de eu ter tido que lutar muito pela minha vida, eu ter que ter brigado muito pra conseguir minhas coisas, ter brigado muito pra não repetir a história da minha mãe com aquele monte de filho sem ter o que comer dentro de casa... acaba te endurecendo até um pouco.*

Neli

Se o trabalho era aceitável para as moças solteiras até o casamento, ou para àquelas que não se casassem, se oporiam à norma as mulheres que, ao se casarem, quisessem continuar trabalhando. Desta inferência que propomos perante o padrão moral que constitui o cenário cultural exposto por Lori e Neli, conduzimos uma discussão a respeito da possibilidade de que, mesmo projetos aparentemente subversivos, podem ter seus sentidos emancipatórios impedidos por razões instrumentais – via contrato íntimo. Vislumbramos, contudo, que outras variáveis apresentadas dentro de seus projetos possam resguardar estes sentidos emancipatórios, suscitando metamorfoses de suas identidades. Buscamos, deste modo, compreender por quais razões Lori e Neli elencam seus projetos de vida, trazendo como prioridade o trabalho.

Na circunstância do trabalho representar uma ameaça à “predestinação” feminina, ao passo em que se torna uma prioridade dentro de um projeto de vida, é a vida conjugal que passa a intimidar os propósitos profissionais de uma mulher. Tanto para Lori quanto para Neli, a possibilidade de firmarem uma aliança matrimonial dentro dos padrões da época, muito provavelmente, implicaria que deixassem de trabalhar, o que as submeteria a relações de subordinação com relação a seus maridos. Além disso, teriam que abandonar ou modificar os itinerários em que confiaram suas utopias de emancipação. Em épocas nas quais casamento e maternidade eram considerados “destino natural” da maioria das mulheres, a recusa explícita ao casamento heterossexual parecia uma estratégia planejada para construir novas formas de vida. (GONÇALVES, 2007, p. 177)

Há de se considerar que existiam outros meios de se resolver a questão. Garcia (1998) nos lembra que as mulheres da classe operária da década de 1960 sempre trabalharam fora e nem por isso deixaram de se casar. Todavia, diante dos desafios que Lori e Neli se propuseram a realizar, como tirar sua família da precária situação financeira em que se encontravam, preferiram não colocar seus projetos de vida em risco em função de uma vida conjugal, pelo menos, enquanto estavam ingressando no mercado de trabalho e iniciavam uma educação profissionalizante.

Frente duas nítidas normativas sociais – “se uma mulher casar deve deixar o trabalho fora do espaço doméstico” e “se continuar trabalhando fora é porque está solteira” –, uma conduta subversiva desta heteronomia valorada seria aventar que mulheres que se casavam e continuavam trabalhando expressariam sentidos de emancipação, como parece ser o caso das

mulheres retratadas por Garcia (1998). Os exemplos das mulheres da classe operária de São Caetano podem esboçar fragmentos de emancipação quando olhamos para seus processos identitários. Entretanto, quando pensamos num sentido de emancipação num contexto social mais amplo, vislumbrando abarcar transformações nas relações de gênero, devemos considerar algumas proposições que se fazem relevantes neste âmbito. Acompanhando a fala de Pateman (1993) de que o contrato íntimo é um registro oficial do contrato sexual, temos, ao menos, que prestar atenção na nota que resgata da obra de Thompson (1970). Trata-se de inquirir quais são as efetivas possibilidades de emancipação da mulher quando, parte de um contrato mesmo que de livre negociação, prescinde de uma forma de legitimidade patriarcal, independente do homem renunciar ou não ao seu direito de dominação sobre a mulher.

É aí que a educação das mulheres interfere de modo determinante. Garcia (1998) propõe a questão nos seguintes termos:

Ler e escrever são instrumentos de integração das mulheres no mundo; ambos engendram formas de sociabilidade no seio das quais se opera uma reflexão das mulheres sobre si mesmas, sobre os meios que lhe são dados para se manifestarem, sobre seus modos de expressão específicos e sobre a sua percepção própria do tempo e do espaço. (GARCIA, 1998, p. 47)

Este é o diferencial que nos permite apontar que Lori e Neli apresentam um salto qualitativo dentro de suas histórias, pois não renunciam a uma vida conjugal apenas pela potencial ameaça que esta venha a representar frente suas atividades remuneradas. Lori e Neli não buscaram uma ocupação quando se empreenderam numa vida pública. Elas desejavam, por intermédio da educação, “mudar de vida”, “sair daquela situação” que podia lhes oferecer apenas uma mesmice identitária. Queriam conhecer outros universos de sentido, lugares simbólicos em que suas propostas identitárias pudessem ser nutridas e aflorassem em personagens metamorfoseados sob o propósito de uma “vida-que-mereça-ser-vivida”. Avistaram esta possibilidade nas personagens que invocavam uma identidade profissional, capaz de diferenciá-las socialmente além da categoria de gênero a qual já pertenciam e quem, a priori, acreditavam não poder satisfazê-las por meio das meras convenções às personagens “mãe” e “esposa”.

A concepção de feminilidade entendido dentro de uma condição de gênero implica, em conceito, que mulheres são suscetíveis à dominação de homens dentro de uma sociedade patriarcal. No desempenho de uma profissão, a mulher pode se transfigurar numa

personagem. Esta personificação do si mesma permite que a mulher se identifique dentro de uma categoria profissional em que, teoricamente, a condição de gênero poderia ser negada, se as segregações sexuais não fossem elementos constituintes do espaço de trabalho.

Grosso modo, uma nomeação profissional insere simbolicamente a mulher numa categoria neutra, do ponto de vista da possibilidade de que possa, como tal, negar-se enquanto categorização de gênero. Sem que, para isso, precise se despir de sua identidade de gênero, muito pelo contrário, é a partir deste núcleo que uma identidade política poderá emergir e travar uma luta pelo reconhecimento de sua igualdade de *status* dentro do campo de trabalho. Em consequência disso, o questionamento desloca-se para as normas e valores que servem de base para que instituições trabalhistas ofereçam estruturas, materiais e simbólicas, de forma desigual, para homens e mulheres. Como propõe Fraser (2007, p. 109), há de se “desinstitucionalizar padrões de valoração cultural que impedem a paridade de participação e substituí-los por padrões que a promovam”, incluindo questões de reconhecimento do feminino reconstruídas à luz de uma noção de justiça ampla.

Do ponto de vista identitário, o que ocorre a estas mulheres é uma “articulação da diferença e da igualdade”, que, segundo Ciampa (2008 [1987]), é a própria identidade. Um substantivo (denominação profissional) passa lhes servir também de representação e assim, as personagens vão se constituindo umas as outras, “ora se conservam, ora se sucedem; ora coexistem, ora se alternam”. (...) São *modos de produção* da identidade.” (CIAMPA, 2008 [1987], p. 156) Esse processo interno de representação é incorporado nas suas objetividades sociais, e é pelo ato de representar-se dentro de um cenário de interação social que constituem histórias pessoais, autênticas e singulares.

É assim que podemos constatar que identidade é metamorfose, propositada pela expressão de “um *outro* outro que também sou eu” (CIAMPA, 2008 [1987], p. 181). É assim que Lori e Neli podem se tornar mulheres e/ou profissionais.

- b. O valor identitário: sentidos de uma vida pública pela razão de uma situação conjugal

*Eu acho que, é... me senti talvez desrespeitada era mais quando eu era analista, né. Onde ia ter gente que queria muito mais saber, talvez, a altura da minha saia do que o meu relatório ou o laudo psicológico de um candidato. Isso eu percebia.*

Elli

No sentido literal da palavra, as mulheres que trabalham fora podem ser consideradas mulheres públicas. Todavia, de antemão, o sentido conotativo do termo “mulheres públicas” é, historicamente, substantivado por noções pejorativas. Estas noções são transportadas como referentes simbólicos e se somam aos valores estigmatizantes atribuídos às mulheres solteiras, compondo padrões problemáticos de valoração e tratamento destas mulheres dentro da sociedade e do mercado de trabalho.

Pela expectativa social, a mulher haveria de se casar, resguardando-se no espaço privado do lar. Esta noção estava articulada a um ideal feminino que consistia em “recato e pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios”, ao modelo dos exemplos femininos sacralizados, como descreve Garcia (1998, p. 42). Curiosamente, este ideal se torna conveniente quando lembramos que esta mulher está destinada a casar com um patriarca – título que, originalmente, era designado às autoridades eclesiásticas. O que vem a enfatizar o papel da instituição religiosa sobre o contexto cultural.

Pela lógica empregada desde o início do século XIX, o “excedente matrimonial” das mulheres que não se casavam era realocado como mão-de-obra barata no campo produtivo fabril, no qual predominava uma organização androcêntrica do trabalho. Diante dessas circunstâncias, Rago (2001) enfatiza que as mulheres tinham de enfrentar muitas barreiras, tanto de base material (diferentes condições salariais), quanto simbólicas (assédio moral e sexual) para se manter no mercado de trabalho. Podemos observar, pelos contextos expostos no corpo deste estudo e pelas histórias de vida que aqui nos reportamos, que este cenário tem se mantido atualmente, reservada as diferenças de contexto histórico.

Fora do lar, a mulher tinha que se defender de fofocas e calúnias a respeito de sua conduta – questionada, inclusive, no âmbito sexual –, sem contar as investidas sexuais de seus padrões e o assédio moral que sofria, além de se submeter a precárias condições de trabalho e remuneração.

O estranhamento e a curiosidade eram as formas mais sutis de explicitar que estas mulheres estavam fora do padrão. Até porque as mulheres solteiras que trabalhavam fora não deixavam de ser inquiridas a respeito de seus projetos de vida. Lori ilustra esta vigilância social apresentando-nos os comentários que lhe eram aferidos pelos homens que trabalhavam com ela numa empresa multinacional. Pelo fato de Lori ter uma boa aparência, eles “não se conformavam” dela não ter se casado, ou seja, esperava-se que apenas as mulheres que não conseguissem se casar optassem por trabalhar fora. Lori se sentia embaraçada por ter que responder a estes inquéritos. Ainda hoje este questionamento é proferido. Ele está presente, por exemplo, no comentário do sócio de Elli: “*Na sua idade você ainda tem amiga sua casando?*”

Desta pergunta, deriva-se uma questão que persiste: “Porque você não se casou?”. Ela nos revela, pelo menos, dois fatores a respeito de uma constante nos diferentes contextos históricos. Primeiro, expressa o campo de poder em que uma força de valoração social, que recai sobre as propostas identitárias socialmente aceitas, colide com projetos de vida que expressem outras possibilidades identitárias. Causa de inquietação e motivo de questionamento para os que avaliam e desconforto para os que destoam do padronizado. Segundo, nos conta que a reposição da personagem solteira dentro de histórias de vida não diz respeito, necessariamente, a uma proposta identitária intencionada por esta personagem, mas procede de um paralelismo entre projetos de diferentes esferas da vida, cujo itinerário demarca espaço e valor para a consecução desta personagem. Conjecturamos que este desconforto emane, principalmente, de uma pergunta que não tem *uma* resposta, mas muitos sentidos dentro de seu processo identitário.

Um discurso crítico pode ser vislumbrado nas narrativas de Neli e de Elli, quando apontam as desigualdades de gênero que tiveram que enfrentar para dar seqüência às suas carreiras profissionais.

Acompanhemos, primeiramente, o itinerário de Neli.

Ela nos conta que, para trabalhar, teve, à priori, que enfrentar o orgulho de um “patriarca que zela por suas filhas mulheres”, papel desempenhado por seu pai. Teve de superar condições financeiras e regionais adversas para iniciar sua carreira profissional e, ainda, ajudar financeiramente sua família. Vale ressaltar que Neli precisou conseguir uma autorização legal para que pudesse freqüentar um curso noturno e, assim, continuaria

estudando enquanto trabalhava de dia. Esta situação exhibe os contornos de uma liberdade assistida socialmente, que pauta noções sobre a maturidade baseada na categorização etária.

Em meados da década de 1980, Neli teve que desbravar o terreno androcêntrico em que o mercado de trabalho se alicerça. Sua organização hierarquizada expressa, ainda, uma forte segregação sexual. Como ilustra os índices do IBGE, de 2000, e do PNAD, de 2007, há uma grande concentração de mulheres em atividades remuneradas ocupando cargos considerados “femininos”. A única coisa que parece ter mudado, deste meado do século XIX até hoje, primeira década do século XXI, são algumas das explicações para que estas atividades continuem sendo menos valorizadas e mal remuneradas, quando se tem em vista os cargos e salários de homens.

Neli nos mostra, em sua narrativa, que nunca lhe fora oferecido um plano de carreira e que só conseguiu que este pudesse se substantivar com a adoção de uma postura audaciosa e pró-ativa. Chegou a atuar voluntariamente na área de seu interesse até que obtivesse reconhecimento de sua competência e conseguisse uma promoção ao cargo que lhe permitisse executar a profissão em que tinha se formado e, principalmente, a qual se identificava.

Todo o interesse e empenho de Neli para se desenvolver em sua profissão – e desenvolver seu ramo de atuação dentro da empresa que trabalhava – sucumbiram à crise empresarial, o que precipitou outra mudança em sua vida. Por conta da difícil situação econômica que se encontrava, Neli é impelida a aceitar uma oferta da empresa de que fosse transferida para uma filial na cidade de São Paulo. Com o adendo de que teria de voltar a ser secretária, até mesmo, porque a remuneração que lhe ofereceram, capciosamente, era maior, comparado a um cargo que pudesse vir a ocupar na sua área de atuação.

É neste momento da história de Neli que o “ser mulher” e o “ser solteira” aparecem, contundentemente, como questões de discriminação, desqualificação, opressão e impunidade dentro do mercado de trabalho, o que repõe o sentido conotativo do termo “mulher pública”. Como secretária de diretoria, Neli é permanentemente submetida ao assédio sexual de seu chefe e, não encontrando apoio dentro da empresa, é obrigada a deixar o emprego.

E o que Neli fez com o que fizeram dela? Ela se metamorfoseia novamente. Projeta-se no futuro sem deixar que seu presente a colonize. Ao pedir demissão, já havia iniciado um financiamento para a compra de uma casa. A situação econômica do país estava abalada em meados da década de 1980. Ainda assim – e justamente por isso – decide arriscar e viaja para o exterior para concluir um curso de língua estrangeira. Três meses depois, retorna ao Brasil e

retoma sua utopia emancipatória: construir uma carreira na área de Serviço Social. Novamente, enfrenta dificuldades para ingressar no mercado de trabalho. Volta a ser contratada como secretária por uma instituição financeira de grande porte, na expectativa de poder ser transferida para sua área de atuação profissional depois de algum tempo de serviço.

Mais uma vez, a história se repete: Neli se empreende em conhecer a área de Recursos Humanos, desenvolvendo atividades voluntárias até que consegue transferência. Todavia, desta vez, Neli consegue imprimir sua utopia nessa história: vinte e três anos de trabalho na instituição e atinge um cargo de diretoria.

Ainda assim, o valor depreciativo atribuído às mulheres públicas acompanha Neli por toda sua história. É constantemente provocada a provar sua competência e a explicitar sua integridade moral, afinal, a mulher que trabalha fora e é solteira, ainda no final do século XX, está suscetível a preconceitos que se reportam a significados de uma vida de lascívia e de desonra.

Se o poder é masculino, como retrata a matéria de revista<sup>86</sup> que analisamos, Lori aponta que fora necessário se “virilizar” para poder concorrer por uma carreira de sucesso no campo androcêntrico do mercado de trabalho. Nesta nova metamorfose que passou teve que renunciar a algumas características que a identificava, como ser uma pessoa calma, tranqüila e justa no trato com as pessoas. Conta-nos que foi obrigada a “endurecer”, e, assim, explicita de que maneira um elemento que a qualificava – sua sensibilidade – pode ser rechaçado ao sentido de fragilidade. Elemento este que compõe uma concepção problemática de feminilidade e, desta forma, constitui um lugar de gênero dentro das relações de poder. Por esta concepção, ser mulher é ser sensível, e ser sensível é ser frágil. Qualidade inconciliável com uma posição de liderança. Logo, mulheres dificilmente podem ser vistas em cargos de chefia, a não ser que adotem a postura masculina de liderar.

Por outro lado, concomitantemente, Lori aprende a dizer “não”. Do ponto de vista de uma abordagem habermasiana, podemos considerar que esta seja uma expressão do desenvolvimento de sua individualidade. Vislumbramos, com isso, uma possibilidade de que venha a apresentar um incremento em seu nível de consciência moral, a ponto de passar a utilizar “sua competência interativa para elaborar conscientemente conflitos de ação moral relevantes”. (HABERMAS, 1983, p. 67) Com isso, Neli incorpora novas características ao seu modo de ser. Segundo ela, passa a ser mais “assertiva”, o que considera ter contribuído

---

<sup>86</sup> *O poder é masculino* (MONTENEGRO, 2006)

para que viesse a superar situações de opressão e submissão. Seu depoimento é expressivo e indispensável:

*(...) hoje, uma das coisas que eu sei, que eu acabei desenvolvendo muito e que eventualmente eu até extrapolei, e eu acho que isso fez parte de uma característica da minha geração, das mulheres da minha geração, que tiveram que lutar muito para conseguir um espaço, pra conseguir dizer não, eu sei; “Não, não olhe pra minha carinha que eu não sou tão bozinha assim, e eu não vou fazer tudo o que você quer”, foi ser muito assertiva. O quanto ser muito assertiva, as pessoas, ainda mais se você é solteira, te tarjam muito! Então, eu acho que isso foi uma das coisas mais difíceis pra mim.*

Mesmo num cargo de diretoria, Neli ainda sofre preconceitos e ouve insinuações desagradáveis a respeito de sua condição de solteira. Todavia, ela se posiciona. Ela sabe quem é, o que quer e também o que não quer, e não tem medo de dizer que ela é o resultado de suas escolhas autônomas e auto-refletidas em seu processo de auto-determinação. É assim que se posiciona como identidade, como singularidade, como individualidade.

Acompanhamos, com a história de vida de Neli, que os obstáculos aventados às mulheres públicas não aparecem apenas com a inserção da mulher no mercado de trabalho, mas, de antemão, incidem sobre o projeto de vida destas mulheres. Já nos é possível vislumbrar uma das possibilidades de instalação de determinado itinerário social, que atua sobre propostas de existência e busca amoldá-las em função da normatividade vigente. Este itinerário é composto por valorações culturais e normas sociais, que intervêm na vida cotidiana por intermédio da padronização dos papéis e *scripts sociais* e de caracterizações simbólicas que estereotipam personagens correspondentes. Deste modo, pode servir de orientação e referência para o sujeito agir e se mover nas estruturas de interação, ou até mesmo, enredar personagens sociais em relações de coerção e dominação.

Este itinerário também pode ser observado pelo seu vértice corporativo. A história de Elli explicita as formas atuais com que um itinerário proposto às mulheres públicas vem a ser incorporada pelas instituições trabalhistas, ressaltando a convivência com elementos arcaicos de segregação sexual. O que vem a acentuar que a discriminação e a opressão que recai sobre a mulher ainda são constantes dentro do mercado de trabalho.

Com trinta e cinco anos Elli já empresaria seu próprio negócio. Tem duas graduações completas e cursos de especialização profissional. Mora sozinha em apartamento próprio e é independente financeiramente. Elli é uma exceção nas estatísticas sobre mulheres e mercado de trabalho. Contudo, Elli é um emblema da “nova solteira”.

Quando olhamos para sua história pregressa, vislumbramos, pelo menos, dois itinerários propícios a se concretizar. Elli nasceu na cidade de São Paulo, é filha de pais de classe média que sempre a incentivaram a estudar. Pode morar com os pais até terminar a faculdade e teve apoio de profissionais de sua área para ingressar numa carreira promissora. Entremeios, considerando sua fala, seu processo de socialização se deu dentro de uma “mentalidade provinciana” e, até hoje, Elli é questionada, principalmente pela mãe, porque se separou e ainda não tem filhos.

Do lugar simbólico que produziu uma “Elli esposa”, restaram poucos ideais para retomar numa futura relação amorosa. Já a “Elli mãe” não compactua dos mesmos valores de sua tradição, e aguarda, com cautela, o momento de se apresentar. Deste modo, é a “Elli profissional” que ganha destaque e propulsão de uma proposta identitária.

Por meio desta personagem, Elli descobre a cada dia – e a cada metamorfose de sua identidade – uma maneira de encarar as angústias de sua geração, num processo de auto-reflexão que, dialeticamente, produz e é produzido por uma consciência política que desenvolve sobre parte dos mecanismos culturais que sustentam as desigualdades sociais. Até mesmo porque a especificidade de sua profissão permite que ela tenha um olhar panorâmico sobre o universo em que projeta-se como identidade – o mundo corporativo do trabalho.

A partir de suas experiências profissionais, Elli expõe a “estratégia organizacional machista” que considera ser utilizada pelas empresas que passou, por exemplo, do ramo industrial e do mercado financeiro. Nestas, observa que, dificilmente, encontra mulheres em cargos de diretoria ou na presidência. Ela percebe que há uma resistência muito forte dentro do mundo organizacional que dificulta – quando não impede – que uma mulher consiga uma promoção de cargo. Elli pontua, mas não chega a tecer considerações a respeito dos motivos que acarretariam uma situação como esta.

Segundo Elli, os entraves e as armadilhas que as mulheres enfrentam dentro das instituições trabalhistas mudam conforme a posição que ocupam dentro da organização hierárquica. Conquanto, se deparou com discriminações de gênero e situações de assédio, opressão e subordinação em todos os níveis hierárquicos. Este é um dado de grande

relevância para nossa análise, pois autêntica, com dados do cotidiano, o que os índices estatísticos apontam.

Vale lembrar um comentário de Lori a respeito das distinções entre cargos masculinos e femininos: *Apesar de que quando eu comecei a trabalhar, o emprego assim... de, da mulher, era mais, a maior parte era de secretária e professora, não é, num... num tinha assim, hoje, como hoje tem todas essas executivas que elas estão em todas as áreas, né. E na minha época, cê vê, quanto faz? Quarenta anos, quase cinquenta anos atrás.*

Sobre as atividades de base ou operacionais, Elli discorre que novas formas de subordinação e exploração das mulheres têm surgido. Reflete, por exemplo, que, sob a alegação de democratização da profissão de frentista, as mulheres tem sido instrumentalizadas, pois o uniforme que deixa suas curvas à mostra torna-se um atrativo a mais para que homens abasteçam nestes postos de combustível.

Em outra esfera e posição de *status* dentro da hierarquia institucional, Elli conta que são outras as relações de opressão. Trabalhando em cargos mais baixos da escala administrativa da empresa, Elli estava constantemente sujeita a assédios, tanto moral quanto sexual, dos homens da empresa em que trabalhava. Já em cargos gerenciais, seu maior obstáculo era conseguir ser promovida para um cargo mais alto. Conta que, além dela, muitas outras mulheres que, por mais que se esforçassem e atingissem um nível profissional superior ao cargo que ocupavam, não conseguiam um cargo alto ou de liderança dentro da empresa. Desta forma, Elli conclui que as empresas não dão chance de crescimento para as mulheres com dá para os homens. Este foi um dos motivos que fez Elli optar por se afastar destas instituições e criar seu próprio negócio.

Se esta opção realiza um sentido emancipatório dentro da história de vida de Elli em função da utopia que alicerça seus projetos de vida, por outro lado, este sentido é subsumido pela lógica sistêmica que impera dentro do mercado de trabalho, a partir do momento que deixa, justamente, o campo em que a desigualdade de gênero se institui. Pela perspectiva de uma proposta identitária, empreender-se num projeto profissional particular pode libertá-la das opressões e subordinações que sofria. Consciente destas adversidades, Elli pode, até mesmo, propor mudanças e oferecer outras frentes de trabalho dentro do seu ramo de atuação, fundamentada numa luta de gênero. Do mesmo modo, conjecturamos que Elli possa se confortar à sua conquista e, aderindo a um modo de vida – e de trabalho – individualista de caráter isolacionista, ganha alicerce, inclusive, pela perspectiva de ser considerada uma “nova

solteira”. A aparência de que sua utopia emancipatória tenha se concretizado faz com que Elli se torne cúmplice de relações sociais que mantém mulheres confinadas na *má-infinitude*<sup>87</sup> das desigualdades de gênero. Este segundo itinerário que trazemos em hipótese ilustra a discussão que queremos propor frente nosso problema de pesquisa e será retomado nas conclusões deste estudo.

---

<sup>87</sup> Este termo é utilizado por analogia a noção empregada por Ciampa (2008 [1987], p. 140), no intuito de representar um processo em que “as contradições não se resolvem como superação, são apenas re-postas num círculo infundável.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mulheres que intentam por uma vida profissional bem sucedida tendem a traçar projetos de vida consubstanciados por uma utopia emancipatória. Confirma esta afirmação o registro histórico que retrata as situações de subordinação da mulher, os atuais índices demográficos e socioeconômicos apresentados e, ainda, os exemplos vivos de situações de desigualdade e opressão presentes na narrativa das mulheres que entrevistamos. Como assinala Almeida (1999):

(...) estes projetos possuem um sentido emancipatório que ultrapassa uma simples proposta de ajustamento aos novos tempos. A persistência demonstrada por essas mulheres e, mesmo, a luta para alcançarem seus objetivos e sustentarem as escolhas feitas, à revelia de restrições e contratempos, revelam um propósito maior de buscar, nos interstícios das estruturas estabelecidas, brechas que lhes permitam romper com amarras femininas, ao invés de se conformarem com estas. (ALMEIDA, 1999, p. 96-97)

A escolha por um projeto de vida solteira pode ser vislumbrado como um mecanismo de enfrentamento de relações opressivas e de submissão, diante da história patriarcal da institucionalização do casamento. Algumas falas das entrevistadas são emblemáticas disso, como por exemplo, o receio de Neli de se limitar ou repetir os infortúnios do papel de uma “mãe dona de casa, cheia de filhos pra criar”. O desejo de Lori, de “nunca parar de estudar”, ou então, a fala de Elli que almeja, a partir da apropriação do papel da “executiva de sucesso”, ser independente, “dona do próprio nariz”. Tanto quando, a projeção da “condição de solteira” para um *estilo de vida* também pode representar uma revisão da valoração cultural que, por tanto tempo, estereotipa e estigmatiza a mulher solteira.

Várias das noções atribuídas às mulheres “sós” nos distintos contextos remetem a algumas idéias proclamadas pelo feminismo. Nos estudos de população, na mídia e nas percepções das entrevistadas, educação e trabalho qualificado e remunerado são considerados a via privilegiada pela qual as mulheres adquirem independência e conquistam maior autonomia em suas vidas. A ampliação da autonomia possibilitaria a um conjunto de mulheres, educadas e profissionais, maiores chances de realizar escolhas, decidir por si mesmas e ter mais poder, inclusive o de romper com os estereótipos clássicos da “solteirona”. (GONÇALVES, 2007, p. 5-6)

Como bem observado por Gonçalves (2007), ganhos em termos de autonomia e independência, principalmente no âmbito socioeconômico, remetem ao advento da luta feminista e, desde então, vem operando transformações na vida de mulheres que puderam tomar para si o rumo de suas vidas. Mas, mesmo nestes casos, novas formas de aprisionamento podem ocorrer. Almeida (1999, p. 111-112) avisa-nos que “não há como ignorar que a busca da emancipação está sujeita a este risco, que pode vir a desfigurar o projeto, negando o equilíbrio que se busca com tanto afincamento e sacrifício pessoal e, também, os valores de integridade individual nele contidos”. A fim de investigar possíveis armadilhas que decorrem, até mesmo, de processos de emancipação, empreendemos uma análise crítica sobre as razões e os sentidos que conduzem mulheres bem-sucedidas profissionalmente a um projeto de vida solteira. À luz do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação, buscamos compreender os interesses e propósitos que circundam a elaboração de um itinerário específico a estas mulheres, permitindo, inclusive, que uma “nova solteira” nos seja apresentada.

Como pudemos verificar nesta pesquisa, mulheres cujos projetos de vida carregam pretensões de uma carreira profissional bem-sucedida são constantemente submetidas a um campo de decisões cujas opções são pré-estabelecidas em função de uma racionalidade econômica. Interpelados por condições desiguais de gênero, seus itinerários profissionais exigem destas mulheres escolhas e renúncias que acabam sendo significadas como um “preço que se paga” ou um “sacrifício” necessário, de acordo com as entrevistadas.

Está incutida na política identitária da “nova solteira” a idéia de que “não se pode querer ter tudo” e, uma vez escolhido o sucesso profissional, não caberia neste itinerário o casamento ou a maternidade. De outro modo, este itinerário prescreve que será necessário um extraordinário esforço da mulher, na tentativa de conciliar projetos de vida, supostamente, incompatíveis ou divergentes. Uma mulher que se empreende no mundo androcêntrico do trabalho, inevitavelmente, defrontar-se-á com impasses, desafios, opressões e escolhas que são exclusivas ao gênero. Pois, significados e valores culturais organizam diferentemente os papéis sociais de homens e mulheres, sugerindo-lhes itinerários específicos.

Seus projetos de vida são, assim, interpelados por desigualdades sexuais e de gênero que substantivam impasses à sua capacidade de decidir e impõem limites não só para sua participação social, mas para seus projetos de vida e suas propostas identitárias.

Podem mudar as formas de controle e de subordinação, mas as desigualdades imperam no mundo corporativo do trabalho, como nos lembra Margareth Rago (2001) com esta nota sobre as trabalhadoras das fábricas do início do século XX:

As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como ‘naturalmente masculino’. (RAGO, 2001, p. 581)

Ainda assim, é possível que uma utopia emancipatória fecunde em campos sentenciados. Juracy Almeida (1999) traz em sua pesquisa de mestrado exemplos eloqüentes de mulheres que, visando uma articulação própria destes domínios da vida, calcaram propostas identitárias precipitadas por movimentos genuinamente autônomos. Sem que, para isso, tivessem que submeter seus projetos de vida aos ditames exclusivistas dos modelos socialmente impostos. Pela expressão do próprio autor,

Se é verdade que “os dedos não são iguais entre si”, há, no entanto, em todas elas [referindo-se as mulheres pesquisadas], uma vontade imensa de buscar a realização pessoal através do domínio de uma área do conhecimento, da explicitação de uma capacidade profissional, do exercício de uma atividade prazerosa, da obtenção do reconhecimento alheio e, também, da convivência afetiva e solidária com seus familiares, companheiros e filhos. A questão que se afigura para elas não é o de uma opção entre a vida pública e a vida doméstica, uma opção do tipo “ou isto ou aquilo”, mas de como integrá-las de modo satisfatório e harmonioso. (ALMEIDA, 1999, p. 92)

O autor publiciza identidades femininas que, contra todas as expectativas – de um modelo feminino tradicional a um modelo feminista revolucionário – fundam a autoria original de uma história de vida. Considerando a identidade como um processo dialético e intersubjetivo, entrevemos, junto a estas originais propostas identitárias, a criação de novas formas de relacionamento conjugal. Ao inaugurarem novas possibilidades de organização conjugal, baseada na reciprocidade e na negociação, estes projetos singulares implicam a flexibilização das regras e valores que regem a vida doméstica e os papéis sociais correlatos, rompendo, até mesmo, a fronteira entre o mundo privado e a esfera pública. Esta proposição alicerçou nossa análise a respeito dos aspectos afetivo-sexuais contidos nas narrativas de história de vida e, ainda, nos permitiu apontar, entre as concepções que Lori traz a respeito da

relação conjugal, uma perspectiva emancipatória. Bem como, esta proposição nos serviu de orientação para desenvolver uma reflexão crítica sobre as justificativas, dispostas em matérias de revista, a respeito da incompatibilidade entre projetos profissionais e conjugais.

Almeida (1999) acrescenta, contudo, que estas novas possibilidades de vida não excluem contradições e intempéries, muito pelo contrário. A perspectiva é de que um projeto de singularidade que esteja associado a uma vida conjugal seja, constantemente, posto à prova, com base nos ideais que regem a dinâmica familiar. Estes ideais devem, portanto, ser reavaliados e redimensionados frente à nova possibilidade de relação.

A contradição não é cisão, rompimento, mas sim possibilidade de superação inscrita na biografia dos indivíduos e presente em seu cotidiano. Não há porque pensá-la apenas como negatividade em função de dúvidas e angústias associadas ao querer ser uma boa mãe, e também boa esposa: ela expressa a complexidade do viver. No fundo, as dúvidas e angústias têm em sua base um estado de insatisfação com o presente vivido, não propiciador da realização simultânea de todas as aspirações. Quanto mais esta contradição é sentida na vida do indivíduo, mais marcada será a sua autopercepção como individualidade singular que se quer realizar. (ALMEIDA, 1999, p.108-109)

Desta forma, Almeida (1999) afirma que é preciso reconhecer que a realização deste projeto depende de possibilidades alçadas, mas também, de um empreendimento laboral sobre as determinações contextuais pré-existentes. Isto nos leva a considerar que, além de existirem outros eixos de desigualdade, estes atravessam os projetos de vida de mulheres que intentam projetos de vida profissionais de modo enfático. No caso de mulheres que almejam uma carreira bem-sucedida, estas barreiras são ainda maiores.

O itinerário que permite a esta mulher atingir um cargo de liderança, por exemplo, é repleto de armadilhas e obstáculos. No cenário cultural que investigamos encontramos alguns deles: a escolha profissional de uma mulher, quase sempre, é substanciada por padrões valorativos que supõem ocupações femininas e masculinas; é difícil, senão raro, seu ingresso no mercado de trabalho, principalmente, na área em que tem formação; as mulheres são minoria em cursos de pós-graduação profissionalizantes, cursos estes que respaldam uma promoção de cargo; há diferenças fundamentais que não são reconhecidas em currículos de homens e mulheres, posto que, existe uma intercorrência na realização de projetos de maternidade e de vida conjugal justamente nesta fase de aprimoramento profissional. Somam-se a estes, os preconceitos, discriminações e opressões que as mulheres – historicamente e constantemente – se deparam ao ingressar no mercado de trabalho, cuja

organização hierárquica androcêntrica, submete-nas a relações subordinativas e a tratamentos desiguais. As experiências de Neli e, principalmente, a possibilidade perspectiva trazida por Elli, nos servem de indicativos e nos levam a afirmar que as desigualdades de gênero colonizaram o universo do trabalho.

Consideramos pertinente retomar a discussão que propusemos sobre os padrões morais de conduta que se voltam para a mulher pública, de modo que possamos atualizá-los à luz das noções que implicam uma “nova solteira”. Se antes as instituições religiosas e a moralidade dispunham sentidos e orientavam as condutas, podemos considerar que, nos dias atuais, este papel é desempenhado pelas ciências e pelo mercado. A informação “quanto mais bem sucedida for uma mulher, menor a chance de ela se casar e ter filhos” pode ressoar, no discurso que é produzido pela mídia, como um valor moral, amoldando os projetos identitários das mulheres a que se referem. Deste modo, inferimos duas possíveis acepções:

- a. Se uma mulher quiser ser uma profissional bem-sucedida, deve saber que, muito provavelmente, deverá desistir de seus outros dois projetos: casar e ter filhos.
- b. Se insistir em casar e ter filhos, levando em frente um projeto de vida profissional, deve saber que, muito provavelmente, não será bem-sucedida.

Esta primeira proposição exprime uma disposição social que, consonante aos interesses do mercado de trabalho, vem a valorizar um modo de vida individualista de caráter isolacionista. É por este vértice que se atribui ao projeto de vida solteira um significado de “estilo de vida”, particularmente sintetizado por um interesse instrumental. Entretanto, vale ressaltar que as dificuldades que a mulher encontra para realizar uma carreira bem-sucedida são, principalmente, de ordem da organização trabalhista. E, é também por este motivo que a segunda proposição exposta acaba se realizando.

De qualquer modo, a responsabilidade pelas dificuldades e, até mesmo, pelo fracasso de uma carreira bem-sucedida se volta para a mulher, já avisada das supostas incompatibilidades. Tanto quanto, por vezes, poderá vir a se sentir culpada ou penalizada pelos problemas que decorrerem de seus outros projetos de vida – crises no relacionamento conjugal, sobrecarga com atividades domésticas, cobrança dos filhos etc.

Esta segunda proposição é, ainda, acrescida de uma valoração cultural sobre os laços conjugais, que fica explícito, nas matérias de revista consultadas, pela noção de que “embora não estejam desesperadas, mesmo as ‘novas solteiras’, desejam ter alguém”. Além das

constatações – questionáveis – de que as “mulheres menos ambiciosas podem ser mais felizes”.

Supomos, agora, que esta mulher que se empreende num projeto profissional permaneça solteira. Do ponto de vista da identidade, ao permanecer solteira, estará repondo esta personagem, o que Ciampa vai chamar de *mesmice*. Dois sentidos podem encaminhar este movimento de metamorfose: a conformação ou a contestação. Dando corpo a ideologias, tal personagem nos permite tais conjecturas:

A visibilidade que a “nova solteira” ganha na mídia erige-se sob pretexto de que as mulheres têm conquistado seus espaços, se libertando de relações de opressão e dominação, instauradas por um contrato íntimo de origem patriarcal. Não há como negar que uma proposta de vida solteira possa estimular uma utopia emancipatória, em que vislumbramos um sentido de superação e de fortalecimento desta mulher no que se refere recuperar a voz de sujeito-agente em projeto de autodeterminação. Neste caso, a reposição do estado de solteira reflete um movimento de metamorfose de contestação, que se reporta a resistência contra o poder arbitrário da tradição e do contrato sexual.

É visto que, entre as mulheres entrevistadas nesta pesquisa, ou mesmo, entre as depoentes das matérias de revista analisadas, ainda que possam ser consideradas “novas solteiras”, nenhuma delas proclama que o sentido de suas propostas identitárias decorre de um projeto de vida solteira *per se*. Este seria um caso que se aproximaria, por exemplo, das opções religiosas, que imprimem uma proposta de vida de celibato. E, ainda assim, há controvérsias<sup>88</sup> quando a ser uma escolha que implica uma proposta identitária e não o contrário.

Neste ponto, somos levados a refletir que, no caso de “novas solteiras”, o que ressalta são “novas profissionais”. Ou seja, estas mulheres são solteiras porque privilegiaram projetos de vida profissionais, e não o contrário. E isto não seria um problema, se os itinerários previstos às mulheres que intentam uma carreira profissional não precipitassem uma esfera de escolha em que tais projetos são tomados como opções, imprescindivelmente, excludentes entre si. O que ocorre é que, nestes termos, uma vida solteira não poderia decorrer de uma decisão autônoma, muito menos, sugere um movimento identitário de caráter contestatório.

---

<sup>88</sup> KYIAN, A. M. M. *A identidade do sacerdote católico: um estudo sobre o celibato e a política de identidade da Igreja Católica*. Dissertação de Doutorado em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2005.

Ao significar seu projeto de vida como uma trilha que não foi percorrida – “sou solteira porque ainda não casei”, o grau de autonomia na pressuposição desta identidade está condicionado a determinações exteriores. Num extremo, pode apresentar-se em *má-infinitude*, pois é uma expectativa normativa e heterônoma que substantiva o sentido de seus projetos de vida e condiciona sua conduta sexual. Do mesmo modo, a promoção de certas noções a respeito da personagem “nova solteira”, que ocorre pela veiculação de um discurso específico na mídia, incita que identidades femininas possam ser cunhadas sobre uma *personagem fetichizada*. Este desdobramento do conceito de identidade trazido por Ciampa (2008 [1987]) remete-nos a olhar para esta personagem como um predicado que só pode se concretizar pela determinação. É desta forma que a mulher torna-se objeto e procede como uma “mercadoria” dentro de instituições trabalhistas.

A ênfase posta na “nova solteira” advém de um falso reconhecimento ou, como sugere Aluísio Lima (2009), de um *reconhecimento perverso*, que incide sobre a identidade de mulheres que atendem ao perfil em questão. De fato, muitas destas mulheres angariaram possibilidades emancipatórias em decorrência de uma vida solteira, mas este itinerário não é posto em questão quando seu projeto de vida profissional é bem-sucedido. É pela lógica da eficácia que o sentido de sua história transcorre, obnubilando novos entraves e restrições ordenadas por este mesmo itinerário.

Quando se divulga o caráter emancipatório dos projetos de vida destas mulheres, sob a perspectiva da personagem “nova solteira”, não há questionamento algum a respeito dos propósitos destas mulheres em concatenar tais itinerários.

Quais eram as utopias de emancipação destas mulheres? Do que elas se libertaram? Do que pretendem se libertar por intermédio desta proposta identitária?

São estas as perguntas que podem nos indicar suas propostas identitárias e o sentido de seus itinerários. Também são estas que nos conduzem a uma reflexão crítica sobre os elementos que incidem na história de vida de Elli.

Quando Elli afasta-se da instituição que trabalhava para montar a própria empresa, pode-se considerar que ela tomou uma decisão autônoma, que se tornou mais independente e, inclusive, libertou-se de relações de a oprimiam e a subordinavam dentro do trabalho. Isto demonstra que, de algum modo, pode ter realizado uma utopia emancipatória. Somado ao fato de que Elli é solteira, mora sozinha, é bem sucedida financeira e profissionalmente, Elli pode ser considerada uma “nova solteira”. Diante disso, seu projeto de vida pode ser

reconhecido socialmente como um “estilo de vida” e, mediante a valorização e o reconhecimento de sua realização, também pode confortar-se às suas conquistas.

A preocupação que resulta desta compreensão recai sobre o fato de que, sem que precisemos negar suas conquistas, há de se olhar criticamente para o seu processo e para o contexto em que este se dá. O discurso que é veiculado na mídia tende a conceber que a utopia em que Elli, ou qualquer “nova solteira”, possa ter confiado sua luta de gênero estaria, desta forma, realizada. Quando que, ao olharmos com mais precisão para sua história, concluímos que Elli apenas abandonou o cenário onde as mesmas condições de opressão e subordinação de gênero incidem, seja sobre ela ou sobre outras mulheres.

Outra situação emblemática em sua história reside no fato de que Elli já experimentou um casamento e, inclusive, segundo ela, este seu projeto de vida não chegou a atrapalhar sua vida profissional. Ainda assim, receia iniciar novo relacionamento. Teme não poder encontrar alguém que possa acompanhá-la em suas metamorfoses. Esta é a razão da “solteirice” contemporânea, apontada por muitas outras “novas solteiras”. A queixa que se atualiza é a de que não há um “tipo” de homem no “mercado conjugal”, talvez um exemplar que possa conjugar uma parceria pós-convencional, ou ainda, um pretendente compatível com o “dote” que estas “novas solteiras” teriam a oferecer.

Os sentidos que são pronunciados na história de Elli são emblemáticos à nossa questão de pesquisa, principalmente, porque falar sobre mulheres bem-sucedidas profissionalmente exige que se coloquem em pauta seus projetos de vida conjugal, desde que estes não estejam ameaçados em seus itinerários. A contingência entre um projeto de vida profissional e uma vida solteira, tal como é anunciada na mídia, não se sustenta enquanto causa e efeito. A tentativa de justificar os dados que apontam essa correspondência deve voltar-se, deste modo, à busca de correlações e explicações nos eixos transversais que sustentam a relação entre a organização social e a estrutura econômica, interpelados por categorizações que instauram desigualdades de toda ordem.

À luz de uma noção de justiça ampla, devemos explicitar estes eixos de controle e de subordinação que organizam as relações de trabalho e inferem itinerários prescritos de restrições e opressões às mulheres que confiam, aos projetos de vida profissional, uma utopia emancipatória. Nosso intuito não é dispensar esta política identitária que tem dado visibilidade e incitado novos significados à mulher solteira, mas incluir como pauta de discussão nestes discursos veiculados na mídia as relações de subordinação e discriminação a

que estas mulheres vêm sendo submetidas dentro do mercado de trabalho. Pois, as “novas solteiras” não são exemplos de realização da emancipação feminina, mas podem, ainda, configurar-se como possibilidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. A. M. *Identidade e contexto social: projetos, armadilhas e emancipação*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1999
- AZEVEDO, A. V. *Comentários ao Código Civil – Parte Especial do Direito de Família*. Vol.19. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003
- BARROS, V. A. & SILVA, L. R. A pesquisa em História de Vida. In: GOULARD, I. B. (org.) *Psicologia Organizacional e do Trabalho; teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 134-158
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- \_\_\_\_\_. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004
- BECKER, H. S. A história de vida e o mosaico científico. In: *Métodos de pesquisas em Ciências Sociais*. 4ª Ed., São Paulo: Hucitec, 1999. p. 101-115
- BENJAMIN, W. Experiência e pobreza; O autor como produtor [1934]. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura da cultura*. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2007 [1982]
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *Construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983
- \_\_\_\_\_. *Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004
- BERQUÓ, E. *Pirâmide da solidão*. Nepo/Unicamp, mimeo., 1986

- \_\_\_\_\_, Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In: *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (orgs). São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002. p. 243-266
- BORGES, C. C.; MAGALHÃES, A. S. *Transição para a vida adulta: autonomia e dependência na família*. Revista Psico. Rio de Janeiro: PUC-RIO. Vol. 40, nº 1, jan/mar 2009. p. 42-49
- BRASIL-IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em:  
  
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfildamulher/apresentacao.shtm>> Último acesso: 10/03/2010
- \_\_\_\_\_, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese dos indicadores econômicos de 2000*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em pdf.
- \_\_\_\_\_, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese dos indicadores de 2006. IBGE, 2007a. Disponível em:  
  
<[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impresao.php?id\\_noticia=774](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=774)> Último acesso: 10/03/2010
- \_\_\_\_\_, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Relatório Síntese dos indicadores de 2007. IBGE, 2007b. Disponível em:  
  
<[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impresao.php?id\\_noticia=1233](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1233)> Último acesso: 10/03/2010
- \_\_\_\_\_, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese dos indicadores de 2007. IBGE, 2008. Disponível em:  
  
<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/sintese\\_pnad2007.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/sintese_pnad2007.pdf)> Último acesso: 10/03/2010
- BRUSCHINI, M. C. A. *Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos*. Caderno de Pesquisa, vol.37, nº 132, Dez 2007. p.537-572

- BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002
- CALLIGARIS, C. *Crônicas do individualismo cotidiano*. São Paulo: Ática, 1996
- CANCLINI, N. G. Diferentes, desiguales y desconectados. In: *Mapas de la interculturalidad*. Barcelona: Gedisa, 2004
- \_\_\_\_\_. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 2000
- \_\_\_\_\_. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997
- CANÊDO-PINHEIRO, M.; LIMA, L. R.; MOURA, R. L. (EPGE/FGV) *Fatores Econômicos e Incidência de Divórcios: Evidências com Dados Agregados Brasileiros*. Seminário apresentado no XXXVI Encontro Nacional de Economia. Anpec: Salvador/BA, 2008. Disponível em:  
<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807101810570-.pdf>  
Último acesso: 20/02/2010
- CARONE, I. (s/d). *Análise epistemológica da Tese de doutoramento de Antonio da Costa Ciampa: A estória do Severino e a história da Severina*. (Mímeo)
- CHARCHAM, A. S.; MAIA, M. B. Venturi, G; Recamán, M.; Oliveira, S. (orgs). *Corpo e sexualidade da mulher brasileira*. In: *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. 1º ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 75-86
- CHAVES, J. “*Ficar com*”: um novo código entre jovens. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1994.
- CIAMPA, A. C. *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense, 2008 [1987]
- \_\_\_\_\_. *A identidade social como metamorfose humana em busca de emancipação: articulando pensamento histórico e pensamento utópico*. Texto de conferência realizada no XXIX Congresso Interamericano de Psicologia. Lima – Peru, Jul.2003

- \_\_\_\_\_. Políticas de identidade e identidades políticas. In: *Uma psicologia que se interroga: ensaios*. Dunker, C. I. L.; Passos, M. C. (Orgs). São Paulo: Edicon, 2002
- \_\_\_\_\_. *As metamorfoses da “metamorfose humana”*: Uma utopia emancipatória ainda e possível hoje? Comunicação apresentada no Simpósio “Metamorfoses da Identidade no Mundo Contemporâneo” do XXVI Congresso Interamericano da SIP. Set.1997 (mimeo)
- \_\_\_\_\_. *Identidade humana como metamorfose*: a questão da família e do trabalho e a crise de sentido no mundo moderno. Texto de comunicação oral feito no Encontro Internacional “Família e Psicanálise – Novas tendências clínicas”. São Paulo: Universidade São Marcos, 1998
- \_\_\_\_\_. Identidade. In: *O homem em movimento*. LANE, S.; GODO, W. (orgs) 7º ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 58-75
- COELHO, L. M. *Identidade Feminina no cenário político brasileiro*: análise de uma expressão contemporânea do mito de Lilith. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: Universidade São Marcos, 2006
- COSTA, J. F. *Sem fraude, nem favor*: estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998
- \_\_\_\_\_. Narcisismo em tempos sombrios. In: BIRMAN, J. (org.). *Percursos na História da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora. 1988. p. 151-174
- \_\_\_\_\_. Sobre a Geração AI-5: Violência e Narcisismo. In: *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 117-189
- COSTA, M. R. *A elaboração da identidade social*: algumas questões para a reflexão In: Anais do Encontro Interdisciplinar sobre Identidade, 1983. São Paulo: PUCSP, 1983. p. 46-57
- COSTA, S. *Amores fáceis*: romantismo e consumo na modernidade tardia. Novos Estudos, nº 73. São Paulo: CEBRAP Nov. 2005, p. 111-124 (Disponível em pdf)
- D’ANCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: *História das Mulheres no Brasil*. DEL PRIORI, M. (org) 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 223-240

- DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1964]
- ESCOSTEGUY, A. C. *Cartografia dos Estudos Culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001
- FERREIRA, F. P. M. *Algumas considerações sobre a formação e localização dos domicílios unipessoais em Belo Horizonte*. Anais do XII Encontro de Estudos Populacionais da ABEP Caxambu. V.1 Campinas: Unicamp, 2000. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000>> Último acesso: 16/03/2010
- FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: *História das mulheres no Brasil*. DEL PRIORE, M. (org). 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade – vol. I: A Vontade de Saber*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988
- FRASER, N. *Reconhecimento sem ética?* Revista Lua Nova, nº 73. São Paulo, 2007. p. 101-138
- \_\_\_\_\_. Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (orgs). São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002. p. 59-78
- FREITAG, B. e ROUANET, S.P. (orgs) *Habermas*. São Paulo: Ática, 1993
- GAGNON, J. H. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006
- GAGNON, J. H.; SIMON, T. *Sexual Scripts*. Society Journal. Vol. 22, nº 1. Nova Iorque: Springer. Novembro, 1984
- \_\_\_\_\_. *Sexual conduct: The social sources of human sexuality*. 2ª ed. Chicago: Aldine, 1973
- GARCIA, C. C. *As outras vozes: memórias femininas em São Caetano do Sul*. São Paulo: Hucitec, 1998

GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002

\_\_\_\_\_. *A transformação da intimidade*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993

GOLDANI, A. *What will happen to Brazilian Fertility?* Los Angeles: Latin American Studies Center UCLA (mimeo), 2003

GONÇALVES, E. *Vidas no Singular: noções sobre “mulheres sós” no Brasil contemporâneo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007

GUERREIRO, M. D. *Pessoas sós: múltiplas realidades*. Revista Sociologia: Problemas e Práticas. nº 43. Portugal, 2003. p. 31-49. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n43/n43a03.pdf>> Último acesso: 10/02/2010

HAAG, C. *Mulher solteira não procura mais: estudos sobre ‘mulheres sós’, na contramão de Wave, prova que é ‘possível ser feliz sozinho’ e ainda ter amor*. Revista Sociologia. São Paulo: Pesquisa Fapesp. Ed. 145, Mar. 2008

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Trad. Guido A. de Almeida. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003

\_\_\_\_\_. *Modernidade um projeto inacabado*. In: ARANTES, O. B. F.; ARANTES, P. E. *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas: Arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas*. São Paulo: Brasiliense, 1992

\_\_\_\_\_. *Ciencia y técnica como “ideologia”*. 3ª ed. Madrid: Editorial Tecnos, 1989 [1968]

\_\_\_\_\_. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. *Individualização através da socialização: sobre a teoria da subjetividade de George Mead*. In: *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

\_\_\_\_\_. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

- HALL, S. Cultural Studies and its Theoretical legacies. In: *Stuart Hall: critical dialogues in cultural studies*. MONLEY, D. M., Kuan-Hsing, C. (Ed.) London: Routledge, 1996. p. 262-275
- HENRIQUES, C. R.; JABLONSKI, B.; FERES-CARNEIRO, T. A "*Geração Canguru*": algumas questões sobre o prolongamento da convivência familiar. *Psico*, 35 (2), 2004. p.195-205. Disponível em:  
  
<[http://www.bernardojablonski.com/pdfs/producao/geracao\\_canguru.pdf](http://www.bernardojablonski.com/pdfs/producao/geracao_canguru.pdf)>  
  
Último acesso: 10/02/2010
- HEGEL, G. W. F. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1952].
- IZQUIERDO, M. J. Uso e abuso Del concepto de género. In: VILLANOVA, M. (org) *Pensar las diferencias*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1994
- LANE, S.S. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M.; GODO, W. (orgs) *O homem em movimento*. 7º ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 10-19
- LIMA, A. F. *Sofrimento de indeterminação e reconhecimento perverso: um estudo da construção da personagem doente mental a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2009.
- MAHEIRIE, K. A singularidade do sujeito e o engajamento coletivo. In: ZUGUEIB NETO, J. (org). *Identities e crises sociais na modernidade*. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2005. p. 233-243
- MARTINS, L. A "*Geração AI-5*" e *Maio de 68*: duas manifestações intransitivas. Rio de Janeiro: Argumento, 2004
- MATOS, M. *Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.
- MILL, J. S.; MILL, H. T. *Essays on sex equality*. Chicago: University Press, 1970

- MONTEIRO, W. B. Curso de Direito Civil. Direito de Família - vol. 2, 37ª ed., São Paulo: Saraiva, 2004
- NAZZARI, M. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- NERI, M. *Economia, sexo e casamento*. São Paulo, FGV, 2004
- NOGUEIRA, M. L. M. *Mobilidade psicossocial: a história de Nil na cidade vivida*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, FAFICH, 2004
- PAIVA, V. S. F. A Psicologia redescobrirá a sexualidade? *Psicologia em Estudo*. Vol. 13, nº4. Maringá: out/dez 2008. p. 641-651
- \_\_\_\_\_. Cenas sexuais, roteiros de gênero e sujeito sexual. In: BARBOSA, R M; PARKER, R. (orgs) *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999
- \_\_\_\_\_. Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e sujeito sexual. In: PARKER, R.; BARBOSA, R. M. (orgs) *Sexualidades brasileiras*. RJ: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996
- PAULILO, M. A. S. A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida. *Serviço social em revista*, v. 1, n.1, 135 - 148. Londrina, 1999
- PATEMAN, C. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993
- PERROT, M. *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998
- PETCHESKY, R. Políticas de derechos sexuales a través de países y culturas: marcos conceptuales y campos minados. In: Parker, R.; Petchesky, R.; Sember, R. (Orgs.) *Políticas sobre Sexualidad: reportes desde las líneas del frente*. México: Sexuality Policy Watch (Disponível em pdf)
- PINNELLI, Antonella. Gênero e Família nos países desenvolvidos. *Demographics* (2), Campinas-SP, ABEP, 2004, pp.55-98 (ado em CD-ROM), 2008. p. 9-26
- QUEIROZ, R. *Só: dores e delícias de morar sozinha*. São Paulo: Editora Globo, 2004

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: *História das Mulheres no Brasil*. DEL PRIORI, M. (org) 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 578-606

SARLO, B. *Paisagens imaginárias*. São Paulo: Edusp, 1997

\_\_\_\_\_. *Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005

\_\_\_\_\_. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000

SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Trabalho e desigualdades de gênero na região metropolitana de São Paulo. In: *Inserção feminina no mercado de trabalho*. Boletim 21. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, mar. 2010. Disponível em:

[http://www.seade.gov.br/produtos/mulher/boletins/resumo\\_boletim\\_MuTrab21.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/mulher/boletins/resumo_boletim_MuTrab21.pdf)  
Último acesso: 22/03/2010

SEADE. A mulher no mercado de trabalho em 2008 – região metropolitana de São Paulo. In: *Inserção feminina no mercado de trabalho*. Boletim 19. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, mar.2009. Disponível em:

<[http://www.seade.gov.br/produtos/mulher/boletins/resumo\\_boletim\\_MuTrab19.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/mulher/boletins/resumo_boletim_MuTrab19.pdf)>  
Último acesso: 20/03/2010

SEADE. A inserção de chefes e cônjuges no mercado de Trabalho. In: *Inserção feminina no mercado de trabalho em 2008*. Estudo Especial. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, mar.2009b. Disponível em:

<[http://www.seade.gov.br/produtos/mulher/boletins/boletim\\_mtrabalho\\_chefesconjuges.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/mulher/boletins/boletim_mtrabalho_chefesconjuges.pdf)> Último acesso: 20/03/2010

SCOTT, J.W. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, vol. 13 (1); 11-30, janeiro-abril de 2005

SONTAG, B. *Sob o signo de saturno*. Porto Alegre: L&PM, 1986

- SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: *História das Mulheres no Brasil*. DEL PRIORI, M. (org) 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 362-400
- THOMPSON, W. *Appeal of one half the human race, women, against the pretensions of the other half, men, to retain them political, and thence in civil and domestic slavery*. Nova Iorque: Source Book Press, 1970
- VAITSMAN, J. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994
- VANCE, C. A *Antropologia redescobre a sexualidade*: um comentário teórico. Physis, Revista de Saúde Coletiva. Vol. 5, nº1, 1995. p. 8-31
- VELHO, G. Estilo de vida urbano e modernidade. *Estudos Históricos*, vol. 8, nº 16, Rio de Janeiro, 1995 Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/175.pdf>>
- \_\_\_\_\_. *Individualismo e cultura*: nota para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981
- VENTURI, G; RECAMÁN, M. As mulheres brasileiras no início do século XXI. In: *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. VENTURI, G; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (orgs) 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.15-30
- WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. LOURO, G. L. (org) Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 37-82
- \_\_\_\_\_. *Sex, politics and society*: the regulation of sexuality since 1800. 2ª ed. Londres: Longman, 1992
- WILLIAMS, R. Cidades das trevas e de luz; A figura humana na cidade; A cidade e o futuro. In: *O campo e a cidade na história da literatura*. WILLIAMS, R. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

**Matérias selecionadas de revistas**

Revista Época

COLAVITTI, Fernanda e MENDONÇA, Martha. *Mulher solteira procura – sem desespero*.

Revista Época. Coluna “Sociedade”. 26/05/2009

Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI74614-15228,00.html>> Último acesso: 22/03/2010

FERNANDA. *Solteiras x encalhadas*. Revista Época. Coluna “Sexpedia”. 14/05/2009.

Disponível em: <<http://colunas.epoca.globo.com/sexpedia/2009/05/14/solteiras-x-encalhadas/comment-page-1/>> Último acesso: 22/03/2010

MAGESTE, Paula. *A nova ordem sexual*. Revista Época. Edição 289, 28/11/2003a.

Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG61533-6014,00.html>> Último acesso: 22/03/2010

MAGESTE, Paula. *Mulher solteira procura*. Revista Época. Coluna “Comportamento”.

Edição 250, 03/03/2003b. Disponível em:

< <http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT495185-1653,00.html> > Último acesso: 22/03/2010

MENDONÇA, Martha. *Use o nome do seu marido... ou vá para a cadeia!*. Revista Época.

Coluna “Mulher 7x7”. 12/08/2009. Disponível em:

<<http://colunas.epoca.globo.com/mulher7por7/2009/08/12/use-o-nome-do-seu-maridoou-va-para-a-cadeia/>> Último acesso: 22/03/2010

SEGALLA, Amauri. *A angústia da vida executiva: elas sofrem mais*. Revista Época

Negócios. Coluna “Realidade”. Edição 3, 29/11/2007. Disponível em:

<<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios/0,,EDG77246-8374-3-6,00.html>> Último acesso: 22/03/2010

VELLOSO, Beatriz; SANCHES, Mariana; MENDONÇA, Martha. *Quem é essa nova mulher?*. Revista Época. Coluna “Comportamento”. Edição 462. 26/05/2008. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EDG76785-5990,00.html>> Último acesso: 22/03/2010

#### Revista Isto É Independente

FERRAZ, Eduardo e FERRAZ, Rita. *Mulher solteira procura*. Revista Isto É Independente. Coluna “Comportamento”. Edição 1552. 30/06/1999. Disponível em:

<[http://www.istoe.com.br/reportagens/32286\\_MULHER+SOLTEIRA+PROCURA?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage](http://www.istoe.com.br/reportagens/32286_MULHER+SOLTEIRA+PROCURA?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage)> Último acesso: 22/03/2010

RODRIGUES, Greice e MORAES, Rita. *Falta união*. Revista Isto É Independente. Coluna “Comportamento”. Edição 1745. 12/03/2003. Disponível em:

<[http://www.istoe.com.br/reportagens/22400\\_FALTA+UNIAO+?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage](http://www.istoe.com.br/reportagens/22400_FALTA+UNIAO+?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage)> Último acesso: 22/03/2010

VILAS, Juliana. *Só e bem acompanhado*. Revista Isto É Independente. Coluna “Comportamento”. Edição 1859. 01/05/2005. Disponível em:

<[http://www.istoe.com.br/reportagens/6447\\_SO+E+BEM+ACOMPANHADO+A+?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage](http://www.istoe.com.br/reportagens/6447_SO+E+BEM+ACOMPANHADO+A+?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage)> Último acesso: 22/03/2010

ANTES só... Revista Isto É Independente. Coluna “Comportamento”. Edição 1590. 22/03/2002. Disponível em:

<[http://www.istoe.com.br/reportagens/34036\\_ANTES+SO+?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage](http://www.istoe.com.br/reportagens/34036_ANTES+SO+?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage)> Último acesso: 22/03/2010

Revista Veja

GRANGEIA, Mario. *Adoro ser solteira*. In: Revista Veja. Edição Especial Mulher. Coluna “Comportamento”. 08/2002. Disponível em:

<[http://veja.abril.com.br/especiais/mulher2/p\\_056.html](http://veja.abril.com.br/especiais/mulher2/p_056.html)> Último acesso: 22/03/2010

GRECCO, Regina. *Poder e solidão*. Revista Veja. Coluna “Geral Carreira”. Edição 1750. 08/05/2002 Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/080502/p\\_073.html](http://veja.abril.com.br/080502/p_073.html)> Último acesso: 22/03/2010

MOHERDAUI, Bel. *A vida sem casamento*. Revista Veja. Matéria de capa “As chances de casar”. Edição 1984. 29/11/2006. Disponível em:

<[http://veja.abril.com.br/291106/p\\_084.html](http://veja.abril.com.br/291106/p_084.html)> Último acesso: 22/03/2010

MONTENEGRO, Tito. *O poder é masculino*. Revista Veja. Edição Especial Mulher, 05/2006. Disponível em:

<[http://veja.abril.com.br/especiais/mulher\\_2006/p\\_030.html](http://veja.abril.com.br/especiais/mulher_2006/p_030.html)> Último acesso: 22/03/2010

PINHEIRO, Daniela e MAXIMILIANO, Adriana. *O feminismo na crise dos quarenta*. Revista Veja. Edição Especial Mulher, 05/2006. Disponível em:

<[http://veja.abril.com.br/especiais/mulher\\_2006/p\\_048.html](http://veja.abril.com.br/especiais/mulher_2006/p_048.html)> Último acesso: 22/03/2010

PINHEIRO, Daniela. *Diferentes, mas unidos*. In: Revista Veja. Matéria de Capa “Homem e mulher: agora, as outras diferenças”. Edição 1895. 02/03/2005 Disponível em:

< [http://veja.abril.com.br/020305/p\\_084.html](http://veja.abril.com.br/020305/p_084.html)> Último acesso: 22/03/2010

ROSSI, Valéria. *Filho x carreira*. Revista Veja. Edição Especial Mulher. Coluna “Trabalho”. 08/2002. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/especiais/mulher2/p\\_082.html](http://veja.abril.com.br/especiais/mulher2/p_082.html)> Último acesso: 22/03/2010

SEKEFF, Gisela. *Com diploma, sem marido*. Revista Veja. Edição Especial Mulher, 05/2006. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/especiais/mulher\\_2006/p\\_034.html](http://veja.abril.com.br/especiais/mulher_2006/p_034.html)> Último acesso: 22/03/2010

*UMA vida sem par*. Revista Veja. Edição Especial Mulher. Versão exclusiva on-line “Solidão”. 11/2001. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/mulher/solidao.html>> Último acesso: 22/03/2010

*DOIS pesos, uma medida*. Revista Veja. Edição Especial Mulher. Abertura. 11/2001 Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/mulher/abertura.html>> Último acesso: 22/03/2010

*A VOLTA ao lar*. Revista Veja. Edição Especial Mulher. Coluna “Carreira”. 11/2001 Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/especiais/mulher/p\\_074.html](http://veja.abril.com.br/especiais/mulher/p_074.html)> Último acesso: 22/03/2010

#### Revista Nova

FOLLONI, Daniela e DOS ANJOS, Daniela. *Minha vida de solteira... outra vez*. Revista Nova, Coluna “Vida de Solteira”. 06/2006. Disponível em: <[http://nova.abril.com.br/edicoes/393/aberto/amor\\_sexo/conteudo\\_136371.shtml?pagina5](http://nova.abril.com.br/edicoes/393/aberto/amor_sexo/conteudo_136371.shtml?pagina5)> Último acesso: 22/03/2010

### **Caracterização das revistas consultadas**

- A revista *Época*, da Editora Globo, tem circulação semanal em nível nacional. Existe desde 1998 e tem seu conteúdo divulgado em mídia impressa e eletrônica.
- A revista *Isto É Independente* é uma publicação da Editora 3. Foi criada em 1976 e, desde 1996, disponibiliza seu conteúdo em mídia eletrônica. Tem tiragens semanais, que circulam em nível nacional.
- A revista *Veja* é do Grupo Abril. Tem tiragem semanal e distribuição em nível nacional. Existe desde 1969. Tem um acervo digital de suas publicações desde 1997.

## ANEXOS

### CARTA PARA OBTENÇÃO DO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Cara Senhora,

Eu, Mariana Serafim Xavier Antunes, mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, portadora do CPF 282.417.868-08 e RG 26.447.830-7, estabelecida profissionalmente na Rua Ministro de Godói, 696 Bloco A sala 4E-10, CEP 05015-901, na cidade de São Paulo, cujo telefone de contato é (11) 3670-8520 (institucional) e (11) 9323-1816 (pessoal), desenvolvo uma pesquisa cujo título é “Itinerários da vida de solteira: razões e sentidos em projetos de vida de mulheres solteiras à luz do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação”.

Este estudo traz por proposta, dentro da Psicologia Social, compreender os aspectos afetivo-sexuais de projetos de vida de mulheres solteiras que residem na cidade de São Paulo, a partir de uma reflexão crítica sobre os sentidos de tais projetos frente suas pretensões identitárias.

Necessito de sua permissão para a realização de uma entrevista que terá como foco sua história de vida, ou seja, será pedido à senhora que narre sobre sua vida, reconstruindo os acontecimentos que considera significativos para conhecê-la. Com relação ao procedimento em questão, pensamos ser a melhor forma de aproximarmos-nos das razões e dos sentidos que venha a atribuir à sua própria existência. Além disso, intentamos que sua participação possa contribuir para o esclarecimento sobre as conquistas provenientes das políticas identitárias voltadas às mulheres solteiras no campo da sexualidade e das relações de gênero.

A sua participação é voluntária e a pesquisa não determina qualquer risco. A escolha do local da entrevista ficará a seu critério e, com a sua autorização, será gravada em gravador digital, para posterior transcrição e análise dos dados. Informo que a senhora tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, a qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas ou reposicionamentos quanto a sua narrativa. Também lhe é garantida a liberdade da retirada de consentimento, podendo deixar de participar do estudo a qualquer momento.

Se tiver alguma consideração ou dúvida sobre o caráter ético desta pesquisa, por favor, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, situado no Campus Monte Alegre, andar térreo do Edifício Reitor Bandeira de Mello, sala 63-C, Rua Ministro Godói, nº 969, Perdizes – SP, CEP: 05015-001 - Tel./FAX: (11) 3670-8466 – e-mail: [cometica@pucsp.br](mailto:cometica@pucsp.br)

Garanto que as informações obtidas serão analisadas na dissertação em conjunto com a história de vida de outras pessoas, não sendo divulgada a identificação de nenhum dos participantes. Eu me comprometo a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados serão veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos, sem nunca tornar possível a sua identificação. A senhora tem o direito de ser mantida atualizada sobre os resultados parciais da pesquisa e, caso me solicite, darei todas as informações que necessitar.

Não haverá despesas ou compensações pessoais para o(a) participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Abaixo está o consentimento livre e esclarecido para ser assinado caso não tenha ficado qualquer dúvida.

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Acredito ter sido suficientemente informada a respeito do estudo que tem por título "Itinerários da vida de solteira: razões e sentidos em projetos de vida de mulheres solteiras à luz do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação". Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes.

Ficou claro também que a minha participação é isenta de despesas ou compensações financeiras e que tenho garantia do acesso aos resultados e de esclarecer minhas dúvidas a qualquer tempo. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

\_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Assinatura da informante

Nome:  
Endereço:  
RG.  
Fone: ( )

\_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)